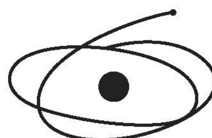
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano VII nº 27 1964



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*

RBPI

Ano VII nº 27 Setembro-Dezembro 1964

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos Poderes Públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à polítira exterior do Brasil.

AVENIDA TREZE DE MAIO, 23 — SALA 1219
RIO DE JANEIRO, GB — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

A *Revista Brasileira de Política Internacional,* editada trimestralmente pelo *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais,* sob a orientação do seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organização ou movimento partidário. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

DIRETOR:

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Avenida Treze de Maio, 23 — Sala 1219 — Tel. 42-4553
RIO DE JANEIRO

Assinatura anual: Cr$ 6.000. Número avulso: Cr$ 1.500.
Para o exterior: US$ 6.00. (Dois anos: US$ 10.00).

Revista Brasileira de Política Internacional

Ano VII **Setembro/Dezembro de 1964** **Págs. 373 a 652**

SUMÁRIO

DOCUMENTOS

LIVROS

NOTA LIMINAR

FRANCISCO CLEMENTINO DE SAN TIAGO DANTAS *(30 de outubro de 1911 — 7 de setembro de 1964) foi um dos espíritos mais influentes da primeira geração brasileira do século XX. Como estudante, como professor, como jurista, como político,* SAN TIAGO DANTAS *exerceu, com extraordinária lucidez, um papel preponderante e renovador na moderna liderança brasileira. Numa sociedade elitista como a nossa, com os quadros da liderança muito reduzidos e empobrecidos de luz, seu espírito vanguardeiro e progressista tornava ainda maior a sua ascendência e o poder de persuasão de sua inteligência tão afortunada e de seu verbo tão fascinante.*

A variedade de sua posição política mostrava a inquietude de sua alma e a procura ansiosa de uma solução inteligente e eficaz. E assim foi seu caminho, sempre em busca de aperfeiçoamento, dos desvãos escuros do fascismo para as janelas abertas do mundo das frentes amplas que rompiam as fronteiras dos privilégios e aceitavam a companhia, de igual a igual, dos grupos mais numerosos e menos favorecidos da sociedade.

SAN TIAGO DANTAS *combateu sempre aquêles que dizem: não escutaremos e não andaremos, partidários de uma sociedade fechada, impermeável, imutável, dirigida por uma elite para benefício próprio. Creio que êle rejeitava a rebelião e desejava o caminho pacífico e legal do avanço democrático, do desenvolvimento econômico e social. Pessoalmente sempre pensei que* SAN TIAGO DANTAS *oferecia uma solução conservadora, numa moldura quase-revolucionária.*

Quando freqüentei, em 1955, a Escola Superior de Guerra — que tanta influência vem exercendo na evolução política brasileira nestes últimos quinze anos —, senti que êle conquistara, com sua inteligência e sua palavra, grande ascendência na formulação do ensino e na elaboração da doutrina. Não sei até que ponto terá sido devida à sua influência a incorporação do pensamento de Max Weber nos conceitos preliminares que soldados e civis aprendiam nos começos do curso. Quem conhecesse Max Weber, o mais formidável antimarxista do nosso século, sem furor, antes racional e lógico, poderia atribuir a seu crédito, via SAN TIAGO DANTAS, *a solução classe média que se formulava para as dificuldades nacionais. Creio que mais tarde* SAN TIAGO DANTAS *viu a estreiteza desta solução e caminhou seus próprios passos, desfazendo os tropeços e embaraços para melhorar os caminhos e as obras. Daí sua atitude mais recente, quando veio a ocupar a pasta de Ministro das Relações Exteriores, onde revelou sua originalidade, sua visão, seu panache.*

Apóstolo da modernização, líder rico de dotes intelectuais e políticos, partidário das fronteiras abertas e amplas, do diálogo com todos, êle carregou, com liberdade e desembaraço, a bandeira da política externa independente, para o futuro, ciente de que ela era o instrumento da nossa expansão econômica. A diplomacia do desenvolvimento, que sustentou com clareza invejável e convencido de sua conveniência aos interêsses nacionais e aos deveres da defesa da paz, representou — embora uma continuação da iniciativa da Presidência Jânio Quadros — a consolidação elaborada da determinação de não voltar nunca mais àquela posição irreal, modesta e rotineira que o Brasil vinha mantendo após a morte do Barão do Rio Branco.

Os descaminhos da História e a desfortuna da política externa independente não violam, senão a curto prazo, o pacto da geração independente e nacionalista com a nação robusta e não padecida, que não quer o martírio, mas

o combate, que se redime de seu passado, que é o sujeito do seu destino.

A história, como futuro, que SAN TIAGO DANTAS *cultivou, especialmente influenciado por Arnold Toynbee, prevê a crescente significação de sua herança intelectual — ainda não totalmente conhecida — na elaboração de uma Pátria harmoniosa, equilibrada, integrada, forte, de dimensões mundiais. Êle acreditou neste futuro.*

A Revista Brasileira de Política Internacional, *publicada pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, de cujo Conselho Curador* SAN TIAGO DANTAS *fêz parte, presta neste volume — reunindo alguns de seus escritos menos conhecidos — a homenagem de sua admiração ao grande brasileiro, uma das maiores figuras que já dirigiram o Ministério das Relações Exteriores (11 de setembro de 1961 a 25 de maio de 1962).*

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

ESTUDOS, CONFERÊNCIAS E DISCURSOS

de

Francisco Clementino de San Tiago Dantas

DEZ PROPOSIÇÕES PRELIMINARES SÔBRE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

1 — A sociedade brasileira vem sofrendo uma transformação rápida de estrutura, caracterizada pela maior diversificação da economia, e portanto dos tipos de ocupação profissional, e por uma ascensão das classes trabalhadoras, que reclamam educação de nível mais elevado.

2 — A educação chamada secundária perde, em face da generalidade dessa aspiração, o seu caráter de ensino médio ou intermediário entre o primário e o superior, para adquirir um caráter autônomo e exprimir o nível geral de preparo a que tende a coletividade.

3 — A educação chamada superior não pode, em face da diversificação crescente da economia e das ocupações, permanecer compartimentada segundo o sistema tradicional de escolas e cursos estanques. Sua tendência é para a flexibilidade dos currículos, para a interpenetração das faculdades e cursos, e para um ajustamento dos planos de estudo às demandas da sociedade.

4 — A reforma da educação, que se impõe à sociedade brasileira contemporânea, não pode ser pensada e planejada *a priori*, tendo em vista um ideal de formação intelectual independente do tempo, mas deve encontrar seu ponto de partida numa investigação da realidade social presente e de suas perspectivas futuras, no inventário das necessidades coletivas a que a educação pode dar resposta, e sobretudo na perfeita compreensão do sentido das transformações sociais, que se processam em tôrno de nós.

É êsse sentido que põe, em evidência, uma vez conhecido, o ideal educacional, de que a reforma deve ser instrumento.

5 — O sentido da transformação social do nosso País parece contido no imperativo do desenvolvimento econômico intensivo.

O ritmo de crescimento da população brasileira requer que se mantenha e mesmo que se acelere o atual ritmo de crescimento da renda nacional, sob pena de a nossa coletividade incorrer, no fim do século, no risco do pauperismo e da perda de independência econômica.

O desenvolvimento econômico pressupõe:

a) expansão do mercado interno;

b) diversificação da produção;

c) melhoria da produtividade técnica, isto é, melhor aproveitamento dos fatôres de produção (trabalho e capital).

6 — A experiência dos últimos anos vem demonstrando que a falta de educação adequada constitui obstáculo decisivo e largamente difundido ao processo de desenvolvimento, não só porque o homem brasileiro não tem o tipo de preparo intelectual e moral que as tarefas do desenvolvimento requerem, mas também porque as reações da opinião pública em face dos problemas coletivos denotam alheamento aos reflexos dêstes problemas e de suas soluções no desenvolvimento do País.

A educação deve, pois, ser considerada como um investimento altamente prioritário, quer para o Estado, quer para os particulares, já que, sem uma correção adequada das distorções culturais engendradas pela educação tradicional não conseguiremos tornar efetiva qualquer política de desenvolvimento.

7 — O ideal educacional do nosso tempo e do nosso povo deve ser, assim, conceituado como uma "educação para o desenvolvimento".

Todo sistema educacional vivo deve estar voltado para a solução dos problemas com que se defronta a sociedade. A sociedade brasileira, no meado do século XX, tem no desenvolvimento econômico o seu problema culminante, cuja não solução será penalizada com a implantação do pauperismo, a diminuição da independência econômica e perda provável das liberdades públicas. Êsse desenvolvimento não se apresenta com as mesmas características do desenvolvimento americano no século XIX, do

desenvolvimento japonês no fim do mesmo século, do inglês no fim do século XVIII e a primeira metade do XIX ou do soviético no século XX.

Enquanto a sociedade britânica e a japonêsa puderam desenvolver-se concentrando a maior parte da renda nacional nas mãos de uma pequena classe proprietária, de espírito empreendedor, com capacidade de investir a austeridade no consumo, deixando o proletariado num regime opressivo de subconsumo, a sociedade brasileira tem de desenvolver-se dando a maior satisfação possível às necessidades de consumo de uma classe popular, que reclama melhor distribuição da riqueza e participa, de maneira crescente, da liderança social.

Enquanto os Estados Unidos contaram para desenvolver-se com um concêrto de condições internacionais favoráveis à livre circulação de mão-de-obra e de capitais, o Brasil deve contar com as reações nacionalistas criadas no século XX em todos os países subdesenvolvidos e mesmo dos desenvolvidos, e com a cessação dos movimentos espontâneos, em grande escala, de capital e mão-de-obra.

Por seu lado, conta o Brasil, por um período que é aproximadamente o que lhe é dado para desenvolver-se, com uma posição de exportador de certos produtos primários, a qual não conseguirá custear indefinidamente o padrão atual de vida do País, mas conseguirá talvez financiar a diversificação da sua economia, fornecendo divisas para a aquisição de equipamento e de técnica e para reembôlso de empréstimos.

8 — As considerações acima visam mostrar que o ideal do desenvolvimento intensivo se traduz em um programa prático e perfeitamente realizado, diferindo portanto da simples ideologia do progresso, afirmada como um objetivo permanente, em outras épocas e circunstâncias.

O ideal do desenvolvimento é o ideal do progresso quantificado, isto é, tornado realizável sob forma e quantidades definidas, dentro de tempos também definidos.

9 — A educação para o desenvolvimento não é, como a referência às transformações econômicas da sociedade pode deixar

parecer, uma educação puramente técnica, sem objetivo ético e conteúdo humanístico.

No que diz respeito ao objetivo ético, cumpre notar que a educação para o desenvolvimento requer tanto o preparo intelectual do indivíduo, como a sua formação moral, o domínio de si próprio, o senso de bem-estar coletivo, a austeridade no consumir, a formação da gama de virtudes do realizador, que não é outra senão a das virtudes cristãs, a que a educação de hoje, completamente intelectualizada, voltou as costas inteiramente.

No que respeita ao humanismo, cabe lembrar que o verdadeiro humanismo pressupõe uma integração do homem nas condições circunstanciais do seu meio e do seu tempo, e procura a equação dessas condições e do que há de perene no próprio bem.

Os que pensam que a educação humanista é uma educação intemporal, alheia às peculiaridades da época e da coletividade, onde o destino de cada indivíduo se insere e ganha significação, estão muito distanciados do verdadeiro humanismo.

10 — A educação para o desenvolvimento será, pois, um novo humanismo pedagógico, em que cada indivíduo é visto como protagonista da sua época, como veículo de soluções comuns reclamadas pela coletividade, soluções em que se harmonizam o permanente e o circunstancial, a essência e a existência.

Em 19-11-56.

AS PERSPECTIVAS ATUAIS DA PAZ (*)

Em primeiro lugar, os meus agradecimentos por êste convite, que me dá a honra de dirigir a palavra ao Rotary Clube da Capital de São Paulo, sôbre um tema de atualidade, a respeito do qual, estou certo, todos os homens que aqui representam tão diversas categorias e setores de atividades profissionais, têm interêsse marcado e opiniões já formadas.

Sabemos que, no mundo em que vivemos, nenhum problema se avantaja ao da paz. Muitos supõem que êste foi um problema de tôdas as épocas e que, em qualquer momento da História da Humanidade, encontraremos, ainda que sob formas diversas, o risco do rompimento das relações pacíficas entre os povos e do estabelecimento da guerra. Na verdade, êste é, porém, um problema do nosso tempo. O que existiu em outras épocas, o que os povos conheceram em outras etapas da civilização, foi um risco que nada tem de comparável ao risco que a humanidade, hoje, se defronta. Foi uma atividade que chegou a poder ser considerada, em determinados casos, legítima, como simples recurso às vias de fato, para fazer respeitar as razões dos povos, quando elas não eram mantidas por outros meios.

Hoje, entretanto, o problema da preservação da paz assumiu o caráter de defesa do homem contra a catástrofe irreparável. Todos os que se familiarizam, ainda que de modo superficial, com os progressos da técnica de destruição, no mundo moderno, sabem que a ameaça que pesa sôbre a paz não representa simples modificação momentânea da maneira de viver dos povos, modificação da qual é possível, em seguida, voltar ao estado de

(*) Conferência proferida no Rotary Clube de São Paulo em 20 de novembro de 1959 e transcrita desta *Revista*, março 1960, 127-137.

paz anterior. Hoje, o rompimento da paz, o estabelecimento da guerra em escala mundial, teria as proporções de desenlace. Os homens mais autorizados, tanto da Europa como dos Estados Unidos, têm dado, em conferências e em livros divulgados por tôda parte, a medida exata das dimensões desta catástrofe. E podemos hoje dizer, quando o mundo ainda vive num estado de tensão política, que opõe os povos do ocidente democrático aos povos que constituem o chamado "Bloco Soviético", que só há um esfôrço no mundo, só há um pensamento básico, que una todos os espíritos: é o de circunscrever êsse perigo e se possível, diminuí-lo.

Não é meu propósito, aqui, historiar os lances mais recentes da vida diplomática contemporânea, para declarar em que sentido êsses esforços se têm mostrado mais eficazes e de que maneira podem tornar-se mais profícuos.

Meu propósito é outro. É demonstrar que não nos podemos aproximar dêsses problemas sem estabelecer, entre êles, certas distinções, que são de grande importância para o nosso povo e para as condições em que vivemos.

O primeiro ponto a observar é que hoje existem no mundo duas realidades distintas, em matéria de paz e de guerra.

Em primeiro lugar, temos êsse risco máximo da conflagração mundial, do choque entre o Ocidente e o Oriente, que tomaria provàvelmente o caráter daquilo que se chama a "retalhação atômica".

A retalhação atômica nada mais é do que a resposta, pronta e imediata, a um ataque com armas nucleares e termonucleares, que se verifique no território de um dos grandes países modernos ou em suas zonas de influência, partindo do outro País. Desde o momento em que a ruptura da paz assuma êsse caráter, a necessidade de obter uma decisão da guerra, em poucos dias e, se possível, em poucas horas, terá o mérito de agigantar as proporções do conflito de tal maneira que os cálculos divulgados por uma das autoridades mais reputadas no assunto, o General Gavin, antigo Chefe do Estado-Maior da Defesa Aérea Militar

Norte-Americana, indicam, como resultado provável, qualquer que fôsse o desfecho do conflito, o desaparecimento, no primeiro lance da luta, isto é, dentro dos seus primeiros dias, de 45% da população dos Estados Unidos e de 60% do seu parque industrial.

Do mesmo modo, na União Soviética, apesar de existir ali uma estrutura industrial mais disseminada, as cifras de probabilidade de destruição orçam pela mesma ordem de grandeza.

Por êsse motivo, todo o mundo se acha empenhado, de um lado, em eliminar o risco da guerra, mas, por outro lado, como essa eliminação é difícil, em circunscrevê-la. Entre os recursos imaginados, para circunscrever o risco de guerra, figura a criação de um novo tipo de guerra, para o qual se voltam as preocupações estratégicas dos organismos, como, por exemplo, a NATO (Organização dos Países Signatários do Tratado do Atlântico Norte). Consistiria em substituir as chamadas armas estratégicas termonucleares por armas táticas nucleares, armas de menor porte, de menor efeito de destruição, que permitiriam, talvez, obter o desfecho de um conflito, sem chegar às proporções de uma destruição mundial de tão grande significado.

Sôbre as armas táticas nucleares realizaram-se, recentemente, duas grandes experiências: uma nos Estados Unidos, onde se simulou um ataque com armas táticas nucleares a um grupo de cidades; e outra na Alemanha Ocidental, a operação conhecida pelo nome de "operação carta branca". A "operação carta branca", que se teria desenrolado, em um período de 5 horas, produziria, segundo estimativas feitas no balanço dos resultados da prova, a morte imediata de 5 milhões de pessoas, durante aquêle período de 5 horas decorridas durante o emprêgo dessas armas, consideradas as mais moderadas, as mais discretas de que a técnica moderna poderia lançar mão, para resolver, sem catástrofe mundial, um conflito entre dois grandes Estados.

Ao lado dêsse aspecto terrífico — a destruição maciça, os efeitos remotos ainda indeterminados, a criação de grandes zonas de radiação intolerável, comprometendo não só a saúde da geração presente, mas também a saúde das gerações futuras —, ao

lado disso, todos sabemos que a necessidade de o mundo se aparelhar para êsse tipo de guerra fria, hoje, sôbre determinadas nações, o pêso do mais tremendo encargo financeiro, que jamais foi lançado aos ombros de uma população vivendo tranqüilamente a sua vida civil.

Enormes recursos, que poderiam ser canalizados para a melhoria do bem-estar social, para o aperfeiçoamento tecnológico, para a regularização dos mercados, são absorvidos por êsse tremendo compromisso militar. E tão elevado é o custo de tais armamentos, que, pràticamente, todos os países do mundo, com exceção da União Soviética e dos Estados Unidos, se acham financeiramente abaixo do nível compatível com as responsabilidades da sua preparação.

Podem, naturalmente, países como a França e a Inglaterra participar, em escala simbólica, da preparação dêsses armamentos, mais com o objetivo de treinar os seus corpos militares responsáveis do que, pròpriamente, com a esperança de poderem fazer dêles um uso próprio.

Isso nos lembra aquêle momento em que, com o aparecimento das armas de fogo e com os enormes ônus financeiros que elas criavam para os Governos, desapareceu a capacidade militar das cidades, dos feudos, dos grupos de homens armados, que existiam em tôda a parte na Europa, como resultado da Idade Média, e ainda sobreviveram muito tempo através do renascimento. Aí só os Estados nacionais, só as grandes monarquias, ficaram à altura do custo do armamento baseado na explosão.

Pois bem, hoje um fenômeno semelhante se passa. Mesmo os Estados mais prósperos, mesmo os Estados que têm conseguido condições econômicas mais elevadas, não podem suportar nos seus orçamentos as despesas do equipamento militar para uma guerra feita com armas estratégicas nucleares e termonucleares, ou com armas táticas nucleares. Sòmente as duas grandes potências, que dividem a influência sôbre o mundo moderno, é que se mostram à altura de fabricar e, sobretudo, de estocar tais armamentos.

Como todos sabem, o que ainda torna mais terrível essa despesa é que o progresso tecnológico é extremamente rápido e a eficiência do armamento desaparece em prazo curto, por ter sido suplantado por tipos mais aperfeiçoados de armas ofensivas ou defensivas.

Tais considerações visam, agora, apresentar aos senhores um outro problema.

No momento em que o mundo se acha vivendo essa tremenda contingência militar e financeira, e fazendo todos os esforços diplomáticos para, se não erradicar, pelo menos circunscrever o perigo, existem inúmeros países, entre os quais o nosso, que ainda figuram como os de estrutura econômica mais débil, sôbre cujos orçamentos pesa, igualmente, um fardo financeiro comparável, em proporção, àquele que recai sôbre os países mais desenvolvidos, em têrmos de equipamento militar.

Todos êsses países estão consumindo uma parcela considerável de suas receitas públicas para se prepararem, também, para a guerra, com a única peculiaridade de que êles se preparem para uma guerra pràticamente impossível de existir, ou seja, uma guerra que se conduziria não com armamentos nucleares ou armamentos tático-nucleares, mas com aquilo que modernamente se denomina as armas convencionais.

Qual é o futuro das armas convencionais? Que se pode esperar, hoje, do tipo de equipamento militar que ainda se encontra em voga em países como o nosso, em todos os países que integram êste hemisfério e, também, nos grandes países armados da Europa e de outras partes do mundo? O que se pode esperar com tais armamentos é, apenas, o que se chama "a preservação da paz regional". Ninguém imagina que seja da menor utilidade, no caso de vir a deflagrar-se no mundo um conflito armado de grandes proporções, a ser resolvido em têrmos de retalhação atômica. O que se imagina é que não desapareceu, ainda, do mundo o risco do conflito local, o risco da guerra de fronteiras, o risco de invasão de um país pelo seu vizinho. E como semelhantes guerras, conduzidas em pequena escala, podem ser resolvidas com armas convencionais, os países

ainda dedicam, à fabricação e à compra dêsses armamentos, quotas substanciais. A quanto montam essas quotas? No Brasil, se considerarmos o orçamento passado, podemos lembrar que os armamentos e as *despesas militares representavam 32,3% das receitas públicas*.

Neste ano, não é tão grande a participação das despesas militares no orçamento. Não chega à casa dos 30%. Mas, se considerarmos os povos da América Latina, no seu conjunto, não haverá exagêro em dizer que a média de 25% exprime o que consagram aos chamados armamentos convencionais.

Que quer isso dizer para países como os nossos, que vivem a sua existência num continente subdesenvolvido, acossados pelos problemas econômicos mais graves e lutando contra o drama da falta de capital?

Significa que, anualmente, um quarto das disponibilidades dos Estados, para incrementar qualquer espécie de atividade reprodutiva, é consumido nas despesas votadas a uma segurança que nós consideramos capaz de ser coberta com armas convencionais.

Ora, entretanto, se passarmos agora a analisar êsse risco do conflito regional, o que verificamos, de um lado, é que o risco depende estritamente do quantitativo de armas de que, por ventura, disponha cada País. É justamente porque êles se armam, e muitas vêzes se avantajam em armamentos aos seus vizinhos, que o risco de um conflito regional surge.

Enquanto o perigo de guerra mundial continua a existir (e não podemos supor que tenha diminuído substancialmente nos últimos tempos), o perigo de guerras regionais tem diminuído, e tem diminuído consideràvelmente.

Em nosso hemisfério, por exemplo, dispomos de um mecanismo diplomático para evitar a agressão de um Estado a outro, que é chamado "Tratado do Rio de Janeiro", Tratado de assistência recíproca que permite, quando se configure a ameaça de uma agressão de um Estado a outro, que os demais Estados americanos se reúnam numa assembléia denominada "Consulta

dos Ministério de Relações Exteriores" e tomem, coletivamente, providências para conter a agressão. Desde que o sistema de segurança recíproca, baseado no Tratado do Rio de Janeiro, foi constituído, já por cinco vêzes se reuniu a "Consulta" e tôdas as reuniões foram proveitosas, revelando que o nosso hemisfério está entrando em fase de contrôle dos seus conflitos internos, através de meios diplomáticos, que se vêm revelando muito mais eficientes, muito mais capazes de circunscrever o conflito, do que qualquer outra forma de repressão e de mútua intimidação através dos armamentos.

Postas as coisas nestes têrmos, seria o caso de perguntar (e essa é a questão que eu desejei trazer para esta reunião do Rotary Clube de São Paulo, na esperança de deixá-la no espírito dos que aqui se encontram reunidos) se não conseguiríamos alcançar resultados plenamente satisfatórios, promovendo, em tôda região a que pertencemos, isto é, em todo o hemisfério americano, onde nos situamos, o desarmamento comum, ou seja, a redução de armas, não dentro de um país isoladamente, mas, por ação diplomática, dentro de todos os países simultâneamente. Se essas armas, às quais dedicamos 25% das nossas receitas públicas, servissem, de algum modo, para nos defender de um conflito mundial, o problema não estaria mal colocado. Mas, já sabemos que, para um conflito mundial, elas são inteiramente inoperantes e que nós só poderemos participar de conflito mundial em têrmos de aliança militar com outros povos, naturalmente com aquêles em cuja área de ação política nos integramos e, graças, provàvelmente, a armamentos que jamais serão de nossa fabricação ou de nossa estocagem.

Portanto, êsses 25%, que hoje pesam sôbre nossos orçamentos, são despendidos em armas destinadas apenas a conflitos locais; e, se tivermos a certeza de que todos os povos americanos serão capazes, dentro de um prazo, suponhamos, de cinco a seis anos, de reduzirem, gradualmente, os seus orçamentos, primeiro em 20%, depois em 50%, até ficarem limitados a uma pequena fôrça indispensável, quase que por motivo de ordem pública e de preservação dos requisitos mínimos da soberania, nós teremos a certeza de que, sendo as mesmas condições de

paridade ou de equilíbrio, estamos igualmente preparados para qualquer possibilidade de conflito regional.

A verdade é que nada mais é impatriótico, nada é mais contrário, inclusive ao bom senso, do que pregar o desarmamento de um País isoladamente, situando-o como um País fraco, em meio a países que se vão tornando, gradualmente, mais fortes à medida que aquêle se desarma.

Os que no Brasil atacam as despesas militares, pretendendo reduzi-las apenas através de medidas de política interna, provàvelmente não se estão dando conta de tôda a extensão e de tôda a natureza do problema, porque isso nos levaria, ùnicamente, a nos inferiorizarmos no quadro de um equilíbrio de armamentos, que existe hoje na região a que pertencemos. Se, pelo contrário, deslocássemos êsse assunto do terreno da política interna, para o terreno da política internacional e da diplomacia, teríamos, então, o que me parece, sem sombra de dúvida, poder ser considerado uma das mais importantes, se não a mais importante meta diplomática do nosso Govêrno: conduzir, pelo seu exemplo e com a sua autoridade, os povos do hemisfério a um programa comum de desarmamento progressivo.

Note-se que um programa comum de desarmamento progressivo teria, desde logo, três ou quatro vantagens indubitáveis. A primeira é a vantagem econômica, que salta aos olhos de todos. Libertaríamos da nossa despesa pública 25% para outros programas, que, na realidade, seriam benéficas à própria segurança nacional, porque todos sabemos que a insegurança de um País como o nosso não está na falta de armas, nem na falta de belonaves, nem na falta de uma aviação amplamente aparelhada: está, sobretudo, na absoluta debilidade da nossa estrutura econômica, que não suportaria o esfôrço de guerra, nem mesmo durante um mês, se não contasse com a aliança incondicional de uma potência municiadora. Por conseguinte, desviar para as necessidades econômicas de base essa soma de recursos, que seria gradualmente liberada, teria, inclusive, um sentido de segurança nacional, porque iria robustecer bases que hoje se encontram completamente fracas e solapadas e não nos permitem falar em

reação militar, senão em têrmos de reação combinada com alguma outra potência que nos dê o seu apoio.

Ao mesmo tempo, se todos os países da América Latina baixassem seus coeficientes de armas, isso seria uma grande causa, um grande fator de robustecimento da paz regional. Não é o caso do Brasil, País que vive em perfeita paz com seus vizinhos, cercado de nações que não desejam fazer a guerra e, por conseguinte, tratando a guerra sempre como assunto de outros povos e não como um assunto seu. Mas, quem conhece a situação de outras nações, daquelas nações muito afins nos seus problemas políticos e onde a política se caracteriza por uma tremenda instabilidade institucional, sabe que o que alimenta o foco, que alimenta a chama da perpétua ameaça de guerra regional, é a facilidade com que se compram e se comerciam os armamentos. Tão nítido isso é que já um tratado de 1928, o Tratado de Havana, sôbre os Direitos e Deveres dos Estados Americanos, um caso de lutas civis, considerou, do ponto de vista do direito internacional, um ato ilegítimo, que atrai a responsabilidade dêsses Estados, a venda de armas a grupos insurretos.

Os grupos insurretos, apeados do poder, viajam para uma nação vizinha e nessa começam a ser armados para voltarem a fazer a guerra, já então combinados com determinados esquemas nacionais. A diminuição do nível geral de armamentos, poderíamos dizer, usando uma expressão familiar, seria um pouco de "água fria na fervura", nessa fervura constante que existe, geralmente, no espírito de povos jovens, ardorosos e cheios do desejo de se afirmarem.

Acresce, ainda, que os Estados Unidos, por fôrça do Tratado de Assistência Militar, que assinaram com quase todos os países de nosso hemisfério, são obrigados a fornecer um auxílio substancial em armamentos. Há dois tipos de auxílios de armamentos: comprados e cedidos gratuitamente. Os armamentos comprados são os que se integram no pleno uso do País que os adquire e que podem ser usados como êsse País desejar. Os

armamentos cedidos gratuitamente estão vinculados aos planos da Junta Interamericana de Defesa e, portanto, só podem ser usados com determinados objetivos.

A verdade é que os Estados Unidos, ao lado do auxílio financeiro, que dispensam a certas iniciativas da América Latina, de caráter econômico, empregam neste hemisfério uma soma substancial em auxílios para equipamento militar. Para equipamento convencional, isto é, destinado a robustecer uma fôrça simbólica, que, tanto os que vendem, como os que compram, sabem que envelhecerá e se tornará obsoleto nos seus depósitos.

É para equipar êsses arsenais, onde os armamentos vão viver a sua vida de mero material de treinamento, que os Estados Unidos despendem soma importante em favor da América Latina.

Ora, no plano geral do desarmamento do hemisfério, poderíamos perfeitamente contar com a colaboração do Govêrno dos Estados Unidos para que êsse mesmo auxílio fôsse mantido, mas destinado a outras finalidades. E, dessa maneira, teríamos a América Latina, pela primeira vez, obtendo concessões, *grants*, do Govêrno dos Estados Unidos, porque, até agora os *grants* têm sido sempre dados em relação a outras regiões do mundo mas, em relação ao Brasil e a outros países da América Latina, o que tem havido são empréstimos. As concessões estão circunscritas ao terreno militar. Tudo isso me leva a crer, como uma convicção firme, que temos obrigação, no momento histórico em que vivemos, de olhar para a realidade, face a face, e de não perdermos o nosso tempo e o nosso latim com falsos problemas, quando existem problemas reais; sobretudo, quando existem soluções efetivamente capazes de modificar a aparência das coisas. Temos o dever de pôr na pauta das nossas cogitações, como aspiração de consciência dos homens responsáveis, como são, não apenas os homens políticos, que lutam nas assembléias, mas também os que representam a produção, o comércio e as profissões liberais, pôr no espírito de todos êles, como matéria de grande prioridade, êste problema de desarmamento regional como uma técnica de preservação da paz e da aceleração do desenvolvimento econômico.

Transformar o que hoje gastamos em benefício de um programa de segurança limitado, onde os riscos são cada dia menores, cada dia mais improváveis, e transferir-nos êsse esfôrço, êsse imenso esfôrço, que todos os povos do hemisfério fazem, para alguma coisa que será mais benéfica ao desenvolvimento econômico, ao bem-estar do povo e à própria segurança interna de cada um dêsses países.

Estou certo de que isso não é algo que se faça de um dia para outro; mas é tarefa a que não podemos fugir. As maiores tarefas passam a ser exeqüíveis no momento em que os homens se decidem a encará-las e se fazem compreender pelos seus semelhantes.

Esta é uma delas. Dentro de poucos meses, em março pròvàvelmente do ano próximo, vai reunir-se pela 11.ª vez, na Capital do Equador, em Quito, a Conferência Interamericana.

A Conferência Interamericana é a grande assembléia constituinte do nosso hemisfério. Vai realizar-se a undécima; e tôdas elas têm marcado alguma coisa de importante no progresso comum dos nossos povos, para encontrarem uma fórmula de vida regional, em que possamos conviver e crescer.

Penso que nenhuma idéia seria mais adequada para ser levada pela Delegação do Brasil, à 11.ª Conferência de Quito, do que o programa do desarmamento comum em nosso hemisfério, nos têrmos em que aqui o expomos.

A primeira objeção que alguém poderia levantar era de que o desarmamento regional não viesse a contar com a compreensão dos nossos mais altos chefes militares. Mas, eu posso garantir aos senhores que êsse perigo não existiria, pois muitos dos chefes militares mais responsáveis teriam manifestado a compreensão do plano, desde que fôsse conduzido em têrmos de desarmamento regional de tôdas as nações do hemisfério e não apenas o enfraquecimento do nosso potencial de defesa e, concomitantemente, o desequilíbrio das fôrças militares das nações com que fazemos divisa.

Portanto, se aceito em comum por todos os países amigos, o desarmamento regional poderia ser considerado em seu sentido

prático e na grande soma de benefícios comuns, que traria para o desenvolvimento econômico e da estrutura de base das nossas economias, tornando possível o aproveitamento de grandes somas em favor das melhores condições de vida das nossas populações, sem que, com isso, aumentasse o perigo de guerra, mas, ao contrário, diminuindo-o.

Seria, talvez, uma ótima oportunidade, de real significado, para nos dedicarmos a algo que dará maior proveito e possibilitará o melhor uso das receitas públicas, em vez de nos dedicarmos, naquele conclave, ao debate de assuntos menos importantes, embora dignos da maior atenção dos países reunidos, mas que já são sabidos e repisados, como a lavratura de tratados com cláusulas de extraterritorialidade, extradição, assuntos de soberanias nacionais, *exequator* e outros.

Essa diminuição gradativa das verbas destinadas às despesas militares resultaria em uma outra forma de segurança nacional, que, em última análise, concorreria para a implantação e para o desenvolvimento da indústria de base, para o desenvolvimento da agricultura e para a formação de técnicos, de cuja atuação muito se beneficiariam as populações a que nos incumbe atender.

Ao terminar, portanto, e renovando os agradecimentos pela oportunidade de falar a tão luzida assembléia, desejaria formular um veemente apêlo. É o apêlo de que êste culto auditório, que se compõe de uma elite muito esclarecida, formada de homens de emprêsa e das profissões liberais, se alie à idéia que acabamos de divulgar e coopere com ela no sentido que se crie um espírito de desarmamento no hemisfério latino-americano, a fim de que possamos ver, ainda em nossos dias, resolvidos muitos dos problemas que nos afligem em proveito das populações que tanto necessitam do amparo de seus governos.

DISCURSO DO DEPUTADO SAN TIAGO DANTAS (*)

"Em primeiro lugar, desejo congratular-me, em nome da Delegação do Brasil, com a Reunião de Consulta pela alta qualidade dos projetos de Resolução e Declaração que se encontram distribuídos, e que revelam o propósito dos Chanceleres aqui reunidos não só de manterem inalterável fidelidade às conquistas do sistema interamericano, mas de desenvolvê-las no sentido da sua tradição histórica, fazendo com que possamos, graças a esta reunião de Santiago, vencer algumas etapas no aperfeiçoamento de nossa organização regional.

A Delegação do Brasil tem tomado conhecimento de todos êstes projetos e lhes tem dedicado acurado estudo, certa de que será possível tirar desta reunião, que se celebra, uma Ata Final em que se verificarão progressos consistentes, capazes, não só *de diminuir o estado de tensão internacional que motivou* a presente Consulta, mas também de evitar que no futuro êste estado de tensão se restabeleça.

Entre os assuntos versados nesta reunião, ocupou particularmente a atenção da Delegação do Brasil o que diz respeito ao fortalecimento da Democracia, pois na própria convocatória se consagra o objetivo de examinar os princípios relativos ao exercício efetivo da democracia representativa e medidas que devem tomar-se nos casos de desrespeito a tais princípios.

Esta é, indubitàvelmente, Senhores Chanceleres, matéria vital para o aperfeiçoamento do sistema da vida e da organi-

---

(*) Discurso pronunciado em Santiago do Chile durante a Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada de 12 a 19 de agôsto de 1959. Transcrito desta *Revista*, dezembro de 1959, 107-115.

zação política em que os povos dêste Hemisfério se integram, e a que votam fidelidade. É inegável, porém, que, tôdas as vêzes em que saímos do campo da simples afirmação de fidelidade aos princípios democráticos, para entrarmos no das medidas efetivas destinadas a garanti-los, esbarramos com dificuldades, não só de ordem prática, mas também de ordem jurídica, pois, além de não serem de fácil aplicação, elas quase sempre colidem, como há pouco salientou o eminente Representante do Uruguai, com o princípio de não intervenção, fazendo com que um princípio exclua a aplicação do outro e, dêsse modo, todo o sistema se veja conduzido a uma posição de paralisia.

No tocante a outros pontos do sistema interamericano, temos conseguido progressos mais positivos do que no tocante ao fortalecimento da democracia e à construção de um sistema para a sua defesa continental. Assim, quanto aos direitos do homem, já logramos vencer a fase da simples declaração e os projetos apresentados a esta reunião demonstram que a consciência americana está desejosa de passar da fase de declaração à fase de obrigatoriedade, convertendo em convenção, com fôrça de compromisso internacional aquilo que por ora é apenas um conjunto de preceitos e conceitos básicos, admitidos pelos Estados que integram a nossa Comunidade.

O sistema democrático, entretanto, apesar de haver sido objeto de diversas resoluções de grande alcance, entre as quais, cumpre salientar, a Resolução XXXII da Nona Conferência Internacional Americana e a Declaração de Caracas, adotada pela Décima Conferência Interamericana, e de se achar incorporado à Carta da Organização dos Estados Americanos entre os princípios enumerados no art. 5.º, não pôde alcançar medidas que lhe garantam a observância, e nem sequer formulação adequada.

Ora, Senhores Chanceleres, a evolução do sistema interamericano prova que, em tôdas as matérias, a marcha do progresso efetivo tem atravessado duas etapas: em primeiro lugar, a etapa da Declaração, da enunciação de conceitos e de princípios; quando esta se atinge, certamente ainda não é possível dar o cunho de obrigatoriedade àquilo que se decidiu, ainda não é possível

cobrar internacionalmente, através de uma ação política efetiva, o que já se impôs como verdade ao espírito dos povos americanos, representados por seus Governos. Mas, a Declaração já passa a desempenhar um duplo papel; a princípio, ela atua como fator de opinião pública, tanto interna, como internacional permitindo que um critério de aferição se estabeleça para o julgamento da conduta dos Estados. Desde o momento em que uma Declaração existe, em que nela alguns preceitos estejam enunciados com segurança e clareza, podemos dizer que um progresso se fêz no seio do sistema interamericano e, ainda que não se possa dar a êsses conceitos uma aplicação prática efetiva, já a opinião pública dêle retira um importante fator de influência, ao mesmo tempo que se abre caminho para novas conquistas.

Êste é, aliás, o segundo efeito de uma Declaração, como estágio na elaboração de uma regra interamericana. Ela anuncia sempre, com a antecedência histórica requerida, a possibilidade de uma segunda etapa, em que a Declaração se converte em Convenção, ou pelo menos, dá ensejo ao aparecimento de medidas práticas, a serem aplicadas pelos Estados ou pelos organismos do sistema regional.

Por êsse motivo, a Delegação do Brasil entendeu que seria oportuno trazer à consideração desta Reunião de Consulta — que mais do que qualquer outro órgão da Organização dos Estados Americanos se acha credenciada para examinar problemas dessa transcendência política, pela própria investidura dos delegados aqui reunidos — um esfôrço de formulação de princípios, visando ao fortalecimento da Democracia, para que, em vez de nos referirmos daqui por diante apenas ao regime democrático, sem lhe precisarmos o conteúdo, possamos começar a analisá-lo mais de perto, e a referir a conduta política dos Governos americanos a um padrão democrático determinado, reconhecido pela consciência dos povos que integram o sistema.

Foi de grande auxílio nesse ponto, à elaboração feita pela Delegação do Brasil, a parte declaratória de um expressivo Projeto de El Salvador e, do mesmo modo, outros projetos contribuíram para êste estudo, principalmente aquêle apresentado pela

Delegação da Argentina, que com tanta precisão proclama a necessidade de se dar a maior efetividade e assegurar a mais estrita observância de tôdas as conquistas até aqui feitas na elaboração do nosso sistema. A Delegação do Brasil entende que não seria possível, nem conveniente, tentar, nos limites de uma Declaração política, qualquer esfôrço de natureza acadêmica, qual o de definir as características do regime democrático. O de que se trata é de formular uma declaração política e, nessa declaração, vazar alguns pontos característicos do sistema democrático, tal como os temos entendido até agora na América e como parecem decantados na consciência dos povos americanos.

É uma firme convicção do Brasil a de que o ideal democrático na América está implantado de maneira profunda e definitiva, e que, como aspiração política dos povos americanos, não teve nem terá solução de continuidade. O que pode existir, como decorrência das próprias condições sociais e econômicas em que vivemos, são desvios ocasionais motivados por fatôres de natureza temporária e que, periòdicamente, nos têm afastado dos verdadeiros padrões da democracia representativa, sem que, entretanto, se apague do espírito das populações americanas êste sentido de fidelidade ao ideal democrático, o qual se tem sabido restabelecer cedo ou tarde, por esta ou aquela via, tão convencidas estão as populações do nosso Hemisfério da excelência da maneira democrática de viver, e da superioridade dos princípios democráticos, sôbre tôdas as outras formas de organização política que têm servido à estruturação dos Estados.

Portanto, a fidelidade à Democracia não representa, a rigor, uma discriminação taxativa que possa traçar uma barreira inflexível entre êste ou aquêle grupo de regimes. O que existe, o que a História nos revela, é que os Estados americanos se têm esforçado para realizar progressos no que poderíamos chamar de processo histórico de democratização. Êste processo de democratização não se realiza de uma forma linear e constante: realiza-se por avanços e recuos, com desfalecimentos e quebras freqüentes de conquistas já alcançadas. Mas, o que contribui para esta estabilidade, o que constitui o seu fator decisivo é o fato de viverem nossas populações em condições econômicas inacei-

táveis, dentro de um estado de subdesenvolvimento que torna frágeis as suas economias internas, e é, ao mesmo tempo, a situação social precária das populações americanas. Uma estrutura social rudimentar faz com que as nossas classes populares, em grande parte, vegetem no pauperismo. Desde o momento em que consigamos vencer esta etapa da organização social e do desenvolvimento econômico, melhores condições surgirão para a estabilidade do regime democrático, e esta convicção, esta fé na excelência do regime que une os povos da América, fàcilmente poderá alcançar efeitos construtivos e duradouros, graças às condições objetivas em que se poderá implantar.

Por êsse motivo, Senhores Chanceleres, o Brasil entende que seria de tôda conveniência e representaria um marco na evolução do regime democrático entre nós, uma Declaração feita nesta reunião de Santiago, marcando alguns dos princípios básicos que podem ser considerados para os povos americanos como padrão de sua fidelidade ao regime democrático. Essa Declaração não teria o sentido de uma Convenção, capaz de autorizar qualquer procedimento concreto e imediato em relação aos Estados que a integram. Representaria, por ora, apenas a fase de declaração de princípios, e permitiria, graças à sua atuação imediata sôbre a consciência dos povos dêste Hemisfério, que numa das reuniões interamericanas que temos diante de nós, se aproximasse a fase em que já seria possível alcançar maior efetividade no processo de construção da defesa da Democracia.

Por êsse motivo a Delegação do Brasil toma a liberdade de apresentar aos Senhores Chanceleres americanos um projeto, que na realidade se acha distribuído sob o número 47, e que se inicia pela recapitulação dos textos americanos que nos têm convidado progressivamente a dar maior clareza e efetividade ao procedimento de defesa da Democracia em nosso Hemisfério.

No seu quarto Considerando êste projeto explica a finalidade da Declaração, mostrando que os princípios aí enumerados não visam esgotar de maneira exaustiva todos os traços característicos do sistema democrático. Primeiro, porque tal tarefa seria de interêsse puramente acadêmico; segundo, porque

provàvelmente seria impossível, e se a tentássemos encontraríamos diferenças específicas na apreciação do problema entre os povos americanos.

Os princípios escolhidos nada mais são, assim, do que pontos mais salientes, nada representam senão alguns traços mais marcantes cuja ausência permite à opinião pública denunciar com firmeza um desvio, ainda que ocasional, da prática da Democracia num Estado. Graças a êsses princípios que já se acham implícitos, e que são agora formulados, a opinião pública nacional e internacional terá um meio de aferir o grau de identificação dos regimes políticos e dos Governos com um sistema democrático. E sem quebrar o respeito devido à faculdade que têm os povos de escolher sua forma de govêrno, estaríamos lançando um fator de grande influência educativa, cujas repercussões históricas poderão ser avaliadas no futuro, pois que tudo aquilo que tem adquirido forma de Declaração no sistema interamericano se tem convertido, gradualmente, em praxes, compromissos e deveres internacionais, e tem contribuído para que aperfeiçoemos o sistema.

Os princípios escolhidos são apenas seis:

O primeiro dêles parece ser hoje, pelo consenso unânime, não apenas dos povos dêste Hemisfério mas de todos os povos democráticos, um traço essencial para se identificar a existência de um regime democrático. É o princípio da supremacia da lei, princípio a que os povos de língua inglêsa denominam *rule of law,* e que os franceses denominam *principe de la legalité.* Êsse princípio estabelece a superioridade da lei sôbre os Governos e, dêsse modo, condena como antidemocráticos os regimes de arbítrio, em que os Governos têm a lei a seu serviço, e não têm os seus atos sujeitos à censura de nenhum órgão judiciário independente.

Daí o primeiro princípio, que se acha redigido nestes têrmos:

"a democracia americana funda-se no princípio da supremacia da lei (*rule of law*) assegurado através da independência e harmonia dos Poderes e do controle da legalidade dos atos do Govêrno por juízes independentes."

O segundo princípio, tal como o enunciamos, também se encontra enunciado na Declaração de princípios contida no projeto apresentado pelo Senhor Chanceler de El Salvador:

"os Governos dos Estados americanos devem resultar de eleições livres."

O terceiro princípio diz respeito à perpetuação no Poder considerada, com razão, por todos, como traço característico da supressão do regime democrático, ou de um desvio temporário de sua prática, e assim está redigido:

"a perpetuação do Poder, ou seu exercício sem prazo determinado, são incompatíveis com o exercício efetivo da Democracia."

O quarto princípio diz respeito aos direitos do indivíduo, e está assim redigido:

"os direitos do indivíduo, inclusive o de livre manifestação da opinião, devem ser reconhecidos por lei, e protegidos por meios judiciais eficazes."

O reconhecimento dos direitos, como todos sabemos, em si mesmo representa uma conquista, quando se incorpora à legislação de um Estado. Mas, muitas vêzes, ali se tornam êles letra morta, sem que se possa falar na prática efetiva do regime, pois o seu respeito depende do arbítrio do Govêrno. Para que os direitos individuais sejam observados é indispensável a existência de meios judiciais idôneos a que o indivíduo possa recorrer, protegendo-se contra a própria autoridade pública.

O quinto princípio contém uma recomendação, para que os Estados americanos incorporem a seus direitos positivos a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. O Brasil dá sua adesão com prazer aos projetos, apresentados a esta reunião, de recomendações para que a Conferência de Quito converta em convenção obrigatória a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Mas esta via da obrigatoriedade internacional, graças a uma convenção firmada entre os Estados, não exclui a outra, a de uniformidade legislativa através

da incorporação da Declaração ao direito constitucional dos Estados.

Se fôr possível aos Estados americanos incorporarem aos seus respectivos sistemas positivos essa Declaração, que aliás não se acha longe da maioria das formulações constitucionais existentes, é certo que se alcançará, por outro caminho, o mesmo resultado, sem que, entretanto, a via da Convenção fique por êsse motivo condenada.

Finalmente, Senhores Chanceleres, o sexto princípio procura levar para o âmbito do fortalecimento da Democracia essa que parece ser a mais recente conquista da consciência jurídica e da consciência política americana, no tocante à solidariedade dos povos dêste Hemisfério para se assegurarem mùtuamente condições de florescimento do regime democrático.

É certo que sem o desenvolvimento econômico, sem a transformação da estrutura social para livrar do pauperismo as classes trabalhadoras, a América não conseguirá estabelecer um regime político, que supõe um grau maior da elevação do padrão de vida dos povos, de correção e amparo contra os riscos da pobreza. Se para chegar a êsse nível de realização os povos americanos tiverem de lançar mão apenas de seus próprios meios, não poderão senão num espaço de tempo muito largo e imprevisível atingir o resultado desejado. Daí, a necessidade de que a Comunidade americana estreite os seus laços de cooperação e de solidariedade para vencer o subdesenvolvimento econômico e para vencer o pauperismo, com tôdas as formas de debilidade social que os acompanham.

O Chanceler do Brasil e a sua Delegação têm visto com grande desvanecimento as referências feitas pelos Senhores Chanceleres à atitude do Presidente da República do Brasil ao assumir a responsabilidade de lançar a Operação Pan-Americana, a qual hoje já não pertence mais ao Brasil e na realidade tem seu sucesso garantido pela coordenação de esforços de todos os Estados americanos, como pela convicção adquirida por todos êles de que só dentro de uma ação eficaz e concreta, como a

concebida naquela Operação, poderemos atacar vitoriosamente o problema do subdesenvolvimento.

Aproveito esta oportunidade para agradecer, em nome do povo brasileiro, as referências feitas ao Senhor Presidente Juscelino Kubitschek por diversos oradores neste recinto, e ao mesmo tempo para dar a solidariedade do Brasil ao projeto apresentado pela Delegação do Peru sôbre a Operação Pan-Americana, projeto com o qual concorda outro, apresentado pela Delegação do Brasil, a qual está disposta a fundir o seu no projeto do Peru, por lhe parecer que êste último é mais completo e de maior alcance.

São essas, Senhores Chanceleres, as disposições que a Delegação do Brasil houve por bem apresentar a êste alto Conselho, que tanto pela autoridade pessoal como pela autoridade política dos membros que a integram é sem dúvida a mais indicada para realizar um progresso dentro de nosso sistema, no tocante à enunciação dos princípios que caracterizam o regime democrático em cujo fortalecimento estamos todos empenhados.

A Delegação do Brasil levou mesmo a sua convicção da importância desta matéria ao ponto de acreditar que, se os Senhores Chanceleres houverem por bem agasalhar êstes princípios e convertê-los numa declaração, essa Declaração mereceria o nome "Declaração de Santiago", pois ela traduziria, pela sua ressonância no futuro, a importância do momento histórico que estamos vivendo nesta grande cidade, e seria, ao mesmo tempo, uma expressiva homenagem ao nobre povo chileno, cuja fidelidade aos princípios democráticos constitui um exemplo para tôda a América."

DISCURSO PROFERIDO NO CONGRESSO NACIONAL (*)

O Sr. San Tiago Dantas — Sr. Presidente, não é sem emoção que subo pela última vez os degraus desta tribuna, para apresentar a V. Ex.ª e aos nossos eminentes companheiros de legislatura as minhas despedidas, ao renunciar ao restante do meu mandato de Deputado Federal, por haver aceitado a designação do Exmo. Senhor Presidente da República para delegado permanente do nosso País junto à Organização das Nações Unidas.

Esta decisão tomei-a comigo mesmo, no recesso da minha consciência, depois de medir amadurecidamente os argumentos que pesavam contra e a favor desta atitude. Pesava contra especialmente, o meu desejo de levar até seu último dia o mandato com que me honrou o povo de Minas Gerais e que aqui procurei desempenhar com os olhos postos nos exemplos mais dignificantes da tradição política de Minas, consultando sempre os interêsses superiores do País, a índole do regime, e com essa particular preocupação de legalidade, que está na base das nossas tradições democráticas (*Muito bem*) e seguramente, representa o ponto mais rico, a inspiração mais fértil da nossa vida pública.

Desejava, também, Senhor Presidente, não me afastar do Congresso num momento em que a vida política do País apresenta contradições tão graves e vê delinearem-se, a cada passo, problemas que assumem feições de crise. Sabemos bem que essas crises já não poderão abafar os alicerces das nossas instituições (*Muito bem*), porque, se há algo que tenhamos conquistado nos últimos anos da nossa história política, é, seguramente,

(*) Transcrito do *Diário do Congresso Nacional* de 25 de agôsto de 1961.

a confirmação da convicção democrática, êsse amadurecimento político, que se incorporou à nossa experiência, e que permite tenhamos hoje a certeza de estarem conjurados, de modo permanente, os riscos, que nos saltearam tantas vêzes, dos regimes de exceção, e das tentativas de quebra da continuidade da vida democrática, mediante golpes de Estado. (*Muito bem. Palmas*).

Inscreve-se hoje o nosso País no número daqueles em que a democracia deitou raízes profundas e em que o estilo democrático de vida tornou-se, para o povo, razão de ser.

Nem os totalitarismos da direita com seu primarismo feroz e com sua violência posta a serviço de interêsses particulares, nem o totalitarismo da esquerda, procurando implantar, numa democracia, métodos de ação direta, ou popular, que dão ensejo a ditaduras aparentemente temporárias mas, na verdade, de duração indefinida, nenhum dos dois logrará mais vencer na pujante comunidade política que formamos, esta vocação democrática...

O Sr. Mário Gomes — Que Deus o ouça.

O SR. SAN TIAGO DANTAS — ... demonstrada em tantas oportunidades, e que faz com que sejamos capazes de marchar para uma reforma social no sentido da justiça, da melhor distribuição da riqueza, da anulação das influências parciais, contrárias ao interêsse do povo, sem quebrarmos, entretanto, a guarda e o culto das liberdades públicas (*Muito bem. Palmas*) permitindo, dêsse modo, que alcancemos, através da prática das instituições livres, o progresso econômico e, com êle, o progresso social. O desejo de participar desta grande experiência, de condividir os riscos e alegrias dêste grande esfôrço, em que se encontra mobilizada hoje a classe política do nosso País, falava alto no meu espírito para que não aceitasse uma investidura, que, por mais honrosa, representa sempre o isolamento numa atividade, de natureza política, mas limitada quanto à de diversidade dos aspectos que podem ser simultâneamente considerados pelo homem público, mais votada à execução de uma política do que à sua elaboração e à sua revisão.

Falaram, porém, a favor de que aceitasse esta incumbência outros argumentos, que me pareceram dignos de consideração. Em primeiro lugar, sabemos o que significa, hoje, a preeminência da vida internacional na definição do destino particular de cada povo. Nenhuma comunidade consegue mais resolver os seus problemas apenas através de sua vida política interna. Nenhuma comunidade pode mais vencer problemas como os do desenvolvimento econômico, da estabilidade, da organização social e da própria preservação das instituições políticas, senão integrando-se, com consciência plena, no grande processo universal de que participamos, tomando posição, clara e corajosamente, em face das grandes opções que se abrem a cada nacionalidade no mundo moderno, e que significam, pelas repercussões imediatas na ordem interna, muitas vêzes um estímulo, muitas vêzes um apoio, e também não raro um êrro, que se explica longamente.

Acresce, Senhor Presidente, que a causa da paz tornou-se hoje a própria causa da sobrevivência das nações. Nenhum povo conseguirá realizar o seu destino, nenhuma nacionalidade conseguirá ver florescer a sua vocação social, cultural e política, se o mundo não lograr manter-se em paz, se não pudermos conjurar, a princípio com a consciência de que o fazemos temporàriamente para, afinal, conseguirmos fazê-lo de forma definitiva, êsse risco, com proporções de catástrofe, que é hoje o risco do conflito mundial. Todos sabemos que o estado de tensão reinante atualmente no mundo, e que contrapõe, de maneira até agora insolúvel, as duas principais áreas de influência da política mundial, mantém a sorte das nações num estado de suspensão e de perigo, que pode a qualquer momento resolver-se no sentido de uma destruição total. Lutar pela causa da paz é hoje, podemos dizê-lo, lutar pela causa da vida, porque a paz representa a única possibilidade de sobrevivência para a nossa cultura, (*Palmas*) e até mesmo, em certo sentido, a possibilidade de sobrevivência física para o mundo em que vivemos.

Para essa causa da paz poderia parecer a muitos que o Brasil não estaria hoje ainda em condições de levar uma subs-

tancial contribuição. Durante muito tempo habituamo-nos a considerar o nosso País um protagonista de segundo plano na cena internacional. E embora as inspirações do nosso patriotismo colocassem acima de tudo os problemas nacionais e o esfôrço que devemos empreender para sua solução, pensávamos indisfarçadamente que na cena internacional a nossa palavra representaria mais uma palavra de apoio ou de crítica do que pròpriamente uma palavra de decisão.

O mundo, porém, Senhor Presidente, se tem encarregado de trazer a êste panorama, profundas, substanciais transformações. Foi um dos frutos mais benéficos da reorganização da convivência internacional, depois da última guerra, chamar à vida independente inúmeras comunidades, que até agora viviam sob o jugo do colonialismo e que nenhum papel representavam no concêrto da vontade dos povos livres. A própria Organização das Nações Unidas, fundada em 1945, com 51 membros, êste ano atingirá o número de 102, o que significa haver ela dobrado o número dos que participam dos seus trabalhos e das suas responsabilidades. E, na sua grande maioria, êstes 51 novos membros são nações que, pelas suas tradições culturais, pelo estágio do seu desenvolvimento social e econômico, se encontram muito aquém daqueles níveis a que o nosso País se alçou no mundo civilizado.

Êsses países se voltam para nós, vendo numa comunidade com a nossa expressão demográfica, com a nossa tradição política e com a nossa coerência cultural, um exemplo eterno de audiência, e muitas vêzes de imitação.

Por isso, a posição de um País como o nosso já pode hoje ser qualificada de liderança, pois liderança nada mais é do que a capacidade de exprimir, através de sua própria vontade, de sua própria experiência, a solução dos problemas que pesam sôbre outros.

Assim, não é mais hoje o nosso País como podia parecer àquela geração idealista que participou das esperanças e dos fracassos da Liga das Nações, um País de segunda ordem, fadado apenas a assistir como comparsa, ainda que, muitas vêzes, como

comparsa ilustre, aos lances da política mundial. Hoje, a nossa posição já é a de um protagonista. Hoje, as nossas responsabilidades já são as de um País que pode falar por outros. Hoje, sobretudo, estamos aptos a levar uma contribuição imparcial, em que não apenas nos voltamos para a solução dos problemas em que nos achamos diretamente implicados, mas também para a solução de outros, que contemplamos à distância, mas por cujo bom encaminhamento, como qualquer outro povo amadurecido, já nos sentimos responsáveis.

Num momento dêsses, Sr. Presidente, o chamado ao plenário das Nações Unidas não pode deixar de apresentar-se ao espírito de um homem como imperativa convocação. Foi por sentir essa convocação em tôda a sua fôrça compulsória, que entendi do meu dever, não como renúncia a um mandato político, mas como desdobramento das causas e motivos, que me levaram a disputá-lo e exercê-lo, aceitar uma incumbência, através da qual pudesse colocar a modéstia de meus recursos a serviço da mais importante das causas em que hoje se acham empenhadas as nações livres e, notadamente, o nosso País. (*Muito bem*). Acresce, Sr. Presidente, que bem sabemos o que representa para os povos subdesenvolvidos do mundo a luta pela elevação de seu nível de vida e pela emancipação das influências de caráter internacional, que ainda jugulam seu plano de desenvolvimento e realizações.

Se quisermos salvar, no mundo de hoje, as instituições democráticas, em primeiro lugar, devemos preservar a paz; mas, em segundo lugar, e de modo igualmente imperativo, o que devemos é obter, no plano internacional e no plano interno, a abolição, tão pronta quanto possível, das tremendas desigualdades econômicas que ainda se abatem sôbre os povos (*Palmas*) e que, se tiverem de perdurar nas condições em que hoje se apresentam, não tornarão apenas difícil, mas impossível, a subsistência das características do regime democrático no mundo moderno. (*Palmas*). Salvar a democracia é eliminar as desigualdades. Aquêles que urdem o sonho absurdo de tornarem compatível a sobrevivência da liberdade política com a sobrevivência da desigualdade, econômica e social, nada mais são do

que os coveiros talvez inconscientes das instituições e princípios por que se batem. (*Palmas*). Ou a democracia encontra os meios de eliminar, no plano interno, as grandes desigualdades de fortuna e de aproximar a sorte comum dos homens abolindo as desigualdades e as injustiças, através de uma melhor distribuição de riqueza e de realizar no plano externo tarefa semelhante, aproximando a condição comum de todos os povos, ou o grande ideal democrático, estruturado na consciência do mundo moderno, há cêrca de duzentos anos, estará irremediàvelmente fadado ao desaparecimento. Lutar, portanto, para que a eliminação do atraso, da pobreza, da opressão, da exploração sob tôdas as suas formas, se conclua, com o socorro da tecnologia moderna, no espaço da nossa geração, é a maneira de salvar e colocar em lugar seguro o grande legado político que recebemos das gerações anteriores. É no plano internacional que essa obra poderá adquirir a ressonância e a solidez de que necessita, para realizar-se de modo completo e em curto prazo. As Nações Unidas, no meio das suas insuficiências, em face das suas dificuldades e inibições, têm, indiscutìvelmente, prestado ao mundo de hoje dois serviços insignes, que não lhe são negados nem mesmo pelos seus mais cruéis detratores. Em primeiro lugar, elas têm sido um meio idôneo para chamar à vida independente e à afirmação política, inúmeros povos que, de outra maneira, ainda vegetariam por muitos anos, sob o guante do colonialismo. Em segundo lugar, elas têm servido para universalizar essa consciência da necessidade do desenvolvimento econômico e fazer compreender que a solidariedade para desenvolver os povos mais atrasados, interêsse a ser julgado apenas no plano ético, constitui um imperativo comum de sobrevivência e pesa sôbre cada povo com tanto poder coercitivo, quanto pesa sôbre o Govêrno o dever de socorrer as próprias populações que se encontram sob a sua jurisdição. O desenvolvimento econômico é hoje, acima de tudo, uma obra de todos. Êle se tornou, nos têrmos em que tem sido formulado, pelo que existe de mais adiantado e independente na consciência moderna. E quanto mais o afirmarmos e difundirmos, mais estaremos habilitando cada povo a lutar contra as formas de opressão eco-

nômica que residem no imperialismo e que visam à superposição ostensiva ou disfarçada dos grandes interêsses de grupos sôbre os interêsses gerais das nações.

Essa dupla causa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a certeza da preeminência da causa da paz; e do outro lado a convicção de que só salvaremos as instituições democráticas, através do soerguimento do nível de vida e das condições de independência para todos os povos modernos, pareceram-me dar à incumbência, para que fui convocado pelo Sr. Presidente da República, um caráter de perfeita identificação com os objetivos dêste mandato parlamentar. Não me sinto afastado do Parlamento; não me sinto como tendo deixado de participar das responsabilidades e das inquietudes dêste Congresso, com o fato de levar para mais adiante, para uma outra tribuna, para um outro Parlamento, as mesmas inquietudes, as mesmas preocupações.

O Sr. Euzébio Rocha — Quase me entristeço por interromper o brilho da oração de V. Ex.ª, mas desejo, com a realidade histórica, provar que V. Ex.ª tem razão. A eclosão do estado integral da esquerda se deu logo após uma guerra, e logo após deflagrada a segunda guerra outras nações se absorveram no mesmo sentido. Veja o nobre colega como está sendo digno da admiração que esta Casa sempre lhe devotou. A verdade histórica, que colhe na imutabilidade real dos acontecimentos um processo de evolução, revela que as guerras fazem evoluir o Estado, pela absorção integral da forma que fere a liberdade individual. V. Ex.ª deseja o Estado absorvente, seja da esquerda, seja da direita, nas manifestações do nazismo ou hitlerismo. V. Ex.ª acredita, como nós, que entre êsses dois pólos de Estados absorventes há lugar para o Estado ativo que, lutando contra a miséria seja capaz de criar a liberdade individual não sacrificada pelo Estado coletivo. V. Ex.ª está felicíssimo na oração que profere, porque ergue a sua voz contra o imperialismo, em defesa da liberdade, mostrando que não é digna de ser livre a nação que não tem coragem de combater a opressão econômica.

O Sr. San Tiago Dantas — Agradeço e incorporo ao meu discurso o ilustrativo aparte de V. Ex.ª.

Sr. Presidente, essa decisão, não a tomei também sem consideração de perto que ela não vinha ferir em ponto algum uma linha de continuidade política que julgo do dever de todo homem público preservar.

Voltei-me naturalmente, com a atenção que a deliberação exigia, para as manifestações de S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, sôbre a orientação que o seu Govêrno pretende imprimir à política externa. Procurei captá-la nos têrmos da Mensagem que êle dirigiu êste ano ao Poder Legislativo. Procurei interpretá-la nas atitudes tomadas em face dos acontecimentos mundiais que mais profundamente emocionaram a opinião pública, dentro e fora do nosso País. E procurei, também, verificar, através das palavras do Sr. Ministro das Relações Exteriores, o eminente homem público e meu fraternal amigo Afonso Arinos de Melo Franco de que modo se iria refletir nas tradições, nas diretrizes da diplomacia brasileira, êsse pensamento político que êle melhor do que ninguém tem sabido em seus escritos, penetrar e interpretar.

O primeiro ponto, Sr. Presidente, para o qual desejo chamar a atenção de V. Ex.ª e da Casa, é que, na verdade, esta política, naqueles pontos em que se faz mais afirmativa, não representa nenhuma transformação, nenhuma contradição — em relação à linha de política externa que temos seguido nos últimos anos e notadamente no Govêrno anterior do eminente Presidente da República, — a quem aproveito esta oportunidade para render as minhas homenagens — o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. (*Palmas*).

Coube ao seu Govêrno imprimir à política externa do Brasil um novo sentido de afirmação e dinamismo. Através da ação dos seus chanceleres, êle procurou dar um conteúdo novo às relações interamericanas; fêz com que o sistema regional saísse do simples aprimoramento de teses jurídicas e de ideologias políticas, em que vinha fenecendo há alguns anos, para dar-lhe um sentido existencial. Com essa atitude iniciou-se o superamento do caráter de ação bilateral, até então predominante nas negociações nesta área geográfica, e a sistematização de um sis-

tema de ações multilaterais, em que o bloco latino-americano aparecesse unido por uma solidariedade resultante de sua própria estrutura econômica e de seu comum destino político, traduzido notadamente no memorável programa da Operação Pan-Americana.

Êsse programa desempenhou um grande papel, pois contribuiu para que pudéssemos levar à consciência do povo, a noção exata dos problemas de ordem material que as comunidades americanas têm de enfrentar para resolver satisfatòriamente os seus problemas culturais e políticos.

Já então, nos estudos que serviram de base à articulação desta ação diplomática e nas inúmeras manifestações que traduziram essa política, o que ficou bem claro, o que se estampou como um dos seus aspectos mais imperativos, foi a necessidade de estender o campo das nossas relações internacionais até as fronteiras do próprio universo. Pois, na verdade, um país não pode atingir o grau de amadurecimento político e de expansão econômica a que chegamos sem universalizar suas relações, e sem entrar em contato, altivamente, preservado pelas suas próprias convicções políticas, e até — digamos pelas suas próprias idiossincrasias culturais, com todos os sistemas, com todos os regimes, com tôdas as ideologias, para, em face de cada nação e em face de cada área, observar estritamente a linha de seu próprio interêsse e de realização do destino de seu próprio povo. (*Muito bem*).

Foi o Sr. Juscelino Kubitschek quem, pela primeira vez, orientou claramente a política brasileira no sentido de alargamento de suas fronteiras diplomáticas (*Palmas*), estendendo-as a todos os Estados soberanos sem distinções ideológicas de qualquer natureza.

O Sr. Edilson Melo Távora — Sr. Deputado, V. Ex.ª realmente, vai indo muito bem no sentido da política exterior, da diplomacia. Já vai conseguindo um milagre nesta Casa. Depois de atacar rudemente os princípios fascistas do integralismo, recebeu aplausos veementes do Sr. Plínio Salgado, que é o chefe integralista nesta Casa. Depois de atacar rudemente as

mazelas do comunismo, recebeu aplausos constantes e repetidos dos representantes comunistas nesta Casa. Portanto, Sr. Deputado, V. Ex.ª nessa parte, vai indo muito bem. Por outro lado, V. Ex.ª vai tranqüilizando os aflitos com relação à política exterior do Presidente Jânio Quadros, porque, enquanto S. Ex.ª tranqüiliza algumas áreas pela sua avançada política esquerdista, digamos, designa V. Ex.ª, conservador, para o principal pôsto da representação brasileira no estrangeiro. Por conseguinte, nobre Deputado, V. Ex.ª vai obtendo certos êxitos no início de sua nova carreira. Mas, V. Ex.ª não me convence de que, renunciando a seu mandato popular, conquistado em eleição, para ir exercer pôsto no exterior, esteja agindo acertadamente. Na conjuntura atual, o principal papel na condução da vida nacional reside na atividade parlamentar. V. Ex.ª foi eleito Deputado e, a meu ver, deveria concluir seu mandato. Por outro lado, V. Ex.ª foi o crítico constante do Sr. Presidente da República justamente em matéria de política exterior.

No caso do navio português, V. Ex.ª atacou rudemente a política do Sr. Jânio Quadros, dizendo que êle não agira acertadamente, atribuindo-lhe erros em matéria diplomática. Pode V. Ex.ª procurar os Anais desta Casa e ver como foi veemente na crítica à orientação do Sr. Jânio Quadros. Sem que S. Ex.ª mudasse um centímetro a política externa, V. Ex.ª aceitou essa designação. Por conseguinte fique sabendo: V. Ex.ª convenceu a Casa, recebeu os aplausos dos seus amigos, da minha parte porém não compreendi, não entendi o ponto de vista de V. Ex.ª Queira receber a minha afirmação de que, ao criticar V. Ex.ª, não o faço com paixão, com qualquer sentido de animosidade, mesmo porque nada tenho pessoalmente contra V. Ex.ª, mas coerente com princípios que defendo constantemente. Acho que o homem deve manter uma orientação e não pode, sem um motivo, modificá-la de um dia para o outro...

O Sr. Arno Arnt — Deploro profundamente o aparte do nobre Deputado Edilson Melo Távora, quando quer equiparar o integralismo ao fascismo; deploro também o aparte porque interrompeu a nobre oração de V. Ex.ª, (*Palmas*) que interpreta

os sentimentos do Brasil e não sentimentos falsos. (*Muito bem! Palmas*).

O Sr. Padre Vidigal — Permita-me. A bancada mineira, e posso dizer a V. Ex.ª, que presumo neste momento interpretar o pensamento de todos que a compõem, sem distinção partidária — sente-se, Sr. Deputado San Tiago Dantas, mais do que orgulhosa por vê-lo distinguido com o honroso convite que lhe fêz o Sr. Presidente da República para presidir, em caráter permanente, a delegação do Brasil na Organização das Nações Unidas. Creio, Sr. Deputado, que dêsse orgulho e dessa grande alegria participa tôda a Casa. (*Muito bem. Palmas*). Nesta oportunidade, ocorre-me à lembrança aquêle verso de Dante Alighieri, quando assim se exprimiu em louvor de um dos vultos mais importantes da história universal, dirigindo-se à sua espôsa: "*La gloria del tuo spònso es gloria tua*'.

A glória, Sr. San Tiago Dantas, que, agora, o coroa, também coroa tôda a Câmara, pois é tôda ela que se sente neste momento glorificada (*Muito bem. Palmas*) com a escolha de V. Ex.ª para presidir a nossa embaixada permanente na ONU. E todos sentimos, no honroso convite que lhe fêz o Sr. Presidente da República, a glorificação de todos os seus colegas que lhe não invejam o destino glorioso, que V. Ex.ª possui, incontestàvelmente, no meio da cultura brasileira, sobretudo no meio da cultura jurídica, pois, sem dúvida alguma, é V. Ex.ª uma de suas mais altas e vigorosas expressões. (*Palmas*).

Professor San Tiago Dantas, estendo mais êste meu aparte para dizer que o Presidente Jânio Quadros, convidando-o para o alto cargo que lhe confiou, mostrou uma grande isenção, (*Muito bem*) pois escolheu um homem da oposição, que é V. Ex.ª para ocupá-lo. Neste particular, o Presidente Jânio Quadros cresce no nosso conceito porque nos revela que meditou profundamente sôbre aquelas palavras da Sagrada Escritura: "Mais vale um adversário que repreende ou que adverte do que um adulador que acarinha".

Parabéns, nobre Deputado San Tiago Dantas! Continue, com o esplendor de sua oratória, com o vigor de sua extraor-

dinária eloqüência, professorando mais uma vez nesta Casa, que aqui estamos todos para ouvi-lo como mestre que V. Ex.ª é na doutrina do Direito Internacional que está versando com excepcional brilho. (*Palmas*).

O Sr. San Tiago Dantas — O aparte de V. Ex.ª, meu eminente colega, Deputado Padre Vidigal, representa, pela generosidade de suas palavras, uma recompensa desmedida e imerecida (*Não apoiados*) para minha vida pública. Mas recebo-a como tal e agradeço a V. Ex.ª e aos meus colegas da bancada mineira, em cujo nome V. Ex.ª falou.

O Sr. Padre Vidigal — Obrigado a V. Ex.ª por esta extensão.

O Sr. San Tiago Dantas — Recebo-a como um estímulo, e como um penhor de que procurarei dar conta no desempenho dessa incumbência.

O Sr. Antônio Carlos Magalhães — Realmente, todos deploramos, nesta hora, o afastamento da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, de uma de suas mais brilhantes figuras em todos os tempos, sem favor nenhum...

O Sr. San Tiago Dantas — Muito obrigado.

O Sr. Antônio Carlos Magalhães — ... Não fôssem seus brilhantes pareceres na Comissão de Justiça, as vêzes que assomou a essa tribuna, e hoje a aula, no sentido mais elevado, sôbre política interna e externa. Por tudo isto, a Casa deplora o afastamento de V. Ex.ª. Por outro lado, resta-nos a segurança de que o Brasil terá um grande representante na Organização das Nações Unidas (*Palmas*). E praza aos céus sempre aja como agiu, designando V. Ex.ª representante na ONU, o Presidente Jânio Quadros, porque tôdas as vêzes em que agir assim receberá aplausos desta Casa e do povo. (*Palmas. Muito bem*).

O Sr. Edilson Melo Távora — Permite o nobre orador apenas para um esclarecimento em relação ao aparte do Deputado Padre Vidigal, que na sua agressividade, pode ficar imaginando e que tenha tangenciado como indireta a minha pessoa, coisa jamais admitiria passasse sem reação. Quando critico Vossa Ex-

celência, critico, na mais sã consciência, a sua posição política, dentro de pouco tempo modificada. Com relação ao Senhor Presidente da República, tenho a dizer que falei a última vez com S. Ex.ª num comício na minha terra. Nunca mais. Não há nestas palavras qualquer sentido de inveja, pois não faço parte de certo grupo de bajuladores que vivia aqui, no Govêrno passado, procurando as benesses do Senhor Juscelino Kubitschek. Fiz restrições ao procedimento de um parlamentar que, a meu ver, renuncia seu mandato em momento difícil da vida nacional, modificando posição firmada há pouco tempo, quando veementemente criticava a política exterior do Presidente da República, notadamente no caso do navio português. Eis aqui meu modo de pensar. Acho que V. Ex.ª mudou de posição sem que o Presidente da República tivesse modificado sua orientação.

O SR. SAN TIAGO DANTAS — Nobre Deputado Edilson Távora, quanto à indireta que V. Ex.ª julgou entrever nas palavras do nobre Deputado Padre Vidigal temo que esta não seja pròpriamente do ilustre representante de Minas Gerais, mas que seja do Evangelho. (*Riso*).

E tais foram as incompreensões que V. Ex.ª mostrou no seu aparte em relação às demais posições políticas desta Casa, que peço licença para não responder às incompreensões relativas a minha pessoa. (*Muito bem. Palmas prolongadas*).

O Sr. Edilson Melo Távora — V. Ex.ª não responde porque não tem argumentos para responder!

O SR. SAN TIAGO DANTAS — Sr. Presidente, peço a V. Ex.ª que me garanta contra apartes que não consentir.

O Sr. Presidente (*Ranieri Mazzilli*) — Peço ao nobre Deputado Edilson Távora não fazer novas intervenções sem o consentimento do orador.

O Sr. Miguel Bahury — Nobre Deputado, duas palavras apenas. Não mudou V. Ex.ª, cujo caráter, cuja fibra moral, cuja idoneidade são reconhecidos nesta Casa. Se mudou alguém, e para melhor, foi o Presidente da República, escolhendo V. Ex.ª.

O Sr. San Tiago Dantas — Obrigado a V. Ex.ª.

O Sr. Lourival de Almeida — Afastado da Câmara, Sr. Deputado, venho acompanhando com grande admiração a atuação de V. Ex.ª, não só aqui no Parlamento, como de modo geral na vida. Voltando a esta Câmara tive a honra e o prazer de um contato mais direto com V. Ex.ª, principalmente nos trabalhos da Comissão de Justiça. Aquela admiração que eu vinha nutrindo por V. Ex.ª, aumentou sensìvelmente e digo-o sem outros intuitos, sou profundo admirador das qualidades excelsas que adornam a personalidade de V. Ex.ª. Quero deixar aqui não só no meu nome pessoal como, também devidamente autorizado pela direção do PSP, os votos de que a missão de V. Ex.ª, — que considero desdobramento do mandato a V. Ex.ª, outorgado pelo povo — venha a ser coberta de pleno êxito. Aliás de antemão sabemos que isso acontecerá, dadas as qualidades que credenciam a V. Ex.ª, para tão elevado pôsto para o qual, em boa hora, foi o Presidente da República chamar V. Ex.ª.

O Sr. San Tiago Dantas — Agradeço a V. Ex.ª, o honroso aparte que acabou de proferir. Não só o agradeço por partir de V. Ex.ª, um dos nossos mais brilhantes e conceituados colegas e jurista cuja fibra tive oportunidade de conhecer mais de perto na Comissão de Justiça, como por falar V. Ex.ª em nome do glorioso Partido Social Progressista.

O Sr. Bezerra Leite — Sr. Presidente, a Câmara ouviu, até agora, com admiração e respeito pela cultura de V. Ex.ª, a sua magistral aula. Destoou nesta Casa o aparte do Deputado Edilson Távora. S. Ex.ª foi injusto em suas afirmativas. Em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, em nome de Pernambuco que conhece V. Ex.ª e a trajetória política de V. Ex.ª, sempre foi coerente, sempre foi leal aos princípios trabalhistas e às programáticas do nosso Partido. Se o Presidente Jânio Quadros foi colhê-lo nas hostes do nosso Partido para entregar a V. Ex.ª essa investidura nas Nações Unidas, fê-lo porque sentiu que V. Ex.ª interpretaria na ONU o pensamento do Partido Trabalhista Brasileiro, do qual V. Ex.ª não se vai afastar quando no exterior. Sua Excelência sentiu que as nossas aspirações e

os postulados da nossa doutrina trabalhista coincidiram plenamente com a política externa que está adotando para o País. V. Ex.ª vai para a ONU, mas não deixa esta Casa, porque vai ser naquela Organização um legítimo representante do Congresso Brasileiro.

O Sr. San Tiago Dantas — Muito agradecido a V. Ex.ª. As palavras de V. Ex.ª tocam-me profundamente. Partem de um companheiro e de um amigo e V. Ex.ª dá-me a honra de a elas associar o pensamento do Partido Trabalhista Brasileiro, de Pernambuco.

O Sr. Yukhisigue Tamura — Desejo, neste momento, congratular-me com o Sr. Presidente da República por escolher a figura de V. Ex.ª para representar o povo brasileiro na Organização das Nações Unidas. Acostumei-me a admirar V. Ex.ª não apenas pela sua brilhante inteligência, pela sua fôrça indômita, pela vontade de vencer, mas, sobretudo, pelos sentimentos que exornam sua personalidade. Descobri em V. Ex.ª o sentimento intelectual do amor à verdade, não sòmente o amor à verdade científica, tantas vêzes demonstrado na tribuna e nas comissões, mas também, o amor à verdade revelada, pois sei que V. Ex.ª é um cristão convicto. Acostumei-me a admirar em V. Ex.ª o sentimento moral de amor ao bem, não apenas ao bem espiritual, mas, também ao bem material e ao bem social. Acostumei-me a admirar em V. Ex.ª o sentimento estético, de amor ao belo, ao belo literário, tantas vêzes encantando o plenário da Câmara e da Nação. Acostumei-me a admirar em V. Ex.ª o sentimento cívico de amor à Pátria, à cidade, à família. Acostumei-me a admirar o sentimento de amor à ordem jurídica, à ordem positiva que V. Ex.ª tão bem conhece, tão bem ensina e tão bem pratica, sobretudo à ordem jurídica natural e à ordem jurídica divina. Acostumei-me a admirar em V. Ex.ª o sentimento político de amor ao regime democrático, ao respeito aos direitos fundamentais do homem, ao respeito à justiça social mas sobretudo, Sr. Professor San Tiago Dantas, acostumei-me a admirar em V. Ex.ª êsse sentimento religioso do amor a Deus e de amor à humanidade. V. Ex.ª é hoje uma estrêla brilhante na constelação de valores da política nacional, mas certamente

será uma grande estrêla na constelação dos valores políticos na ONU, e terá, com esta e mais colegas, daquela Casa, mas sobretudo terá energia e amor suficientes para defender as causas em prol da paz e do progresso da humanidade. Quero neste momento tributar-lhe tôda a minha homenagem sincera fazendo votos que V. Ex.ª seja feliz na missão que o levará à ONU, onde certamente contribuirá para a paz e a prosperidade do mundo em que vivemos.

O Sr. San Tiago Dantas — Agradeço a V. Ex.ª o honroso aparte com que acaba de distinguir-me.

O Sr. Adauto Cardoso — Sr. Deputado, como Vice-Líder do bloco da Minoria venho repetir aquilo que em meu nome pessoal já lhe tinha expressado quando recebi a notícia da sua investidura no alto cargo de Embaixador do Brasil junto às Nações Unidas. Repito, em nome dêsse bloco que vê V. Ex.ª partir e privar esta Casa da sua colaboração, da sua lucidez, da sua cultura e da sua generosidade, que as nossas divergências partidárias não abrem entre nós e V. Ex.ª uma trincheira tão funda nem tão altas montanhas que nos permitam discernir o seu merecimento e as qualidades de colaboração que um homem da sua estirpe poderá trazer aos superiores interêsses do Brasil. O nosso partido foi tirar das fileiras do PTB o seu candidato à Presidência da República. O nosso partido, a União Democrática Nacional, e o Partido Libertador, que nos honra constituindo conosco o Bloco da Minoria, não entendem que a coisa pública, que a administração do País, deva constituir monopólio seu. Antes e ao contrário, o nosso esfôrço, o nosso afã é o de que o Presidente da República, que fomos buscar em outros quadros partidários consiga realizar a sua extraordinária missão, consiga levar a cabo o seu penoso esfôrço de redenção dêste País, com a ajuda, com a colaboração de todos os homens capazes de quaisquer que sejam os acampamentos partidários em que se encontram. É, pois, em nome dêsses sentimentos que saúdo V. Ex.ª e lhe dou com a expressão do nosso pesar pela sua partida, o nosso regozijo e alegria por vê-lo integrado na missão do Govêrno Jânio Quadros. (*Palmas*).

O Sr. San Tiago Dantas — Agradeço ao nobre Deputado Adauto Cardoso o aparte com que me honrou e transmito, por intermédio de S. Ex.ª os meus agradecimentos ao Bloco da Minoria, à gloriosa União Democrática Nacional e ao glorioso Partido Libertador, que a integram.

O Sr. Osmar Cunha — Não poderia também, nesta oportunidade, Deputado San Tiago Dantas, deixar de trazer uma palavra de tristeza e outra de alegria. De tristeza, naturalmente porque o Congresso Nacional vai-se privar da personalidade, da inteligência e, sobretudo, da cultura jurídica de V. Ex.ª que tanto honra esta Casa, como honra o Direito brasileiro. A palavra de alegria porque a designação de V. Ex.ª foi um ato de reconhecimento do mérito e a oportunidade para o Brasil de mandar, de fato, à Organização das Nações Unidas homem que representa o pensamento da maioria do povo brasileiro, conhecedor do desnível social que alcança neste instante a maior parte das nações do mundo. Daí a nossa palavra de alegria e de congratulações pelo ato do Sr. Presidente da República, que soube escolher o *primus inter pares,* capaz de, neste momento, representar a cultura, o pensamento, a alma e, sobretudo, a sensibilidade do povo brasileiro.

O Sr. San Tiago Dantas — Agradeço, muito honrado, o generoso aparte de V. Ex.ª.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Deputado San Tiago Dantas, ao Senado cabe, por dispositivo regimental, opinar sôbre a escolha de embaixadores. A Câmara não tem essa faculdade, mas se vê agora que, extra-regimentalmente, V. Ex.ª está tendo seu nome aprovado por todos os representantes do povo de tôdas as correntes partidárias.

O Sr. Padre Vidigal — Que se sentem honradas.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — A nomeação de V. Ex.ª chega até à Câmara dos Deputados. Não me quero alongar, porque sei que o tempo de V. Ex.ª seria curto se tivesse de ouvir a manifestação de todos aquêles que querem homenageá-lo neste instante. Acho que cada um de nós está falando, tanto quanto

possível, por todos. É o que quero fazer justamente, lembrando frase do Deputado Carlos Lacerda quando V. Ex.ª assomava pela primeira vez à tribuna do então Palácio Tiradentes. Dizia o honrado Governador do Estado da Guanabara: "Deputado San Tiago Dantas, V. Ex.ª traz para esta Casa o eco da universidade". Eu queria reproduzir esta frase, dizendo que V. Ex.ª vai levar o eco da universidade para as Nações Unidas, o eco que representa aquêle sentimento dos seus colegas que vendo seus companheiros, o admiram e felicitam o Presidente da República, pelo ato oportuníssimo de sua designação para Embaixador do Brasil junto à ONU.

O Sr. San Tiago Dantas — Muito agradeço a V. Ex.ª por essas generosas palavras.

O Sr. Alde Sampaio — V. Ex.ª me concede um aparte?

O Sr. Presidente (*Ranieri Mazzilli*) — Devo fazer, nesta altura, com licença do orador, uma advertência. Devemos passar, às 11 h 30 m, à matéria constante da Ordem do Dia, e o nobre orador ainda não pôde encaminhar a ultimação de sua brilhante oração.

O Sr. Alde Sampaio — Sr. Deputado e amigo San Tiago Dantas, vejo, na nomeação de V. Ex.ª a reprodução de um fato histórico que tem sido realmente pouco seguido nesta República brasileira, no grau que no momento atinge. O Brasil foi conhecido no exterior, aos tempos da Monarquia, pela figura excelsa de seu Imperador. Era citado grandemente e até um romancista como Paul Bourget, não afeito às coisas políticas, num de seus romances, refere-se à figura grande do Imperador Pedro II. Depois, Joaquim Nabuco, representando o Brasil nos Estados Unidos, e sua figura se constituiu no símbolo da grandeza do Brasil. (*Muito bem*). Agora, V. Ex.ª vai repetir êste ato que tem sido repetido por alguns outros além dêsses dois citados. V. Ex.ª, agora, representa positivamente o segundo Nabuco da República dos Estados Unidos do Brasil. (*Palmas*).

O Sr. San Tiago Dantas — V. Ex.ª leva a generosidade de seu aparte a um ponto que me confunde. Agradeço, entretanto,

a V. Ex.ª porque vejo nessas palavras muito mais a tradução da velha amizade que nos une.

O Sr. Maurício Joppert — O meu Partido já se manifestou, pela voz de seu grande líder, Adauto Cardoso. Estou aqui como um velho amigo de V. Ex.ª, um seu admirador, um homem que sabe que V. Ex.ª honra a cultura e a inteligência brasileiras. Não sei que entendimentos V. Ex.ª teve com o Sr. Presidente da República, mas tenho a certeza de que a escolha foi muito feliz e que V. Ex.ª há de sair-se bem, porque colocará o Brasil acima de tôdas as competições partidárias. Minhas felicitações. (*Palmas*).

O SR. SAN TIAGO DANTAS — Muito obrigado a V. Ex.ª.

Sr. Presidente, como dizia, a linha internacional do Brasil tem tido o privilégio de não conhecer soluções de continuidade. A política que praticamos na República foi um prolongamento da que vínhamos praticando no Império. E, se considerarmos a fase mais próxima de nossa história republicana, veremos que a nossa conduta internacional avança de etapa em etapa, através de um processo lento, mas seguro, de ampliação e de amadurecimento.

A linha política do Presidente da República, ao procurar situar o País no plano internacional numa posição de independência plena, que os possa levar sempre à consideração dominante do interêsse nacional e ao serviço da causa da paz, deita suas raízes próximas naquela ampliação das nossas responsabilidades verificada no Govêrno anterior, do Sr. Juscelino Kubitschek. Desde então temos vivido com a noção perfeita de que o processo da nossa emancipação econômica vai reclamar, para financiá-lo, uma ampliação tão considerável dos nossos mercados externos, vai exigir que alarguemos de tal maneira as nossas áreas de intercâmbio, que não nos podemos omitir na conquista de nenhum mercado, que não podemos ficar privados do contato com nenhum povo e precisamos levar a defesa dos nossos interêsses e a presença da nossa política a tôdas as regiões do mundo.

O Govêrno anterior deixara claro o desejo de romper um isolamento passageiro a que nos condenávamos, enviando missões especiais às áreas socialistas do mundo para conhecer as possibilidades práticas que ali se nos deparavam. (*Palmas*). O Govêrno anterior afirmou, inúmeras vêzes, e em episódios que se desdobraram diante de nós, êsses mesmos princípios que hoje estamos vendo agigantados pelo aspecto mais crítico assumido por certas contradições internacionais.

E, no que me diz respeito, Sr. Presidente, nada me poderia identificar mais completamente com uma missão política na área externa do que a obediência que devo ao programa do meu partido, unânimemente aprovado na Convenção Nacional, que realizamos em 1.º de maio de 1959. Quero pedir licença à Câmara para incorporar ao meu discurso os cinco itens dedicados à política externa, que representam, neste particular, as diretrizes observadas pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Reza êsse documento que a ação política do Partido Trabalhista Brasileiro obedecerá às seguintes diretrizes e bases:

Política Externa

1 — Relações diplomáticas e intercâmbio comercial e cultural com todos os povos. Reformulação e aprimoramento do Pan-Americanismo, visando eliminar as causas do pauperismo e do subdesenvolvimento continentais;

2 — Repúdio à guerra, às competições armamentistas, ao emprêgo das armas de extermínio indiscriminado e às experiências atômicas e termonucleares para fins bélicos;

3 — Luta contra o imperialismo e o colonialismo e condenação a tôdas as formas de agressão, intervenção e pressão econômica;

4 — Livre determinação dos povos na escolha dos seus dirigentes e de suas formas de govêrno;

5 — Arbitragem nos litígios e conflitos internacionais.

É dentro destas diretrizes, Sr. Presidente, que a ação política externa do Govêrno brasileiro presentemente se situa, como

depreendemos das palavras contidas no capítulo IV da Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional no início da presente sessão legislativa. Aí estão repetidas, *mutatis mutandis* e adaptadas aos problemas do dia e às circunstâncias da hora presente, estas mesmas diretrizes e bases. De sorte que, na verdade, ao ingressar na política externa do País, como representante do Govêrno, como representante da nossa Pátria, não preciso afastar-me, nem uma vírgula, da política externa do Govêrno passado, que apoiei, (*Palmas*) e, muito menos, daqueles princípios programáticos do trabalhismo, que eu mesmo tive oportunidade de ajudar a incorporar ao nosso programa, na memorável Convenção de 1.º de Maio. (*Palmas*).

O Sr. San Tiago Dantas — Com muito prazer.

O Sr. Fernando Santana — Nobre Deputado San Tiago Dantas, nesta altura do discurso de V. Ex.ª quero, falando pelos meus companheiros de bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, dizer a V. Ex.ª que, em nome do programa dêsse partido, estamos certos de que V. Ex.ª, na Organização das Nações Unidas, irá tirar tôdas as conseqüências práticas daqueles postulados programáticos que inscrevemos na Convenção de 1.º de Maio de 1959, da qual V. Ex.ª participou. Também o humilde orador que lhe aparteia neste instante fêz parte dela e defendeu, em tôda linha, a inscrição, no programa de nosso partido, dos itens que V. Ex.ª acaba de ler para o plenário da Casa. Leve V. Ex.ª para a ONU a defesa dêsses princípios, que estará defendendo, não só os interêsses de nossa Pátria, como os interêsses maiores de tôda a humanidade. (*Palmas*).

O Sr. San Tiago Dantas — Muito obrigado a V. Ex.ª. Quero acrescentar ainda, Sr. Presidente, que, nas grandes antinomias do mundo moderno que se debatem na cena internacional, a posição do Brasil está, por assim dizer, predeterminada, não apenas por princípios programáticos, não apenas por uma tradição diplomática observada pela nossa Secretaria de Estado, mas pela própria índole de nosso povo, pela própria constância de nossas aspirações comuns e pelo sentido da posição histórica em que nos encontramos em face das demais Comunidades.

Assim é que a nossa posição anticolonialista não pode deixar de ser a tradução, clara e insofismável, de uma solidariedade que nos une a todos os povos em luta pela sua independência política e pela sua emancipação econômica. Nesta posição nos mantivemos ininterruptamente, mesmo nas Nações Unidas, até 1956, e as causas que nos afastaram momentâneamente, em certas oportunidades, de exercer o nosso voto de acôrdo com aquela linha tradicionalmente observada, nada mais representaram do que uma conjuntura diplomática a que também devíamos respeito, sem que significasse uma mudança de atitude em face da causa dos povos não autônomos. Pelo contrário. Participamos, como povo, desta convicção, hoje comum à consciência moderna, de que não é possível mais sustentar a tese, tão cara aos colonialistas e reacionários, de todos os tempos, de que os povos, primeiro, precisam desenvolver-se, para, depois, obter a independência. Sabemos que é exatamente o oposto disto o que a História nos ensina e o bom senso nos aconselha. Só os povos que se tornam independentes conseguem desenvolver-se. Entre a independência e o desenvolvimento existe algo de paradoxal, porque é indispensável, primeiro, colocar-se um povo na plena disposição de seu próprio destino e da livre escolha de seus caminhos para depois encontrar, não raro ao preço de pesados sacrifícios, os rumos de sua emancipação econômica e de seu amadurecimento cultural.

Ouço o nobre Deputado Manoel Almeida.

O Sr. Manoel Almeida — Nobre e ilustre Deputado, a voz que V. Ex.ª ouve neste momento é a voz das barrancas do São Francisco. Trago aqui a palavra dos nossos irmãos da vasta área subdesenvolvida são-franciscana. Trago a lembrança a V. Ex.ª da sua Pirapora, onde teve sua meninice. Trago a lembrança daquelas planuras, daquele vale maravilhoso, daquela região que muito necessita do seu esfôrço na nobre missão, no cargo elevado para o qual é convidado. Nós, neste instante, pensamos que V. Ex.ª, longe da idéia de estar deixando uma trincheira está passando para um pôsto de maior responsabilidade.

O Sr. Padre Vidigal — Muito bem!

O Sr. Manoel Almeida — Não trai sua missão quem deixa de ser general comandante de uma divisão para ser marechal em chefe, para conduzir, para dar a palavra de ordem, do altiplano de onde é possível ver, assinalar e lutar pela solução dos graves problemas que afligem a Humanidade; de onde pode se empenhar, também, laborando em benefício do nosso querido Brasil. As nossas homenagens, as homenagens do Vale do São Francisco, das nossas cidades ribeirinhas, daquele rio que foi objeto da sua admiração e de seu encontro, em sua fase de infância. Deixo meus votos, também, para que o Brasil tenha em V. Ex.ª, no alto pôsto para o qual foi distinguido, um dos maiores estadistas de todos os tempos, confirmando a opinião geral desta Câmara, êste consenso unânime da Nação Brasileira, a opinião dêste seu modesto admirador. (*Muito bem. Palmas*).

O Sr. San Tiago Dantas — Receba, nobre Deputado Manoel Almeida, meu abraço fraterno, esta solidariedade de todo o coração, que nos une, em tôrno da evocação dêsses lugares a que servimos e que tanto amamos.

O Sr. Plínio Salgado — Permita-me, nobre Deputado San Tiago Dantas, neste momento, sinta particular emoção, porquanto as nossas ligações vêm de longo tempo. Juntos desde a Livraria Católica, no Rio de Janeiro, e depois nas reuniões que fizemos em casa de Oswaldo Aranha, quando planejamos organizar o Movimento Integralista Brasileiro, V. Ex.ª era dos valores jovens mais brilhantes e de mais extraordinária cultura, para sua idade; pelo que juntos fomos dirigir um jornal em São Paulo, *A Razão,* jornal que, por um dos equívocos os quais ontem mencionei, defendendo o interêsse de São Paulo, não foi compreendido por aquêles que empunhavam a bandeira separatista, e se viu empastelado e incendiado.

Separamo-nos em São Paulo. Posteriormente, em lutas contínuas pelo bem do Brasil, V. Ex.ª era daqueles que comigo comungavam a doutrina que, absolutamente, não co-participava das idéias fascistas e nazistas, mas que desejava para o Brasil uma democracia orgânica, baseada nos princípios cristãos da nacionalidade e nos interêsses supremos da Pátria.

O Sr. Padre Vidigal — Muito bem, Sr. Deputado.

O Sr. Plínio Salgado — Acompanhei sua carreira com o maior enlêvo, enlêvo mesmo de um pai para um filho, porque sempre o admirei e sempre vi na sua cultura geral e na particularizada cultura jurídica, um dos valores mais brilhantes da nossa Pátria. Neste instante em que V. Ex.ª vai desempenhar alto papel em nome do Brasil, na ONU, não posso deixar de congratular-me com o gesto do Govêrno, escolhendo, independentemente de partidos, um autêntico valor desta Câmara e autêntico valor do Brasil. (*Muito bem*). Mas quero pedir a V. Ex.ª que na ONU, pugnando pelo anticolonialismo, não se esqueça dos gritos dolorosos da Ucrânia, que, desde 1918, se levantou em armas para manter a sua independência, já evidente, patente, e reconhecida muito anteriormente na História, com a República dos Cossacos, e depois reconhecida por todos os países, inclusive, pela Rússia Soviética.

O Sr. Padre Vidigal — O grito da Hungria.

O Sr. Plínio Salgado — Esta nação tem gemido e lutado, em guerrilhas nas florestas, por sua independência. Ainda agora, enviou à ONU, manifesto que já li, pedindo a interferência dêsse órgão internacional, para libertá-la do escravizante colonialismo, do pior dos colonialismos mantido pelas armas contra uma nação! (*Muito bem*). Geme, não apenas a Ucrânia, mas também outros países, como a Hungria. Nesta nação foi levado ao poder por coligação partidária dos Democratas-Cristãos com os comunistas, o Presidente Nagy, depois derrubado para implantação da ditadura Janos Dadar. Êste homem representa hoje um títere da Rússia, um govêrno *Quisling,* como se chamavam, no tempo de guerra, os governos alemães implantados nas diversas nações. Escutamos, aqui, os gemidos da Hungria e quando se combate o colonialismo se defende a independência dos povos, como permitir que a grande Eurásia continue dominada pelo pior dos totalitarismos do mundo, que jamais existiu, que bebeu os ensinamentos não apenas da doutrina de Marx, mas dos novos processos de Lênine, e que se inspirou na doutrina de Hitler? Não podemos ver, sem dor de

coração, a desgraça de todos êstes países, muitos dos quais, sob o nome de repúblicas populares, estão subordinados ao Ministério do Comércio Exterior da Rússia, sem liberdade econômica, e, mais ainda, sem liberdade política em cujo território todos os pruridos de nacionalismo são abafados imediatamente por uma ditadura prepotente. (*Muito bem*). Eminente Deputado San Tiago Dantas, meu amigo de velhos tempos, a quem estimo, admiro e considero uma das maiores culturas do Brasil, olhe para aquelas nações escravizadas e veja o problema do colonialismo, não apenas no Ocidente, porque o pior dos colonialismos é o que existe na imensa Eurásia, dominada pelo totalitarismo soviético. (*Muito bem. Palmas prolongadas*).

O Sr. San Tiago Dantas — Nobre Deputado Plínio Salgado, V. Ex.ª evocou a época da nossa mocidade, em que iniciei os primeiros passos da vida cultural e da vida pública, e em que os nossos destinos tão intimamente se aproximaram, primeiro no jornalismo, depois na política.

Relembro com emoção o tempo em que tive a honra de militar nas hostes da Ação Integralista Brasileira sob o comando de V. Ex.ª. Nossos caminhos políticos se afastaram posteriormente. Na evolução de cada personalidade, nos rumos intelectuais de cada homem, há dêsses momentos de convergência. Mas o que me ficou daquela época inesquecível, entre outros benefícios culturais de que não me esquecerei, foi a admiração sincera pela probidade intelectual, pelo patriotismo e pelo desejo de servir que exornam a personalidade de V. Ex.ª (*Palmas*). Sou dos que pensam, Sr. Plínio Salgado, que o ponto em que hoje nos temos de firmar quando encaramos essa posição em que o nosso País se encontra, em face das demais nações do mundo e notadamente naquela área de confrontação e de polêmica que é a Organização das Nações Unidas, é a diferença entre neutralismo e independência.

O neutralismo é uma posição de abstenção proposital diante de blocos que se defrontam, e que aquêles que se dizem neutros não desejam acompanhar. A independência é mais do que o neutralismo, porque não é sequer uma posição comprometida

com essa obrigação muitas vêzes egoísta de guardar o meio-têrmo. A independência é, acima de tudo, aquela posição que não se curva aos interêsses de um bloco nem do outro, que não deseja ver a sua conduta internacional predeterminada por uma aliança (*Muito bem. Muito bem. Palmas*) ou já decidida por determinadas afinidades políticas consideradas, de modo sistemático, como irremediáveis. Na verdade, a independência é para nós uma posição, em que só nos ligamos, só nos vinculamos, só nos predeterminamos pela convicção democrática, fundamental ao nosso povo, pela concepção da paz e da ordem social, que nos dispomos a defender em todos os terrenos e para isso tanto podemos um dia estar com um bloco, como estar com outro; tanto fiscalizaremos os abusos e as injustiças de um, como os abusos e as injustiças de outro (*Muito bem. Muito bem. Palmas*) e também nos neutros, muitas vêzes, veremos uma posição isenta, capaz de interpretar os interêsses do grande número, como algumas vêzes verificaremos algo que se limita a uma estratégia política. (*Muito bem*). De sorte que nossa posição sendo independente, é muito mais do que se fôsse neutra, porque é posição só vinculada ao nosso próprio País e que nos permite olhar de coração limpo e cabeça alta as contendas e as rivalidades, procurando as posições resultantes do nosso legítimo interêsse nacional ou da nossa fidelidade incondicional a êsse ideal supremo da ação pública, que é a Justiça. (*Palmas*).

O Sr. Oswaldo Lima Filho — V. Ex.ª permite?

O Sr. San Tiago Dantas — Com muito prazer.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Sr. Deputado San Tiago Dantas, vai V. Ex.ª para o mais alto plenário do mundo representar o Brasil. Em outra oportunidade, já disse, em aparte, ao nobre Deputado José Maria de Alkmim, do que pensava acêrca do acêrto da providência do Sr. Presidente da República e dos méritos incontrastáveis com que V. Ex.ª assume esta alta investidura. O nobre Deputado Fernando Santana, falando pelo nosso partido, já expressou o pensamento coletivo. Devo, porém, acrescentar aqui as minhas congratulações pessoais, porque vejo sobretudo, na designação de V. Ex.ª para representante

do Brasil na ONU, onde as últimas esperanças de paz e de sobrevivência da civilização estão sendo jogadas a cada momento, vejo na designação de V. Ex.ª a confirmação da política corajosa e patriótica do Sr. Presidente da República. Convidado, no início dêste ano, por S. Ex.ª lá S. Ex.ª me afirmou e, por meu intermédio, ao nosso partido, a sua decisão patriótica de realizar esta política independente, de segurança, em consonância com os interêsses reais do Brasil, de manter relações com todos os povos e assegurar a emancipação econômica do País, e fazer valer a nossa independência, a nossa presença nos conselhos mundiais. É possível que eu tenha sido mal compreendido por alguns companheiros de partido, que, àquela época, não acreditavam na decisão presidencial. O Presidente, porém, vem cumprindo, com rara fidelidade, os compromissos dos comícios eleitorais e a política que anunciou. Vejo na designação de V. Ex.ª mais uma confirmação dessa política independente que é a única que pode servir aos interêsses do Brasil, servindo aos interêsses da preservação da paz mundial.

O Sr. San Tiago Dantas — O aparte de V. Ex.ª enriquece meu discurso e diz com elegância e precisão muitas daquelas idéias que procurei a êle incorporar.

O Sr. José Maria de Alkmim — Meu nobre colega, agora que V. Ex.ª está ultimando sua oração, penso seria oportuno pudesse trazer, depois que ouvimos a palavra do nobre Líder da Maioria, a V. Ex.ª, a segurança da inalterada solidariedade do bloco que integramos nesta Casa, no momento em que o eminente companheiro vai representar nosso País na Organização das Nações Unidas. Já tive oportunidade de afirmar a V. Ex.ª o que significa para nós sua indicação para aquêle pôsto mas o que ainda não tínhamos ocasião de registrar, nesta Casa, era espetáculo político da altura dêste que V. Ex.ª está proporcionando no último momento em que se despede da Câmara. Quero mesmo acentuar, nobre colega, em nome do bloco que tenho a honra de eventualmente liderar, que a oração que V. Ex.ª proferiu fixou um dos momentos mais altos da cultura política dêste País (*Palmas*) e nos dá, por igual, a certeza de que as responsabilidades que pesam sôbre V. Ex.ª estão perfeita-

mente ajustadas às suas possibilidades de cultura e ao seu patriotismo. Queira V. Ex.ª receber a solidariedade integral do bloco que tenho até agora constituído nesta Casa com sua participação, com sua cultura, com seu devotamento e, sobertudo, com sua capacidade de mobilizar tudo o que possuímos em benefício do País. (*Muito bem. Palmas*).

O Sr. San Tiago Dantas — Muito obrigado a V Ex.ª, nobre Deputado José Maria de Alkmim, pelas palavras proferidas e que me honram particularmente, constituindo mesmo a partir de hoje patrimônio da minha vida pública. Peço a V. Ex.ª transmita meus agradecimentos aos seus ilustres liderados, às fôrças que, nesta Casa, integram a maioria parlamentar e que com tanto denôdo e patriotismo vêm interpretando, reiteradas vêzes, os interêsses supremos de nosso País.

O Sr. Agnaldo Costa — Professor San Tiago Dantas, sou um dos mais modestos colegas de V. Ex.ª na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Já se disse aqui pela voz de ilustre colega, que, pela primeira vez que V. Ex.ª assomou à tribuna da Câmara, levava para ali a palavra da Universidade. Realmente, é o que acontece agora. A palavra da Universidade, principalmente, em se tratando de V. Ex.ª é a palavra da sabedoria, a palavra de serenidade, a palavra do equilíbrio e a do Direito. Estou certo de que, agora, tôda a Universidade do Brasil, principalmente pela sua Faculdade de Direito, pelo seu corpo docente, pelo seu corpo discente, de tôdas as unidades da Universidade se congrega no júbilo com que aplaude a indicação de V. Ex.ª para o alto pôsto de representante do Brasil na Organização das Nações Unidas. (*Palmas*).

O Sr. San Tiago Dantas — Muito obrigado, nobre colega. Suas palavras me trazem a evocação da nossa cara Congregação da Faculdade Nacional de Direito, à qual peço apresente também minhas despedidas.

Sr. Presidente, gostaria de terminar êste discurso sôbre a posição internacional do nosso País, notadamente em face da Organização das Nações Unidas, com a leitura de um tópico da mensagem presidencial.

Acredito que estas palavras, pela sua altitude, e sobretudo pelo sentido abrangente com que envolvem as diferentes posições particulares do País dirão melhor do que quaisquer outras considerações minhas, o que me parece ser aquêle penhor de garantia da nossa posição internacional, que a Câmara tem desejo de conhecer, no momento em que nos encaminhamos para a XVI Assembléia.

Diz a Mensagem.

"Nascido o Brasil de uma corrente histórica profundamente cristã, tendo evoluído em tôrno de ideais democráticos que vão agora cada vez mais profundamente marcando sua maneira de ser, somos membros natos do mundo livre e jamais perdemos consciência desta circunstância. Pelo contrário, mais claramente do que nunca, vemos hoje a responsabilidade que nos cabe, o que de essencial há a defender e a situação favorável em que se encontra o Brasil para exercer sua ação pelo exemplo e pela honestidade de propósitos. Essa noção mais clara de nossas possibilidades e responsabilidades, levou o Govêrno a assumir uma posição internacional e mais afirmativa e independente, sem desconhecer compromissos assumidos. A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará". (*Palmas*).

Sr. Presidente, gostaria que estas minhas últimas palavras proferidas no recinto desta Casa, que aprendi a amar e a admirar, não se limitassem apenas ao exame das questões de política externa, para as quais agora se voltam as minhas responsabilidades.

Esta despedida, eu não a imaginara bem assim. O que desejava trazer aos meus ilustres colegas era também muito das inquietações que aqui temos compartilhado e sobretudo um depoimento sincero desta minha curta, mas intensa experiência parlamentar. Conheço as inquietações e os problemas que vivem no espírito, na consciência de cada um de nós. Todos sabemos que somos hoje os representantes do povo nos quadros de um regime político que aspira, através da viva manifestação do eleitorado, a diversas reformas e modificações. Todos sabe-

mos que esta instituição parlamentar, cidadela das liberdades públicas, base fundamental da defesa da democracia e a realização de seus objetivos, é ela mesma uma instituição atingida por profundas crises; e que essas crises só não serão graves, só não são irremediáveis porque a consciência delas está no espírito de cada um dos representantes, e porque todos unânimemente participam do sentimento de que é necessário reformar, de que é necessário inovar, de que é necessário abrir novos caminhos, através dos quais não uma idéia antiga, mas uma idéia perene consiga incessantemente reafirmar-se. Tudo isto deveria ter sido, se tivesse conduzido essas despedidas inteiramente a meu gôsto, parte integrante das palavras que proferi.

Mas quero encerrar aqui as minhas atividades nesta legislatura dando uma prova de obediência à instituição parlamentar que cultuamos. V. Ex.ª já está sendo mais do que benevolente, está sendo carinhoso para comigo, em atrasar ilimitadamente a hora em que os nossos trabalhos devem passar à Ordem do Dia. Não deve, portanto, retardar por mais tempo o cumprimento dêste dever regimental. Quero apenas, Sr. Presidente, despedir-me de maneira mais especial desta Casa e dos ilustres representantes do povo que aqui têm assento, em primeiro lugar de V. Ex.ª, que aprendi a respeitar e admirar no alto desempenho que, dessa curul presidencial, dá ao seu cargo, intérprete fiel e rígido do Regimento Interno, condição única para que os trabalhos parlamentares se possam processar frutuosamente. (*Palmas*). Quero apresentar minhas despedidas aos nobres líderes do Bloco da Maioria e do Bloco da Minoria, ao eminente Deputado José Maria de Alkmim, ao eminente Deputado Pedro Aleixo e ao Deputado Nestor Duarte, que substituiu durante seu último impedimento, representando nesses dois parlamentares, que falam pelos dois mais vastos agrupamentos de fôrças constituídos dentro da Câmara dos Deputados, a magnífica afirmação de patriotismo e de espírito público e algumas vêzes, de sacrifício e até de heroísmo, em que consiste o cumprimento do dever parlamentar no nosso País.

Na verdade, os que contemplam o Congresso de fora, muitas vêzes cometem erros de perspectiva. Muitos ignoram dentro

destas paredes, esta efusão de espírito público que é, na verdade, o que mantém a chama acesa, e renova no Congresso as fontes de sua razão de ser. O que muitos não sabem é que êste espírito público está contra certos defeitos, contra certas deficiências, institucionais, que compromete, hoje, a eficiência do trabalho parlamentar e precisam ser eliminados, não de um dia para outro mas através de um esfôrço contínuo, talvez de mais de uma legislatura, ou de tôda uma geração de parlamentares.

Mas o que aqui vi, Sr. Presidente, o que aqui testemunhei com dedicação e patriotismo, desejo de servir faz com que eu ao descer desta tribuna me sinta muito mais confiante no futuro das nossas instituições políticas, e do regime democrático representativo, do que o era quando dei nesta Câmara os meus primeiros passos, ainda no Palácio Tiradentes, no antigo Distrito Federal. Não saio daqui levando desencantos, nem ressentimentos, nem rivalidade. Na verdade, posso dizer a V. Ex.ª, posso dizer individualmente a cada um dos senhores deputados, que êstes três anos e pouco que vivi na Câmara, conhecendo-a de perto e assistindo-lhe ao trabalho, foram altamente fecundos e altamente construtivos, e que dêles o que retirei foi uma confiança maior no Brasil.

Com estas palavras, Sr. Presidente, apresento a V. Ex.ª e à Câmara as minhas despedidas. (*Muito bem. Muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado*).

O Sr. Presidente (*Ranieri Mazzilli*) — Seja permitido ao Presidente desta Casa, no momento em que ela vive uma das suas horas altas, manifestar, pela Mesa da Câmara dos Deputados, as congratulações com o Govêrno da República pela designação para chefiar a Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas do nobre Deputado San Tiago Dantas. (*Palmas*).

Os pronunciamentos aqui feitos, unânimes no sentimento desta augusta Casa, pela designação de um dos nossos pares para tão alta missão no campo internacional, numa hora quase

interina do mundo, põe ainda mais em relêvo a presença do Parlamento brasileiro em tôda a vida nacional. (*Muito bem*).

Estamos convencidos, os integrantes da Mesa, de que o nobre Deputado San Tiago Dantas vai prosseguir no seu lúcido, inteligente e patriótico esfôrço em favor da causa do Brasil e, já agora da paz e do entendimento de tôdas as nações naquele organismo internacional.

Esta Casa tem o direito de registrar o seu afastamento com certa mágoa, por isso que dos mais altos valores que a integram, numa hora em que a instituição parlamentar não pode dispensar os seus autênticos valores e as suas mais afirmativas vocações. É entretanto, por igual, uma hora de valorização desta Casa, por isso que de reconhecimento dos méritos que podem ser positivamente apresentados pelos seus dignos integrantes.

Quero agradecer as referências pessoais que S. Ex.ª fêz, carinhosamente, ao modesto Presidente desta augusta Casa e reafirmar-lhe tôda a nossa mais alta e distinta consideração, pelo que nesta Casa sempre realizou em favor do prestígio desta instituição. (*Palmas*).

POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL. DISCURSO DE POSSE DO CHANCELER SAN TIAGO DANTAS AOS 11 DE SETEMBRO DE 1961 (*)

"É com plena consciência da extensão desta responsabilidade que assumo neste momento a direção da Chancelaria brasileira. O nosso País tem assistido muitas vêzes à cerimônia da transmissão do cargo de Ministro das Relações Exteriores, mas essa transmissão que em outros países, e porventura em outros departamentos do nosso Serviço Público, pode significar uma sensível transformação, aqui, pela fôrça das tradições consolidadas, pelo grau de definição a que atingiu o espírito dessa corporação profissional, tornou-se, na realidade, uma cerimônia que contém uma parcela diminuta de inovação. É o privilégio de uma Chancelaria, atingida a maturidade dos seus métodos e a plena definição dos seus objetivos, impor-se ao homem público que é chamado eventualmente a dirigi-la. Aqui venho para ser um intérprete e um servidor dessa tradição. Para recolher nos exemplos dos meus ilustres antecessores as normas que hão de pautar os meus atos, e sobretudo para procurar o maior entrosamento possível entre os objetivos permanentes da nosso política internacional e o programa que inspira o novo Govêrno instaurado no dia 8 de setembro, depois do Ato Adicional que entre nós estabeleceu o Govêrno de Gabinete.

Estamos saindo de uma importante crise institucional, que durante alguns dias manteve a Nação brasileira em estado de alarma e fêz, com razão, que a atenção dos povos se fixasse em nós para medir a extensão dos acontecimentos que nos envolviam e para sentir o grau de amadurecimento político de que íamos dar testemunho. Felizmente o desenvolvimento da crise,

(*) Transcrito desta *Revista*, n.º 16, dezembro de 1961.

e afinal a sua solução, provaram aquilo que já sabíamos e de que já nos orgulhávamos: que o sentimento da legalidade, que o senso da ordem jurídica, estão hoje tão profundamente enraizados na consciência do povo brasileiro, da sua classe política dirigente e das suas Fôrças Armadas, que muito mais importante do que as crises e a sua evolução, é essa elasticidade do nosso gênio político que não tardou em reconduzir-nos ao ponto de equilíbrio, e em deixar provado que a Nação brasileira não se afastará mais, em circunstância alguma, dos moldes da legalidade democrática em que estão vazados os nossos costumes e as nossas instituições.

A instituição parlamentarista não foi entre nós uma invenção inesperada. Há muitos anos que, de sessão em sessão legislativa, vem esta idéia ganhando corpo no espírito dos nossos legisladores. Já por várias vêzes alcançou ela maioria na Câmara dos Deputados e no Senado, sem ter, entretanto, atingido as maiorias qualificadas para sua aprovação. Havia, portanto, na consciência do País, uma preparação para a solução que neste momento adotamos. E quando nos vimos no dia 25 de agôsto diante da crise, sob todos os pontos de vista inesperada, da renúncia do Chefe de Estado aos deveres e aos direitos do seu cargo, era natural que a Nação estremecesse diante de um fato novo da sua vida institucional e que tivéssemos de procurar, através de soluções que se desdobraram diante dos olhos do povo e dos homens públicos, o ponto de equilíbrio que nos permitiria resolver e ultrapassar tôdas as dificuldades — o Govêrno de Gabinete, animado, nestas circunstâncias, de um espírito que é o da conciliação nacional.

Para sua constituição contribuíram todos os grandes Partidos políticos, e mesmo as agremiações que não se acham diretamente representadas no Conselho de Ministros, deram, cada uma a seu modo, a sua contribuição de apoio parlamentar, de tal maneira que hoje o Govêrno recém-estabelecido aparece-nos como a expressão legítima da vontade do Parlamento nacional, através da soberba contagem de votos alcançada na aprovação de sua investidura. Assim, o Govêrno que se inicia em nosso País, não é o Govêrno de um Partido, não é o Govêrno

de um homem, não é o Govêrno de uma corrente, nem de uma tendência. É sim o grande compromisso de tôdas as correntes políticas em que hoje se divide a opinião nacional, unidas no propósito exclusivo de promover a grandeza, o desenvolvimento e o fortalecimento do País e de assegurar o bem-estar do povo.

No campo da política externa a atitude do novo Govêrno não pode deixar de exprimir a continuidade perfeita com aquilo que se vinha praticando por meio desta Secretaria de Estado. Temos cada vez mais consciência do papel internacional reservado ao nosso País. Se de um lado a nossa política há de ser animada pelo objetivo nacional que perseguimos e há de ter como finalidade assegurar por todos os meios o nosso desenvolvimento econômico, o nosso progresso social e a estabilidade das instituições democráticas em nosso País, de outro lado cada vez estamos mais conscientes da nossa responsabilidade como protagonistas da vida internacional e sabemos que temos nossa contribuição a levar à causa da paz, a essa grande causa que é o pressuposto e a base de tôdas as outras e na qual tôdas as nações, grandes, médias e pequenas, são igualmente responsáveis. O nosso País cônscio de suas responsabilidades na ordem internacional e perfeitamente esclarecido a respeito dos objetivos nacionais que persegue, não pode deixar de ser cada vez mais o que tem sido, a saber — uma Nação independente, uma Nação fiel aos princípios democráticos em que se funda a sua ordem interna, fiel aos seus compromissos internacionais, assumidos com a aprovação do Congresso Nacional, fiel à grande causa da emancipação e do desenvolvimento econômico de todos os povos que nos levou a, com êles, nos solidarizarmos e a tomarmos, em tôdas as assembléias de que fazemos parte e em tôdas as ações diplomáticas que empreendemos, uma atitude, uma linha de conduta coerente e uniforme em defesa da emancipação dos povos e pela abolição dos resíduos do colonialismo no mundo. Não podemos também deixar de ser Nação decididamente empenhada na preservação e na aplicação do princípio de não intervenção na vida dos povos. Sabemos, por fôrça mesmo das nossas convicções democráticas, que a democracia é um regime que só se instaura de maneira eficaz, dura-

doura e válida quando procede do próprio sentimento e da própria vontade popular, quando não é o resultado de uma influência vinda de fora, mas o produto de uma evolução interna que tem como raiz o amadurecimento da vontade do povo. Por êsse motivo, temos sido e continuaremos a ser os defensores infatigáveis do princípio de não intervenção e da autodeterminação dos povos em tôdas aquelas circunstâncias e momentos em que êles devem ser aplicados. E aspiramos, como é natural, a uma dilatação cada vez maior das relações e dos contatos com todos os povos, não só porque dêsse modo nos habilitamos melhor para levar a nossa cooperação à grande obra da paz, como também porque sabemos que o nosso País, nos seus desígnios de desenvolvimento econômico, necessita cada vez mais de grandes mercados, pois o crescimento da nossa renda social exigirá inevitàvelmente que importemos sempre mais e mais, e se temos de importar, temos de exportar e, por conseguinte, não podemos colocar limites às nossas necessidades de expansão comercial.

Tais idéias, vitoriosas nesta Casa e apresentadas pela diplomacia brasileira em tôdas as oportunidades em que lhe têm sido confiadas missões, são também as idéias do novo Govêrno de Gabinete, que especìficamente decidiu reafirmar a continuidade da sua linha política dentro da melhor tradição da democracia brasileira, fiel aos nossos ideais, às nossas tradições cristãs, a todos êsses valores que formaram a nossa civilização e em defesa dos quais desejamos participar da vida internacional, provocando-os, defendendo-os, levando-os a todos os povos pelo valor intrínseco que nêles se contém.

É para mim uma grande satisfação receber neste momento a administração desta Secretaria de Estado das mãos do Embaixador Ilmar Penna Marinho, um dos nossos mais distintos diplomatas, representante dessa fina tradição intelectual e jurídica que é um dos apanágios desta Casa.

É também motivo de desvanecimento para mim substituir nesta Pasta o meu eminente amigo e um dos maiores homens públicos do nosso País, o Senador Afonso Arinos de Melo Franco.

Êle trouxe para o Itamaraty o lustre do seu nome, um dos nomes tutelares da diplomacia brasileira, e a essa magnífica tradição junta o galardão de um novo merecimento, por haver-se revelado um dos homens de mentalidade mais ampla, de espírito mais moderno e de maior desassombro na condução da nossa política externa.

Desejo ainda dirigir uma palavra especial de saudação ao Senado Federal. Se no Govêrno presidencialista já era o Senado um órgão essencial à condução da nossa política externa, no atual regime de Gabinete as suas atribuições ainda mais sobressaem, pois se é verdade que o Gabinete presta contas à Câmara e perante ela conduz a sua política tanto interna como externa, também é certo que o Senado integra a declaração de vontade, de que depende a execução da nossa política exterior. Espero que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados não faltarão, como até hoje nunca faltaram, a esta Casa, durante a gestão que se inicia, com uma colaboração valiosa, da qual necessitamos para infundir cada vez mais à nossa política externa êste sentido de manifestação da vontade do Executivo e do Legislativo, que é essencial à realização de um Govêrno de Gabinete.

Quero dirigir-me, finalmente, ao corpo de funcionários desta Casa, aos que neste momento se encontram na Secretaria de Estado desempenhando funções técnicas e administrativas e àqueles que se encontram no exterior em Embaixadas, Legações, Delegações e Consulados. Todos sabemos que a qualidade do corpo de funcionários com que conta o Ministério das Relações Exteriores é, sem dúvida, a pedra angular da política externa que temos podido realizar através de tantas administrações.

Esta Casa tornou-se, sem ofensa a qualquer outra, o modêlo e o orgulho do serviço público civil brasileiro. E, portanto, é para mim um motivo de profunda satisfação e de desvanecimento chefiar êste corpo que tanto tem dado e que sei continuará a dar ao nosso País.

Aqui, no tempo que me fôr dado permanecer à frente desta Chancelaria, posso assegurar a cada um dos funcionários do

Itamaraty que não me inspirará nenhuma preferência pessoal, nenhuma discriminação, nenhum espírito de grupo, mas o desejo de aproveitar a todos de acôrdo com seu merecimento, de abrir oportunidade para a colaboração que cada um queira e possa trazer à grande causa da expansão da nossa política externa em busca dos seus objetivos permanentes.

Desejo manifestar igualmente o meu respeito e a minha integral solidariedade aos dois eminentes homens públicos, que, na chefia do Estado e na chefia do Govêrno, dão hoje ao povo brasileiro garantia da execução de sua vontade e exprimem suas mais autênticas aspirações: *o Doutor João Goulart, líder incontestável* do nosso povo, por êle consagrado em eleições livres, e levado por um movimento irresistível de opinião à magistratura suprema do País; e o Doutor Tancredo Neves, estadista de vasto descortino, de largo patriotismo e provada experiência no trato da coisa pública.

Possa eu corresponder ao compromisso que comigo mesmo assumo de ser, nesta Casa de Rio Branco, em que se ilustraram tantos brasileiros cujos nomes se inscrevem entre os numes da nacionalidade, um Ministro dedicado, um servidor obediente às tradições que aqui encontra implantadas e que espera não deslustrar."

RESPOSTA A INTERPELAÇÕES DOS SRS. DEPUTADOS (*)

O Sr. Ministro San Tiago Dantas (*Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, estando presente à Câmara, apesar de ver que a hora do Expediente já vai avançada, pergunto a V. Ex.ª se posso fazer uso da palavra imediatamente, para responder a numerosas interpelações dirigidas à Mesa para serem apresentadas ao Ministro das Relações Exteriores.

O Sr. Presidente (*Ranieri Mazzilli*) — O nobre Ministro San Tiago Dantas consulta sôbre se, nesta hora, já correspondente ao horário da Ordem do Dia, poderia usar da palavra para responder a interpelações que lhe foram dirigidas por membros desta Casa. Sabe S. Ex.ª que não dispomos ainda, no Regimento, de normas para regular nossos trabalhos, nesta fase. Entretanto, o Presidente pensa que interpretará o desejo do plenário conferindo a S. Ex.ª, neste momento, a palavra para responder a indagações feitas, até porque reclamações têm surgido sôbre a conveniência de virem os Srs. Ministros, com oportunidade, estabelecer o diálogo nesta Casa. Nessas condições, entendo não haveria prejuízo para os nossos trabalhos, uma vez que seria possível prorrogar de ofício a hora destinada a esta sessão, a fim de recuperar para a Ordem do Dia o tempo correspondente àquele usado pelo Sr. Ministro San Tiago Dantas nas respostas às interpelações. Vou conceder, portanto, ao Sr. Ministro San Tiago Dantas, em caráter excepcional, hora e meia para responder às interpelações. Desde já prorrogo, de ofício, esta sessão por hora e meia.

Com a palavra o Sr. Ministro San Tiago Dantas, para responder às interpelações feitas a S. Ex.ª e que serão lidas na Mesa.

(*) Transcrito do *Diário do Congresso Nacional* de 13 de outubro de 1961.

O Sr. Celso Brant — Sr. Presidente, para uma reclamação, com autorização do Sr. Orador.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) — Pediria a V. Ex.ª, desde que, já agora, a palavra foi deferida ao Sr. Ministro de Estado, que V. Ex.ª se reservasse para apresentar a sua reclamação ao fim da oração de Sua Excelência.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Se V. Ex.ª não vê inconveniente, e se depende de licença do orador, como eu tinha prometido ao Deputado Celso Brant que lhe concederia esta oportunidade, não tenho nenhum obstáculo a que S. Ex.ª faça a reclamação, que diz ser breve.

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) — O Deputado Celso Brant acaba de receber mais uma demonstração do cavalheirismo de V. Ex.ª, mas no interêsse da disciplina dos nossos trabalhos, seria de tôda a conveniência que o nobre colega aguardasse o final da oração do nobre Ministro San Tiago Dantas.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas (*Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, era minha intenção, desde o primeiro dia em que aqui se apresentou...

O Sr. Presidente (Ranieri Mazzilli) — V. Ex.ª perdoará interrompê-lo, mas não pude fazer esta declaração antes de iniciar V. Ex.ª a sua oração.

Devo esclarecer ao plenário que o Sr. Ministro vai responder ùnicamente às interpelações que formalmente já foram apresentadas a S. Ex.ª por intermédio da Mesa. Não poderão ser feitas, nesta oportunidade, outras interpelações.

Muito grato a V. Ex.ª, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Sr. Presidente, no próprio dia em que o Sr. Presidente do Conselho compareceu a esta Casa para dar leitura ao programa do novo Gabinete, manifestei o desejo de responder de pronto a duas interpelações então apresentadas.

A primeira era antes uma moção, porque o que nela se continha, sobretudo, era uma advertência sôbre a linha geral da

política externa, com recomendação expressa de que o Govêrno se mantivesse dentro de determinados princípios, conforme o seu signatário, o ilustre Deputado João Mendes, em nome do grupo parlamentar que representa, entendia dever proceder o Govêrno.

A segunda era uma série de perguntas apresentadas pelo Partido de Representação Popular e que visava, de maneira tópica, diversos pontos da política externa.

A Casa recorda-se que, nessa ocasião, V. Ex.ª, Sr. Presidente, em sua alta sabedoria, entendeu não ser oportuna a resposta a interpelações. A sessão era especialmente convocada para moção de confiança. Por isso, e pela dificuldade que ainda se nos depara quanto ao funcionamento formal do regime parlamentarista, é que retardei tanto as respostas, que hoje trago a êste plenário e espero tornar tão claras e positivas quanto o desejam aquêles que as requereram. Vou, porém, ater-me à ordem cronológica dos pedidos de informações.

O primeiro que encontro é o do nobre Deputado Fernando Ferrari. Todo êle se refere à política brasileiro-boliviana, na multiplicidade de seus aspectos. O ilustre Deputado Fernando Ferrari me permitirá englobar alguns dos itens destacados no seu questionário, pois, na verdade, os diferentes aspectos desta interpelação se interpretam ìntimamente.

Desde o início da atual administração, Sr. Presidente, nenhum problema nos pareceu ter prioridade sôbre êste, focalizado, com tanta propriedade, na interpelação. Como bem acentua o interpelante, o complexo das relações entre o Brasil e a Bolívia sofreu, nos últimos tempos, algo que não merece ser chamado de crise, mas que constitui, certamente, um retardamento, com prejuízo manifesto para o desenvolvimento das relações econômicas entre os dois países.

A Câmara conhece melhor do que ninguém os motivos dessa paralisação. Os acôrdos assinados em Roboré dividiam-se em duas partes. De um lado, dez convênios, elaborados sob forma de tratado, e um protocolo foram enviados ao Congresso para

obterem a sua completa aprovação. Vinte outros revestiram-se da forma de notas reversais, técnica que, nas práticas das relações internacionais, corresponde, de preferência, ao aditamento, aos esclarecimentos e às interpretações dos tratados assinados. Entre essas reversais, quatro, sobretudo, despertaram a atenção do Congresso: a Reversal n.º 1, que se referia a uma retificação de limites entre a Bolívia e o Brasil; a Reversal n.º 2, que estabelecia uma modificação das garantias dos débitos bolivianos para com o nosso País; e as Reversais n.os 6 e 7, que se referiam à exploração do petróleo, na área reservada às concessões boliviano-brasileiras.

Na ampla investigação dêsses documentos, a que se procedeu nesta Casa, quer no plenário, quer na Comissão de Relações Exteriores, avultou a convicção de que tais instrumentos internacionais, pela natureza da matéria nêles regulada, excediam os limites formais de uma simples nota e que, por conseguinte, melhor teria sido dar-se-lhes a forma de um tratado e mandá-los à aprovação do Poder Legislativo.

O Sr. Fernando Ferrari — Exatamente.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — O que se desenvolveu então no Congresso está presente no espírito de todos, porque foi, sem dúvida, um dos pontos altos dos debates travados no curso da atual legislatura. E era natural que essa controvérsia, enquanto se desenvolvia, se refletisse sôbre o andamento de todos os outros instrumentos boliviano-brasileiros então avançados.

Assim, os convênios sôbre comércio entre o Brasil e a Bolívia, sôbre estabelecimento de portos francos em Santos, Pôrto Velho e Corumbá, sôbre o comércio inter-regional, sôbre a cooperação técnica entre os dois países e mesmo sôbre matéria cultural, sofreram um retardamento de tramitação. Alguns chegaram a entrar em Ordem do Dia, mas, ao virem a conhecimento do plenário, no momento da votação, quando não se podiam fixar bem os limites da controvérsia, o nobre Deputado João Menezes, atuando na qualidade de líder da maioria, apresentou requerimento para o adiamento da votação. Desde essa época,

1959, a matéria dos convênios não progrediu mais, nos trabalhos legislativos. Alguns ainda se encontram em comissões; e cinco se acham prontos para inclusão em Ordem do Dia.

Quanto às reversais, das vinte a que me referi, sòmente quatro foram consideradas no curso dos debates matéria estritamente nova e exigindo, por conseguinte, diferente formalização. Por êste motivo, apresentou-se o projeto, de que todos se recordam, ordenando que aquelas quatro notas fôssem trazidas pelo Poder Executivo à consideração da Câmara e do Senado, dando-se-lhes, apesar da forma de que se revestiam, a tramitação específica dos tratados. A proposição logrou aprovação na Câmara e foi ao Senado, onde ainda não existe pronunciamento definitivo.

O Sr. Fernando Ferrari — Permite V. Ex.ª um aparte?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Se V. Ex.ª o desejar, com muito prazer, mas as minhas informações estão apenas em curso.

O Sr. Fernando Ferrari — O aparte é absolutamente pertinente à matéria agora focalizada por V. Ex.ª. Desejo antes agradecer a V. Ex.ª pela gentileza que teve para com o autor do requerimento inicial e cumprimentá-lo, mínimo com afeto (*sic*), por êsse gesto que, pràticamente, significa o início do funcionamento do novo sistema. V. Ex.ª declarou há poucos instantes que a procrastinação do exame dos novos tratados com a Bolívia percurtira diretamente em todos os atos que seriam executados na ocasião. Quando V. Ex.ª se refere a todos os atos, pergunto se inclui nêles também a Estrada de Ferro Corumbá—Santa Cruz de la Sierra. Essa pergunta é muito importante, como verá a seguir, porque sustento essa Estrada La Sierra—Corumbá foi de fato o empreendimento que mais sofreu, que ficou pràticamente paralisado ao largo do tempo, o que criou, no meu modo de entender, para nós brasileiros, uma repercussão altamente negativa, principalmente no oriente boliviano. Gostaria que V. Ex.ª desvinculasse a tramitação dos acôrdos gerais, na Câmara, dessa obra que, no meu modo de entender, deveria

ser examinada à parte. Era o que tinha a dizer a V. Ex.ª, com o meu muito obrigado pela oportunidade.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — O seu aparte é, de fato, pertinente. Nenhuma vinculação se pode estabelecer entre a tramitação de atos submetidos à aprovação do Legislativo e o andamento de uma questão de ordem administrativa que se processa em esfera diferente do Govêrno.

O Sr. Fernando Ferrari — Muito obrigado a V. Ex.ª.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — No tocante à parte dependente de apreciação do Legislativo, desde o momento em que a nova administração se dispôs a examinar o complexo das relações entre o Brasil e a Bolívia, era natural que começássemos por procurar sondar, em todos os seus fundamentos, a atitude, a reação do Legislativo. Foi êste o critério que inspirou o Ministério das Relações Exteriores, e por êsse motivo desde logo tive a honra de reunir-me com o meu eminente colega, Ministro das Minas e Energia, Deputado Gabriel Passos, que, como todos se recordam, foi o relator da matéria perante a Comissão de Relações Exteriores, escrevendo sôbre ela, um brilhante e exaustivo trabalho, em que examina o problema na totalidade dos seus aspectos. Juntos percorremos os diferentes aspectos da questão. Tivemos, depois, oportunidade de avistar-nos com alguns deputados que haviam participado mais diretamente dos debates e de assim sentir melhor a posição do Legislativo, em face da questão. A resolução tomada pelo Govêrno foi então a seguinte. Quanto às quatro reversais, o Govêrno vem ao encontro da opinião expressa pela Câmara de que a matéria é daquelas que podem deixar de ser submetidas a debate amplo e à apreciação plena do Legislativo e entende, por isso, que não lhe é necessário aguardar a tramitação integral daquela proposição que tornaria obrigatório o envio das reversais ao Congresso. E é com prazer que comunico a V. Ex.ª e à Casa que, na próxima semana, deve dar entrada nesta Câmara a Mensagem do Poder Executivo que submete à apreciação do Congresso as quatro notas reversais. (*Muito bem*).

Dessa maneira, Sr. Presidente, fica atendido o primeiro e, a meu ver, o mais importante aspecto da questão. Em matéria de tanta monta, onde interêsses de tanto vulto se debatem, não se poderia compreender que a politica seguida pelo Brasil resultasse apenas de elaboração de um dos seus poderes, pois indispensável, quer raciocinemos em têrmos de regime presidencial, quer o façamos em têrmos de regime parlamentar, que uma política do petróleo, em ponto tão sensível, seja a tradução fiel do pensamento dos dois Poderes. Por conseguinte, as quatro Notas Reversais virão ao debate desta Câmara e, de acôrdo com as reações que aqui se observarem, de acôrdo com os pontos que se tornarem mais salientes nas críticas feitas, o Govêrno não terá dúvida em patrocinar o exame daquelas questões consideradas fundamentais, dentro de um espírito que sendo o da defesa dos interêsses do Brasil é também o da defesa dos interêsses da Bolívia, porque é uma particularidade na política internacional no nosso País, e, especialmente, americana, não haver antagonismos com os nossos vizinhos e dar sempre aos nossos problemas soluções, e certamente continuarem assim, que são as soluções também dos problemas continentais. (*Muito bem*). Por isso, longe de uma atitude de revisionismo perante a Bolívia, temos a certeza de que estaremos indo ao encontro de interêsses comuns. Animados pelo pensamento de que em matéria de tão alta monta Brasil e Bolívia têm uma causa comum havemos de examinar nesta Casa as quatro Notas Reversais. Quanto, Sr. Presidente, ao protocolo sôbre navegação, o Congresso houve por bem abrir, em relação a êsse instrumento, uma exceção. Êle transitou pela Câmara e pelo Senado e já se converteu em lei.

Quanto aos 10 convênios a que inicialmente me referi, predominantemente comerciais e um dêles cultural, já exprimi a V. Ex.ª, Presidente desta Casa, o desejo do Govêrno de ver reativar-se o seu andamento, já que nada existe, no seu contexto, que tenha sido objeto de dúvida ou de controvérsia de maior monta. E, neste momento, valendo-me das liberdades que o novo regime nos faculta, estou procurando entender-me diretamente com os relatores da matéria nas Comissões para pedir-

lhes colaboração, a fim de que, dentro do mais breve prazo, possamos demonstrar à Bolívia que o Brasil não tem motivo algum para retardar, por mais tempo, a promulgação de instrumentos que não foram aqui objeto de controvérsia e que, pela sua natureza, servem — e servem muito bem — ao desenvolvimento das relações dos dois países.

Passo agora ao caso da estrada de ferro. Êste é um ponto sôbre o qual gostaria de alongar-me e tenho a esperança de mais para diante, quando não tenha de responder a uma série de interpelações, como estas, poder examinar melhor certos aspectos políticos e técnicos desta apaixonante questão. Mas o que posso dizer, desde já, é que o Govêrno brasileiro considera também, como o eminente interpelante, o problema da Estrada de Ferro Brasil—Bolívia como um dos mais dignos de atenção e de solução pronta no quadro das nossas atividades internacionais. Neste momento, posso dizer que já me entendi com o eminente Relator da matéria na Comissão de Finanças, o nobre Deputado Badaró Júnior, a quem agradeço haver dado andamento imediato ao projeto que autoriza a cobertura de novo crédito para prosseguimento das obras e para reaparelhamento de determinados trechos da ferrovia já construídos. Mas, como esta matéria é de grande delicadeza técnica e como julgamos necessário, na presente quadra das nossas dificuldades financeiras, dar balanço exato nos compromissos imediatos que ela representa, o Govêrno houve por bem constituir um grupo interno de trabalho, integrado por eminentes engenheiros ferroviários, com as mais altas responsabilidades na nossa administração, sob a direção do Presidente da Rêde Ferroviária Federal, para dar parecer sôbre determinados aspectos técnicos e financeiros, que permitirão ao Govêrno programar devidamente os investimentos que há de realizar nesta matéria.

O Sr. Fernando Ferrari — Permita-me rápida intervenção?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Com muito prazer.

O Sr. Fernando Ferrari — Sou muito grato a V. Ex.ª pela sua gentileza e pelo seu cavalheirismo. Quero lembrar que os estudos técnicos da referida estrada estão prontos há cêrca de

8 anos. Lembro também que o Presidente Café Filho deu essa estrada por inaugurada. Com a sua construção, segundo informações oficiais que obtive do seu ilustre antecessor, foram gastos já 3 bilhões de cruzeiros e são necessários outros 3 bilhões para ultimá-la. Veja V. Ex.ª: estamos num País de inaugurações de obras, onde Governos e Presidentes da República inauguram obras inacabadas. O trajeto dessa estrada de Corumbá a Santa Cruz de la Sierra é de 530 km. Dêstes, apenas 100 km estão ensaibrados. O resto está entregue ao tempo, esboroando-se numa dilapidação impiedosa e lamentável dos recursos da Nação brasileira. Faz bem V. Ex.ª quando realça a importância da estrada de integração nacional, sobretudo de ligação do Brasil com todo o oriente boliviano, ainda mais se levarmos em conta as recentes visitas do Presidente Frondizi à Bolívia, quando prometeu inclusive conseguir para a estrada argentina que transporta o petróleo do sul, como sabe V. Ex.ª, uma concessão até o Chile, pràticamente a ligação com a bacia amazônica. Louvo a V. Ex.ª quando focaliza relevância do problema, que é de alta gravidade, porque interêsses profundos e amplos estão sendo jogados no oriente boliviano. Agora, digo a V. Ex.ª, cônscio de minha responsabilidade de humilde patriota que estudou profundamente êste assunto: tècnicamente, êle está equacionado. Basta que o Govêrno, de fato — e o Govêrno tem tantos poderes, inclusive o de emitir, pois para obra como esta defendo inclusive o recurso da emissão, porque ela é de integração econômica, de integração política e de integração social — queira imediatamente aplicar os 3 bilhões de cruzeiros, ultimando a estrada e também a ponte sôbre o Rio Grande, que, como V. Ex.ª não ignora, custará 800 milhões de cruzeiros e já está quase em fase final. Por isso fiz êste reparo, com o respeito e a admiração que tenho por V. Ex.ª. No meu entender, para finalizar as obras dessa estrada não se precisa mais de estudos técnicos, porque a Comissão brasileiro-boliviana, que funciona junto ao Itamaraty, já os levantou e os tem prontos. Basta apenas executá-los.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — V. Ex.ª, conhecedor profundo do assunto como é, traz às minhas explicações a contribuição de que elas precisam.

O Sr. Fernando Ferrari — Muito generoso é V. Ex.ª.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Na realidade, os estudos técnicos sôbre essa estrada, estão, como V. Ex.ª diz, concluídos há 8 anos e ela já tanto se adiantou na sua execução que, de certo modo, pôde ser considerada obra concluída e merecer as galas de uma inauguração.

Mas, depois de chegar a essa etapa de execução, a estrada se deteriorou em muitos pontos. Grande parte dessas novas obras a que V. Ex.ª alude, e que podem muito bem vir a orçar por 3 bilhões de cruzeiros, grande parte dessas obras não dizem mais com os estudos técnicos inicialmente estabelecidos, apenas com trabalhos de reparos e de recuperação. Seria dever do Govêrno antes de dar início a investimento de tanto vulto, avaliá-lo devidamente. E é para essa avaliação, para êsse balizamento dos compromissos, que as providências a que aludi foram tomadas.

Aí estão, Srs. Deputados, os pontos fundamentais que me considerei no dever de trazer ao conhecimento da Câmara, em resposta à oportuna interpelação do nobre Deputado Fernando Ferrari.

Ouço o aparte do nobre Deputado Neiva Moreira.

O Sr. Neiva Moreira — Sr. Ministro, como tôda a Casa sabe, a Estrada de Ferro Corumbá—Santa Cruz virtualmente atravessa um deserto, com pequenas povoações ao longo de seus 530 quilômetros. Tal de certo não ocorre com a de Jacoíba—Santa Cruz, de iniciativa e construção do Govêrno argentino e que atravessa uma rica faixa da região subandina daquele País, com um mercado já um tanto organizado e com uma exportação em crescente expansão. A meu ver, êsse investimento é realmente importante. Não só se justifica no quadro geral de uma política econômica, mas até de uma política diplomática em relação ao Govêrno boliviano e à Bolívia de modo geral. V. Ex.ª certamente está advertido para êsse aspecto, mas não será demais repisá-lo. Êsse investimento suplementar é oneroso, mas necessário e imprescindível, porque resguarda inclusive investimen-

tos já realizados. Êle deve, no entanto, partir de uma avaliação objetiva dos interêsses diplomáticos, sobretudo de uma obra econômica comum que possa vincular o Brasil e a Bolívia na exploração e no desenvolvimento daquela região atravessada pela Estrada de Ferro Santa Cruz—Corumbá. Se isto não fôr feito dentro de algum tempo, evidentemente não haverá possibilidade de manter-se tráfego normal numa estrada que será permanentemente antieconômica.

O SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS — O Govêrno jamais considerou, creio eu — e sob a presente administração certamente não considera — o investimento da Estrada de Ferro Brasil—Bolívia senão como parte integrante de um programa essencialmente político. Êsse programa não é de influência do Brasil sôbre nenhum país, pois o Brasil de maneira alguma deseja esposar, na sua política externa, o critério da expansão de áreas de influência (*Muito bem*), mas é, sim, uma política de cooperação e de solidariedade. V. Ex.ª acentuou muito bem que o entrosamento econômico, na multiplicidade de seus aspectos, é indispensável para que uma estrada como esta se vivifique e se legitime. O Brasil, certamente, quer no que diz respeito aos interêsses bolivianos comuns aos dois países, quer quanto às possibilidades de atendermos, com o nosso parque manufatureiro às necessidades do consumo da população boliviana, quer em outros aspectos em que as economias dos dois países se possam tornar complementares, encontrará os meios de tornar êsse investimento essencialmente político também investimento econômicamente fundamentado, e, desta forma, um meio, um instrumento de interpenetração, de cooperação econômica e de fortalecimento para as economias de dois países que têm sido tão estreitamente solidários em todos os lances de sua História.

O Sr. Neiva Moreira — Permita-me novo reparo. V. Ex.ª tem inteira razão na exposição que faz, em relação à política brasileiro-boliviana, quanto à Estrada de Ferro Corumbá—Santa Cruz de la Sierra. É evidente, porém, que a política brasileira na Bolívia, ou a política boliviano-brasileira, que poderia ser objeto de amplo debate, impossível neste instante, não tem

dado a amplitude a que se refere V. Ex.ª no exame dos interêsses comuns dos dois países, porque as pressões que se exercem na política externa brasileira e mesmo na política externa da Bolívia têm conduzido nosso País e também a Bolívia a decisões e orientações ruinosas a ambas as partes.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Acredito que V. Ex.ª em grande parte tenha razão. São as vicissitudes próprias de uma política externa sujeita a altos e baixos e, algumas vêzes a desvios infelizes, como tem sido a dos Estados americanos, inclusive o Brasil.

O Sr. Neiva Moreira — Estando o Itamaraty entregue a um homem da inteligência e do esclarecimento de V. Ex.ª, de quem se pode discordar, mas a cuja capacidade sempre se rende homenagem, não poderá deixar de examinar êsses problemas e aspectos mais profundos da realidade econômica e diplomática dos dois países, sem o que seremos sempre vítimas das mesmas fôrças que impedem há tanto tempo uma política de harmonia, entendimento e cooperação, vindo isso em detrimento não apenas dos nossos vizinhos mais atentos e vigilantes, mas em favor de fôrças externas, muito mais poderosas, desejosas sobretudo de explorar em causa própria as riquezas dos dois países.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Agradeço o aparte construtivo de V. Ex.ª.

Quero, encerrando o assunto, dizer mais ainda, abordando o tópico da interpelação do Deputado Fernando Ferrari alusivo à nomeação de Embaixador, que o Ministério das Relações Exteriores é o primeiro a lamentar que pôsto de tanta importância para as nossas relações externas como a Missão de La Paz tenha ficado tanto tempo sem provimento efetivo. As circunstâncias não nos favoreceram neste caso, porque temos sempre procurado dar a êste pôsto alto provimento. Os Governos que se vêm sucedendo têm timbrado em procurar para êle homens capazes de compreender êste complexo de relações econômicas e políticas, e as dificuldades de escolha têm sido muitas vêzes aumentadas em virtude de condições físicas peculiares ao pôsto de La Paz. Entretanto, não podemos esquecer que a penúltima

escolha feita pelo Brasil para sua representação na Bolívia, através do ex-Presidente Jânio Quadros, recaiu na pessoa do Dr. Tancredo Neves, que hoje chefia o Govêrno parlamentar do País. E a escolha que se seguiu recaiu na pessoa do General Amaury Kruel, dos mais distintos membros das nossas classes armadas. Infelizmente, as circunstâncias políticas não levaram êsses embaixadores escolhidos, um dêles até já nomeado, a poder assumir o pôsto. Mas posso dizer à Câmara que, neste momento, o Itamaraty já tem em estudos adiantados o provimento da Embaixada de La Paz e que dentro de poucos dias espera divulgar o nome a que o Govêrno boliviano tenha dado sua aquiescência.

O Sr. Derville Allegretti — Permite-me V. Ex.ª ?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Pois não.

O Sr. Derville Allegretti — Agradeço a V. Ex.ª Sr. Ministro a oportunidade que me dá de aparteá-lo.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Com grande prazer e honra para mim.

O Sr. Derville Allegretti — Sr. Ministro, quando houve a distribuição da região petrolífera de Santa Cruz de la Sierra, por motivos do momento cabendo ao nosso País a região pior, a região petrolífera mais pobre, a região em que o petróleo pesquisado, quando aparece, aparece paupérrimo, pergunto a V. Ex.ª se a Estrada de Ferro Corumbá—Santa Cruz de la Sierra tinha como ponto principal da sua construção o transporte do petróleo boliviano. Não tendo sido possível para o nosso País obter na escolha do terreno a parte petrolífera pròpriamente dita, pergunto a V. Ex.ª e ao atual Govêrno — Qual a importância que tem para o Brasil a Estrada de Ferro Corumbá—Santa Cruz de la Sierra, na situação atual?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Queria pedir licença a V. Ex.ª para adiar o esclarecimento correspondente a essa pergunta para quando voltarmos a debater as questões relativas às nossas relações econômicas com a Bolívia, contando com a presença do meu eminente colega, o Ministro das Minas e

Energia. Ficou entre nós assentado que esta questão não seria conduzida apenas pelo Ministério das Relações Exteriores, já que a êste cabe, precìpuamente, o aspecto internacional e político. Mas é evidente que sobretudo no que diz respeito à política geral de suprimento de petróleo para nosso País, a ação do Itamaraty é essencialmente ação executória de uma política cuja formulação procede de outros setores da administração. Por isso pediria a V. Ex.ª para examinarmos êsse aspecto, que me permitiria chamar do ponto de vista econômico mais substantivo, aguardássemos a reabertura do debate que vamos ter dentro de poucos dias, quando aqui estiverem as Notas Reversais n.ºs 6 e 7, e pudermos discutir contando com a presença do eminente titular da Pasta das Minas e Energia.

O Sr. Fernando Ferrari — Vejo que V. Ex.ª, pela resposta que concede ao nobre Deputado Derville Allegretti, se propõe também adiar o item da interpelação que trata da proteção das emprêsas brasileiras que operam na zona subandina. Reconheço ser êste um dos itens mais importantes, que provocaria longo debate, pois em verdade o assunto é altamente sedutor e quaisquer que sejam as perspectivas por que o encaremos, poderíamos expor à consideração da Casa aspectos amplos e profundos. Mas sabe V. Ex.ª que há ali, principalmente em Charaguá, hoje, capitais enormes, inversões muito grandes, na maior parte brasileiras, correndo risco muito sério e êste é o ponto relevante. Gostaria de conhecer sua opinião e, se V. Ex.ª não puder manifestá-la agora, como consta dos itens da interpelação, o fará oportunamente. É item importante que gostaríamos de debater com V. Ex.ª, inteligência que admiramos. Vejo que V. Ex.ª também, Sr. Ministro — deduzo das suas declarações — pretende dar preferência absoluta à continuidade das obras da Estrada de Ferro Santa Cruz de la Sierra—Corumbá. Não quero rebater o problema com V. Ex.ª porque V. Ex.ª diz que voltará à Câmara em debate mais amplo, com seu eminente colega das Minas e Energia. Apenas para concluir meu aparte ao seu brilhante discurso, quero lembrá-lo de fato relevante. Esta estrada, como sabe V. Ex.ª, foi feita para unir dois povos, para ligar duas comunidades pràticamente de idên-

tica civilização e com idêntico destino na América Latina. No entanto, está desunindo. Ao invés de ser a estrada da união nacional está sendo estrada de desunião, pelos erros, lacunas e verdadeiros crimes de omissão cometidos na sua construção e no seu andamento. Mas isto é tema para outro debate e V. Ex.ª ao me dizer que o Govêrno atual está interessado em dar preferência absoluta a essa continuidade, tenho o dever já ético de não insistir.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Quanto ao regime das companhias brasileiras, que operam na área boliviana reservada à exploração conjunta com o nosso País, creio que V. Ex.ª, nobre Deputado Fernando Ferrari, concordará comigo em que o momento próprio para um debate produtivo será aquêle em que aqui debatamos, dentro de poucos dias, as Notas Reversais n.os 6 e 7.

Quanto ao que V. Ex.ª acaba de dizer, com tanta propriedade, que a estrada, tal como tem sido tratada desune mais do que une, estou de acôrdo.

O Sr. Fernando Ferrari — Muito grato a V. Ex.ª.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — E o que posso declarar a V. Ex.ª e à Câmara e, através desta tribuna, a todo o País, é que o Govêrno não tem, no que toca às questões de ordem administrativa e de ordem legal, que formam o tecido das nossas relações com a Bolívia, outro propósito, outra finalidade imediata ou remota senão a de transformar êsses focos de debate, num tecido de confiança mútua, de entendimento sincero e que possa, de fato, unir em vez de desunir.

O Sr. Fernando Ferrari — Meus aplausos a V. Ex.ª.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — O nobre Deputado José Bonifácio requer também que o Govêrno informe se o acôrdo de consolidação de compromissos comerciais assinado no dia 19 do corrente, no Rio de Janeiro, entre o Govêrno brasileiro e o francês, envolve o acôrdo de resgate a que se refere o Decreto Legislativo n.º 13, de 6 de outubro de 1959.

A essa interpelação ser-me-ia fácil responder pela simples negativa, pois nada existe no acôrdo que se relacione nem de

longe ao acôrdo de resgate. Trata-se, exclusivamente, de plano de amortização de débitos comerciais parcelados por vários anos, representando uma cooperação trazida pelo Govêrno francês ao esquema de pagamento de nossos compromissos comerciais. Nada existe nesse acôrdo que não tenha sua origem no comércio; nada existe nêle de financeiro; nada que se relacione com os títulos de qualquer dessas reclamações designadas habitualmente sob o título genérico de contencioso francês.

Mas, Sr. Presidente, se eu me limitasse à negativa estaria sendo exato, estaria sendo verdadeiro, mas não estaria sendo *justo. O que não posso* deixar de dizer neste momento e desta tribuna à Câmara dos Deputados e ao País, é que o Brasil se tornou devedor ao povo francês e ao seu Govêrno, pela elegância com que negociou, ajustou e firmou êsse acôrdo, sem nos fazer a menor exigência a respeito do acôrdo de resgate e da liquidação dessas obrigações.

É muito importante na vida dos povos assinalar os gestos que fortalecem, que estreitam um sistema de relações. Ninguém ignora que os negociadores brasileiros, em qualquer capital que cheguem sofrem, naturalmente, o assédio daqueles que têm reclamações fundadas em direitos antigos, em interêsses não completamente liquidados ou em questões para as quais pretendam esta ou aquela forma de liquidação. O mesmo haveria de acontecer no caso das negociações com a França, mas o que predominou e o que nos conduziu ao acôrdo, firmado há poucas semanas no Itamaraty, foi o desejo do Govêrno francês de mostrar ao Brasil que não vinculava uma coisa à outra e que no momento em que se tratava de estudar um esquema de liquidação de compromissos comerciais, não desejava aproveitar a oportunidade para chamar à tona a questão do contencioso e obter, direta ou indiretamente, uma regulamentação. Êsse gesto não pode passar despercebido aos brasileiros, tem sua significação e seu pêso na estrutura das relações entre os dois países.

A interpelação seguinte, Sr. Presidente, é a de número 13, apresentada pelo nobre Deputado Abel Rafael. Ela se divide em vários itens e, antes de abordá-los, quero pedir licença para fazer uma consideração sem a qual acredito seria difícil a qual-

quer Ministro das Relações Exteriores, sobretudo a mim, poder enfrentar um quadro de interpelações. O esclarecimento preliminar que desejo dar, Sr. Presidente, diz respeito a uma diferença fundamental entre a opinião que devemos emitir sôbre um problema de ordem internacional a propósito do qual o nosso País está sendo imediatamente chamado a deliberar, ou relativamente a uma questão ainda não colocada, que abordaríamos de um ponto de vista puramente acadêmico, que, abordado dêsse ponto de vista puramente acadêmico, em vez de constituir na verdade, um esclarecimento construtivo, poderia constituir apenas motivo para divagação intelectual.

Há naturalmente, entre homens que se interessam pelas questões internacionais, muitas curiosidades, muitas posições doutrinárias assumidas, muitas tendências que os homens de boa fé estimam conferir. Mas a responsabilidade de uma Chancelaria é esclarecer sôbre os fatos que se estão passando e em relação aos quais ela está sendo chamada a agir. De outro modo, as enunciações dos pensamentos adquirem caráter puramente hipotético, ao mesmo tempo que podem revestir aspecto perturbador.

O primeiro item sôbre o qual o eminente Deputado por Minas Gerais interpela o Ministro das Relações Exteriores está assim redigido:

"O Govêrno brasileiro vai apoiar a inclusão da China comunista na ONU"?

O problema da China comunista nas Nações Unidas, Sr. Presidente, é um problema de grande complexidade e de grandes dificuldades para todos os países. Em primeiro lugar, é sabido que a ONU vive, existe, precìpuamente, para uma finalidade, que é a de assegurar a paz, finalidade à qual se acrescentam outras, que a supressão da paz tornaria impossíveis. Vivendo para assegurar a paz, é natural que as Nações Unidas tenham como objetivo imediato também o desarmamento, os compromissos internacionais que podem ter um sentido limitativo da corrida armamentista, e, por isto, é natural que nenhum país sinceramente amante da paz, como é o Brasil, possa deixar de ver com grande apreensão, com grande cui-

dado, o fato de existir hoje no mundo uma considerável comunidade, precisamente a mais populosa do globo, que, vivendo à margem das Nações Unidas, não participa dos seus benefícios, mas também não sofre a limitação dos seus compromissos. Falar em organização da paz, falar em desarmamento, falar na construção de um sistema orgânico de preservação da paz mundial, quando sabemos que extensas áreas políticas existem fora do alcance dos compromissos assumidos, significa a aceitação passiva de um risco que representa em grande parte uma inutilização do esfôrço realizado em muitas outras frentes. (*Muito bem*). Eis por que existe o problema da China comunista. Êsse problema, entretanto, Sr. Presidente, tem outros aspectos e outras conotações que não tornam fácil, que não tornam simples a grave questão da representação da China na Organização das Nações Unidas. Porque bem sabemos que um grande número de países reconhece hoje o Govêrno da República Popular e um outro número de países ainda maior reconhece o Govêrno da República Nacionalista. De sorte que a existência dessa divisão gera a dúvida sôbre qual dos dois países, qual dos dois governos representa efetivamente a China. E representar efetivamente a China significa, nas Nações Unidas, o direito de sentar-se no Conselho de Segurança como membro permanente e de exercer dali o direito de veto nas questões mais graves que se apresentam na área de competência daquela organização. Problema dessa transcendência não pode deixar de constituir, para tôda a nação consciente de sua responsabilidade internacional, um tema de preocupação extrema. E foi por isso que o Govêrno brasileiro resolveu dar o seu voto, não à admissão da China comunista na Organização das Nações Unidas, mas à inclusão de um item, na agenda dos seus trabalhos, que permitisse o exame desta questão.

O que vinha sucedendo, Srs. Deputados, de ano em ano, de assembléia em assembléia, era que, abertos os trabalhos, colocada a questão do exame da situação da China comunista, surgia um projeto que se limitava a propor o adiamento da questão para uma assembléia ulterior. Êste projeto tornou-se mesmo conhecido pelo nome de projeto moratório, e êle vinha reco-

lhendo, de assembléia em assembléia, os votos da maioria, adiando a pesquisa de matéria de tanta transcendência, como se ela fôsse uma questão indiferente, sôbre a qual as nações não tivessem interêsse de conhecer a verdade e de se manifestar.

Como poderia uma nação, cônscia de suas responsabilidades e sabendo o que significa uma comunidade das proporções da China continental, armada e em condições de armar-se ainda mais, fora dos quadros das Nações Unidas, concordar indefinidamente em que êsse assunto não fôsse sequer examinado?

Basta pensar que nas primeiras assembléias em que o projeto moratório fêz a sua aparição, era êle aprovado esmagadoramente, contra 10 ou 11 votos, apenas contra aquêles votos que se aparentavam à causa da China Continental por motivos ideológicos. Mas na Assembléia do ano passado, a XV Assembléia das Nações Unidas, os votos que aprovaram o projeto moratório foram 42 e os votos que o rejeitavam já foram 36, o que mostra neste particular a evolução da opinião pública mundial. Essa opinião pública mundial não evoluiu dêsse modo por simpatias ideológicas, mas pela consciência cada vez mais clara da realidade do problema, porque a característica da política externa, nos dias de hoje, é a aceitação da verdade, a procura da verdade, o esclarecimento sincero das questões, para que os Estados possam encontrar a linha em que melhor defendam os interêsses dos seus povos. Foi para isto que o Brasil declarou que estava disposto a dar seu voto, não para admissão da China comunista nas Nações Unidas, questão que até agora não foi proposta a nossa deliberação, e, por conseguinte, se o fôr neste momento, o será de um ponto de vista puramente acadêmico. Do ponto de vista da política internacional, o que o Brasil tem diante de si é apenas informar sôbre o exame da questão. No momento em que tivermos de passar a um grau mais avançado sairá ela do âmbito intelectual e doutrinário, em que pode, certamente, e mesmo deve ser debatida e examinada, e passará para o campo da política efetiva do nosso País. E, nesse momento, então, haverá novos esclarecimentos a procurar. (*Muito bem*).

Por ora, o que posso dizer ao nobre deputado por Minas Gerais, meu ilustre colega e amigo Deputado Abel Rafael, é

que o voto que o Brasil se declarou disposto a dar não se refere ao ingresso da China comunista na ONU; refere-se ao exame dessa questão. E êsse voto foi dado com certa antecipação à publicidade, porque, senão, nem precisaria ter sido dado. O Govêrno dos Estados Unidos, compreendendo bem a evolução da opinião pública internacional e sentindo como se transformava a sensibilidade dos Estados para êsse problema, no início da atual Assembléia Geral não renovou o projeto moratório. De modo que, nesse momento, nem mesmo êsse voto anunciado teremos oportunidade de dar.

O segundo item do questionário do nobre Deputado pergunta se o Govêrno de Fidel Castro será apoiado pelo do Brasil, com base na autodeterminação. Existe na formulação da pergunta alguma coisa que precisa, talvez, ser retificada, para entendermos com clareza o que significa nossa manifestação em prol da autodeterminação, e não apenas da autodeterminação em Cuba mas em todo e qualquer país. (*Muito bem*).

Na verdade, o que nos leva a condenar formalmente qualquer invasão, qualquer ingerência, qualquer pressão externa sôbre o Govêrno cubano é o respeito, respeito absoluto, que temos a um princípio, à sombra do qual foi possível formar o sistema interamericano. Êsse princípio é o da não intervenção. Estados democráticos, como os Estados dêste hemisfério, jamais aceitarão que a ingerência de uma potência estrangeira possa ser meio idôneo para modificar o regime político adotado por um povo. Adotado, seja por que maneira fôr, a ingerência de outra potência não é meio idôneo para obter sua modificação. Qual o meio idôneo para modificar o regime de um povo? Qual o meio idôneo do qual esperamos que Cuba possa retirar fôrças para integrar-se na prática mais ortodoxa da democracia? Êsse meio idôneo é a livre manifestação da vontade do povo cubano, do povo de qualquer país, pois a autodeterminação é a única forma, através da qual se pode vàlidamente constituir um regime democrático num país. Não seria democrática a constituição de um regime que tivesse êsse nome, mas tivesse sido impôsto pela fôrça. Não seria democrática a conduta internacional que ensejasse a interferência de um Estado estrangeiro, ou de uma

coalizão de Estados para impor a certo povo mudança de sua ordem pública interna. Êsses princípios não pertencem ao Govêrno atual. São princípios que o Brasil defendeu em todos os tempos, dos quais não nos temos afastado, ao longo da História do sistema interamericano. São princípios que estão esculpidos nos documentos mais fundamentais de nossa organização política. E creio que todos os Estados americanos nêles se reconhecem e a respeito dêles não há tergiversação. O que o Brasil deseja é que não se cometam, em relação a nenhum Estado americano, violações do princípio de não intervenção e que êsses Estados possam caminhar para o regime político de sua preferência, pelos seus próprios meios e pela manifestação da vontade de seu povo. Tôda ação supletiva de outro povo, através da fôrça, através de uma invasão, através de uma forma qualquer de pressão econômica, não é idônea, do ponto de vista dos princípios políticos e jurídicos que aceitamos. (*Muito bem*).

A tanto se resume a posição brasileira, em relação ao Govêrno de Fidel Castro. Não há qualquer simpatia ideológica. Simpatia ideológica o Govêrno brasileiro só tem por êsses princípios básicos da nossa organização política, que são os princípios da democracia representativa, princípios que são a base da nossa organização política interna e que, igualmente, são a base de tôda a constituição da ideologia interamericana.

O Sr. Abel Rafael — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS — Com muito prazer.

O *Sr. Abel Rafael* — Minha pergunta não se refere à intervenção ou não intervenção em Cuba, mas ao reconhecimento de Cuba. Quer V. Ex.ª fazer a fineza de lê-la?

O SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS — Pois não.

"O Govêrno de Fidel Castro será apoiado pelo Govêrno do Brasil com base na autodeterminação?"

O Sr. Abel Rafael — A pergunta, portanto, não diz respeito à intervenção ou não intervenção de povos americanos ou de povos estrangeiros em Cuba. Em face da política anterior se-

guida pelo Itamaraty, Fidel Castro estava tendo tôdas as simpatias do Brasil, todo o apoio do Brasil, significando, mesmo, uma simpatia ideológica. Pergunto se o Brasil está vendo com simpatia essa política e deseja apoiar um Govêrno que nada tem de autodeterminação, apenas de determinação das armas. Esta a minha indagação, em nome do meu Partido e em nome de grande parte do povo brasileiro. Repito: se o Itamaraty vai continuar a prestigiar a política sanguinolenta e antidemocrática de Fidel Castro. (*Não apoiados*).

O Sr. Salvador Lossaco — Essa não!

O SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS — A posição do Govêrno brasileiro em relação ao Govêrno cubano é aquela que procurei exprimir nos esclarecimentos que dei anteriormente. Govêrno constituído, ainda que através de uma revolução, êsse Govêrno é reconhecido pelo Brasil, que com êle jamais cortou relações. (*Muito bem*). O princípio da não intervenção protege um Govêrno de fato, do mesmo modo que um Govêrno de direito. O princípio da não intervenção protege um regime democrático, do mesmo modo que um regime não democrático.

Alguns Srs. Deputados — É o caso da Espanha e o do Paraguai.

O SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS — Já, porém, que falamos em simpatia e afinidade ideológica, falando em nome do Govêrno só posso dizer a V. Ex.ª que a ideologia do Govêrno é a ideologia da Constituição brasileira, e essa é a da democracia representativa. (*Muito bem. Palmas*).

O Sr. Abel Rafael — Fico satisfeito em registrar que o Itamaraty deu uma guinada de 90 graus na política que seguia em relação a Cuba, porque, antes, era a política do namôro criminoso com a ideologia comunista, mas hoje vejo que, se V. Ex.ª invoca a Constituição e não considera Cuba sob o prisma da aproximação ideológica com o comunismo, creio que o Itamaraty mudou sua política. Era o que pretendíamos com a nossa pergunta.

O SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS — Agradeço o aplauso de V. Ex.ª, porque muito me honra. Mas, embora meu dever

seja apenas o de dar explicação sôbre a posição do Govêrno e o que êle pensa, não posso deixar de convidar V. Ex.ª a que examine com cuidado a interpretação que esposou há pouco, sôbre a orientação anterior do Itamaraty, porque se V. Ex.ª fôr ao fundo das manifestações do meu eminente antecessor, não encontrará qualquer transgressão dos princípios que acabei de enunciar. (*Muito bem*).

O Sr. Abel Rafael — Quando V. Ex.ª me der a honra de responder à última pergunta da interpelação poderemos chegar a êsse ponto.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Perfeito.

O Sr. Abel Rafael — ... porque os compromissos internacionais do Brasil nunca foram os de namôro criminoso com Cuba, *indo até a condecoração*, que foi *uma provocação ao* Brasil, do criminoso internacional Che Guevara? (*Muito bem*). Portanto, Excelência, o problema está sendo encarado de modo diferente do que vinha sendo pelo Govêrno anterior. O que o antecessor de V. Ex.ª vinha fazendo no Itamaraty, não obstante suas grandes qualidades de caráter e inteligência, era uma política criminosa de traição à tradição do Brasil. (*Não apoiado*).

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — A pergunta seguinte, Senhor Presidente, é esta:

"O Govêrno apoiará os invasores soviéticos de Angola, província ultramarina de Portugal, sob pretexto de autodeterminação, quando naquela província reina perfeita paz, sòmente perturbada pela invasão de elementos comunistas do Congo, da Guiné e de outros pontos da África?"

Sôbre esta pergunta, Senhor Presidente, creio que eu também me poderia limitar a responder pela negativa, aceitando hipotèticamente o seu contexto. (*Muito bem*). E poderia dizer que o Brasil não apoiará invasores soviéticos nem apoiará invasores ocidentais em parte alguma. (*Muito bem. Muito bem*). Essa é uma posição em que o Brasil se mantém, numa linha de

coerência intransigente com os princípios de respeito à soberania dos povos, que outra coisa não é o princípio da autodeterminação.

Quanto a sabermos se as Províncias de Angola se acham em perfeita paz, se realmente ali nada existe, a não ser uma invasão procedente de outras fronteiras e instigada por potências estrangeiras, esta é uma questão de fato sôbre a qual, infelizmente, ainda não podemos considerar o mundo devidamente esclarecido, porque, lamentàvelmente, o Govêrno português, numa atitude que todos nós temos a esperança de que venha a ser revista, até agora não permitiu que as Nações Unidas, através de uma Comissão neutra e competente, penetrem no Território de Angola, para dar ao mundo o seu depoimento. (*Muito bem. Palmas*).

O Sr. Abel Rafael — Ex.ª a questão de Angola envolve vários aspectos morais, e é por isso que ela entra no contexto destas perguntas. Mas, quando a ONU, que só aceita a teoria do fato consumado, quando a ONU, uma assembléia de covardes que só admitem a fôrça, tem a coragem de mandar buscar, em avião especial, o agitador comunista que não tinha domicílio em Angola, que foi a Angola e a sublevou; quando a ONU prestigia êsse homem com um avião especial, Portugal não deve baixar sua cabeça. Não deve permitir que sua dignidade seja conspurcada pela ONU ou por quem quer que seja. A Organização das Nações Unidas inverteu o problema, e tratou Portugal em pé de igualdade com agitadores, como aquêle Roberto que ela mandou buscar em avião especial.

Perdoe-me V. Ex.ª, o problema é muito diferente da forma por que tem sido tratado. Sabemos que a colônia de Angola, como tôdas da África estão sendo cobiçadas — vamos dizer de uma vez — pelos países comunistas. Tôda agitação na África tem sido feita com dinheiro e armas russas, como, aliás, ocorreu em Cuba, com a subversão da ordem. Por isso, se defendemos a autodeterminação dos povos, quando se trata de um ascendente nosso, a que estamos ligados por laços de tradição, como é o caso de Portugal, vamos ficar quietos e permitir que

se rompa a paz naquela colônia quando a Rússia está buscando apenas bases para avançar contra a América?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Registro a brilhante digressão de V. Ex.ª mas não posso aceitá-la como interpelação.

A quarta pergunta diz o seguinte:

"No caso afirmativo o Govêrno brasileiro pretende apoiar os movimentos de libertação da Ucrânia e da Hungria hoje escravizadas pela Rússia Soviética?"

Em relação à Hungria, o que posso afirmar a V. Ex.ª é que o Brasil tem votado sempre, nas Nações Unidas, para que se investiguem as acusações feitas à União Soviética em relação a êsse país. E, para dar-lhe uma notícia mais recente, posso dizer-lhes que ainda agora, na décima sexta Assembléia, é nesse sentido que votará o delegado brasileiro nas Nações Unidas. O Brasil votará sempre para investigar. O Brasil não acha que Nação alguma se diminua por permitir que as Nações Unidas, o mais alto Parlamento do mundo, entrem nas fronteiras de um país para esclarecer o mundo e revelar a verdade. E neste sentido votaremos para que se investigue a Hungria, do mesmo modo que votaremos para que se investigue qualquer crise, dificuldade ou situação criada em outra região.

A quinta pergunta de V. Ex.ª:

"O Govêrno brasileiro é contrário à autodeterminação da Alemanha Oriental, particularmente de Berlim?"

Não, o Govêrno brasileiro, pela voz do seu representante nas Nações Unidas na presente Assembléia, o eminente Senador Afonso Arinos de Melo Franco, no debate geral com que se iniciaram os trabalhos da Assembléia, manifestou seu desejo de que o problema da Alemanha seja resolvido, tanto em Berlim como no resto do país, segundo o princípio de autodeterminação.

"Considerando o caso de Angola perfeitamente idêntico ao do Alasca e das Ilhas Hawaí, o Govêrno brasileiro coloca êsses problemas em posição diferente à da Província ultramarina portuguêsa?"

O Brasil não conhece, neste momento, nenhum caso internacional criado em relação ao Alasca ou em relação às Ilhas Hawaí. O que sabemos dêsses dois territórios incorporados à Federação americana é que a sua incorporação resultou de um pedido, formulado pelas respectivas populações. Mas, se amanhã surgir em qualquer dêles um movimento de independência, e se êsse movimento de independência assumir caráter capaz de refletir-se na causa da paz mundial, o Brasil votará por que se investigue êsse movimento, porque o Brasil só votará por aquilo que possa, realmente, servir à preservação da paz. O Brasil não está nas Nações Unidas nem para provocar nem para formular nenhuma tese acadêmica. O Brasil está nas Nações Unidas para tomar a sua quota de responsabilidade na grande causa comum dos povos de hoje que é a causa da preservação da paz. (*Palmas*). O que fizermos será para preservar a paz. Onde a paz não estiver em causa, também nós não estaremos em causa. Onde comparecer — pode ser que alguma vez compareça de maneira defeituosa, por que está na fragilidade da condição humana enganar-se em situações concretas — podemos ter a certeza de que os votos do Brasil, nas Nações Unidas, como as gestões da chancelaria brasileira em qualquer capital do mundo, não serão inspirados pelo desejo de tomar atitudes polêmicas para cobrir a posição de qualquer país, mas serão sempre inspirados pelo desejo de preservar a paz e de defender os interêsses do Brasil. (*Palmas*).

Esta a nossa posição, na ONU ou em qualquer parte. (*Palmas*).

A 7.ª questão pergunta:

"Se o Govêrno brasileiro pretende reatar relações diplomáticas com a Rússia comunista ou com a China comunista."

A política brasileira em matéria de relações diplomáticas tem sido reafirmada muitas vêzes: é uma política de universalização das suas relações.

Em primeiro lugar, somos um país que tem diante de si um grave problema de crescimento econômico, de expansão da

renda nacional. Todos sabemos que a nossa população aumenta, seguindo um ritmo que vai exigir de nós esfôrço econômico crescente para não condenarmos a nossa população futura às angústias do pauperismo. Para mantermos ritmo de expansão, precisamos desenvolver cada vez mais as nossas importações. E não poderemos aumentá-las se não conseguirmos aumentar, paralelamente, as exportações com que as pagamos.

Por conseguinte, o Brasil é, por definição, um país em busca de mercados, um país que não põe limites ao seu problema de encontrar mais mercado, onde possa colocar os seus produtos para subvencionar, com o produto do seu comércio, a expansão da sua economia e o bem-estar da sua população. Isso nos leva, obrigatòriamente, a um pronunciamento de universalização das nossas relações. Ao lado disso, somos um país sinceramente convencido de que as tensões mundiais que ameaçam a paz, que põem constantemente em perigo a sobrevivência, não apenas a sobrevivência da cultura, mas a própria sobrevivência física da humanidade, diminuem ou pelo menos podem ser reduzidas, graças à capacidade que os povos tenham de discutir e de coexistir. As Nações Unidas podem não ter realizado ainda a obra definitiva da institucionalização da paz mas têm sido, como o grande forum onde tôdas as nações dizem o que pensam, onde reivindicam, discutem e se agridem verbalmente, essencialmente um grande organismo hipotensor, pela sua ação as tensões mundiais têm baixado nos momentos mais críticos, e temos podido impedir a marcha perigosa na direção de uma ruptura da paz. Tudo isso se facilita com o entendimento entre os povos; tudo isso se facilita com a capacidade de nos comunicarmos. Todo isolacionismo em matéria política, no mundo de hoje, reflete uma atitude de timidez incrível, atitude que não tem outro resultado nem outro sentido senão o de diminuir a eficácia com que um país possa participar da causa da construção da paz.

Eis por que o Brasil, sem ligar a êste pensamento nenhuma simpatia ideológica (*Muito bem*), sem ligar a isso nem mesmo uma atitude de tolerância, entende que é do seu dever, como nação democrática e amante da paz, caminhar gradualmente

para o estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com todos os povos. (*Palmas*).

No tocante à China comunista, o problema se apresenta de modo diverso, porque, como disse há pouco, aí o de que se trata é de saber qual o govêrno que representa aquêle país no consórcio das nações. Por conseguinte, o processo de elaboração da mudança das relações diplomáticas não é exclusivamente brasileiro; é mundial e precisa ser acompanhado de perto, com serenidade, com isenção, sem nenhum propósito de agradar a correntes ou de atrair simpatias ideológicas e doutrinárias, mas apenas com a intenção de fazer com que se torne o Brasil, cada vez mais, um país que atue internacionalmente no sentido das grandes causas construtivas em que as nações democráticas modernas estão empenhadas.

A última pergunta do nobre Deputado por Minas Gerais é esta:

"O Govêrno do Brasil pretende denunciar os tratados, acôrdos e declarações de que foi signatário, como os de Santiago do Chile, Bogotá, Rio de Janeiro e São José da Costa Rica?"

Sendo a última é a mais fácil de tôdas as respostas. O Brasil não deseja denunciar nenhum dos tratados do sistema americano; o Brasil não tem o propósito de fugir a nenhuma das declarações que subscreveu. O Brasil acha, isto sim, que o sistema interamericano necessita revitalizar-se, mas essa revitalização consiste essencialmente em assumir êsse sistema um conteúdo predominantemente econômico e social, e não exclusivamente político e jurídico como o que presidiu aos seus anos de formação. Êste Govêrno não deseja ficar sob a pecha de incoerência, lançada, com maior ou menor razão, sôbre outros governos. Queremos fazer uma política externa coerente com a nossa política interna. Queremos fazer uma política que coloque, em primeira linha, entre os objetivos do Govêrno, os objetivos sociais. De nada valerão os nossos esforços para nos declararmos fiéis aos princípios da democracia, se não construirmos, para sustentar êstes princípios, um sólido edifício de ordem e justiça social, se não conseguirmos vencer as graves

injustiças e desigualdades que, abalando as sociedades democráticas do nosso hemisfério, tornam cada vez mais frágil, cada vez mais instável o sistema político que praticamos. A instabilidade democrática, êste mal tantas vêzes apontado no nosso hemisfério e em outras regiões do mundo, é um mal que deita suas raízes nas fragilidades da estrutura econômica e nas injustiças de ordem social. Na medida em que conseguirmos superar estas fraquezas e transformar a estrutura de hoje numa estrutura baseada em princípios mais igualitários, numa melhor aproximação entre as classes e numa menor desigualdade entre as nações, nós contribuiremos efetivamente para solidificar a democracia, para lhe dar bases que possam torná-la em sistema político vitorioso no Ocidente.

Estas, nobre Deputado Abel Rafael, as considerações que julguei do meu dever fazer, em resposta às suas argüições. Faço questão de dizer-lhe que compreendendo-o, embora existam entre nós divergências que provêm talvez de nossa maneira diversa de apreciar certos fatos sociais, rendo as minhas homenagens à sinceridade de sua atitude, à legitimidade de sua posição. Posso assegurar-lhe que, mesmo perseverando V. Ex.ª nas suas convicções, não há de ter, no correr da presente Administração, acusações a fazer ao Itamaraty.

O Sr. Abel Rafael — Registro com prazer as palavras de V. Ex.ª e só posso louvar o alto espírito com que V. Ex.ª responde à interpelação por mim feita em nome de meu partido. Como a visita de V. Ex.ª não tinha sido anunciada com antecedência a esta Casa, não trouxe os textos dêsses convênios e tratados que citei na interpelação, caso em que poderíamos verificar que, se o Itamaraty hoje assim não faz, assim não pretende, no entanto, no Govêrno anterior, estava numa linha política em completo contraste com alguns dos artigos assinados naqueles tratados ou convênios.

Ora, se adotamos uma atitude, tínhamos a obrigação moral de denunciar aquêles tratados anteriores. Assim, vejo com prazer que o Govêrno não tenciona denunciar aquêles tratados. Não terei, portanto, razões para, mais tarde, interpelar V. Ex.ª sôbre esta orientação política. Com referência à política de

aproximação com a Rússia e China, sob pretexto de mercados internacionais, peço licença para contestar V. Ex.ª, porque distingo entre relações comerciais e relações diplomáticas. Ainda há pouco, foram postos em leilão dólares para compras a êsse país; a quantidade era relativamente pequena e não houve licitante, porque, segundo as associações comerciais do Rio de Janeiro depois tiveram oportunidade de explicar, embora haja abundância de materiais, são êles de péssima qualidade e não interessam ao nosso mercado.

Ora, não vejo por que razões diplomáticas se baseiam em razões comerciais, não bem explicadas e não bem fundamentadas. Mas isso é uma tese em que, naturalmente, o Itamaraty vai prosseguir e teremos oportunidade de aqui discuti-la outra vez.

Agradeço, em nome do meu Partido, as respostas que V. Ex.ª deu, inaugurando êsse regime parlamentar, que precisa de se fixar e precisa dessa comunicação entre Deputados e Ministros. Alguns colegas nossos pensam ainda que o Ministro está numa altura inacessível, que o Deputado deve concordar com tudo quanto êle diz, não podendo contradizê-lo. É preciso que alguns colegas compreendam que estamos em perfeito pé de igualdade, que o Ministro é, hoje, membro desta Casa. Devemos ter êsse comércio de indagações mais intenso e mais perfeito, a fim de que o sistema e o mecanismo dêsse parlamentarismo se possam fixar, para grandeza do regime e da nossa Pátria. Levarei ao conhecimento do meu Partido as considerações de V. Ex.ª. Teremos oportunidade, depois, de voltar a alguns aspectos aqui abordados. Agradeço a V. Ex.ª a atenção e a clareza com que expôs o pensamento seu e do Govêrno.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — O nobre Deputado Celso Brant formula a interpelação n.º 41, a respeito do relatório sôbre a situação da Angola, elaborado pelo Embaixador do Brasil em Portugal, e pergunta no item c: "Em vista da importância dêsse documento e da necessidade do povo brasileiro de conhecer o que se passa naquela colônia portuguêsa na África, não seria o caso de ser o mesmo publicado?".

Sr. Presidente, o Itamaraty estimaria grandemente poder realizar na Angola e em todos os territórios ultramarinos de Portugal um largo inquérito, cujos resultados pudessem ser trazidos a público e pudessem ser objeto de largo esclarecimento a todos os setores da opinião pública. Não tenho dúvida de que isso virá a ser feito. Não tenho dúvida de que o Govêrno português há de compreender a grande vantagem que daí resultaria, inclusive para o esclarecimento de sua posição, pois na verdade é mais do que provável que, ao lado de alguns aspectos que possam corresponder ao ponto de vista dos que acusam a administração metropolitana, existem outros através dos quais aquela administração se possa defender. Mas, quanto à divulgação do relatório elaborado pelo Embaixador Negrão de Lima, quero pedir licença a V. Ex.ª, à Câmara dos Deputados e, especìficamente, ao nobre Deputado Celso Brant para não dá-lo a público, por uma única razão que a Câmara, com o alto senso de responsabilidade que a caracteriza, não terá a menor dificuldade, estou certo, de aceitar. É que êsse relatório não foi elaborado por uma comissão de investigação dos fatos existentes naqueles territórios. Êsse relatório foi mandado ao Itamaraty pelo Embaixador que o nosso Govêrno mantém acreditado junto ao Govêrno de Portugal. E um relatório feito por um Embaixador que se acha acreditado junto ao próprio Govêrno no qual êle observa os fatos sôbre que informa não pode deixar de constituir documento reservado da Secretaria de Estado.

Foram critérios dêsses, foi a observância constante de práticas dessa natureza, de padrões ético-profissionais dessa categoria que fizeram ao longo dos anos, a reputação e — por que não dizê-lo? — a glória do Itamaraty. Embaixador acreditado junto a um govêrno, que informa sôbre fatos ocorridos na sua jurisdição, não apresenta relatório que possa ser trazido à publicidade. Mas outros documentos hão de poder produzir resultado idêntico, e estou certo de que o mundo, Portugal, o Brasil e, sobretudo, a África portuguêsa muito lucrarão, à medida que êsses fatos venham a ser reconhecidos e debatidos amplamente em todos os círculos da opinião.

Sr. Presidente, termino aqui minhas considerações em tôrno das interpelações que tenho diante de mim. Mas não quero deixar sem resposta uma outra que ainda não me foi entregue e que sei encontrar-se sôbre a mesa de V. Ex.ª, relativa a uma declaração por mim feita, há poucos dias, à imprensa de São Paulo, sôbre a divisão da opinião pública brasileira entre a política americana e a política socialista.

Quero apenas dar à Câmara o sentido exato das minhas palavras. O que quis dizer e o que estou certo se poderá ler nos resumos mais fidedignos daquela entrevista foi que, no mundo em que vivemos e particularmente em nosso País, as posições mais divulgadas e mais comentadas na política externa são aquelas que correspondem à política do bloco ocidental e à política do bloco socialista, ou, se quiserem, para nos referirmos às nações que mais definem, que melhor caracterizam êsses blocos, à política dos Estados Unidos e à política da União Soviética. Graças a isso, é natural que, na nossa maneira de formarmos nossa opinião sôbre a política externa e sôbre as relações internacionais, alguns se deixem impressionar pela posição política estudada, formulada e divulgada pelos Estados Unidos e outros pela posição política, enunciada e divulgada pela União Soviética. O que é difícil para nós, o que deve constituir o nosso principal esfôrço, o que temos de obter de nós mesmos, através da concentração do nosso próprio espírito é distinguir, dessas duas posições extremadas que representam as duas grandes posições polêmicas do nosso tempo, a posição específica do nosso País, a qual não é nem uma nem outra, embora possa, em muitas teses, coincidir com uma ou com outra.

Elaborar uma consciência própria de política externa, raciocinar rigorosamente dentro do interêsse específico do seu próprio povo, é o resultado de lento amadurecimento cultural. O nosso País não acordou há muito tempo para as realidades do mundo internacional em que vive. A nossa opinião pública sempre se manteve mais próxima das questões de política interna, sempre foi mais sensível a elas, sempre foi mais agitada por elas, enquanto a diplomacia brasileira podia continuar a sua atividade diplomática quase que como uma atividade de Estado

Maior. É de hoje, é do nosso tempo, transformar-se a política externa numa política de opinião pública. Essa política de opinião pública é que hoje comanda as chancelarias, e uma chancelaria que não esteja em contato com o povo, que não receba do povo as suas inspirações e as suas motivações, perde em primeiro lugar a autenticidade e em segundo lugar, perde mesmo a eficiência (*Muito bem*) porque a sua ação externa deixa de ter a clareza e a coerência próprias de uma nação consciente dos seus próprios fins e passa, muitas vêzes, a ser um tapeio ou um jôgo de posições acadêmicas ao sabor dos ocupantes das Pastas.

O Sr. Euzébio Rocha — Permite V. Ex.ª um aparte?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Com muito prazer.

O Sr. Euzébio Rocha — V. Ex.ª fixou as linhas da posição do Govêrno, e eu já as havia examinado, quando da presença aqui do Gabinete. Mas agora V. Ex.ª aflora outro tema. Reporta-se precisamente ao mundo bipartido, de um lado liderado pela Rússia e, de outro, pela grande nação norte-americana. Quero dizer a V. Ex.ª para tranqüilidade sua, que felizmente esta Casa já amadureceu para proclamar ao mundo que o Brasil tem órbita própria, fundada na tradição da sua política externa. O Brasil não vive hoje mais na órbita de ninguém. Fique V. Ex.ª sossegado. Quando aqui me pronunciei sôbre as experiências atômicas, repelindo-as, tanto as da Rússia como as dos Estados Unidos, e mostrei que há um pensamento nacional, os aplausos unânimes da Casa provaram que o Parlamento amadureceu relativamente à tese que V. Ex.ª aflorou. Realmente, mantenho-me dentro do ponto de vista de V. Ex.ª. Não estou fugindo. Em minha argumentação, referi-me aos pólos que V. Ex.ª agora caracterizou.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Tem V. Ex.ª tôda a razão no que acaba de dizer. Não fôsse assim, não existisse hoje nesta Casa e no Senado da República essa compreensão autêntica e genuína de uma posição brasileira para a política internacional, e não nos seria possível, na Chancelaria brasileira,

proclamar a linha de independência e ação própria em que nosso País pretende seguramente perseverar.

O Sr. Aurélio Vianna — Permitiria V. Ex.ª?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Pois não.

O Sr. Aurélio Vianna — As declarações a V. Ex.ª atribuídas pela imprensa de São Paulo, reproduzidas no resto do País, são estas: "Muitas polêmicas a que assistimos no Brasil, e muitas incompreensões de que estamos sendo vítimas na própria Câmara dos Deputados, provêm exclusivamente de que no Brasil há muitos partidários da política externa dos Estados Unidos, muitos partidários da política externa do Brasil". Não é assim que entende o Deputado Euzébio Rocha, e creio que a interpretação que V. Ex.ª dá à versão corrente a desautoriza. Porque não é pròpriamente êsse, então, o pensamento de V. Ex.ª, que se referiu, não sòmente ao pensamento da generalidade do povo brasileiro, como também ao dos Srs. Deputados, dos representantes dêsse povo.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Não, porém, ao pensamento dos Srs. Deputados no seu conjunto, e, sim, a uma incompreensão ou outra que se encontra nesta Câmara, como se encontra em qualquer lugar onde há homens que pensam, e que pensam com independência. Cada um escolhe os seus caminhos e forma a sua opinião. Mas, na verdade, nobres Deputados, aí está, nas palavras que acabei de proferir, o esclarecimento que me julguei também no dever de dar a esta interpelação, que, sem ter chegado às minhas mãos pelas vias competentes, sabia, entretanto, por V. Ex.ª, que tinha sido formulada. Receba-a V. Ex.ª como uma explicação que estarei sempre pronto a dar a todos os meus colegas e a V. Ex.ª em particular.

O Sr. Aurélio Vianna — Agradecido a V. Ex.ª.

O Sr. Neiva Moreira — V. Ex.ª, Sr. Ministro, é homem realmente muito lúcido e de exposição muito clara. Mas confesso que não percebi bem o sentido da interpretação que dá ao que se pode chamar política independente ou política, digamos, não sei se de terceira posição, que não fôsse aquela vinculada

ao bloco comunista ou ao bloco ocidental. V. Ex.ª, horas atrás no curso da sua exposição, referiu-se ao Tratado do Rio de Janeiro, à Declaração de Costa Rica e a outros atos dêsse tipo que nos vinculam à política continental, liderada pelos Estados Unidos como uma das âncoras da política exterior do nosso País. Parece-me realmente que, filiados a êsse sistema de fôrças, engrenados nesse sistema diplomático do mundo ocidental liderado pelos Estados Unidos, de que podemos discordar individualmente, mas que é uma realidade positiva e uma diretiva constante na política exterior brasileira, não ficaríamos com essa liberdade, com essa opção, a que V. Ex.ª alude, de uma terceira posição intermediária que melhor refletisse os interêsses do Brasil. Salvo se V. Ex.ª, interpretando o pensamento do Itamaraty, não considera que a posição já tomada em nosso País através de tratados militares, econômicos, diplomáticos, tudo isso em relação aos Estados Unidos e ao Bloco Ocidental, é a que reflete a posição melhor ou a posição mais autêntica do nosso País.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — A posição independente em que se coloca um país como o Brasil não exclui para êle a possibilidade de concluir ou manter tratados que êle considere do seu interêsse e do interêsse de sua própria defesa. No julgamento dêsse interêsse podem variar as apreciações, podem alguns entender que de determinada forma melhor se acautelam os interêsses da Nação, e podem outros entender que melhor se acautelam de outra forma. Um país perde a sua independência e adota uma linha contrária a êle no momento em que as atitudes que assume no âmbito de sua política externa não resultem de uma aceitação própria, mas de uma imposição de outras potências sob império de cuja vontade êle se encontre. Nessa posição é que não se encontra o Brasil.

Vou pedir agora licença para encerrar minhas considerações. Creio que abusei mesmo do tempo bastante generoso que V. Ex.ª me fixou, Sr. Presidente, mas viu V. Ex.ª que as interpelações eram muitas e que procurei de qualquer forma ser completo. Aproveito a oportunidade para dizer à Câmara que o Ministério das Relações Exteriores, hoje, mais do que nunca, deseja manter contato mais estreito com o Poder Legislativo,

com esta Casa do Congresso e com o Senado Federal, receber desta Casa as inspirações que lhe cabe transformar em política externa, bem como da outra Casa do Congresso.

Por isso mesmo, ao encerrar estas minhas palavras, anuncio meu propósito de voltar a esta tribuna na próxima semana, já não desta vez para responder a interpelações — pelo menos por ora não as tenho em mãos — mas para aqui abrir um debate a respeito do qual cumpre que o Govêrno brasileiro trace seu caminho e que, num Govêrno como êste que estamos praticando, não constitui apenas matéria de cogitação da chancelaria, mas deve vir do Parlamento para o Ministério e do Ministério para a ação externa. (*Muito bem. Muito bem. Palmas*).

O problema sôbre o qual desejo ocupar a atenção dos nossos eminentes pares é a questão de Berlim. Por isso, na próxima semana, pediria a V. Ex.ª se dignasse fixar uma oportunidade para que aqui possa trazer as informações, os subsídios, os elementos de debate sôbre a questão de Berlim, para que possamos ter, em face dessa questão que é hoje, sem dúvida, o ponto focal de todo o problema da paz, uma linha de conduta na qual se reflita não apenas o pensamento da Secretaria de Estado, mas o pensamento do Legislativo e do Executivo, isto é, o pensamento de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Muito bem. Muito bem. Palmas prolongadas. O orador é vivamente cumprimentado*).

DISCURSO DO CHANCELER SAN TIAGO DANTAS AO CORPO DE FUNCIONÁRIOS DO ITAMARATY PARA AGRADECER CUMPRIMENTOS PELA ENTRADA DO ANO DE 1962 (*)

"Minhas Senhoras e meus Senhores.

Em meu nome e no do Senhor Subsecretário de Estado das Relações Exteriores agradeço esta manifestação e os votos que o Senhor Secretário-Geral interino acabou de formular.

Queremos também desejar a todos os funcionários do Itamaraty, desde os seus Chefes de Missão que se encontram no exterior e aos Embaixadores que se encontram à frente de tarefas na Secretaria de Estado, a todos os funcionários que integram as suas diferentes carreiras e classes, os nossos agradecimentos pela colaboração que vêm prestando ao Brasil e ao Govêrno no desempenho de suas funções.

Um ano que se inicia é sempre uma oportunidade para uma renovação de confiança. Em primeiro lugar temos de renovar a nossa confiança em nosso País. 1961 foi um dos anos mais difíceis e mais incertos que atravessamos. Vimos perigar essa continuidade da ordem jurídica interna, bem tão precioso, porque é a base de tantos outros, e sem o qual não poderemos por certo cumprir as etapas do destino da nossa comunidade. Felizmente o povo brasileiro encontra nas classes dirigentes, tanto nas suas classes políticas como nas suas classes militares, aquela dose de patriotismo e aquela capacidade de compreensão das circunstâncias, que nos permitiram engendrar as fórmulas preservadoras da nossa continuidade democrática e assecuratória da plenitude de nossa ordem jurídica.

(*) *Jornal do Brasil*, 30 de dezembro de 1961.

Vimos em 1961 uma grande prova de maturidade política. É verdade que enfrentamos também, e em grau elevado, riscos econômicos, dificuldades financeiras que pesam sôbre nós neste fim de ano e que nos indicam um 1962 particularmente difícil e sacrificado. Nosso padrão de eficiência vai baixar. 1962 será um ano em que teremos necessidade de não realizar determinadas atividades administrativas consideradas por todos de primeira necessidade, mas que talvez tenham que ser suspensas ou adiadas algum tempo para que possamos colocar em primeira linha esta necessidade maior de tôdas, que é a necessidade da segurança econômica.

O Brasil vai viver um ano extremamente difícil, um ano em que precisaremos fazer um apêlo sincero a essa capacidade de sacrifício, de patriotismo e de dedicação de nosso povo, e acreditamos realmente que a austeridade não é apenas um programa para ser cumprido por outros e admirado por nós, mas é um programa que também algumas vêzes seremos chamados a cumprir sofrendo todos os sacrifícios que êle acarreta.

Quero dirigir-me muito particularmente ao corpo de funcionários administrativos desta Casa para dar-lhes uma satisfação. Esta satisfação diz respeito ao enquadramento, providência que até agora não foi objetivada numa decisão administrativa, e que pode parecer a muitos que tenha decorrido apenas de uma demora injustificável na consideração do assunto. Não foi o que aconteceu. Não foi, infelizmente, o que aconteceu. O que na verdade nos levou a retardar até agora a tomada de uma decisão a respeito foi o receio de que o seu encaminhamento não correspondesse àquela segurança legal que deve ter medida dessa natureza, para poder ser tomada com autoridade e em seguida feita valer perante a administração pública. Não nos podemos esquecer de que o enquadramento foi uma providência decorrente da Lei n.º 3 780, votada ainda em 1960. Daí para cá o País passou pela profunda transformação que foi o Ato Adicional, que separou a competência do Executivo em duas áreas, uma confiada ao Presidente da República e outra confiada ao Presidente do Conselho de Ministros. A êste último coube o poder de regulamentar, ao primeiro o poder de prover os cargos

públicos. Tal como o enquadramento estava concebido na Lei n.º 3 780, êle participava de maneira um pouco ambígua dêsse caráter de regulamentação e de provimento, o que não tinha naquele instrumento nenhum inconveniente pelo fato de estarem os dois poderes reunidos no mesmo título.

Desde o momento, entretanto, em que a separação se deu, atos de maior complexidade como a readaptação de funcionários passaram a exigir um cuidado jurídico maior para que não cometêssemos o êrro de prometer aquilo que não podíamos cumprir. Só por essa razão, pela necessidade de um estudo mais apurado e de uma decisão, por conseguinte, mais firme, é que neste momento não tenho a satisfação de poder dizer que o enquadramento está feito e que os funcionários dêste Ministério podem incorporar às suas carreiras os seus benefícios. É possível que êstes benefícios não venham a ser tão extensos quanto se espera. É possível que alguns que imaginávamos e que realizaríamos com a maior satisfação — porque tudo é devido a quem trabalha com tanto sacrifício e dedicação, como o faz o funcionalismo desta Casa — é possível que nem tudo possa ser realizado, mas quero que todos saibam que será realizado o máximo e que o desejo de amparar cada um dos funcionários, de lhes valorizar devidamente o trabalho e de responder a êsse trabalho da maneira mais adequada só é limitado pela atual administração pelo dever de respeitar a lei.

Quero igualmente dizer que a administração atual encontrou no Itamaraty aquilo que sempre soube que existia. Mais do que é habitual nos departamentos de serviço público brasileiro. Um estado de disposição para o trabalho, de vontade de servir ao País e de manter um alto padrão de eficiência técnica que realmente constitui o privilégio e o orgulho desta Casa. No meio de funcionários como são os do Itamaraty, quer os diplomatas, quer os funcionários administrativos, para nós, para mim e o Deputado Renato Archer, que aqui representamos o Congresso Nacional, é um motivo de grande satisfação, um motivo de orgulho, podermos trabalhar.

A todos somos profundamente gratos e a todos formulamos neste momento os votos mais sinceros pela felicidade pessoal de cada um e de suas famílias."

O BRASIL E O DESARMAMENTO. DISCURSO PRONUNCIADO, NA COMISSÃO DE DESARMAMENTO, EM GENEBRA, A 16 DE MARÇO DE 1962, PELO CHANCELER SAN TIAGO DANTAS (*)

"O Brasil recebeu sua inclusão no Comitê de Desarmamento com plena consciência da extensão de suas responsabilidades, a que se teria, daí por diante, de associar-se. Se é verdade que a responsabilidade pela preservação da paz mundial cabe de forma preponderante às potências nucleares, que são as únicas a dispor de meios para destruí-las, também é certo que só se alcançarão progressos numa ação internacional para reduzir os riscos imediatos de guerra se os povos não armados se unirem aos armados no esfôrço comum para eliminação de um perigo que a todos atinge com igual intensidade. Para cortar ou afastar tal perigo não é bastante que haja temor recíproco entre os Estados que dispõem de armas nucleares e termonucleares no estádio tecnológico mais avançado e que têm capacidade de produzi-las, armazená-las, renová-las e lançá-las sôbre o objetivo. O progresso tecnológico é suscetível de atravessar fases de equilíbrio em que as possibilidades de destruição mútua se equivalem, mas pode atravessar também fases em que um Estado ou grupo de Estados alcança superioridade da ofensiva ou defensiva sôbre seu contendor. Essa superioridade eventual é propícia ao seu intento de procurar obter uma decisão. Se é que os dirigentes políticos com visão global do problema têm meios de avaliação do risco que ultrapassam a simples consideração do desfecho militar, os que encarnam o conflito ideológico do ponto de vista limitado da superioridade técnica atual ou interêsse econômico, não deixarão de exercer uma pressão num sentido belicista e é o quanto basta, para que atinja níveis mais

(*) Transcrito desta *Revista*, n.º 21, março de 1963.

elevados o perigo potencial da destruição. Por outro lado, o risco tende a aumentar na medida em que o progresso tecnológico se estende a áreas maiores e que outros Estados logram acesso aos armamentos nucleares ou termonucleares por meios próprios ou por alianças políticas.

A ampliação do número de detentores do poder de iniciativa introduz na equação de fôrças, novas variáveis independentes. Rompida, ainda que numa área geogràficamente limitada, a paz nuclear, tornam-se mínimas as possibilidades de evitar que a ação se propague e atinja o centro do conflito mundial.

A preservação da paz já não pode pois ser assegurada através da procura da superioridade militar ou de qualquer das fórmulas em que se baseou na era pré-atômica a política de poder dos grandes Estados.

Se queremos a paz, é a paz, e não a guerra, o que devemos preparar; e para isso estão igualmente aptos e são igualmente responsáveis tanto os Estados armados, quanto os não armados, desde que tenham consciência dos riscos a que se acham expostos os seus e os outros povos, e que estejam decididos a encarar com independência e objetividade o problema que nos reúne nesta comissão.

A experiência dos últimos anos nos ensina que neste problema existem duas maneiras de proceder:

1) A primeira consiste em propor ao adversário o que prèviamente já sabemos que êle não poderá aceitar sob pena de debilitar a sua posição sem o correspondente enfraquecimento da posição contrária. Foi êste o tipo do procedimento que fêz do problema do desarmamento o campo predileto da guerra fria. Propostas inviáveis são lançadas, de parte a parte, na expectativa, não de um progresso efetivo no campo do desarmamento, mas, de um rendimento político imediato junto à opinião pública internacional.

2) A segunda maneira de proceder, menos freqüente infelizmente, consiste em averiguar os limites de transigência compatíveis com a manutenção dos níveis atuais de segurança

e em procurar levar até àqueles limites as negociações. É êste evidentemente o único meio de alcançar progressos efetivos no domínio do desarmamento, e por paradoxal que pareça não são as nações nuclearmente armadas, mas as não armadas as que podem criar condições mais favoráveis ao seu emprêgo.

De fato, os projetos desarmamentistas, característicos da guerra fria, não são lançados por potência nuclear na expectativa de enganar outra potência nuclear mas para obter o lançamento do seu crédito junto à opinião pública mundial. É junto a essa opinião pública, sobretudo das demais nações ansiosas por condições que lhes assegurem prosperidade e confiança no futuro, que tais medidas conseguem ser colocadas e recebidas pelo valor nominal, gerando simpatias ou antipatias e oferecendo assim benefício político aos que tomam a iniciativa de propô-las.

Se essas nações não armadas — sedentas de uma paz não apenas durável mas também definitiva — tomarem a atitude esclarecida e corajosa de denunciar e repelir tais projetos de mera guerra fria, em vez de emprestarem seu apoio ao refôrço de posições puramente polêmicas, adotadas por qualquer dos blocos militares, estará, em pouco tempo, neutralizado e mesmo destruído o efeito político de tais projetos e ràpidamente se poderão criar as condições necessárias para uma política desarmamentista com resultados reais. É nessa posição que se pretende colocar a Delegação do Brasil no correr dos trabalhos dêste Comitê.

O Brasil é uma nação integrada política e culturalmente no Ocidente, que procura resolver seus problemas econômico-sociais nos quadros da democracia representativa, mas que não faz parte de qualquer bloco político-militar, ressalvada sua vinculação aos Tratados de Assistência recíproca para defesa do hemisfério americano contra agressões oriundas do próprio hemisfério ou de potências extracontinentais.

Desejamos trazer ao desarmamento uma contribuição correspondente à primazia que invariàvelmente atribuímos à paz em nossa política externa e estamos certos de que a melhor

forma de fazê-lo é preservarmos a independência de nosso pronunciamento e a autoridade de nossa voz para empenhá-la em tudo que possa favorecer ao desarmamento efetivo e imediato e recusá-la a tudo que apenas vise a reforçar polêmicas, sublinhar antagonismos, impressionar a opinião pública ou protelar resoluções.

O Brasil compreende e aprecia os esforços que tanto os Estados Unidos como a União Soviética têm envidado para alcançar o condicionamento adequado entre a progressão do desarmamento por etapas e o estabelecimento simultâneo de uma inspeção internacional eficaz.

Parece, entretanto, que o problema não se esgota nesses dois aspectos e que existe um terceiro sem cuja consideração paralela muitas propostas correm o risco de se tornarem utópicas. Refiro-me à reconversão de uma economia largamente influenciada pela produção de armas, como é hoje a das potências nucleares, a objetivos de ordem social e econômica no interêsse exclusivo da paz. São do conhecimento de todos as estimativas do que representam os programas militares, como investimento de capitais, volume, encomendas e mobilização de mão-de-obra. Sôbre êsse assunto acaba de oferecer-nos o Secretariado das Nações Unidas um valioso e objetivo relatório. Tanto num país de economia centralmente planificada, como num país livre a iniciativa da cessação de encomendas criaria graves problemas internos se devesse significar simplesmente o fechamento de fábricas, a dispensa de empregados e a liberação de fundos públicos. É indispensável que se planeje a conversão de uma economia armamentista numa economia pacifista, e que imensos recursos, hoje mobilizados em nome de uma causa mundial que é a da segurança, sejam encaminhados através de uma organização internacional, que reúne todos os fundos liberados nos países em que se processe o desarmamento, à solução de outro problema mundial que é a eliminação a curto prazo da miséria dos povos e a excessiva desigualdade econômica entre Estados. Sem planejamento de reconversão econômica o desarmamento pode significar para as próprias nações armadas um desequilíbrio de perigosas conseqüências.

É auspicioso pensar de que está ao nosso alcance a solução dêsse desequilíbrio e que tal solução pode dar ensejo a um progresso substancial, não apenas para êsses países mas também para países não armados, dos mais aos menos desenvolvidos.

Outro ponto que nos parece merecer um tratamento claro e construtivo é aquêle que diz respeito à segurança específica das nações que não dispõem de armamento nuclear ou termonuclear, nem têm acesso às decisões finais sôbre a conveniência do seu emprêgo tático ou estratégico. Em 26 de dezembro de 1959, um tratado entre 12 potências declarou, no seu art. 1.º, que a Antártida "será usada apenas para fins pacíficos" e proibiu no art. 5.º que ali se realizassem explosões nucleares ou depósitos de material radioativo. Em 28 de novembro de 1951 a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 1 652 (XVI) que considera o continente africano uma zona desnuclearizada, a ser respeitada como tal. O Brasil deu seu voto a esta resolução. Medidas dêste gênero, seja qual fôr sua eficácia material, indicam o desejo de limitar a área do risco atômico. Ao mesmo tempo exprimem o repúdio a qualquer legitimação do emprêgo de armas de destruição maciça e indiscriminada. É fora de dúvida que atinge a soberania dos Estados, e arriscaria as relações entre os Governos e os povos que representam, a aceitação do emprêgo dêsse tipo de armas no território de um país que não pode participar de forma eficaz das decisões correspondentes. Não estaríamos apenas atraindo retaliações imprevisíveis; estaríamos sobretudo aceitando uma quota indeterminada de responsabilidade num ato em que não nos cabe uma quota proporcional de iniciativa.

Outro ponto sôbre o qual desejo enunciar perante a comissão, o ponto de vista brasileiro é aquêle que diz respeito à suspensão de experiências nucleares e termonucleares, especialmente na atmosfera. O Brasil exprimiu nos têrmos mais claros a sua reprovação quando a União Soviética, em outubro do ano findo, realizou sucessivos testes dessa natureza, assumindo a responsabilidade de reabrir uma competição tecnológica em que a trégua promissora se havia estabelecido desde 1958 e, igualmente, exprimiu sua esperança de que a decisão ainda con-

dicional dos Estados Unidos de reiniciar tais experiências não se venha a concretizar. Duas razões nos levam a tomar uma atitude inflexível de oposição e de frontal condenação dessas experiências: A primeira consiste na certeza de que elas estimularão, mais do que qualquer outro meio aquela procura de uma superioridade ofensiva ou defensiva momentânea, a qual se constituirá em fonte inevitável de pressões belicistas no seio do Estado que se encontrar em posição favorecida; a segunda reside no receio de que estejamos contribuindo para a contaminação radioativa da biosfera que vai reduzindo a margem de tolerabilidade e comprometendo, não tanto o presente, quanto o futuro da nossa espécie. Quando sabemos que a utilização da energia nuclear para fins pacíficos deixa, ela própria, no presente estágio da tecnologia, um resíduo a ser debitado àquela margem inextensível, é fácil concluir o que representa, à luz de nossos deveres para com as gerações futuras, a realização de tais experiências cumulativas.

Quero relembrar, aqui, aplicando-as de maneira específica aos testes nucleares, as seguintes palavras do senhor Jules Moch como delegado da França — um país cuja ausência nesta reunião é lamentável: *"Pas de désarmement sans contrôle" pas de contrôle sans désarmement; mais tout le désarmement qui peut être controlé"*.

Depois de ouvir os discursos de ontem dos representantes dos Estados Unidos e da União Soviética, devo constatar que as posições respectivas dêsses dois países não parecem ter mudado substancialmente. Creio, porém, ter percebido nuanças na apresentação de certos aspectos do problema, sobretudo no que diz respeito à suspensão de testes nucleares que autorizam crer na possibilidade de progresso rápido e real neste terreno.

Devo reafirmar que, a nosso ver, não deveria haver dificuldades insuperáveis que se oponham a um resultado pronto sôbre questão da suspensão de testes. Técnicos de nações mais adiantadas no Comitê nuclear estão de acôrdo, creio eu, sôbre a possibilidade de contrôle eficaz dos testes, tanto submarinos, quanto os que se processam na atmosfera e na biosfera, sem que seja necessária uma inspeção ou uma verificação local mais por-

menorizada. Acreditamos assim que essas experiências deveriam ser suspensas imediatamente e quanto às experiências subterrâneas, estudos técnicos poderiam ser retomados sem perda de tempo, a fim de estabelecer um grau mínimo de inspeção *in loco* indispensável a assegurar a execução dos compromissos assumidos. Um acôrdo sôbre esta questão poderia ser concluído sem demora e constituir objeto de trabalho de um subcomitê que deveria ser designado imediatamente com essa finalidade.

Senhor Presidente, o Brasil saudou como um dos acontecimentos auspiciosos, no ano findo, no campo das Relações Internacionais, a declaração comum sôbre princípios convencionais pelos Estados Unidos da América e pela União Soviética para negociações relativas ao desarmamento, cujo texto foi encaminhado, em 20 de setembro, ao Presidente da Assembléia Geral pelos senhores Stevenson e Zorine. Essa declaração afirma em seu primeiro artigo que o fim das negociações é chegar a um acôrdo sôbre um programa que assegure: (1) o desarmamento geral e completo para que a guerra não mais seja um instrumento para solucionar os problemas internacionais, e (2) adoção de processos seguros para solução pacífica dos conflitos internacionais e de manutenção da paz dentro dos princípios da Carta das Nações Unidas.

Com essa finalidade duas grandes potências "fazem apêlo ao concurso de outros Estados" entre os quais quiseram, no projeto apresentado na Assembléia Geral e que se converteu na Resolução 1 722 (XVI) incluir o Brasil.

O Brasil consagrará a essa tarefa um espírito de colaboração indeclinável."

CONFERÊNCIA DO MINISTRO SAN TIAGO DANTAS NO CENTRO ACADÊMICO XI DE AGÔSTO, NA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO, NO DIA 16 DE ABRIL DE 1962 (*)

O CHANCELER EXPÔS EM SÃO PAULO OS OBJETIVOS DA NOSSA POLÍTICA EXTERIOR

Durante a solenidade de posse da nova Diretoria do Centro Acadêmico XI de Agôsto, ontem realizada, à noite, na Faculdade de Direito da USP, o Ministro das Relações Exteriores, Sr. San Tiago Dantas, na qualidade de convidado especial, proferiu uma conferência sôbre a política externa do Brasil, discorrendo longamente sôbre as razões determinantes da orientação que o Itamaraty segue nesta fase, e sôbre os resultados dessa política que — segundo acentuou — tem relação direta com os problemas do desenvolvimento interno do País.

O Chanceler definiu a política exterior do Brasil como independente, "formada e modelada" apenas pela conceituação que o Govêrno elaborou dos problemas nacionais em todos os terrenos. Disse que essa política, independente, não tem similitude com o neutralismo, pois a política neutralista "é sistemática e perde flexibilidade, ao passo que a política independente é flexível e construtiva". O Brasil, disse, pode ser fiel à democracia, aos princípios cristãos, e ao ocidente sem que isso o impeça de tomar posição ao lado dêste ou daquele bloco, assim contribuindo para a eliminação dos antagonismos que caracterizam a política internacional. O mesmo caminho, acentuou, estão seguindo muitas "nações amadurecidas", e dêsse

---

(*) Na falta do texto da conferência transcrevemos notícia sôbre a mesma publicada no *Boletim Informativo* da Divisão de Informações do Ministério das Relações Exteriores de 18 de abril de 1962.

modo as próprias "nações rígidas" — numa alusão às que chefiam os dois grandes blocos — se vêem na contingência de evoluir.

AS BASES

Na parte inicial de sua oração o Sr. San Tiago Dantas expôs as origens da orientação da atual política exterior do Brasil. Disse que êste País "amadurece com excepcional velocidade", no concêrto internacional. Esta fase do Brasil pode ser considerada a "época da política externa", pois tornou-se a própria "política da sobrevivência", já que, por intermédio de nossa atuação na contenda mundial, se decide muito daquilo que se pode fazer pelo Brasil, ou principalmente, muito daquilo "que se poderá evitar" de maléfico para a Nação.

Manifestou depois a opinião de que agora a política externa corresponde às aspirações da generalidade da população e que a atuação dos órgãos dos governos que aplicam aquela política, reflete a opinião das diversas camadas da população. E se assim não fôra, disse, não poderia ser uma política independente, mas sim uma política caudatária, que se limitasse a eleger um patrono entre os contendores e votar de acôrdo com êsse orientador nos organismos internacionais. Presentemente, acentuou, o Itamaraty considera que todos os problemas mundiais são também problemas de interêsse imediato do Brasil. Nossas fronteiras, assim, "confundem-se com o próprio mundo", e "para cada uma das grandes questões mundiais, tem o Brasil uma interpretação própria".

A "GUERRA FRIA"

Enquanto, disse depois o Chanceler, "há países que apóiam êste ou aquêle grupo", há outros, entre os quais se inclui o Brasil que encaram a perspectiva de destruição mútua, pois parece óbvio que qualquer conflito armado não apresentará vencedores nem vencidos, como no passado. Haveria, então, agora, a possibilidade de uma partilha do mundo entre os dois blocos, solução que não convém ao Brasil e nem a muitos outros países que assim perderiam sua soberania. Estabeleceu-se, assim, entre os líderes dos dois grandes blocos, um estado que o

Chanceler denominou de "convivência competitiva", que, segundo o Sr. San Tiago Dantas, pode cobrir uma era e "dar origem à sociedade do futuro".

Ante essas condições, prosseguiu, a política correta consiste em "não ajudar cada um dos campos a aumentar seu prestígio", mas sim situar-se num campo intermediário, de estímulo às posições positivas dêste ou daquele bloco quando se trata da preservação da paz. E, disse o Chanceler, nesse princípio, da "convivência competitiva", tem base e origem a política independente que o Brasil executa. Acentuou, então, que os países que optaram por essa política independente, crescem em importância, constantemente.

Estendeu-se, depois, o Sr. San Tiago Dantas, em apreciações sôbre o Tratado do Rio de Janeiro, e lembrou que o Brasil defende a tese de que êsse acôrdo, quer em sua letra ou quer em seu espírito, não poderia ser conceituado como um pacto militar. É, disse, um pacto de defesa mútua, de segurança coletiva, contra eventual agressão do Hemisfério, e de seus têrmos não se pode deduzir que o País integre qualquer bloco militar.

O INTERIOR

Procurar contatos, com qualquer parte do mundo, prosseguiu, é uma contingência da defesa do próprio futuro da nacionalidade, dados os problemas internos do subdesenvolvimento. O Brasil, lembrou, tem uma população de "crescimento imoderado", com uma taxa de 3,5% ao ano, o que significa que, de 72 milhões de pessoas agora, passará a 99 milhões em 1970 e a 135 milhões em 1980, ao passo que o País não está preparado para produzir bens e serviços que bastem. Por outro lado, a renda social global é baixa e nossa estrutura social é débil, com desigual distribuição das riquezas, dando origem a um estado de "injustiça e instabilidade".

Por outro lado, o Chanceler referiu-se a um problema que definiu como igualmente grave: a tecnologia avança, nos grandes países, e nações como o Brasil, que começam a vencer o subdesenvolvimento e passagem para mais alto estágio, estão sob o risco de verem as nações adiantadas darem um salto ainda

maior e que ainda mais as distanciará. Nesse quadro, o Brasil vê-se na obrigação de, nos próximos cinco anos, aumentar em 100% seu comércio externo, atualizar sua tecnologia em níveis que devem deixar na sombra os atuais, para que se torne possível enfrentar os problemas sociais e econômicos que virão.

Daí, disse, a política eclética em matéria internacional, de defesa da paz, em busca de mercados. E nesse sentido, além do reatamento de relações com o Oriente, o Itamaraty estuda os problemas que trazem o intercâmbio entre nações de economia privada, como o Brasil, e as nações de comércio estatal.

RESULTADOS

O Chanceler, na parte final de sua conferência, apontou, como "resultados da política independente" do Brasil, o reatamento com a Rússia, "sem que nos arreceemos" da política; o êxito da viagem do Sr. João Goulart aos Estados Unidos, com o conseqüente acôrdo sôbre o Nordeste, para execução de um plano eminentemente nacional, com a colaboração financeira do Exterior; a participação do Brasil na Zona de Livre Comércio na América Latina; a atuação da delegação nacional na conferência de Punta del Este sôbre Cuba, de que fêz a defesa; a Conferência do Desarmamento, na qual o Brasil foi incluído entre as oito nações "não alinhadas", em virtude da sua política "independente, isenta e elevada"; o apêlo ao não reinício das provas nucleares, de que ainda ontem foi porta-voz o delegado do Brasil; o esfôrço, nessa mesma conferência, para conciliar os dois blocos, quando as posições opostas parecem conduzir a um ponto sem saída; a "uniformização da orientação sôbre o colonialismo", particularmente, em relação à África, setor em que o Brasil defende a emancipação, embora trabalhe para a preservação "dos focos da civilização portuguêsa".

GOULART VAI À ÁFRICA

A essa altura, e para encerrar sua conferência, disse o Chanceler que "dentro de alguns meses um Chefe de Estado latino-americano, pela primeira vez, visitará o continente africano para afirmar a política de solidariedade. E êsse Chefe de Estado será o Sr. João Goulart".

DISCURSO PROFERIDO NA UNIVERSIDADE DE CRACÓVIA EM MAIO DE 1962

Magnífico Reitor, Senhor Decano, Senhor Promotor, Excelência, Professôres, Alunos, Senhoras, Senhores,

Não vos é difícil, caros colegas, imaginar o quanto me sinto honrado ao receber da Universidade Jagellone o título de Doutor *Honoris Causa*. A reputação desta Universidade há muito atravessou o Oceano. Em tôda a parte, ela é considerada não apenas como uma das mais antigas e respeitáveis, dentre as que têm trabalhado pelo futuro da cultura e da humanidade, mas também como um dos centros de estudos que tiveram o privilégio de mudar o curso do pensamento.

Há poucas Universidades no mundo que possam contar, como uma das grandes realizações de seus professôres ou de seus alunos, uma transformação radical da cultura mundial. Êsse privilégio vos pertence: o nome de vosso ilustre filho Copérnico representa, para o pensamento moderno, o verdadeiro símbolo da mudança. Não é apenas a Europa quem olha para esta Universidade com respeito e admiração; as Universidades da América, as Universidades Brasileiras e, entre elas a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, à qual tenho a honra de pertencer, contam a Universidade de Cracóvia entre os centros de estudos para os quais dirigimos nosso pensamento, quando ponderamos que as responsabilidades da Universidade no mundo moderno aumentaram, e que é dêsses grandes centros de estudos que uma palavra nova, uma orientação segura, poderá um dia surgir.

Insisto em vos dizer, Senhor Decano, que é para mim uma grande honra receber êste título, no quadro da Faculdade de Direito. A faculdade de direito foi o berço da minha vida pú-

blica; foi na cultura jurídica que tive a felicidade de formar meu espírito e minha visão do mundo; a vida jurídica, o estudo do direito, têm o mérito de aproximar os homens e fazer com que todos se possam sentir empenhados na mesma causa, no mesmo ideal, na mesma condição fundamental de vida.

Como Professor de Direito, como Professor de Direito Civil, formei meu espírito nesse mesmo direito romano, nesse mesmo código de Napoleão do século XIX, em que, por tôda parte, se lançaram as bases da cultura jurídica mundial. Nesse sistema de normas, que permitiu o florescimento de uma nova dogmática dos tempos modernos, os homens que modelaram as idéias jurídicas do meu País e os que criaram a cultura jurídica polonesa, puderam encontrar, há muito tempo, uma linguagem comum; essa comunhão nos dá a certeza de que as mudanças do mundo, as transformações da cultura e da sociedade não comprometem jamais as raízes profundas de nossa espécie e o destino permanente de nosso espírito.

Partindo de meios sociais muito diferentes, quer estudando aqui em Cracóvia com a autoridade de um passado que remonta ao século XIV, quer estudando no Brasil numa universidade criada já neste século, mas pela reunião de institutos fundados no comêço do século passado, trabalhamos todos uma mesma herança.

Êstes trajes talares que vestimos, estas becas com que nos honramos vêm do mesmo passado e das mesmas fontes. Foi privilégio dos países da América Latina realizar êsse ensaio — hoje, podemos dizê-lo, coroado de êxito — de transpor a cultura européia para um novo meio, e tornar essa cultura comum a populações que apenas nasciam, no momento em que vossa civilização já estava na época final do Renascimento.

Essa herança comum, no direito especialmente, permitiu-vos conceber a organização da vida política e da vida social sob a égide de um mesmo princípio, o princípio da legalidade, e êsse princípio representou, para o mundo, uma vitória inseparável da idéia de civilização, pois êle pode ser traduzido nessa idéia muito simples que transforma profundamente o sentido

da vida social: tôda decisão na sociedade civil e organizada, antes de ser tomada para um caso particular, deve ser enunciada como um julgamento universal. Poder pensar, primeiramente, em têrmos de regra universal, dar a uma decisão do Estado, do organismo político, a amplitude de uma regra que possa ser sempre empregada, que se dirija igualmente a todos e, em seguida, inscrever, no quadro dessa regra, qualquer solução particular de que a sociedade necessite, representou, talvez, para a sociedade humana, alguma coisa que se pode considerar, na perspectiva do tempo, como uma verdadeira revolução coperniana.

Compreendeu-se cedo que essa base universal era indispensável à legitimação de qualquer ato de autoridade, e, sob a égide dêsse princípio, a civilização criou-se e desenvolveu-se, permitindo aos homens e aos povos que diversificassem suas instituições.

Essa diversificação é legítima e necessária. Ela traduz a experiência de cada país, a equação das fôrças vitais de que o organismo político é uma expressão momentânea. É natural, portanto, que países como a Polônia e o Brasil, ligados por uma herança cultural comum e por uma afinidade que se tornou patente em tantos momentos críticos de vossa história, possam ter princípios e objetivos, em parte, coincidentes e, em parte, divergentes, porque nossos países e nossos povos procuraram dar expressão à sua realidade histórica, no momento que vivem.

O Brasil de hoje encara os problemas do mundo sob a mesma luz que rege os passos de vossos estadistas, de vosso povo, de vossos intelectuais; essa luz é a luz da paz. Sabemos todos que a preservação de qualquer valor, de qualquer vida, depende, nos tempos de hoje, de nossa capacidade de tornar a paz invulnerável. As gerações precedentes condenaram certamente a guerra e amaram a paz; mas existe uma diferença entre o pacifismo de outrora e o pacifismo de hoje; é que, em outros tempos, a paz era um ideal que muitas vêzes vinha depois de outros ideais e se aceitava que, em certas situações, um povo ou um estadista pudessem escolher a guerra como alternativa

válida. O que se passa hoje, o que dá uma característica especial ao pacifismo de nossa época é não têrmos alternativa para a paz: é a paz ou o nada. Qualquer virtude, qualquer conceito, qualquer ideal, confrontado com a guerra, está condenado a desaparecer. De tal modo que podemos considerar característico da cultura de nosso tempo ter o ideal da paz cessado de ser um ideal relativo para tornar-se um ideal absoluto. O homem que trabalha contra a paz, que compromete conscientemente a causa da paz é, provàvelmente, ou alguém que não chegou a conhecer a realidade do mundo em que vive, ou um inimigo deliberado de sua espécie, alguém que votou o mundo à destruição, ao aniquilamento de todos os valores.

Êsse ideal pacifista cria, para as gerações de hoje, uma política que um povo, com a consciência do mundo em que habita, não pode recusar. Essa política é a da aproximação, da coexistência, da diminuição e do desaparecimento gradual dos antagonismos, que hoje ainda separam os povos. Podemos escolher nosso caminho, podemos acreditar na excelência de certas instituições, podemos praticar um sistema e podemos observar certos princípios a que outros não dão o mesmo alcance e valor, mas, seja qual fôr o caminho escolhido por um povo, tem êle o dever, e mesmo a necessidade, de entrar cada dia em contato mais estreito com aquêles que pensam de maneira diferente. Essa necessidade de aproximação representa uma fatalidade de nossa época e é através da confrontação cada dia mais íntima dos contrários, que faremos nascer a fórmula do futuro.

Durante séculos, a sociedade aceitou a idéia da sua própria imperfeição e não esperou para as suas contradições internas mais que uma solução fora da história, fora do tempo. Admitia-se que a realização plena do destino da nossa espécie não se pudesse consumar no quadro da história, mas a essa concepção já se substituiu, há muito, a de que existe um desfecho histórico possível para as contradições sociais e de que cabe com nossos meios impelir a sociedade e nossa própria vida no sentido da perfeição.

Se ouso trazer a esta universidade uma mensagem, uma mensagem que não tem outro valor senão o de provir de outra

universidade longínqua, que olha com respeito e compreensão esta velha e nobre Academia, essa mensagem será de confiança, de certeza — ouso dizer — de que o futuro da humanidade está entre nossas mãos e de que não estamos voltados à destruição como etapa para atingi-lo.

Essa confiança no futuro é a base de onde pode nascer uma verdadeira cultura; nenhuma época, nenhum povo, nenhum homem poderá edificar uma cultura válida, se em sua base se encontrar a desconfiança. Nossa época não poderá criar uma verdadeira cultura, não poderá deixar às gerações seguintes uma herança legítima, sem encontrar primeiro a confiança, sem se certificar que não é a morte, mas a vida, que está no fim do nosso caminho.

A Polônia é para nós um exemplo e um símbolo dessa confiança; não é preciso vir ao vosso país para sabê-lo, mas quando se vê o milagre da vossa capacidade de reviver e de recomeçar a vida com a mesma confiança, sentimos que o que êsse grande povo pôde fazer do seu destino nacional, tôda a humanidade pode fazê-lo de seu destino comum.

É neste espírito polonês de confiança, de perseverança, de vitória sôbre a destruição, que a humanidade de hoje poderá fazer face ao perigo que a ameaça e estabelecer os fundamentos sólidos da sociedade do futuro.

O Brasil deseja cooperar nessa tarefa. A sorte de seu povo numeroso, que aumenta dia a dia ràpidamente, modelado pelo desejo, que se afirmou desde cedo, de tornar-se uma nação, depende em grande parte dos centros de estudos, das Universidades, que lá como aqui têm representado papel decisivo.

Êsse papel deve estar presente ao espírito de cada um de nós nos tempos de hoje. A Universidade tem momentos de glória e momentos de humilhação. Se considerarmos as diferentes épocas da cultura humana, temos de reconhecer momentos de grandeza da Universidade como instituição, nos quais ela logra conduzir o mundo para o futuro e épocas de mediocridade, em que as Universidades se têm profissionalizado, em

que o homem de ciência se tem tornado muitas vêzes homem de carreira, em que o verdadeiro espírito da Universidade, que é a confiança pela verdade, pôde ser substituído por outras preocupações.

Como universitários, como professôres, temos o direito e o dever de nos dizermos essas coisas e de confessarmos que no mundo contemporâneo a Universidade poderá realizar uma tarefa decisiva ou, senão a realizar, a desaparecer. A Universidade há de estar na vanguarda do pensamento humano, guiada pela fidelidade à verdade. É dessa fidelidade que ela poderá tirar fôrças para repetir o que fêz em outras épocas da humanidade, abrindo para as gerações seguintes as portas da vida.

O título de Doutor *Honoris Causa* desta Universidade, as palavras pronunciadas pelo Magnífico Reitor, pelo Senhor Promotor e pelo Senhor Decano da Faculdade de Direito, representam, para mim, uma recompensa que ultrapassa, de muito, os meus méritos pessoais. Eu a aceito, contudo, em nome dessa comunidade de espírito universitário que faz com que, na América do Sul ou na Polônia, sejamos todos trabalhadores da mesma causa. Essa causa é, antes de tudo, a da justiça social e da igualdade, do desaparecimento de tudo o que signifique privilégio e opressão, do estabelecimento das condições de uma verdadeira liberdade, fundada sôbre a verdade e sôbre o reconhecimento a cada um de direitos idênticos aos atribuídos aos demais.

Nessa causa eu me sentirei, de agora em diante, Senhores Professôres, não apenas como me sentia até hoje, um filho espiritual de minha Universidade, mas também um filho de Cracóvia, e é nesta qualidade que vos saúdo e agradeço.

DISCURSO PROFERIDO NO CONGRESSO NACIONAL EM 29 DE MAIO DE 1962 (*)

O Sr. Ministro San Tiago Dantas (*Sem revisão do orador*) — Senhor Presidente, antes de dar início à minha exposição, desejaria consultar V. Ex.ª sôbre um ponto de ordem. Ao longo dos debates havidos nesta Casa e ensejados pela moção de censura, foram apresentadas várias interpelações. Entendo que são interpelações as questões levantadas no curso de exposição feita da tribuna, ou mesmo em apartes, que exigem esclarecimentos da parte do Ministro do Exterior. Pergunto a Vossa Excelência: falando neste momento, depois de um debate encerrado, e para responder às observações feitas à margem dêle, devo ater-me à moção de censura, ou devo e posso, igualmente, tratar das interpelações?

O Sr. Presidente (*Ranieri Mazzilli*) — A questão de ordem suscitada pelo Sr. Ministro San Tiago Dantas deve ser resolvida por assemelhação de métodos de trabalho e proposições outras que não esta moção de censura por isso que ainda não dispomos das regras específicas para a matéria.

À indagação de S. Ex.ª, devo informar que, nada obstante encontrar-se na tribuna num horário correspondente ao chamado Grande Expediente, está, entretanto, conforme me havia comunicado, na situação de tratar da moção de censura objeto de discussão já encerrada na sessão anterior. Nessas condições, o Sr. Ministro de Estado tem a palavra para tratar desta proposição, e sòmente dela, a fim de que a disciplina de nossos trabalhos possa realmente facilitar o juízo que sôbre o assunto o plenário deva fixar, com o fito de deliberar sôbre a matéria.

(*) Transcrito do *Diário do Congresso Nacional* de 9 de agôsto de 1962.

As questões suscitadas por interpelações anteriormente apresentadas à Mesa deverão ser tratadas por S. Ex.ª, mas noutra oportunidade, sessões imediatamente seguintes, não neste ensejo.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Neste caso, Sr. Presidente, desejo pedir a V. Ex.ª que me considere inscrito para, numa próxima sessão, se possível na de amanhã, fornecer aos eminentes membros desta Casa os esclarecimentos a que fazem jus, à vista das interpelações apresentadas. Acredito mesmo, Sr. Presidente, que a moção e as interpelações não podem deixar de ter um tratamento processual diverso, uma vez que na moção estamos sujeitos à votação do plenário e nas interpelações estamos sujeitos precìpuamente ao dever de resposta, e só no caso de ser esta julgada insuficiente poderá transformar-se em nova moção, para a qual o voto será solicitado.

Entretanto, creio que as interpelações estão hoje mais presentes ainda ao espírito dos nossos eminentes colegas do que o próprio objeto da moção, já que esta foi apresentada recentemente, mas havia sido formulada e apresentada pela primeira vez em fevereiro do corrente ano, versando exclusivamente a Conferência de Punta del Este. Vou ater-me, de acôrdo com a solução dada por Vossa Excelência à questão de ordem, aos têrmos da moção, mas desde já quero dizer aos eminentes membros desta Casa que aqui estarei, nesta mesma tribuna, na primeira sessão — a de amanhã — para resolver, em caráter informativo, os outros pontos levantados pela Câmara no curso dos debates.

Muitos dêsses pontos pareceram-me realmente reclamar um esclarecimento amplo, pois não posso compreender que paire qualquer dúvida a respeito dêles no espírito dos eminentes congressistas. São questões fáceis de esclarecer e de elucidar; muitas delas resultam antes de deturpações ocasionais de um noticiário incompleto do que pròpriamente de uma apresentação integral dos fatos. E é com prazer que voltarei a esta tribuna, não apenas amanhã, mas tantas vêzes quantas sejam necessárias, para trazer à Câmara dos Deputados e ao Congresso Nacional as satisfações que lhes deve o Govêrno pelos atos que pratica no Ministério a meu cargo.

Com relação à moção de 17 de fevereiro, Sr. Presidente, creio que, decorrido tanto tempo, passados já tantos meses da VIII Reunião de Consulta que a ela deu ensejo, é justo a examinemos em dois aspectos sucessivos.

No momento em que a moção foi formulada e apresentada pela primeira vez, era natural que os seus eminentes signatários e a Câmara tivessem, para apreciar-lhe o mérito, apenas o elemento racional, da compreensão, da decisão ali tomada pela delegação do Brasil. Os meses, porém, passaram sôbre a decisão da VIII Reunião de Consulta, e hoje já podemos juntar àquelas considerações outras que, por assim dizer, representam o seu período de prova, pois, desde o encerramento da Consulta até hoje a vida internacional do hemisfério, dentro dêste a posição do Brasil, teve desdobramento que os permite apreciar, à luz da experiência, a decisão tomada em Punta del Este pela maioria das nações americanas e, no quadro essa decisão, a posição tomada pelo Brasil.

Vou pedir licença aos meus eminentes companheiros da Câmara dos Deputados para, nesta exposição que procurarei tornar a mais objetiva e desapaixonada, apresentar um conjunto de argumentos e de fatos e dessa forma poder estabelecer uma base para o debate que ainda hoje, provàvelmente, aqui teremos a oportunidade de reacender. Peço permissão, por isso, para começar por uma exposição e, depois de chegado a um certo ponto dela, então iniciar o debate com todos aquêles que me quiserem dar a honra da sua contribuição, através de apartes.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, não podemos esquecer que a VIII Reunião de Consulta adquiriu, na vida do Continente americano, uma significação inusitada. A ela foram convocadas as nações dêste hemisfério para deliberarem sôbre os têrmos de uma convocatória que levava a crer se pretendesse aplicar ao caso cubano o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, conhecido com o nome de Tratado do Rio de Janeiro. Essa convocatória correspondia à argumentação estendida no Conselho da Organização por alguns Estados americanos que haviam insistido em caracterizar o estabelecimento de um re-

gime em Cuba sem as características do regime democrático representativo como algo que podia justificar a aplicação de sanções, nos têrmos do Tratado do Rio de Janeiro, fôssem sanções diplomáticas, como a ruptura das relações, fôssem sanções econômicas, como as medidas aplicadas ao comércio, ou fôssem mesmo sanções militares.

Ao abrir-se a Consulta, havia proposta sôbre a mesa que previa a aplicação de tais medidas. Desde muito antes, entretanto, se havia iniciado entre as chancelarias americanas, um largo debate, através de troca de notas e de informações, e, no próprio Conselho da Organização dos Estados Americanos, os países haviam feito ouvir as suas vozes para analisar, à luz dos tratados vigentes, os objetivos consignados na convocação.

É sabido, Sr. Presidente, que o desenvolvimento da ação internacional, especialmente no nosso hemisfério, consiste principalmente no equilíbrio de três princípios, ou, diria melhor, de três objetivos que estamos igualmente empenhados em alcançar. O primeiro dêsses princípios é a não intervenção de um Estado nos negócios internos do outro; o segundo é a preservação e o fortalecimento da democracia representativa em nosso hemisfério; e o terceiro é a construção de um sistema de segurança coletiva, baseado na aplicação de sanções contra um eventual agressor. O modo por que êsses três objetivos se limitam, a forma pela qual cada um dêles precisa ser defendido na aplicação irregular ou inconveniente do outro, constitui o aspecto ao mesmo tempo mais delicado e mais importante da ação diplomática internacional.

Se é verdade que queremos desenvolver a democracia representativa, se é verdade que desejamos preservá-la e assegurar o seu fortalecimento, também é verdade que não desejamos fazer da defesa da democracia uma base, um pretexto, um motivo para que os Estados intervenham nos negócios internos de um outro e substituam as deliberações dêsse próprio Estado pelas suas deliberações. Daí a fronteira que teòricamente precisa ser traçada com nitidez e que na prática precisa ser obser-

vada com rigor entre o princípio de não intervenção e êste outro princípio inscrito no art. 5.º da Carta de Bogotá e que traduz a aspiração dos povos americanos ao regime de liberdade.

Ao mesmo tempo, as sanções são instrumentos através dos quais a organização coletiva a que pertencemos procura defender cada um dos seus Estados membros dos riscos do ataque armado e da agressão.

Nada mais perigoso do que se as sanções amanhã se converterem num instrumento de intervenção graças ao qual, em vez de procurarmos reprimir a agressão e reduzir o ataque armado ao estado anterior, passemos a poder interferir dentro de um Estado e a ditar-lhe a vontade de um outro, ou mesmo da organização geral a que todos pertencem.

A possibilidade de transgressão dessa fronteira que separa a aplicação dêsses diferentes princípios internacionais é constante. E o mérito da diplomacia do nosso Continente, a finalidade mesma da ação internacional em que se acham engajados todos os Estados dêste hemisfério, é fazer com que os fins possam ser colimados sem que jamais, graças à invocação inadequada de um, posterguemos a aplicação de outro.

Era êsse em Punta del Este, como de um modo geral em qualquer conferência internacional conovocada sob a égide do Tratado do Rio de Janeiro, o problema que se interpunha aos cuidados das chancelarias americanas.

Podia o Tratado do Rio de Janeiro ser invocado para resolver-se, através da via das sanções coletivas, o caso criado em Cuba, pelo estabelecimento de um regime não enquadrado no conceito continental de democracia representativa. As chancelarias americanas examinaram êste caso cuidadosamente.

Não foi apenas o Itamaraty, não foi apenas o Govêrno brasileiro, através do seu órgão técnico, que se debruçou sôbre as dificuldades da espécie. Na verdade, a Argentina, o México, a Colômbia, o Peru, o Chile, os Estados Unidos, todos os países que integram como Estados membros a Organização dos Estados Americanos, dedicaram à questão o mais carinhoso estudo.

Os resultados dêsse estudo não tardaram em transparecer.

O Govêrno brasileiro, depois de examinar o caso à luz dos seus precedentes internacionais e de cotejar a espécie com as normas a êle aplicáveis, chegou a uma conclusão clara a respeito dos limites que podiam orientar a ação da nossa Chancelaria. Em primeiro lugar, partimos da idéia indiscutível de que o Tratado do Rio de Janeiro não conceitua o simples estabelecimento de um regime político, seja êle qual fôr, como o caso de ataque armado ou de agressão.

É certo que há regimes políticos em que a agressão é mais fácil de medrar no espírito dos governantes, e outros em que, pelo contrário, o maior contrôle de opinião pública atua como um freio sôbre as intenções agressivas. Mas, nem por isso é lícito definir um regime político, sejam quais forem as suas características, como um ato agressivo em si mesmo. Basta pensar que a Organização das Nações Unidas mantém em pé de relações amistosas, Estados que praticam os mais variados regimes políticos conhecidos no mundo contemporâneo. Êsses Estados se reúnem em assembléias internacionais, firmam tratados, entretêm uma via diplomática administrativa, e nada disso seria possível se algum dêles, em virtude das características do regime que pratica, tivesse que ser considerado em ato de agressão ou mesmo na iminência de desfechá-lo. A agressividade dos regimes é muitas vêzes um resultado da índole ideológica ou de certas circunstâncias ocasionais que influem no espírito dos povos ou dos governantes. Mas não é uma característica imanente às instituições, sejam elas quais forem. Por isso, conceituar um regime como um ataque armado ou como um ato agressivo seria transpor os limites de um documento internacional que é porventura o mais sério, o de maior responsabilidade para os Estados que o firmaram, neste hemisfério. O documento a que me refiro é o Tratado do Rio de Janeiro, o único que permite, em determinados casos, que os Estados americanos se unam para praticar uma ação em relação a outro Estado. Ação que, se não fôsse legitimada, se não fôsse firmada rigorosamente no Tratado, teria de ser considerada uma intervenção.

Aí está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ponto em que o conceito de sanção se separa do conceito de agressão. Tudo aquilo que fôr praticado sob o rótulo mesmo de sanção, mas sem fundamento nos tratados que o prevêem e permitem em casos determinados, configurará a intervenção de um Estado nos negócios internos de outro, e por isso é mais uma medida lícita compatível com a ordem internacional e com os seus fundamentos jurídicos. Terá que ser considerada medida ilícita e configurada na ordem internacional como caso de intervenção, invocar a obrigação de sanção, seja de que natureza fôr, sôbre um Estado apenas mediante a alegação de que nesse Estado se pratica determinado regime incompatível com os têrmos exatos do Tratado do Rio de Janeiro. E por essa razão o Govêrno brasileiro formou o seu pensamento no sentido de que o caso que nos levaria à VIII Reunião de Consulta jamais poderia ser considerado como um caso de aplicação dêsse Tratado e não poderia por conseguinte levar a aplicação de sanções do Tratado referido, os debates de Punta del Este foram suficientemente esclarecedores. E quando a Conferência marchou para o momento culminante da votação, os Estados que haviam subscrito aquelas propostas tomaram a iniciativa de retirar-se, de tal maneira que as sanções políticas, sanções econômicas ou sanções militares não foram objeto de voto na VIII Reunião de Consulta.

É êsse o primeiro ponto que não pode deixar de ficar bem claro, por ter sido o Govêrno brasileiro, nos têrmos da moção de censura, de que tenho neste momento a oportunidade de defender-me, considerado pouco atento aos problemas básicos de segurança do nosso hemisfério. Pelo contrário, o Brasil não viu em Punta del Este uma questão de segurança porque, na realidade, nenhum dos Estados americanos ali presentes, pretendeu obter dos demais Estados um voto que implicasse na aplicação do sistema de segurança coletiva regional.

Peço, por isso, licença aos doutos signatários da moção de censura para acentuar que, no que diz respeito à segurança coletiva do hemisfério, longe de nós têrmos assumido em Punta del Este uma posição de discordância, no ato das votações. O

que vimos foi a posição que o Govêrno brasileiro adotou e tornou expressa na sua primeira manifestação pública ao Embaixador acreditado no Rio de Janeiro, perfeitamente perfilhada pela unanimidade da Conferência.

Ali não houve discrepância e peço licença para dizer, com o devido respeito pelos signatários da moção, que não cabe a censura.

Um segundo ponto já versado na própria moção e desenvolvido ao longo dos debates que se travaram nesta Casa, diz respeito à coerência do Govêrno brasileiro no tocante à defesa dos princípios democráticos em nosso hemisfério.

Foi dito e repetido várias vêzes que em nossa política exterior houve um momento de incoerência ao desertarmos, na VIII Reunião de Consulta, de um dos princípios básicos firmados na Declaração de Santiago do Chile.

Ser-me-ia realmente, Sr. Presidente, extremamente penoso — e não sei como poderia salvar-me de tal mácula em minha vida pública — se depois de ter tido a honra de ser o redator da Declaração de Santiago do Chile e de havê-la apresentado ao voto na V Reunião de Consulta, em nome do Brasil, fôsse eu que, na VIII Reunião de Consulta, em nome do Brasil, negasse a aplicação daquele preceito e sustentasse pensamento diverso daquele que tivera a honra de expressar e de apresentar.

É, porém, extremamente injusta essa Declaração. Na verdade, a Declaração de Santiago do Chile, como ainda hoje teve oportunidade de dizer da tribuna, em memorável discurso, o nobre Deputado Almino Afonso, é um documento político do qual as nações americanas reunidas na V Reunião de Consulta tiveram a preocupação básica de anunciar as características fundamentais graças às quais podemos identificar em nosso hemisfério o regime democrático representativo.

É sabido que o conceito de democracia tem sido discutido, modificado e mesmo deturpado. Se queremos defender a democracia e fortalecê-la em nosso hemisfério, precisamos saber de que democracia se trata, ou antes, que passos fundamentais

individuam êsse sistema de govêrno. A Carta de Bogotá, de 48, no seu art. 5.º, limitou-se a dizer que os Estados americanos se empenhavam na preservação dos princípios da democracia representativa, mas não havia ainda, naquela ocasião, um grau de concordância entre os Estados participantes da Conferência Interamericana que lhes permitisse definir o conteúdo dessas palavras e colocar, em lugar de uma simples alusão, um conceito de contôrno definido.

Os anos passaram sôbre a Conferência Interamericana de Bogotá e ao longo dêsses anos, em reuniões internacionais sucessivas, em comitês, em conselhos, os Estados americanos procuraram trabalhar por todos os meios a seu alcance êsse conceito de democracia para poderem receber aquilo que a Carta apenas indicava. Foi, creio eu, na IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em 51, três anos depois de Bogotá, que primeira vez se aprovou um projeto que recomendava a adoção de medidas de fortalecimento da democracia em nosso hemisfério. Essa resolução traduzia muito bem o anelo profundo e permanente dos povos do nosso hemisfério para elevar a sua vida política até o mais alto padrão de existência política, que é o regime democrático, mas sabemos que a democracia é uma conquista que os povos não atingem a ela senão através de vicissitudes históricas em que muitas vêzes há períodos de avanço e períodos de retrocesso.

A cada passo o nosso coração se confrange quando vemos uma nação, onde supúnhamos implantadas e estabelecidas as instituições representativas, tombar sob a ação de um golpe de fôrça que deforma essas instituições e as transforma num regime de fato ostensivo ou desfigurado. Mas o anelo dos povos americanos tem vencido essas vicissitudes, tem ido além dessas peripécias e sempre tem podido reconhecer a nossa ânsia de sermos verdadeiramente uma democracia, restaurando o regime representativo com base no voto, conquistando-o pela evolução da nossa cultura política e também pelo espírito de reivindicação dos nossos povos.

Êsse desejo de fortalecer a democracia em nosso hemisfério, essa aspiração ao mesmo tempo cultural e política foi lançada

em 48 em Bogotá, recomendada em 53 pela IV Consulta, mas o passo mais notável dado nesse caminho e que constitui sem dúvida alguma um título da democracia brasileira foi a Declaração de Santiago do Chile, em que se conseguiu dar conteúdo à expressão e dizer quando é que um regime, pela ocorrência de determinadas conotações, pode ser considerado um regime democrático dentro dos limites históricos dêste conceito no Continente americano. Ajustou-se isto porventura em Santiago do Chile, que os povos americanos se obrigavam a observar nas suas instituições políticas as características da democracia representativa? Combinou-se em Santiago do Chile que qualquer país que se afastasse daquele modêlo, daquele parâmetro estaria sujeito a ver as suas instituições políticas reorganizadas pelos demais Estados, através de uma comissão ou através de deliberação do órgão regional, a Organização dos Estados Americanos? Jamais. Isto não se fêz, porque isto não se podia fazer. Em primeiro lugar, porque é da essência da democracia que ela resulta da vontade popular e que esta vontade popular não pode ser substituída pela vontade de nenhum outro organismo, de nenhuma outra entidade, de nenhum outro grupo de nações.

O Sr. Adauto Cardoso — V. Ex.ª me permite apenas uma pergunta?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Com muito prazer, embora me caiba dizer a V. Ex.ª que pedi aos doutos colegas me permitissem chegar a uma exposição compacta da matéria, para depois abrir francamente os debates. Mas V. Ex.ª chegou posteriormente e concedo-lhe o aparte.

O Sr. Adauto Cardoso — Não quero abrir exceção, embora me pareça que a pergunta deveria ser formulada neste momento, que é o oportuno. Não quero ser beneficiário de nenhuma exceção. Agradeço a sua generosidade.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Mas acredito que cabe muito bem a exceção, porque V. Ex.ª chegou depois de ter eu feito aquela declaração.

O Sr. Adauto Cardoso — Não prolongo mais o diálogo com que a generosidade de V. Ex.ª me beneficia. Apenas, quando

V. Ex.ª assenta que o pacto de Santiago é apenas um pacto de virtualidade ou de nacionalismos, quando V. Ex.ª deixa claro que nada podemos fazer dentro dêsse ajuste de nações para impedir que a peste do totalitarismo, a peste das ditaduras se alastre pelo continente, indagaria de V. Ex.ª, então, que nos adianta, a nós, povos sul-americanos, flagelados mais do que quaisquer outros pelo mal das ditaduras, que nos adianta a nós concertar, ajustar, pactuar, se estamos assistindo, não a um só caso, mas a dois e amanhã talvez a três, se estamos assistindo ao alargamento dessa faixa das soluções extralegais, dessa faixa das soluções do arbítrio e da violência? Que política externa é esta, Sr. Ministro, em que nos limitamos a cumprir aquilo que foi ajustado e não levamos o nosso sentido de cautela, o nosso sentimento de defesa própria do regime parlamentar, que tantos anos de sofrimento nos tem custado, ao ponto de tratar de novo, rever, reexaminar, a fim de que, diante dos ajustes insuficientes, diante dos pactos omissos, nos vejamos amanhã arrastados, como tudo indica, dentro da efervescência política que nas nossas próprias fronteiras se têm instalado, a solução das ditaduras de fôrça?

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Tem V. Ex.ª tóda a razão no que observa. Mas é um problema da vida internacional, do direito internacional e da política entre as nações êsse de não conseguirmos, desde já, resultados proporcionais aos nossos anseios. Pudéssemos nós criar — o quanto mais depressa seria melhor — um mecanismo através do qual assegurássemos a todos os povos a liberdade, o gôzo das instituições livres, e certamente, em vez de estarmos nos primeiros passos, estaríamos já no fim da grande jornada de construção da sociedade internacional. A Declaração de Santiago do Chile, o que faz com que se inscreva como um documento digno do nosso respeito e do nosso aprêço é que ela é um elo numa cadeia, numa evolução histórica que, como disse, começou há muitos anos, através de uma simples indicação de finalidade e que conseguiu passar para a etapa de uma declaração política definidora de conteúdo. Se V. Ex.ª quiser reler os considerandos da Declaração de Santiago ali encontrará a expressão dêsse pensamento, onde se re-

corda que os progressos do direito internacional, notadamente os do direito americano, se têm feito através dessas etapas por assim dizer clássicas. Em primeiro lugar, a etapa da declaração internacional, a etapa em que apenas se manifesta um ponto de vista comum, um pensamento, um anseio; e, afinal, a etapa da convenção, a etapa em que se transforma em norma jurídica aquilo que até então só fôra possível elaborar como conceito.

O próprio princípio da não intervenção, hoje considerado a pedra angular não apenas do sistema interamericano, mas da sociedade de tôdas as nações, o próprio princípio da não intervenção foi, durante muito tempo, objeto de meras declarações políticas, sem fôrça coercitiva. Sua evolução para o nível de aplicação internacional, defendida convencionalmente, foi obra de muito tempo. A nossa aspiração ao regime democrático representa, hoje, um processo em marcha, e não resta a menor dúvida de que nenhum dos traços mencionados na Declaração de Santiago do Chile será tão claro, tão inequívoco e tão positivo como aquêle que diz que nos regimes democráticos os Governos devem proceder de eleições livres. Foi por acaso êste princípio esquecido em Punta del Este? Em Punta del Este só houve duas resoluções que, a rigor, podemos dizer obtiveram o assentimento dos Estados presentes: uma foi a resolução que reafirmava o princípio da não intervenção; outra foi a resolução que reafirmava a Declaração de Santiago do Chile notadamente neste ponto, quando exprime a aspiração, o anseio dos povos americanos para que todos os Governos em nosso hemisfério resultem de eleições livres. Essa aspiração, êsse anelo, que comove a opinião pública do nosso hemisfério, não é, porém, no atual estado das relações internacionais e dos deveres recíprocos dos Estados, uma norma cuja transgressão possa justificar a intervenção de um Estado, de um grupo de Estados, ou de uma organização regional nos negócios internos de um dêles.

Que faríamos da nossa paz política e da nossa paz social se amanhã as vicissitudes da história política de cada uma das nossas nações dessem origem a um julgamento proferido do exterior e habilitassem os demais Estados do nosso hemisfério a intervirem no nosso próprio território, para ditarem a nossa

organização política? Por maiores que sejam os flagelos, os sofrimentos, as lutas por que uma comunidade passa no seu esfôrço para conquistar a liberdade, certamente há um remédio que nenhum de nós deseja para sua própria Pátria. Êsse remédio é a intervenção de um outro Estado ou de uma organização regional para reestruturar o nosso regime interno e ditar as normas constitucionais que devem presidir a vida do nosso próprio povo. (*Muito bem*). Eis por que, Sr. Presidente, não chegamos ainda, e talvez dela ainda estejamos bem distanciados, àquela época em que a organização política de cada Estado soberano deva enquadrar-se num padrão que seja sem dúvida o ideal para que todos tendemos, mas que nos possa ser impôsto de fora para dentro, em vez de ser atingido pela evolução do nosso próprio povo através dos meios de que êle dispõe para definir seus próprios objetivos e traçar seu próprio destino.

É certo que o regime político praticado na República de Cuba e que constituiu objeto de tão larga apreciação na Conferência de Punta del Este se afasta fundamentalmente dêsses princípios e dessas características fundamentais. Mas daí a pensarmos que era possível à Organização dos Estados Americanos ou a qualquer grupo de Estados intervir na vida interna dêsse país para lhe ditar uma estrutura constitucional ou para lhe traçar condições compulsórias de adoção de determinado tipo de govêrno, ia uma distância que a consciência de nenhum Estado americano jamais ousou nem desejou.

O Sr. Arruda Câmara — Tenho chegado também por último à maneira do Deputado Adauto Cardoso, se posso fazer uma ligeira intervenção.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Queria pedir a V. Ex.ª licença para lhe dar a palavra em primeiro lugar quando começássemos a debater.

O Sr. Arruda Câmara — Agora é o momento oportuno, em face de determinada afirmação de V. Ex.ª. Afirmou V. Ex.ª que era impossível a intervenção em Estados soberanos. Indago de V. Ex.ª se admite que qualquer Estado comunista, orientado e subvencionado pela Rússia Soviética, é um povo soberano.

Segundo: se, não havendo pronunciamento do povo, mas apenas golpes de fôrça auxiliados pelo exterior, se pode invocar o princípio da autodeterminação ou da independência dêsse povo. Eram as indagações que queria fazer a V. Ex.ª, porque no meu modesto modo de ver de simples estudioso do direito e discípulo de V. Ex.ª, não me consta que nenhum povo sob o tacão da União Soviética seja soberano.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Se V. Ex.ª me permitir, grande parte de suas observações terei oportunidade de responder no curso da exposição que vou fazer. Mas, desde já, quero dizer que, para qualquer política internacional que um Estado como o nosso desenvolva, o conceito de Estado soberano a que temos de atender, não é definido por nenhuma consideração que dependa de uma investigação nossa nas condições internas em que o poder ali se exerça, mas é definida por uma apreciação à luz de critérios estabelecidos pelo direito internacional e que são reconhecidos, inclusive, no momento em que qualquer dêsses Estados se filie a uma organização internacional. (*Muito bem*).

O Sr. Arruda Câmara — Espontâneamente, como a Hungria...

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Sr. Presidente, iniciada a reunião de consulta de Punta del Este, vários foram os temas trazidos a debate, várias foram as propostas trazidas a voto nos momentos finais daquela reunião. A respeito de quase tôdas elas, o Brasil uniformizou o seu ponto de vista ao das demais Nações americanas. Houve, porém, uma, que se tornou o ponto de discordância entre um grupo de 14 e um grupo de 6 Nações, e foi discordância que gerou o debate que ainda hoje, decorridos tantos meses daquela Consulta, aqui nos mantém reunidos para proferirmos, dentro em pouco, um voto sôbre a atitude tomada pelo nosso País.

Qual foi a referida resolução? Na verdade, já não se tratava naquele instante de aplicar ao regime cubano nem sanções políticas, nem sanções econômicas, nem sanções militares. Mas alguns Estados entenderam que cabia aplicar à República de

Cuba uma medida que consistia em sua exclusão do quadro dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos. Foi essa resolução, a exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos, a que determinou a discórdia e que fêz com que a nossa delegação, alinhando-se com a da Argentina, com a do México, com a da Bolívia, com a do Equador e com a do Chile, manifestassem um voto que não aprovava o propósito de determinar a exclusão.

Quais foram Sr. Presidente as razões que inspiraram naquela circunstância o nosso pronunciamento? É fácil recapitulá-las, embora, creio, o assunto ainda esteja bem presente no espírito de quantos me ouvem. Em primeiro lugar, a delegação brasileira teve para êsse voto razões de ordem política, e teve também razões de ordem jurídica, que não podia em caso algum transpor. A primeira das razões de ordem política era a convicção em que estávamos de que a exclusão de Cuba, como medida defensiva do hemisfério contra possível expansão do regime marxista-leninista era uma medida de caráter estritamente nominal, que privava o país da sua condição de membro de um organismo regional, mas que nem importava no seu afastamento geográfico, nem na transformação interna do seu regime, nem na limitação de suas atividades. (*Muito bem*).

O Sr. Salvador Lossaco — Muito bem.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Mesmo na Organização ou excluída dela, Cuba continuaria a praticar o regime que havia adotado através do mecanismo do seu processo revolucionário, e o ato de exclusão não teria nenhuma eficácia para importar numa modificação a curto ou a longo prazo.

Creio que tive oportunidade de debater êste argumento aqui mesmo nesta Câmara e de verificar que êle impressionava o espírito de muitos dos eminentes Srs. Deputados. Que sucedeu depois da exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos? Modificou-se o seu regime? Alteraram-se suas atividades? Adquiriram os Estados americanos algum meio novo para influir na opinião pública cubana ou para alterar dessa ou daquela maneira a evolução de sua própria situação interna?

Todos sabem que não. E já naquele momento, portanto, a exclusão nada mais representava do que uma sanção de ordem verbal que não correspondia ao desejo que efetivamente tínhamos e para o qual procuramos contribuir com as idéias que levamos à Consulta, o de traçar limites à expansão do regime cubano e contê-lo em face de qualquer possibilidade de expansionismo armamentista ou de atividades subversivas no exterior.

O segundo argumento era a convicção que tínhamos de que no mundo em que vivemos o rompimento de contatos entre os Estados não é um bom remédio para assegurarmos a vitória progressiva dos princípios democráticos em cuja defesa nos achamos empenhados. A democracia é um regime que pode ser eliminado na prática dos Estados por fôrça de um episódio político, por fôrça de circunstâncias históricas. Mas a sua qualidade intrínseca, a sua capacidade superior à de qualquer outro regime político de dar resposta ao anseio de liberdade dos povos, faz com que a democracia tenha condições naturais de restabelecimento. E o que até hoje temos visto são os países totalitários se defenderem da influência democrática pela certeza que todos êles têm de que, se os seus povos forem confrontados com os benefícios da prática das instituições livres, ali não tardará a medrar um espírito de reivindicações que acabará por fazer com que êsses mesmos povos sintam a necessidade de uma evolução de suas instituições e em conseqüência disso, caminhem na direção de uma reconstituição do estado democrático momentâneamente abandonado.

Senhor Presidente, o motivo que nos levou então a nos opormos à idéia da exclusão foi, além daquele que anteriormente salientei, da inoperância, êsse outro de que, no entender da Chancelaria brasileira e das demais chancelarias que votaram no mesmo sentido, em face da divisão de campos, pelo que se observa no mundo de hoje, vamos preservar condições de competição. É necessário que os Estados possam competir, é necessário que possamos fazer sentir dentro de cada um dêles a palavra, o exemplo, a linha de discussão e de debate que pode manter nos Estados onde a liberdade só momentâneamente foi

suprimida, aberta a porta para um retôrno ao caminho das instituições democráticas.

Finalmente, Senhor Presidente, o terceiro motivo, de ordem jurídica.

Jamais assistimos a um único caso em que se constituísse em critério da nossa política externa passar por cima de normas jurídicas para darmos soluções puramente políticas em matérias reguladas pelo Direito. Se há uma tradição jurídica no nosso País, se há na diplomacia brasileira uma constante, essa constante é a da não transgressão da norma jurídica sempre que ela pode e deve ser aplicada. Por isso, Senhor Presidente, quis o Brasil em face daquela circunstância, adotar atitude de completo respeito a um tratado assinado, que era a Carta de Bogotá. Êsse tratado...

O Sr. Arruda Câmara — Tratado vermelho.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — ... não permitiu que se excluíssem os Estados membros senão através de um único mecanismo que em tais casos se conhece, que é o da reforma do próprio Tratado, reforma da própria Carta. Foram essas as circunstâncias que levaram o Brasil a votar da maneira por que o fêz. Decorridos êsses meses, em que circunstâncias nos vemos?

O Sr. Arruda Câmara — O Brasil não votou, se absteve.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Não é a V. Ex.ª que vou ensinar que abstenção é modalidade de voto nas assembléias internacionais. (*Muito bem. Palmas*).

O Sr. Arruda Câmara — Modalidade inscrita por V. Ex.ª. Nunca o Brasil adotou semelhante posição.

O Sr. Presidente (*Ranieri Mazzilli*) — Atenção, nobre Deputado Arruda Câmara. Peço só intervenha com o consentimento do orador e ao microfone.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Decorridos todos êsses meses, que se vê? Em primeiro lugar, a resolução tomada pela

maioria da Oitava Consulta não produziu nenhum efeito prático em relação aos objetivos que a inspiraram.

Pelo contrário, a atitude do Brasil, mantendo sua linha de conduta internacional e preservando as suas relações com o Estado excluído da Organização, deu ensejo a que pudéssemos prestar ao mundo, à causa democrática e à liberdade de opinião, serviços consideráveis. (*Não apoiados*). Tem sido a Embaixada do Brasil na capital de Cuba o refúgio certo de todos aquêles que discordam do regime político ali praticado. Tem sido o Brasil um Estado que tem intercedido inúmeras vêzes para conseguir abrandar os rigores de uma situação política; tem sido o Brasil, acima de tudo, a porta aberta através da qual o mundo democrático mantém a sua presença naquele país, cujas tradições de fidelidade aos princípios democráticos não deixarão de triunfar sôbre um episódio momentâneo da ditadura. (*Protestos. Aplausos*).

É inútil, Senhor Presidente, pensarmos que as ditaduras, que os regimes extremistas se estabelecem em caráter definitivo. Todos êles são transitórios, todos êles são regíveis e tendem a desaparecer.

Sr. Presidente, eu desejaria perguntar a V. Ex.ª se não me pode ser concedido um prazo suplementar de meia hora, imediatamente ou logo depois da Ordem do Dia, para responder a todos os apartes que me sejam formulados. Quero dizer que não julgo haver abusado ao ocupar o tempo que ocupei até agora, numa moção que mereceu debates tão prolongados e a matéria, pela sua complexidade natural exigia que fôsse feito o desenvolvimento às respostas que pretendia dar.

O Sr. Padre Vidigal — Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (*Ranieri Mazzilli*) — Darei depois a palavra a V. Ex.ª.

Tenho sôbre a mesa requerimento do Deputado Miguel Bahury, de prorrogação da sessão depois da matéria da Ordem do Dia por sessenta minutos, precisamente para que V. Ex.ª possa aceitar apartes e respondê-los. Vou submeter a votos

agora, antes de dar início à Ordem do Dia, por isso que há número para a votação.

Em votação o requerimento do nobre Deputado Miguel Bahury, de prorrogação por uma hora após o encerramento da Ordem do Dia. (*Pausa*). Aprovado.

O Sr. Ministro San Tiago Dantas — Sr. Presidente, as considerações que acabei de fazer nada mais representam do que uma reafirmação dos argumentos que tive ocasião de trazer a êste plenário, logo depois de terminada a Conferência de Punta del Este.

Naquela oportunidade, como nesta, ocupei a tribuna com o propósito de trazer os esclarecimentos ao meu alcance e de contribuir, através de um debate franco e desapaixonado, para que a linha política do Brasil em Punta del Este seja bem compreendida pelos eminentes parlamentares brasileiros. A opinião que tenho, e acredito não se afastar do julgamento desta Casa e do povo brasileiro que ela representa, é a de que a Conlonge de haver representado umadel Este, ferência de Punta solução de continuidade das nossas tradições diplomáticas e jurídicas, foi um episódio a mais da linha ininterrupta de fidelidade de nosso País aos propósitos pacifistas que inspiram a nossa política nas relações internacionais. (*Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

POLÍTICA EXTERIOR E DESENVOLVIMENTO. DISCURSO DE PARANINFO PRONUNCIADO EM 10 DE DEZEMBRO DE 1963 NO PALÁCIO ITAMARATY (*)

Recebi desvanecido a honra de paraninfar, nesta solenidade, a turma de diplomatas de 1963. Não oculto que além do aprêço, que tenho pelo Instituto Rio Branco, de onde ela procede, contribui para êsse desvanecimento a circunstância de conhecer a inquietação e o inconformismo dos jovens que a integram, diante dos problemas irresolvidos de sua formação, de sua carreira, e da própria política internacional do nosso País.

É animador pensar que êsse inconformismo é a marca de uma geração nova, e representa a última fase de uma transformação de mentalidade, que se vem processando em poucos anos, e superpondo a sua influência aos modos de pensar e agir remanescentes de fases anteriores.

A característica dominante da primeira fase foi uma posição idealista, de afirmação de conceitos sem ligação com a realidade. Essa atitude dominou a cultura, a política e outras formas de liderança social, e no terreno da política exterior o que pôde produzir foi a valorização de certas ficções, sobretudo de natureza jurídica, nem sempre correspondentes aos interêsses específicos do País.

Já a fase seguinte foi marcada pelo descrédito daquele idealismo, mas, ao perder-se a confiança nas ficções e nas formas, não se soube substituí-las por critérios racionais e conceitos válidos, derivados de uma apreensão objetiva da realidade. Passou a prevalecer um realismo rudimentar, uma incapaci-

---

(*) Texto transcrito do *Boletim Informativo* da Divisão de Informações do Ministério das Relações Exteriores.

dade persistente de racionalizar soluções, desfechando uma espécie de fatalismo, em que se torna passivo, e muitas vêzes desorientador, o papel desempenhado pelo homem público.

Na política externa, o resultado é a abdicação de responsabilidades e de iniciativas, enquanto a diplomacia se transforma numa atividade assessorial e informativa, e gradualmente se desengaja do seu objetivo primordial, que é induzir, por meios políticos, decisões do interêsse do País em áreas de deliberação não dependentes de sua soberania.

A fase seguinte, de que o inconformismo da nova geração é o sinal e prenúncio, mas que já se acha representada por elementos expressivos nos quadros dirigentes de hoje, será realista no sentido de que as idéias são o reflexo objetivo da realidade na consciência, e será, ao mesmo tempo, racional, no sentido de que os meios de ação, os tipos de comportamento e as decisões, estão comensurados aos fins por critérios ditados pela razão.

Foi dêste realismo que surgiu a política externa independente do País, e é de acôrdo com êle que se podem renovar e reafirmar, daqui por diante, as suas características e objetivos. Merece uma reflexão acurada o processo mediante o qual se opera a adoção, e se assegura a preservação dessa política.

A conquista da objetividade, no comportamento externo, como no interno, não traduz apenas uma decisão de govêrno, mas sobrevém como o fruto de um amadurecimento cultural. Enquanto vemos a nossa realidade social, e definimos nossos objetivos, mediante conceitos sem validade universal, elaborados através da ótica de outros povos, ou mesmo de grupos sociais e econômicos, internos ou externos, diferenciados do interêsse global do País, a política externa que podemos fazer é, ainda que inconscientemente, uma política dependente, cuja coincidência com o interêsse vital da nação pode ser, quando muito, eventual e transitória.

À medida, porém, que a consciência do povo reflete as suas contradições sociais, e substitui a imagem imposta de seus interêsses e deveres, por uma imagem válida, induzida, sem inter-

mediários, de sua própria realidade, a elaboração de uma política externa própria torna-se possível, e tal política pode ser denominada independente.

É curioso observar que a reação havida entre nós, em certos meios, contra o próprio uso da expressão "política externa independente", e sobretudo contra a afirmação de que ela representava um comportamento distinto do observado anteriormente, proveio, em grande parte, de se haver querido dar aos têrmos "dependente" e "independente" uma simples conotação moralística.

Não se compreendeu que a "dependência" de uma política externa, em vez de um servilismo, ou sujeição consciente a imposições feitas do exterior, é um fato a ser explicado à luz de critérios sociológicos, e não a ser julgado por critérios puramente morais. A "independência" só se alcança, quando a consciência política do País, impelida pelo processo de suas próprias contradições, logra refletir e apreender a realidade nacional, e passa a identificar, no quadro topográfico de suas relações com outros povos, a posição e o itinerário que lhe permitem alcançar suas finalidades.

É aí que a nova política externa do Brasil se coloca em correlação íntima com a apropriação pela consciência nacional da revelação de que o subdesenvolvimento, em que vivemos, não é, como já se quis fazer crer, uma simples etapa histórica natural, uma "adolescência" de País novo, a resolver-se espontâneamente com o curso do tempo, mas um estado de inferioridade e dominação, que se não fôr rompido por uma política emancipadora e revolucionária, tenderá, não apenas a manter-se e confirmar-se, mas a acentuar-se, no relativismo da posição em que ficamos, juntamente com outros povos, perante as áreas desenvolvidas do mundo.

Essa revolução emancipadora pode ser democrática e pacífica, como pode vir a ser totalitária e violenta, mas em qualquer caso será uma revolução, no sentido de que os seus resultados não se alcançarão com o simples desdobramento linear e o amadurecimento das estruturas sociais vigentes, mas pedem a

sua reforma, a quebra de sua continuidade no tempo, e o seu ajustamento a uma nova realidade.

A tomada de consciência das causas dessa "inferioridade auto-sustentada", que é, em última análise, o estado de subdesenvolvimento, gera as condições para a formulação de uma política externa, que daí por diante pode ser chamada "independente".

É natural que elas se apresentem, em nossa época, com curtos intervalos, em diversos países chegados ao mesmo estágio de maturação e de conquista da objetividade, e que, assim sendo, surja, entre os povos subdesenvolvidos, uma afinidade, que em muitos casos se traduzirá em identidade de interêsses e posições internacionais. À medida que a natureza do subdesenvolvimento e suas causas passar a refletir-se na consciência dêsses povos, uma política externa com peculiaridades nacionais, mas com uma linha geral comum, unificará a conduta internacional dêsses países, sem lhes emprestar um sentido de bloco, mas pondo em evidência uma nova fôrça histórica.

É o que temos visto, aliás, suceder em nosso hemisfério, onde o pan-americanismo, que tão grandes serviços tem prestado, sobretudo no terreno político e jurídico, abre hoje espaço à afirmação paralela de um latino-americanismo, no qual se exprime, não uma restrição ou hostilidade aos Estados Unidos, mas a posição comum dos povos subdesenvolvidos americanos em face do grande Estado industrializado, cujos interêsses, na mesma área geopolítica, se diferenciam dos nossos, e a êles, não raro, se contrapõem.

Quais as características mais gerais e constantes dessa política externa independente, nascida da evidenciação e do julgamento objetivo do subdesenvolvimento e das causas que o sustentam?

Creio que o primeiro aspecto a salientar é a identificação indispensável entre "emancipação" e "desenvolvimento".

O desenvolvimento não é, visto na inteireza do seu significado, apenas um aumento quantitativo do produto nacional,

capaz de elevar os índices de renda *per capita*. É um processo de liberação da economia, da cultura e da vontade política da nação, que lhe permite desvencilhar-se das limitações inerentes à escassez de recursos com que dominar a natureza, e traçar as linhas de ascensão do homem e da sociedade de acôrdo com sua liberdade e seu esfôrço.

Assim entendido, o desenvolvimento tanto procura os meios técnicos e materiais de atingir à fase de auto-sustentação, de expansão contínua da economia por suas próprias fôrças, como procura eliminar os vínculos de dominação da economia nacional pela estrangeira, e desmontar internamente os sistemas de opressão social, que fazem prevalecer interêsses de uma classe ou de um grupo sôbre os outros, com o sacrifício inevitável do interêsse geral da nação.

Assim, desenvolver-se é sempre emancipar-se. Emancipar-se externamente, pela extinção de vínculos de dependência a centros de decisão, políticos ou econômicos, localizados no exterior. E emancipar-se internamente, o que só se alcança através de transformações da estrutura social, capazes de instituir, paralelamente ao enriquecimento, uma sociedade aberta, com oportunidades equivalentes para todos, e uma distribuição social da renda apta a assegurar níveis satisfatórios de igualdade.

A êsse sentido de emancipação, dado ao desenvolvimento, prendem-se duas características fundamentais da política externa independente: 1.º) o primado dos princípios de não intervenção e de autodeterminação dos povos; 2.º) a rigidez da posição anticolonialista.

Os princípios de não intervenção e de autodeterminação não são simples construções jurídicas, nem se acham necessàriamente relacionados com a vigência de instituições democráticas e a prática de eleições livres, embora encontrem, numa e noutra, as condições mais perfeitas e favoráveis à sua aplicação. Há no mundo de hoje, como houve em outras épocas, países sob regimes totalitários, ou sob governos apoiados em partidos-únicos, que nem por isso deixam de estar sob a proteção internacio-

nal do princípio de não intervenção e ao abrigo da intromissão da vontade de outros povos em seus negócios internos.

É que êsses princípios protegem, vertendo-o para a ordem jurídica, o próprio processo histórico, ao longo do qual os povos se transformam sob o ditame exclusivo de suas experiências e aspirações. Muitas vêzes, estas os afastam temporàriamente do primado da lei e do respeito às liberdades. Não seria, porém, uma forma válida de "corrigir-lhes" a história, submetê-los à vontade de um outro povo, ou de uma organização de povos, que lhes ditasse, de fora, mesmo temporàriamente, os rumos nacionais. Daí a necessidade de nos conformarmos com as vicissitudes da história de cada povo, e de esperarmos que êle próprio, pelos mecanismos múltiplos de elaboração e transformação de sua consciência, encontre os rumos que lhe convém, e que só são legítimos, só são autênticos, se representarem uma experiência e uma escolha, e não uma entrega ou uma imposição.

O anticolonialismo, por sua vez, converge para os mesmos fins que a autodeterminação protege e evidencia. Se a luta contra o subdesenvolvimento é, acima de tudo, luta pela emancipação, e se esta importa em desvincular-se de tôda sujeição a centros de decisão e de influência colocados fora do país, é óbvio que a manutenção de laços de dependência política a antigas metrópoles, seja qual fôr a qualificação jurídica que se lhes atribua, é incompatível com a conquista de rumos próprios de desenvolvimento, e suscita a solidariedade dos povos em condições de prestá-la.

Qualquer transigência com interêsses colonialistas pode representar, no terreno das concessões mútuas, uma vantagem a curto prazo, mas a longo prazo, quebra a coerência da política externa de um país em luta por sua própria emancipação, e compromete os laços de confiança que a identidade de objetivos tende a estabelecer entre êle e outros países, no mesmo ou em estágio próximo de afirmação.

Desejo agora situar a política independente em face da polarização do mundo moderno pelo Ocidente democrático e o

Oriente socialista. A independência não exclui, e pelo contrário, favorece a tomada de uma posição definida e coerente na extensa gama de soluções políticas, que nos oferecem graus e formas de democracia, desde as representativas, de base predominantemente pluripartidária, sistema eficiente de garantias individuais e economia de livre emprêsa, até as populares e socialistas, com base em partidos-únicos e economia de Estado, centralmente planificada.

No caso do Brasil, o seu advento não trouxe a menor incerteza, mas, pelo contrário, deu ensejo à reafirmação da posição democrática do País, que procura atingir os objetivos da emancipação econômica conciliando a preservação das instituições representativas e das liberdades públicas com reformas sociais, e o desenvolvimento de uma economia de mercado, com formas de planejamento em que se somem as contribuições da emprêsa pública e da emprêsa privada.

A tomada de uma posição própria — correspondente às aspirações do seu povo, às tradições de sua cultura e às circunstâncias geográficas e históricas que o envolvem — não exime, entretanto, o país que atinge culturalmente a fase da objetividade, e da política externa independente, de procurar condições de *convivência sem subordinação* com todos os Estados, sejam quais forem os regimes que pratiquem e as ideologias que professem. Essa procura assumiu, aliás, em face dos desenvolvimentos mais recentes da política mundial, um sentido a mais de resistência a qualquer forma de partilha de áreas de dominação ou de influência, e de manutenção do caráter competitivo da coexistência. Se a fixação de áreas de influência pode trazer alívio temporário às tensões internacionais, a diminuição da competição favorece a estagnação e o isolamento, e por conseguinte retarda o processo de emancipação dos povos em curso de desenvolvimento. Êstes, havendo atingido os meios de identificar o rumo do interêsse próprio, e de inscrevê-lo no âmbito maior do interêsse do universo, podem situar-se e mover-se com flexibilidade no cenário internacional, sem sofrerem, em seu comportamento, as deformações da dominação estrangeira, ou as do ressentimento e do preconceito. Com o advento da sua

política externa independente, o Brasil conquistou essa flexibilidade como um traço de maturidade; o receio de identificar-se daí por diante com uma posição soviética, num caso específico, representaria um retrocesso, tanto quanto a preocupação de hostilizar, por sistema, posições dos Estados Unidos, teria o caráter de um comportamento imaturo, sem fundamento numa avaliação correta do interêsse do País.

Fica, assim, também dissipada qualquer confusão entre a independência e o neutralismo. A independência é um estágio a que os povos atingem pela transformação de sua consciência, e que lhes permite adotar, na polarização política de hoje, ora uma das posições propostas, ora uma alternativa diversa, mas sempre nacional, isto é, autônoma. Já o neutralismo é uma linha de ação, adotada por motivos táticos, que tende para a rigidez de uma posição intermédia, e que, aliás, teve fastígio mais breve do que se supunha, ante as modificações havidas no cenário mundial.

Também é necessário escoimar a escolha da independência de qualquer laivo de oportunismo. Não é para trocar influências ou negociar interêsses próprios, que as médias e pequenas potências são levadas a emprestar sua cooperação à redução das tensões mundiais e ao aprimoramento de formas de coexistência pacífica e contenção do risco militar. O que as conduz a êsse objetivo é, em primeiro lugar, a primazia do problema da paz nas relações internacionais, problema a que os povos desarmados podem levar uma contribuição positiva, na medida em que souberem cooperar no fortalecimento das relações e na aceleração de entendimentos entre as grandes potências, mas a que podem levar também uma contribuição negativa, na medida em que preferirem reforçar o contingente de antagonismo e incompreensão, mediante a tomada de posições com escopo de provocação ou preparatório de negociação ulterior; é, em segundo lugar, a redução progressiva do próprio antagonismo entre o Ocidente democrático e o Oriente socialista, depois que, nos últimos anos, o principal centro de elaboração doutrinária do comunismo, a União Soviética, marcou uma posição nova em relação à inevitabilidade da guerra e da revolução violenta em

escala mundial, abrindo a oportunidade de entendimentos, que culminaram na assinatura do acôrdo multilateral de proibição de certas provas atômicas sem inspeção *in situ*, primeiro e consistente passo no rumo de uma política de limitação consensual de riscos, capaz de conduzir em seus desdobramentos ao desarmamento total, e é, em terceiro lugar, o confronto e o intercâmbio de experiências sociais e observações científicas entre o mundo ocidental e o socialista, com o resultado indiscutível de haver feito reduzir-se a tradicional aversão dos comunistas ao reformismo social, e de haver estimulado em países democráticos, como o Brasil, a convicção da necessidade e da urgência das reformas, como condição essencial à preservação das próprias instituições democráticas.

A medida, porém, que parece estreitar-se a fenda entre o mundo ocidental e o socialista, na qual corriam os povos (e ainda correm) o risco de se verem tragados e desaparecerem, uma outra se abre e se dilata ao impulso de outras transformações sísmicas, separando os povos industrializados e equipados para a vida moderna dos subdesenvolvidos.

De nada valem, na resultante final, os esforços e anseios dêstes últimos para galgarem, já no limiar da era planetária, *em que penetramos, os níveis da civilização industrial*. Fatôres diversos, superiores às fôrças de cada povo, impelem, de um lado, os países desenvolvidos no rumo de padrões cada vez mais altos de poder econômico, e tornam insuficientes, ou mesmo, em certos casos, negativos, os esforços dos subdesenvolvidos para alcançá-los. O primeiro dêsses fatôres é, incontestàvelmente, a concentração de recursos culturais e tecnológicos, que só os países plenamente desenvolvidos estão aptos a mobilizar, em escala adequada, para a pesquisa, a modernização, a renovação de sua economia, de seu govêrno, de sua segurança e a elevação de seu bem-estar. O segundo reside na própria estrutura do comércio mundial, que não favorece uma expansão adequada da participação em seu crescimento dos países produtores de artigos primários, nem um aumento suficiente de suas receitas cambiais, mas pelo contrário acusa uma tendência para agravar, nos próximos anos, o seu endividamento, deixan-

do-lhes, como alternativa, a redução compulsória do fluxo de importações e, portanto, a queda do índice de desenvolvimento. O terceiro, que soma o seu efeito ao do fator anterior e pode ser, assim, com êle apreciado conjuntamente, é o alto índice de crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos, que exacerba as dificuldades inerentes ao processo de desenvolvimento, tornando de consecução improvável as metas modestas de crescimento da renda *per capita,* propostas em reuniões internacionais, e exigindo soluções que ainda estão a desafiar a imaginação e a investigação dos homens de Estado e de ciência.

Sob a pressão de tais fatôres, cumpre reconhecer que, ou algo de eficiente se faz na estrutura mesma da economia mundial, modificando as relações de intercâmbio entre os povos, ou estaremos condenados a assistir a um processo de pauperização e distanciamento cultural do mundo subdesenvolvido, cujo resultado pode ser tão sombrio, quanto os que nos eram apontados como decorrência inevitável da transformação do conflito ideológico em conflito militar.

Não será um corretivo válido para essas perspectivas um simples estímulo a programas nacionais de auxílio externo. Êsses auxílios, prestados, em áreas selecionadas, por países econômicamente mais poderosos, sob a forma de empréstimos a longo prazo e investimentos privados, podem representar um incentivo valioso e proporcionar recursos de suma utilidade, sobretudo na medida em que os países receptores se mostrarem capazes de oferecer planejamento próprio para os seus programas e projetos, e de disciplinar os fatôres econômicos internos, controlando a inflação e praticando a aplicação seletiva dos seus próprios recursos, mas nem por isso deixará de ser indispensável contar com uma receita cambial em expansão, capaz de responder pela amortização e pelo serviço dos empréstimos recebidos, e de ainda fazer frente aos incrementos da importação, sobretudo de bens de capital, requeridos pelo desenvolvimento econômico. De modo que a política de ajuda externa nos reconduz sempre ao problema da expansão e valorização do comércio dos países subdesenvolvidos, isto é, ao problema de

fazer reverter sua tendência atual, que não é para a expansão, mas para a contração em têrmos relativos, nem para a valorização, mas para a deterioração, com recuperações, intermitentes, dos têrmos de intercâmbio.

É a magnitude dêste problema que assina um pôsto de destaque, na formulação da política externa, não só do Brasil, mas de todos os países subdesenvolvidos, à Conferência das Nações Unidas sôbre o Comércio e Desenvolvimento, convocada para 1964. Tornou-se evidente que as questões relativas ao intercâmbio comercial não podem ser apreciadas com eficácia senão no plano mundial, em reunião de que participem tôdas as potências interessadas, e provàvelmente não numa reunião única, mas numa série, de que a de 1964 será a primeira, e em que se processará a transferência do problema do âmbito, demasiado estreito, das reivindicações nacionais de países prejudicados para o âmbito mais largo da responsabilidade internacional. Só assim, conseguiremos realizar, em relação ao comércio e ao subdesenvolvimento, uma transformação pacífica e progressiva, que bem poderá vir a ser comparável à obra das Nações Unidas na extinção gradual do colonialismo.

Seria mesquinho circunscrever os fins da Conferência à revisão crítica dos órgãos internacionais existentes, e até mesmo limitá-la a problemas específicos comerciais. Na verdade, ela comportará, se fôr compreendida com a necessária largueza, a vitalização de organismos já existentes, a disciplina de fluxos comerciais que êsses organismos não se têm mostrado aptos a coordenar, e o exame de novos rumos para a própria cooperação financeira internacional. Esta cooperação terá de sair da esfera da competição de influências, transferir-se gradualmente para um mecanismo de caráter mundial, e ser posta em correlação com a capacidade de pagar dos países que a recebem, mediante a adoção de planos capazes de eliminar a inferioridade crônica de suas estruturas.

Parecem, assim, ser êstes os rumos que se deparam à nossa política externa: no tocante ao antagonismo político-militar persistente entre o Ocidente democrático e o Oriente socialista,

o fortalecimento da coexistência e a preservação da competição política; no tocante ao antagonismo econômico-social entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a reestruturação mundial do comércio, e a reformulação, sôbre uma base internacional, da política de cooperação econômica e desenvolvimento.

Esta linha não contradiz os rumos da política regional, que temos procurado seguir no hemisfério, nem se choca com os objetivos de expansão de mercado, relacionados com a criação da Zona Livre de Comércio Latino-Americana. No tocante à política regional, é oportuno exprimir a esperança de que a Organização dos Estados Americanos, como órgão representativo da soma das soberanias e das características nacionais dos países que a integram, evolua, como vem sucedendo às Nações Unidas, no sentido de expressar as contradições existentes entre êles, e de constituir-se num forum permanente, onde os contrastes se harmonizem sem serem violentados. A tendência contrária, que ùltimamente nela se tem às vêzes observado, para a rigidez, para a unanimidade forçada, ou para a imposição de decisões majoritárias à minoria discordante, não contribui para fortalecer històricamente o vigoroso instrumento, que tanto pode fazer, bem orientado, pela consolidação dos laços de mútua confiança entre os povos americanos.

Quanto à Zona Livre de Comércio, cabe reconhecer que seus resultados são, até agora, pouco expressivos, mas nenhuma industrialização será realizável na América Latina, com dimensionamento adequado, se não encontrarmos, através de negociações e ajustamentos, os meios de somar à capacidade de cada mercado nacional a dos mercados vizinhos, formando um todo que se encaminhe para as características de um mercado comum, e talvez, mais adiante, de uma verdadeira união aduaneira.

Uma política de integração regional entre países homogêneos, que não oferecem perigo de se prejudicarem mùtuamente no esfôrço de desenvolvimento, terá seu complemento natural num acôrdo de pagamentos, e também num acôrdo de investimentos, o qual poderá favorecer a divisão regional de trabalho

e economizar duplicação de iniciativas, onde esta não seja aconselhável.

Aí estão algumas linhas mestras do que parece ser a política externa, cujo advento marcou, em 1961, uma etapa de maturação do nosso povo, mas que não pode ser vista como obra concluída e definida, e sim como processo em curso de afirmação e elaboração. Sua essência nada mais é, como procurei mostrar de início, do que a conquista da objetividade na apreciação de nossos interêsses internacionais, e a aplicação de critérios racionais ao tratamento dêsses interêsses. Desejo acentuar que ela não nos afasta, antes nos aproxima, dos Estados Unidos da América e das democracias ocidentais, a que nos vinculam, não apenas tradições políticas, mas aspirações democráticas comuns e, numa proporção dominante, os nossos interêsses financeiros e comerciais. Essa aproximação se faz, porém, por meios e com objetivos, que dão um sentido altamente construtivo, e abrem perspectivas amplas, à convivência e à cooperação, e que não excluem, antes estimulam, as boas relações com todos os povos.

Para uma política externa que amplia a área de suas responsabilidades e iniciativas, que já não pode contentar-se com questões de fronteira e vizinhança, nem descansar à sombra de alianças, sem tomar sua quota de risco na avaliação das mais remotas questões internacionais, é claro que o Brasil terá de reequipar o seu serviço diplomático, expandindo-o, dando-lhe quadros adequados, criando carreiras técnicas auxiliares, melhorando seu sistema hoje rudimentar de comunicações, e chamando a si o contrôle de informações, que temos dificuldade mesmo em fiscalizar.

A última reforma do Itamaraty representou um passo significativo. Iniciada, porém, em 1951, e elaborada ao longo de dez anos, ela já trouxe consigo a necessidade de revisão, e ninguém melhor do que os homens que hoje dirigem esta Casa se acha em estado de propor ao Govêrno as linhas de uma reformulação.

Acredito que ela deva alcançar a fundo o curso de formação de diplomatas, a que deve ser dado o caráter de uma especia-

lização profissional de intensa atualidade, onde se explore em todo seu significado a posição do nosso País no cenário mundial e no regional, e assim se crie desde os alicerces da preparação a ótica da política independente do Brasil.

Meus caros paraninfados.

Congratulo-me convosco pela presença, nesta solenidade, do Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. João Goulart. Nêle não vemos apenas o Chefe do Govêrno, que tem sob sua responsabilidade a condução da política externa, mas o homem público, que desde os primeiros dias do seu Govêrno deu à independência do comportamento internacional do nosso País o melhor de sua capacidade de luta, sem esmorecimentos. É como presidente da política externa independente, que o podemos e devemos homenagear, pois creio que tanto eu, como os que me sucederam à frente desta Secretaria de Estado, estamos em condições de dar testemunho da marca pessoal e da preocupação constante, com que o Presidente tem zelado pela política externa e pela definição de seus atributos.

Quero exprimir também a minha satisfação por vir paraninfar esta solenidade quando à frente do Itamaraty se encontra um diplomata, que é um dos expoentes de sua carreira e de sua geração, e que eu próprio tive a ventura de contar como um dos meus colaboradores mais diretos e eficazes: o Embaixador J. A. de Araújo Castro.

É tempo, agora, de ouvirmos a palavra da mocidade. Ela nos traz, não o calor ingênuo do entusiasmo, mas a inquietação do seu senso precoce de responsabilidade pública, e é dela, de sua experiência, por assim dizer antecipada, das incertezas e dificuldades por que passa o nosso País, que esperamos colhêr a energia e a confiança, com que havemos, ainda em nossa geração, de plasmar o futuro.

A ALALC E O NEO-SUBDESENVOLVIMENTO

(Conferência na reunião preparatória da II Convenção de Empresários Participantes da ALALC — São Paulo — 29-1-64)

Meus Senhores: Foi com grande satisfação que recebi êsse convite para tomar a palavra nesta reunião e tecer alguns comentários sôbre a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, sôbre o presente e o futuro da Zona Livre de Comércio e sôbre a posição do Brasil em face dessa realidade.

Em primeiro lugar, êsse prazer deriva de verificar que esta é uma reunião da classe empresarial. Jamais acreditei que a ALALC pudesse converter-se, de fato, em uma realidade econômica e política e se transformasse no instrumento poderoso, que está em condições de ser, do desenvolvimento de nossos países, enquanto a classe empresarial não compreendesse o alcance da iniciativa, não a tomasse sob a sua inspiração e proteção e viesse assim juntar os seus esforços aos de seus governos para converter numa realidade florescente o fruto dos trabalhos de Montevidéu.

Há certos instrumentos políticos que produzem seus efeitos através da ação que operam sôbre a consciência das massas. Outros, que produzem imediatamente resultados nos países, em suas chancelarias, em seus departamentos administrativos. Mas há também iniciativas que não se consolidam, que não se tornam o que verdadeiramente são, enquanto não encontram um instrumento permanente de exploração de suas possibilidades de readaptação e de revisão, em face das condições reais da vida econômica. É nesse estado, estou certo, que se encontra a ALALC.

Logo que ela foi imaginada, nós todos enfrentamos em nossos países diversas espécies de reações e de ceticismos em

relação a ela. Uma dessas formas, talvez das mais fundadas, era o receio de que viéssemos a colocar em comum, como um sistema de vasos comunicantes, economias que, embora tôdas elas caracterizadas por se encontrarem numa fase geral de subdesenvolvimento, encontram-se, entretanto, em estágios diferentes do processo de desenvolvimento econômico, umas, já francamente em fase industrializada, outras, dando os primeiros passos para se industrializarem, e outras, ainda, na fase de exportação dos produtos primários, e de compra de manufaturas e, por conseguinte, com seus mercados completamente abertos para a industrialização estrangeira. Surgiu, então, naturalmente, o receio de que a ALALC, ou melhor, de que o estabelecimento de um desarmamento tarifário naquele instante, pudesse constituir como que uma anulação do protecionismo, já que sabemos que um país não pode vencer as etapas de transição sem o mínimo de protecionismo, que lhe sirva de amparo na fase incipiente até o estabelecimento das novas indústrias.

Essa ponderação, que tem todo cabimento, tem o único defeito de não levar devidamente em conta as diferentes fases pelas quais pode passar o processo de aglutinação econômica entre países que oferecem um grau satisfatório de homogeneidade. Assim é que se distinguiu entre integração econômica, união tarifária, mercado comum e Zona Livre de Comércio. É claro que uma integração econômica, na plenitude do têrmo, é algo em que nós, naquele momento, nem poderíamos pensar. E ainda hoje, creio que temos que pensar nesse assunto com cautela, olhando-o principalmente como desdobramento futuro. Não quero antecipar-me sôbre êle, porque é dêle precisamente que, na parte final destas minhas considerações, me quero ocupar. Quanto à união aduaneira de que temos um exemplo tão frisante e ilustrativo no que se faz hoje no Benelux, também ela representa uma fase muito avançada de identificação de interêsses, e nada nos permitiria cogitar de uma união no estágio atual em que se encontram os países latino-americanos.

O que caracteriza o mercado comum é a abolição da tarifa interna e a adoção de uma tarifa externa. Ora, é evidente que o pressuposto desta organização é a homogeneidade das econo-

mias coligadas. No nosso caso, isto não é possível: o grau de homogeneidade é ainda insatisfatório e o que se poderia fazer era ir criando, através de negociações específicas, um desarmamento tarifário muito mais empírico, muito mais fragmentário, em que, ao invés de abolirmos tarifas de um modo geral, fôssemos pensando em modificá-las, produto por produto e país por país, ajustando, vamos dizer carinhosamente, a cada caso, a cada aspecto da vida econômica, o flexível instrumento do trabalho que nos era oferecido. Assim, a idéia da Zona Livre de Comércio surgiu como uma idéia extremamente realista ao contrário de fazer-nos embarcar em uma aventura, cujos desfechos poderiam ser negativos. Para os esforços dos países latino-americanos, de insuficiente desenvolvimento econômico, a Zona Livre de Comércio se apresentava como uma idéia realista, objetiva, modesta nas suas ambições imediatas, e, entretanto, de largo alcance nas suas ambições mais remotas. Já todos sentimos que, através dêle, se abrem caminhos para uma conquista de homogeneidade cada vez maior, e, portanto, para a encampação de formas mais íntimas de associação.

Era aquêle o primeiro obstáculo que se apresentava e creio que, a respeito dêle, tínhamos argumentos com que defender a instituição da ALALC e o seu florescimento. O segundo argumento não era menos digno de considerações. Nós todos sabemos que a América Latina sofre permanentemente do problema da instalação de indústrias que são nacionais, quanto à sede em que se constituem as emprêsas e até mesmo quanto a parcelas substanciais do capital, da gerência e da técnica. Entretanto, são elas emprêsas subsidiárias do capital estrangeiro, completamente dirigidas à distância por centros de direção e orientação, cuja sede se encontra nos países mais desenvolvidos do Hemisfério, notadamente nos Estados Unidos. Se é verdade que desejamos, através da ALALC, da Zona Livre de Comércio, estender a mão à industrialização incipiente dos países latino-americanos, criar-lhes vantagens para as quais estamos dispostos até mesmo, em determinados assuntos, a recuar em projetos de industrialização para dar prioridade a outros, que são competitivos, também é verdade que não temos o menor desejo de

fazer êsse gênero de concessões a estabelecimentos industriais que, na realidade, sejam oriundos, assentados ou dirigidos dos países altamente industrializados no Hemisfério e que, apenas, se acham sediados, de fato, nas nossas nações menos desenvolvidas.

É esta uma cautela indispensável. O regime de confiança, as bases morais e econômicas da Zona Livre de Comércio estarão abaladas, e nós podemos correr o risco de um surto de desconfiança que amarre o futuro da instituição, se amanhã sentirmos que, através da ALALC e de suas facilidades, o que estamos fazendo é abrindo brechas no sistema de defesa da indústria nacional para que a indústria altamente desenvolvida, que não necessita da proteção doméstica latino-americana para implantar-se, se servisse de um mecanismo desta natureza para adjudicar-se vantagens que não julgamos razoáveis conceder. Êste argumento tem, portanto, um sentido de advertência. Todos nós precisamos estar prevenidos contra êle, porque a única necessidade que êle gera é a de sermos cuidadosos nas negociações. Cada vez que a ALALC entrar num dos seus períodos de negociações, cada vez que nela forem examinados os produtos onde surgem as possibilidades de um entrosamento maior das emprêsas, é preciso também que êste aspecto da nacionalidade efetiva das emprêsas não seja esquecido pelos negociadores desejosos de manter, vamos dizer, os "handicaps" e que não querem deixar, graças a um mecanismo de tão boas intenções como a ALALC, se desequilibrarem os pesos com que devem correr os competidores.

Não bastam, entretanto, essas considerações para vermos, a curto prazo, os problemas da ALALC e sentirmos suas múltiplas dificuldades e obstáculos. Creio que uma outra dificuldade, que não se apresenta logo à primeira vista, mas que eu próprio senti quando tive a oportunidade de ocupar a pasta do Exterior, e depois a da Fazenda, é a reação dos competidores na hora em que a ALALC aparece criando facilidades e, por conseguinte, deslocando certos eixos tradicionais do comércio.

Todos estão de acôrdo em dizer que é justíssimo que um País como o Brasil substitua, por exemplo, certas matérias-pri-

mas que hoje compramos a países com os quais temos certa escassez de divisas e dificuldades comerciais, em virtude da intensidade do comércio. Todos concordam em que é justo que desloquemos essas linhas comerciais para o México, para o Chile, para países que são fornecedores das mesmas matérias-primas e que estão em condições de suprir-nos, e que ao mesmo tempo que nos suprem, nos compram outras matérias-primas ou manufaturas que estamos em condições de oferecer. Em tese, não aparecem dificuldades à iniciativa. Pelo contrário, palavras de estímulo, palavras de apoio ouvem-se de tôda parte. E sentimos como que uma aura de boa vontade que, em tôda a área americana, incluídos os países altamente industrializados, cerca o futuro da ALALC e lhe deseja bons ventos.

Na verdade o que acontece é o seguinte: na hora em que se negocia a concessão, em que se estabelece um critério preferencial, para podermos deslocar uma linha tradicional de comércio de uma zona para uma zona nova, sob os auspícios e sob os *handicaps* favorecedores da ALALC, quem surge reclamando contra aquêle deslocamento, quem surge reagindo contra o que lhes parece ser uma perda de mercado, não é o país de onde o fluxo comercial foi deslocado, e sim os próprios interessados diretos, isto é, as firmas comerciais que algumas vêzes perdem clientes e que procuram o apoio das autoridades políticas para defenderem o que até então constituía sua área de comércio tradicional. Isto é uma dificuldade contra a qual tive oportunidade de defrontar-me algumas vêzes. Creio que todos os administradores, para dar à ALALC as bases de resistência que precisa, terão necessidade de ter plenamente na consciência êste gênero de dificuldade e obstáculos, e de contra êle criarem os aparelhamentos defensivos.

Essas dificuldades, e muitas outras, inclusive algumas derivadas apenas do hábito, precisam ser enfrentadas com clareza e gradualmente eliminadas. Ainda sou dos que pensam que nenhuma dessas dificuldades que enumerei pode ser considerada maior. Nem sequer colocada no grupo das maiores. As maiores provêm do longo desconhecimento em que os países da América Latina têm vivido em matéria de suas recíprocas possibilidades

econômicas e, especìficamente, comerciais. A América Latina cresceu com um sistema de economias paralelas, estanques uma das outras, com as maiores dificuldades de comunicação, de transporte e de informação mútua, convencidas de que eram fornecedoras de produtos primários, voltadas, portanto, para os grandes mercados que as absorviam, e desinteressadas uma das outras, por não lhes parecerem que podiam encontrar, à primeira vista, uma área suficientemente absorvente para os seus produtos. Até certo ponto tudo isso é verdade, mas tudo isso vai deixando de ser verdade à medida que os países se vão diversificando em sua economia, e sobretudo à medida em que vão tendo necessidade de abrir mercados novos em virtude das dificuldades de suas balanças de pagamentos, dificuldades que se vão tornando agudas em relação aos mercados tradicionais.

Em um continente onde, para desprezar variações de ano para ano, podemos dizer, a grosso modo, que o comércio dos países latino-americanos com os Estados Unidos se faz na base de 50%, com a Europa, de moeda conversível, na base de 30%, sobrando os 20% restantes para os mercados inconversíveis, países socialistas e a própria América Latina, esta última, entretanto com cêrca de 9 a 10% (isso para tomar algarismos de média no mesmo período) é fácil concluir que não será de um dia para outro que conseguiremos transformar a Zona Livre de Comércio em fator predominante e, mesmo, em fator pujante do comércio entre os países latino-americanos. O longo caminho a percorrer está diante de nós. E o que é importante, o que não pode ser esquecido, é que êsse caminho só poderá ser aberto e, depois de aberto, só será pavimentado, graças a um esfôrço em que o govêrno e classe empresarial têm que se dar sòlidamente as mãos para se descobrirem, para que os países se descubram, uns aos outros, revelando-se as suas possibilidades e, sobretudo, desarmando suas prevenções.

Devemos falar em ambas as coisas com muita coragem. Quanto ao desconhecimento recíproco, creio que não serei eu quem lhes vá ensinar nada, aos homens de negócios que se acham aqui reunidos, aos economistas, aos homens que vêem por dentro a realidade industrial e financeira dos nossos países.

Todos sabem que o desconhecimento é amplo, que as descobertas que se fazem cada dia deixam às vêzes surpresos os interessados e que há muita coisa que julgamos clara, sabida, óbvia, e que, até o dia de hoje, ainda não entrou na categoria das coisas verdadeiramente conhecidas. Quanto às prevenções, o trabalho é ainda mais limitado, mas em demasia necessário. Países que não têm dúvida alguma em recorrer a um país altamente industrializado para importar manufaturas, muitas vêzes se tomam de ciúmes ao pensarem que podem importar esta manufatura de um vizinho latino-americano ao invés de a comprarem em sua própria indústria doméstica. É como se ao se abastecerem num país latino-americano vizinho significasse um atentado de que o grau de industrialização do país importador ainda não iguala o grau de industrialização do país exportador.

E por êsses pequenos casos sentimos que, na verdade, há uma rivalidade, quase que de tipo xenófobo, e assistimos a uma perda de velocidade num processo histórico que só pode ser vantajoso a todos os nossos países. Há então, e nós temos visto isto aqui no Brasil, com a indústria brasileira (como acredito que os senhores que não são brasileiros aqui presentes terão visto também nas suas indústrias nacionais), maior facilidade, maior aceitação para o produto norte-americano, europeu ou japonês do que para o argentino, mexicano, chileno ou de qualquer outro país latino-americano, apenas pelo recuo diante da idéia de dizer que a *minha* indústria doméstica ainda não fornece isto ou aquilo. Devemos considerar isto com tôda a coragem, sem nenhum receio de dizer os nomes, um sinal de imaturidade. Só um país imaturo é que pode deixar de lado o seu interêsse por considerações de rivalidade baseadas em motivos tão pueris. Acredito que essa é uma das reações que temos de enfrentar. E esta reação deve ser cumprida sobretudo com a ajuda dos homens de emprêsa. Êles é que vão abrir o caminho e as autoridades públicas vão poder depois trazer iniciativas que consagrem o esclarecimento conquistado nesse domínio.

Mas nem tudo, no mundo, é puerilidade e imaturidade. Também há outras razões que impedem, às vêzes, o estabelecimento da preferência latino-americana e mantém em posição

de supremacia o concorrente europeu, ou norte-americano, ou japonês. Creio que o primeiro exemplo que devemos dar, neste particular, é o dos processos de financiamento comercial. Muitas das encomendas que hoje conseguimos colocar no mercado latino-americano, (e quando eu digo nós, peço aos que me ouvem considerarem não *nós* brasileiros, mas *nós* latino-americanos membros da ALALC), muitas dessas encomendas têm o caráter de uma ordem especial colocada junto à indústria para o fornecimento de conjuntos industriais ou simplesmente de conjuntos de materiais para a execução de uma grande obra pública.

É natural que, ao lado de um fluxo regular de fornecimento de mercadorias, em que a produção em série de um país procura abastecer os mercados vizinhos, existam as colocações de ordens especiais: uma compra de veículos, de tubos, uma compra de uma fábrica, de um conjunto térmico, de uma hidrelétrica. Tudo isso, as nossas indústrias nacionais estão em condições de oferecer. Creio que raramente colocaremos nossos oferecimentos em condições de inferioridade quanto à qualidade do material. A indústria latino-americana, nesse particular, tem feito grandes progressos. E pelo que diz respeito àquelas que conheço, e sobretudo àquelas que tive oportunidade de visitar, particularmente em três dos nossos países tive sempre a impressão de que o capítulo da qualidade é aquêle no qual mais progredimos, em têrmos competitivos. Também progredimos muito em têrmos de prazos, sobretudo porque houve uma determinada fase em que os nossos prazos não se apresentavam em têrmos muito favoráveis. Onde, entretanto, o sistema peca pela base e oferece desde logo seu ponto fraco, seu calcanhar de Aquiles, é no capítulo do financiamento das economias, porque, então, vê-se a indústria latino-americana em competição com os formidáveis sistemas norte-americano, europeu e japonês de financiamento de encomendas a longo prazo, de financiamento a seus exportadores. E nós, aí, nada temos que se possa comparar. Somos obrigados a falar em prazos mais curtos, em condições de financiamento mais desvantajosas. Se tivermos de competir nessa base, então a ALALC tem pela frente um obstáculo daqueles

que nos levam de fato a ficarmos preocupados porque a sua remoção é difícil.

Quando fui aos Estados Unidos, como Ministro da Fazenda, no início do ano passado, por volta do mês de abril, tive a oportunidade de dirigir ao Secretário do Tesouro um apêlo para que os Estados Unidos nos dessem segurança do seu voto no Banco Interamericano de Desenvolvimento, para conseguirmos criar nêle uma carteira especializada em financiamentos das exportações dentro do sistema de livre comércio latino-americano. Repeti o apêlo mais tarde, aos delegados de todos os países, em almôço que tivemos no Banco Interamericano de Desenvolvimento. E estou certo de que aquela era a agência naturalmente indicada para dar cobertura a êste ponto fundamental do sistema. Precisamos criar êsse mecanismo. Os senhores, como homens que são da indústria e do comércio, podem exercer sua influência sôbre os diferentes órgãos latino-americanos, e tomar essa idéia que, como sabem, já está lançada, já está em marcha, mas que apenas precisa ser colocada em escala adequada e no ponto de maturação. Precisam colocá-las em têrmos realistas e, se permitem o uso do têrmo, que no vocabulário político é mais áspero que no econômico, precisam colocá-lo em têrmos de pressão. Na verdade, estamos diante da necessidade de uma pressão. O mecanismo é simples: o Banco Interamericano do Desenvolvimento poderia perfeitamente colocar no mercado de capitais dos países desenvolvidos, notadamente no mercado norte-americano, papéis que trariam, além da responsabilidade da firma exportadora e da firma importadora, a co-responsabilidade de bancos nacionais dos dois países interessados na transação. Outros mecanismos parecidos com êste, e talvez até maior agilidade, podem ser conseguidos para resolvermos o problema com tôda adequação.

Outro aspecto da ALALC, que também gostaria de mencionar porque estou certo de que é fundamental, é a necessidade que temos de trazer a idéia de complementação para debaixo da luz integral dos refletores da opinião técnica e da opinião pública. Até hoje não sei se a opinião pública latino-americana aceita, de fato, com absoluta consciência, a idéia da complemen-

tação. Pelo contrário, o que tenho visto é que, às vêzes, as conferências da ALALC, com a apresentação a que dão ensejo dos graus de desenvolvimento industrial obtidos nos diferentes países, criam como que um desejo de desenvolvimento integral em cada um dêles. Ora, se a ALALC passar a ser apenas um mecanismo exageradamente temporário, em que cada país cuida depressa de fazer desaparecer as características da diversificação de trabalho, não sei se estaremos assegurando a longo prazo a superioridade do sistema ou se fazendo das negociações apenas o que chamaríamos um compasso de espera. Penso que é preciso ter confiança na idéia da complementação e compreender que há indústrias que, de fato, enriquecerão a ALALC e tornarão nossos povos econômicamente mais fortes na medida que formos capazes de deixar que elas se desenvolvam num país onde encontram condições ótimas de produtividade e rentabilidade, ao mesmo tempo em que, em outro país, se desenvolvem indústrias que têm sua superioridade em virtude de condições naturais, daí resultando um reajustamento recíproco.

O reajustamento recíproco, longe de enfraquecer a alguém, fortalecerá ao conjunto. E o conjunto sairá mais forte, numa competição que hoje já não é entre nações mas entre regiões. Temos que nos preparar para a economia de grandes números e não para a economia de pequena rentabilidade, capaz de enriquecer às vêzes uma emprêsa mas não de assegurar a fôrça e a sobrevivência de tôda uma nação.

Êsse problema da complementabilidade eu abordo, porque estou convencido de que é tributário de outro, também extremamente importante nos quadros da ALALC. Tive oportunidade de debatê-lo numa conferência pronunciada em Montevidéu em 1962, quando ali se iniciou o período de negociações que precedeu à entrada — creio que da Colômbia — para o sistema e, nessa ocasião, discutimos a necessidade de levar para o âmbito da ALALC a idéia da complementabilidade da política de investimentos. Em todos os nossos países têm-se desenvolvido instituições bancárias, de que no Brasil é exemplo típico o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Essas instituições se transformam pouco a pouco nos grandes órgãos que, na

verdade, presidem aos investimentos públicos no campo da industrialização. O investimento privado resulta de muitas fontes, mas o investimento público, o investimento do Tesouro dos países latino-americanos, está sendo carreado através de órgãos dessa natureza. E, além do mais, trabalham em conjunto com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, em conexão com a AID, em conexão com o BID, enfim, com tôdas as agências internacionais, norte-americanas ou européias que distribuem recursos, seja no âmago da Aliança para o Progresso, seja diretamente em forma de negociações bancárias. Pois bem, se cada um dêsses bancos formular o programa de desenvolvimento econômico dos respectivos países, concebendo-o como um sistema de desenvolvimento em bases fechadas, olhando para cada país como se êle se preparasse como uma espécie de autarquia, para um dia poder considerar-se auto-suficiente econômicamente, então estamos no caminho de uma política econômica inteiramente superada e cujo desfecho final será o superamento da América Latina como área de desenvolvimento econômico e da nossa relegação ao plano de área menos desenvolvida do mundo.

Ou os bancos começam, e começam com coragem, uma política de entendimento uns com os outros, para programar investimentos com a clara visão da divisão continental de trabalho, ou então estamos começando por onde os outros acabaram e vamos fazer face à nossa política de desenvolvimento econômico com um atraso inicial de 50 anos. E o que é grave: com atraso voluntário.

Isto é tanto mais grave quanto, infelizmente devemos reconhecer, já aconteceu com a América Latina muitas vêzes. Se há algo que nos inferiorize no mundo de hoje é o fato de que a América Latina costuma começar certas iniciativas ou programas com atrasos de meio século ou de um quarto de século. Muitas nações chamadas hoje "nações novas", entre as quais devemos alinhar as africanas e asiáticas, se vêm avantajando a nós, que devemos ser os primeiros a reconhecê-lo pela capacidade que têm de colhêr a novidade. Elas, talvez por não terem a prática da total independência e autonomia mental e

política que temos, ao entrarem no mundo novo, vão procurar a última palavra, vão acertar-se com aquilo que no momento se está fazendo, enquanto que nós, brasileiros, e creio que sem magoar a ninguém posso estender esta crítica a todos no Hemisfério Latino-Americano: enquanto que nós, latino-americanos freqüentemente, começamos soluções que já estão ultrapassadas, que já estão vencidas, e que muitos consideram que, embora já não sejam atuais na França, na Alemanha, nos Estados Unidos ou em outros países, ainda são boas para o Brasil, ainda são boas para a América Latina. Ora, não sendo boas para os países nossos competidores, não podem ser boas para nós. Porque quem quer que aceite como solução válida para sua economia aquilo que na economia de outro país já está ultrapassado, condenou-se em têrmos de concorrência ou pelo menos, se dispôs a pagar mais caro por aquilo que pretende realizar.

Eis por que estou convencido de que a América Latina não se pode desenvolver no sentido das minúsculas autarquias nacionais. Há algo de que devemos considerar cada dia mais distante que é aquilo que poderíamos chamar "micro-soluções nacionais". O nacionalismo deve encaminhar-nos para as grandes soluções, e não para as micro-soluções. Com as micro-soluções, vamos perder a posição de luta, a posição estratégica ou tática em que nos devemos colocar para competir com as outras nações e sobretudo para nos ajudarmos uns aos outros em nossa competição. Por isso, acho tão importante uma reunião de empresários como esta que aqui está, como uma reunião de líderes dirigentes e técnicos nos bancos de desenvolvimento econômico, nas organizações financeiras, nas centrais financeiras dos nossos países, visando ao estabelecimento de uma política comum latino-americana de investimentos públicos sôbre o signo da divisão continental do trabalho e da complementabilidade. Nossos recursos já muito limitados não nos permitem repetir aquilo que seja mais econômico fazer uma só vez. Não podemos guiar nosso desenvolvimento econômico por nenhuma espécie de rivalidade que possa ser considerada infantil, e assim sendo, o rumo da complementabilidade é o rumo da fôrça, é o rumo das mãos

juntas. Ao invés de pegarmos nas pontas de um cabo-de-guerra, e de cada um de nós tentar a vitória derrubando o grupo que pega na outra ponta, o que temos é de nos juntarmos, todos no mesmo lado, para conduzirmos numa só direção êste progresso comum que nos envolve.

Acredito muito nos resultados de uma política de investimentos ao lado de uma política de desarmamento alfandegário. Diminuamos as barreiras aduaneiras, completemos nossas linhas comerciais e também dividamos internacionalmente nosso processo de industrialização para podermos aproveitar, da melhor maneira possível, o pouco que dispomos, porque é pouco.

É pouco e, infelizmente, é cada dia menos.

Estou sinceramente convencido de que a América Latina, hoje, está em face de um problema que a todos nós deve preocupar — o problema do refinamento da tecnologia mundial, do avanço da ciência, do avanço das soluções técnicas que, cada dia, se tornam mais dispendiosas, mais difíceis, mais capazes de colocar em posição vantajosa os povos que as adotam em primeiro lugar.

Enquanto nós, aqui, no Brasil, na Argentina, no México, no Uruguai, no Peru, no Equador, nos países da América Central, na Colômbia, na Venezuela, no Chile, estamos empenhados em atingir, graças ao nosso esfôrço, a era industrial, esta era na qual contemplamos florescentes a Europa Ocidental, o Japão, etc., êsses países mais adiantados do mundo, capitalistas ou socialistas, estão dando, graças à tecnologia moderna e às conquistas da ciência da era nuclear e espacial, um salto para adiante.

Estamos correndo um risco de ficarmos numa nova era de subdesenvolvimento. Creio que não há alarmismo em dizer que o que nos resta é o perigo do *neo-subdesenvolvimento*. Caminhamos para o neo-subdesenvolvimento. Ficaremos subdesenvolvidos não tanto por deixarmos de fazer o que precisamos para ter siderurgia, capacidade elétrica, transporte, mas porque, enquanto caminhamos para tudo isso com as técnicas do século passado e do comêço dêste século, os povos plenamente

amadurecidos no campo da ciência estão jogando dardos a muitos e muitos metros adiante. Deixam-nos novamente em posição semelhante àquela em que ficamos na hora em que soou o sino da revolução industrial.

Quando isto aconteceu, há um século e pouco, a distância que separava nossos países das metrópoles européias, da Espanha e de Portugal, era muito menor que a que hoje nos separa dos Estados Unidos e da União Soviética. Não sei se poderia dizer *infinitamente* menor do que a distância que nos separará amanhã dos Estados Unidos e da União Soviética, se tivermos que competir em têrmos de tecnologia clássica contra uma tecnologia nuclear e espacial. Ora, se isto está acontecendo, se estamos caminhando em um mundo tão perigoso para a manutenção do nosso progresso e de nosso nível de igualdade com os outros povos, como poderemos dispensar o que nos aproxime do verdadeiro objetivo, do desenvolvimento econômico?

Não poderemos dispensar a programação do investimento e do comércio. Vamos programar uma coisa e a outra e vamos logo programar pensando também neste outro tipo de programação, que peço licença para acrescentar como um terceiro: vamos programar a nossa capacidade de conquistar a tecnologia moderna.

Digo com tôda franqueza: por seus próprios recursos, não estamos em condições de conquistar a tecnologia moderna. Nem o Brasil, nem a Argentina, nem o México, nem nenhum dos países que têm representantes aqui presentes ou os que não o têm, porque a verdade é que o que esta conquista representa como mobilização dos recursos materiais e humanos é alguma coisa que nos ultrapassa.

Vou dar um pequeno exemplo para mostrar como tenho razão no que digo. Nos últimos tempos, o Brasil tem feito um grande esfôrço para formar físicos e matemáticos, porque representam a vanguarda desta luta pela posse da ciência e da tecnologia moderna. Pois bem, com o auxílio de alguns ilustres membros do Conselho Nacional de Pesquisas, procedi há dias a um levantamento dos matemáticos e físicos brasileiros

que se encontram hoje no estrangeiro trabalhando em regime permanente, com o seu domicílio mudado, por não terem no Brasil condições de produzir cientìficamente. Verificamos que possuímos neste momento vinte e cinco físicos e matemáticos, os melhores de que dispomos, que, depois de terem estudado no Brasil, de terem sido nossos bolsistas no estrangeiro, de terem feito um esfôrço intelectual gigantesco correspondendo à nossa capacidade de fazê-los estudar e tornarem-se, como se tornaram, homens de ciência de primeira ordem, foram exportados pelo Brasil, a título de ajuda brasileira ao desenvolvimento científico da Inglaterra, da França, da Suécia, da União Soviética e dos Estados Unidos, e estão trabalhando nas universidades dêstes países, únicas onde encontram condições para realizar as tarefas de alta qualificação profissional para as quais se preparam.

Não vejo do que adianta um país pensar em têrmos de ambição nacional e de auto-suficiência quando os problemas são desta natureza e desta ordem. O que precisamos é criar na América Latina a solidariedade de esforços para resolvermos juntos os problemas que, separados, não resolveremos a tempo. A palavra na qual desejo insistir é esta: tempo. Porque isto precisa ser resolvido a tempo.

Estas considerações me levam a uma parte que desejo encarar de uma maneira menos atual. No mundo moderno, ninguém pode engajar-se numa estrada sem ter formado um juízo perfeito da meta a que essa estrada conduz. Aonde queremos chegar, ao entrarmos pelo caminho da ALALC? Queremos apenas proporcionar à indústria e ao comércio de nossos países melhores negócios? Certamente, êste é o nosso primeiro, fundamental e indispensável objetivo. Não insisto muito nêle porque os senhores aqui presentes conhecem de sobra o que isto pode significar. Um País como o Brasil, quando constitui a sua indústria e a faz trabalhar, para raciocinar com algarismos um pouco antigos, com algarismos de 1961, sabe que está trabalhando para um país cuja renda nacional, cujo produto nacional bruto pode ser orçado em tôrno da ordem de grandeza de uns 18 a 20 bilhões de dólares. Não é nada, é um mercado insig-

nificante, quando o comparamos com os mercados bastante vêzes maiores da França, da República Federal Alemã, da própria Itália, de países onde se abrigam populações menores e onde as possibilidades econômicas são bem conhecidas. Pois bem: o simples fato de amanhã podermos ter a certeza de que uma indústria brasileira será posta em escala não do ambiente comercial que se mede por êsses algarismos mas por três vêzes mais, totalizando um grupo de países unidos pela zona livre, representa desde logo um processo econômico de tal natureza que não há quem possa discutir da vantagem prática para tôdas as micro-economias existentes no país. E se isto é verdade para o Brasil, creio ser verdade, ainda de maneira mais veemente, para cada um dos outros países latino-americanos.

Há, entretanto, mais alguma coisa a ver adiante disso, na minha opinião. Há duas coisas mais a ver: a primeira é a própria evolução das economias latino-americanas, que à medida em que se vão homogeneizando e vencendo as etapas intermediárias do desenvolvimento econômico, podem cada dia alcançar maior grau de interpretação e aproximar-se do mercado comum.

O que tem sido o mercado comum para os povos europeus é alguma coisa por si só tão eloqüente, tão encorajador, tão digna de imitação, que basta percorrer o assombroso surto industrial e comercial da Europa para nos convencermos do quanto será útil também à América Latina um dia poder seguir o mesmo rumo. A insignificância dos resultados obtidos na Europa dos Sete, comparada com a pujança dos resultados que vieram beneficiar os seis dos signatários do Tratado de Roma, fala tão alto, que não há necessidade de têrmos dúvida a respeito. Apenas indaga-se se êsse resultado será alcançado por nós a tempo. O que dará o sentido do tempo a esta evolução é justamente o grau maior de homogeneidade que vai sendo atingido pelas economias dos nossos países. Têm andado por isso muito bem os negociadores da ALALC quando estabelecem, mesmo entre nós, um sistema de pesos e medidas que favorecem preferencialmente os países de estrutura econômica ainda relativamente mais débil do que as nossas próprias estruturas,

cujas debilidades nós bem conhecemos e proclamamos. Assim se fêz nas negociações com o Paraguai. O que o Brasil abriu naquela oportunidade de comércio com o Paraguai, creio eu que foi discutido com muito interêsse por ambos os países. O que tive oportunidade de ouvir das autoridades de ambos os lados foi muito elucidativo do alcance que as medidas poderiam ter.

Mas há ainda outro terreno no qual a integração pode localizar-se. Não teria existido o Mercado Comum Europeu, a Comunidade Econômica Européia e não existiria talvez o surto de integração que hoje polariza os países signatários do Tratado de Roma, se não existisse antes alguma coisa, cuja genialidade de compreensão não foi talvez vista por todos no primeiro instante, mas que marca um verdadeiro momento, uma encruzilhada, um *tourne-point* da história contemporânea: a fundação da CECA, da Comunidade Européia do Carvão e do Aço.

Esta idéia genial representou, verdadeiramente, a quebra brutal, dramática, de um sentido de rivalidade econômica entre os países da Europa Ocidental, justamente num ponto crítico da rivalidade entre a Alemanha e a França, no capítulo da grande siderurgia.

Conseguir levar aquêle grupo de países para a internacionalização do problema do carvão e do aço foi o que podemos chamar a vitória do nacionalismo moderno. Foi o superamento das micro-soluções e a entrada corajosa no caminho das soluções idôneas para resolver problemas e colocar na vanguarda os países que são capazes de adotá-la. Aí é que se criou em primeiro lugar um clima de confiança e se revelou que só através desta junção de esforços se poderia entrar nas soluções dos grandes espaços, vencendo a mediocridade, fazendo desaparecer a vantagem dos Estados Unidos e da União Soviética, que tinham o privilégio da grande continuidade territorial e das grandes manchas de população. Êstes continentes, que pareciam fadados a arrebatar o sentido e a liderança da história e esmagar quase que pelo número e pela potencialidade os países de estatura meramente nacional, como a França, a Alemanha, a Bélgica, a Inglaterra, a Itália, êstes países viram surgir ao seu

lado uma nova realidade super-nacional: os grandes espaços integrados pelas nações capazes de criarem uma comunidade de mãos juntas, como se diz nos países germânicos, uma comunidade de mãos juntas sôbre certas riquezas que constituem a base verdadeira da independência política. Tivemos uma revelação extraordinária: os países se tornam pollticamente mais independentes na hora em que encontram para os grandes problemas da sua economia, não as soluções nacionais, mas as soluções supernacionais, que são capazes de gerar a fôrça, o equilíbrio e a estabilidade.

Pois bem, creio que temos necessidade de olhar para a América Latina como para uma área onde muitas soluções precisam ser encontradas, supernacionalmente. Não tenho dúvidas em dizer que há um problema neste Hemisfério que os países latino-americanos não resolverão satisfatòriamente enquanto não forem capazes de encontrar sua comunidade das mãos juntas. Êste problema é o do petróleo. Somos países grandes consumidores de petróleo, um mercado de extraordinária significação no mundo de hoje para êsse produto básico, e somos também, alguns — como é o caso em primeiro lugar da Venezuela, mas também o da Bolívia, do Chile, da Argentina, do Peru, enfim, de quase todos os países latino-americanos ainda que em escalas diferentes — países produtores. Mas cada um de nós precisa colocar o problema em têrmos dialéticos, porque enfrentamos, numa certa fase da nossa história, o grave problema da competição com as companhias internacionais. E surgiu-nos êste desafio: a companhia internacional seria o único caminho através do qual países de economia fraca, sem capitais e sem tecnologia, estariam em condições de enfrentar o problema da pesquisa, da lavra, do refino e da distribuição de combustíveis.

Problema inepto para todos nós, porque somos países que não ignoramos que o petróleo é um produto em abundância no mundo, em oferta crescente, e onde existem regiões, como a do Oriente Próximo, onde o custo de produção por barril de petróleo é de tal forma inferior ao que se pode encontrar em qualquer outro país do mundo, que seria muito difícil admitir

que companhias internacionais, que controlam o petróleo nessas áreas de produção barata, e que também o deveriam controlar em área de produção cara, realmente se interessariam em desenvolver o petróleo nas regiões caras, em detrimento das áreas de produção barata, dando um sentido político e não um sentido econômico a alguma coisa que se desenrolava entre elas e cuja solução delas dependia. De modo que não foi, como muita gente pensa, como erradamente se assoalha, por xenofobia, por formas primárias e pouco racionais do nacionalismo, que países como o nosso se insurgiram contra a idéia da solução puramente liberal de entregar a exploração do petróleo a companhias internacionais e preferiram marchar para soluções estatais e para a criação de monopólios estatais. Foi ela adotada diante das características do problema, da interpretação da realidade, tal como se colocava como tese, no processo dialético com que nos tínhamos que defrontar.

A isto respondemos com a antítese: foi o monopólio estatal, êsse poderoso instrumento, que, no Brasil, tornou-se indiscutìvelmente uma instituição vitoriosa como também foi vitoriosa em outros países da América Latina, mas que enfrenta, indiscutìvelmente, um grande número de problemas e que, embora nos encontremos na pista de muitos dêles, não apresentam uma solução definitiva mas uma solução em marcha, uma solução em busca de formas cada vez mais completas e cada vez mais capazes de satisfazer nossos anseios de independência.

Pois bem, creio que a síntese, que a terceira fase dêste processo dialético vai ser alcançada um dia, quando mecanismos políticos como êste que estamos trabalhando — e de que a ALALC é hoje um poderosíssimo instrumento da realização — atingirem a plenitude de sua potencialidade e tornarem-se capazes de gerar um grande processo de integração supernacional.

Não será apenas o petróleo, mas também outras atividades: atividades de mineração, atividades de exploração do subsolo latino-americano, atividades de transporte para enfrentarmos o problema do custo operacional da Marinha Mercante sôbre as nossas bandeiras nacionais, e outras dificuldades no campo das

comunicações, como em outros mais campos distintos, terão um dia, estou certo, o tratamento supernacional, que é um tratamento que não abala a independência de nenhum país, nem tornam os interêsses do Estado nacional subsidiários de qualquer espécie de grupo e dêles diferenciados.

É isto o que vejo no fim desta grande rota que é a rota da integração nacional.

Assim como a Comunidade Européia do Carvão e do Aço pôde um dia representar o gigantesco caminho que se abriu à criação da Comunidade Econômica Européia, ao Mercado Comum, aqui não duvido que, invertendo um pouco no processo histórico nosso esfôrço de aproximação, a Zona Livre de Comércio, nos conduza um dia à Comunidade Latino-Americana dos produtos essenciais à nossa independência e ao nosso desenvolvimento. Isto pode estar plenamente ao nosso alcance e pode vir a ser um triunfo no futuro.

Acima de tudo, creio que não me referi a alguma coisa que está no ápice dêsse processo de integração, e para a qual a Europa já se voltou através de uma instituição de tanta importância quanto aquela que mencionei: refiro-me ao Euraton. Estou certo de que também a energia atômica só poderá representar para a América Latina a grande chave do progresso e independência que está em condições de ser na hora em que pudermos marchar para uma comunidade em tôrno da pesquisa, da exploração e da utilização da energia nuclear para fins pacíficos. O Brasil, que teve a honra de patrocinar, em 1962, na Conferência de Genebra, a desnuclearização da América Latina e o acôrdo parcial para a restrição dos testes atômicos na atmosfera e no espaço sideral, o Brasil, que se juntou ao México na assinatura das proposituras visando a essas conquistas perante o Comitê dos Dezoito e ali representou todos os países latino-americanos, falando por conseguinte em linguagem regional, não pode deixar de desejar também um entendimento entre os países latino-americanos para que possamos ser os verdadeiros campeões da purificação de uma fôrça que, nas condições em que se revelou ao mundo apareceu sob o signo da morte, mas que tem condições para transformar-se no símbolo

da paz e mesmo no símbolo da vida eterna para os povos. Essa fôrça é o átomo, essa fôrça é a energia, contida na matéria.

Essa energia que se revelará e só estará por nós dominada, domesticada, a serviço de nosso anseio de paz e de reconciliação entre os homens, na hora em que encontramos, na plenitude do seu sentido, êste caminho de integração.

Os senhores, reunidos numa assembléia como esta, trocando idéias sôbre comércio, sôbre produtos e medindo a prestimosidade dêsses instrumentos, na verdade não estão apenas dando alguns passos frutuosos no caminho dos interêsses econômicos de seus países e de suas emprêsas. Estão trilhando os primeiros passos de uma longa jornada que ouso pensar nos conduza a uma meta, a mais importante dos povos latino-americanos.

COMPREENSÃO MUNDIAL: CONFERÊNCIA PRONUNCIADA NO ROTARY CLUBE EM 23 DE MARÇO DE 1964

É com satisfação que atendo ao honroso convite recebido do Dr. Virgílio Moojen de Oliveira para tomar a palavra no jantar de hoje sôbre o tema "Compreensão Mundial". Tenho tido oportunidades numerosas para falar ao Rotary Clube, em diversas sessões espalhadas pelo território do País, e acompanhado a obra discreta, mas extremamente útil que êle realiza, de esclarecimento de problemas e exame das questões mais palpitantes da atualidade. O clima de fraternidade e de isenção reinante em suas reuniões permite que se alcancem resultados difíceis de obter onde quer que os espíritos estejam apaixonados e hajam assumido posições intransigentes.

Creio não exagerar dizendo que a *compreensão mundial* é hoje o caminho històricamente definido para que os povos procurem e alcancem o mais importante dos seus objetivos: a paz. A paz é talvez o mais antigo dos objetivos perseguidos pelo homem, quer em estágios avançados, quer em estágios rudimentares da civilização. Jamais, entretanto, a paz adquiriu para a humanidade o sentido que hoje possui e que nos permite falar dela como de um alvo específico da civilização presente.

Para isso contribuiu, de maneira primordial, a transformação, não apenas quantitativa, mas também qualitativa, da guerra e de seus efeitos morais e materiais. Por maiores que parecessem, aos olhos das gerações anteriores, os efeitos destruidores das armas então empregadas, o certo é que elas permitiam alcançar-se uma decisão final e por conseguinte voltar-se ao restabelecimento da paz, muito antes que a destruição houvesse alcançado de maneira irreparável a substância do País e ani-

quilado suas estruturas sociais. Não raro a guerra trazia prosperidade. A produção de armamento estimulava as indústrias, o aumento da procura de bens de consumo fazia subir os preços e multiplicava os negócios. Ao mesmo tempo, o vencedor eliminava a competição do vencido e podia assim fazer renascer com mais vigor a prosperidade e o bem-estar, comprometidos apenas momentâneamente pela guerra.

Do ponto de vista moral, esta parecia algumas vêzes ser a única saída para um povo atingido em sua honra ou ameaçado em sua soberania.

Tudo isso desapareceu, no mundo moderno, em face da capacidade destruidora do armamento nuclear e termonuclear, e do fato de existir, entre as duas maiores potências do mundo — os Estados Unidos e a União Soviética — um equilíbrio de fôrças, que conduzirá à retaliação estratégica, colocando em posição muito próxima, quanto aos efeitos da destruição material, os vencedores e vencidos. Assim é que nenhum dos cálculos realizados, até aqui, por peritos militares, deixou de admitir que, de ambos os lados, a destruição das indústrias, nas primeiras 48 horas de retaliação, atingirá a 45% dos respectivos parques e a da população, a mais de 50%. A isso se acrescente que o efeito mortífero da irradiação se propagará por um período pràticamente indefinido e se estenderá a áreas vizinhas inteiramente alheias aos objetivos do choque militar.

A essa desorganização econômica se seguirá inevitàvelmente a desordem social, com a implantação de um regime autoritário motivado apenas pela necessidade de preservar a ordem pública.

Êsse desfecho inevitàvelmente catastrófico da guerra nuclear alterou profundamente a conceituação da paz no mundo moderno. O que parecia um ideal, mas um ideal relativo, isto é, suscetível de ser suplantado na consciência dos povos por outros valores igualmente dignos de consideração, tornou-se um ideal absoluto, já que nenhum outro bem da existência, seja a liberdade, seja a honra, seja o bem-estar social proporcionado pela civilização, poderá subsistir se o mundo tiver de passar

pelos efeitos aniquiladores de uma guerra atômica entre as grandes potências detentoras de armamento nuclear e termonuclear.

O pensamento político dos povos, expresso por seus homens de Estado, e o pensamento filosófico expresso pelos líderes religiosos e pelos pensadores, convergem para a mesma condenação formal e absoluta do recurso às armas e fazem da preservação da paz o pressuposto indispensável da defesa da civilização.

Como alcançar, porém, no mundo de hoje, as condições para a manutenção e o fortalecimento da paz? Através da cooperação dos Estados e da ação de seus diplomatas, os povos procuram hoje substituir a corrida armamentista pelo desarmamento geral e progressivo; por outro lado, em conferências internacionais e grupos de trabalho, procuram eliminar as injustiças, e o desequilíbrio que afetam o comércio mundial, traçando-lhe normas técnicas e econômicas capazes de favorecer o aproveitamento pleno do esfôrço produtivo das nações; e mediante organismos diversos, nacionais e internacionais, buscam dar continuidade e eficiência à cooperação econômica entre as nações de modo que cada uma delas possa levar às que são menos desenvolvidas auxílio financeiro e assistência técnica, sem comprometer-lhes o livre exercício da soberania.

Tudo isso, entretanto, para chegar a seus verdadeiros fins e traduzir-se ràpidamente em resultados palpáveis, tem de assentar sôbre uma base ao mesmo tempo psicológica e moral. Essa base é a *compreensão mundial*. Compreensão mundial significa, em primeiro lugar, a quebra das prevenções existentes entre os povos e a tomada de uma atitude recíproca de boa fé e confiança. Significa, em segundo lugar, o esfôrço deliberado de conhecimento dos demais povos em suas peculiaridades e aspirações. Se os povos não se conhecerem, será difícil que entre êles surjam novas formas válidas e duradouras de cooperação. Se não houver confiança e boa fé nas relações internacionais, pequenos incidentes não tardarão em acumular ressentimentos, de onde se originarão tensões capazes de restaurar um clima de guerra potencial.

A compreensão se contrapõe ao isolamento. Os povos que se isolam não estão favorecendo a manutenção da paz. Esta é fomentada pelos que se aproximam dos demais povos e procuram desenvolver com êles um intercâmbio cultural, político e econômico.

O Brasil sempre foi um País amante da paz. A guerra de conquista está condenada em nossas constituições. O recurso à guerra foi de longa data suplantado pelo recurso ao arbitramento e a outros meios pacíficos de solução dos conflitos internacionais.

Um passo novo, e decisivo, no caminho do pacifismo, foi feito pelo nosso País ao esposar, em sua política externa, a doutrina da coexistência pacífica, e ao restabelecer relações comerciais com todos os países do mundo. Graças a isso temos procurado mercados para suprir nossas necessidades e absorver nossos produtos, ao mesmo tempo que desempenhamos um papel ativo no entrelaçamento dos interêsses de todos os povos. As relações políticas e culturais que mantemos com quase todos êles permitem ao nosso País ser hoje um agente eficaz da compreensão mundial. Daí provém o papel, de importância crescente, que desempenhamos nos organismos internacionais. Êsse papel exalta o Brasil e não pode deixar de encher de satisfação e de orgulho os brasileiros. Estou certo de que agremiações como o Rotary Clube poderão trazer aos dirigentes do País valiosa contribuição pelo apoio que saberão dar a uma política que nada mais é do que a projeção, na vida internacional, dos princípios e ideais pelos quais se bate o Rotary Clube em suas beneméritas atividades.

AULA INAUGURAL PROFERIDA NA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA, EM 20 DE MARÇO DE 1964

Ao aceitar o honroso convite, que me fêz o ilustre diretor desta Faculdade, em nome de seus professôres e alunos, para pronunciar a aula inaugural dos cursos de 64, versando nela o tema da reforma universitária, não tive em mente trazer uma contribuição pessoal, de caráter técnico, ao estudo do problema da reorganização das universidades brasileiras, ou mesmo, especìficamente, da Universidade do Brasil. Não porque, como professor, deixe de estar interessado no exame dêsse problema e de suas soluções. Pareceu-me, porém, que me cabia, de preferência, procurar situar os objetivos da reforma universitária no quadro das transformações institucionais, de que necessita o País para substituir suas antigas estruturas por outras, capazes de atender às aspirações da nova sociedade, formada, ou modificada, ao longo das duas décadas consecutivas à II Guerra Mundial.

Essa nova sociedade veio a ser o produto, em primeiro lugar, de um importante incremento demográfico. Partindo do recenseamento de 1940, e aplicando as taxas de crescimento conhecidas, podemos estimar a população brasileira em 41 milhões em 40, 52 milhões em 50 e 71 milhões em 60, para atingir no corrente ano a 80 milhões e projetar-se, em 1970, a mais de 99 milhões.

Em segundo lugar, durante êsse período, modificou-se o tipo de economia brasileira, que passou da simples produção de bens primários, agrícolas e extrativos, e de bens manufaturados para consumo pessoal, como tecidos, artigos de vestuário e de alimentação, à fase inicial de industrialização, com a construção da primeira grande usina siderúrgica em 1942, das primeiras re-

finarias de petróleo em 1952, e a expansão dos recursos em energia elétrica de 1,2 milhões de kW de potência instalada em 1940, para 1,8 milhões em 1950, 4,8 milhões em 1960 e 5,7 milhões em 1962, dando ensejo a uma diversificação da produção, que se traduziria numa diversificação ocupacional correspondente, e na criação de um grande e poderoso proletariado industrial.

Em terceiro lugar, sôbre essa sociedade, sôbre suas tradições, seus costumes, seus gostos e hábitos mentais, agiria o exemplo de outras sociedades, de nível de vida mais elevado, tornadas mais próximas pela intensidade crescente das intercomunicações, e muitas delas em processo acelerado de desenvolvimento econômico e de transformação social.

Deixando de lado outros e numerosos fatôres, para nos atermos apenas a êsses mais salientes, já é fácil compreender que se tenham criado no País condições inteiramente novas, determinantes de cada um novo comportamento social, e que as classes dirigentes fôssem chamadas a dar resposta a problemas e aspirações radicalmente diversos dos oriundos da fase histórica anterior.

Penso na rapidez com que se operou esta transformação profunda, ao percorrer mentalmente o caminho trilhado, nestas duas décadas, por esta Faculdade. Há 23 anos, numa sala de aulas que lhe servia de salão nobre, no velho e modesto edifício onde ela primeiro se instalou, no Largo do Machado, na presença de alguns dos professôres que hoje também aqui se encontram, um jovem professor de direito, de 29 anos, do qual me lembro vagamente, recebia das mãos do Reitor Raul Leitão da Cunha a direção da Faculdade Nacional de Filosofia. O que foram os problemas que o diretor daquele tempo teve de enfrentar, por certo surpreenderia os professôres chegados mais recentemente e os estudantes de hoje. O primeiro era a escassez de alunos; houve anos, em que aos vestibulares de alguns cursos não se apresentaram mais que dois ou três candidatos. E um dos professôres franceses, que integravam o corpo docente daquela época, consolava-nos, contando a réplica de um professor de sânscrito a um seu colega da Sorbonne:

— *Combien d'élèves avez-vous dans votre cours?*

— *Quatre.*

— *Demagogue!*

Outro problema, que condicionava o primeiro em grande parte, era a estreiteza dos horizontes profissionais abertos aos que se bacharelavam em ciências e letras, e mesmo aos que obtinham a licença após o curso de didática. As carreiras que se lhes abriam eram materialmente incapazes de prover a subsistência de um profissional universitário e ofereciam, além disso, um número escasso de oportunidades.

Outro problema era o da biblioteca, inteiramente inexistente. Outro, o dos laboratórios indispensáveis aos cursos de ciência, e bem mais pobres de recursos que os dos mais humildes colégios de nível secundário. Nenhuma daquelas faltas, e outras inúmeras, parecia, entretanto, impeditiva da existência legal de uma Faculdade. Bastava a entidade abstrata, cartorial, expedidora de diplomas, a cuja sombra vivia um minúsculo simpósio de professôres dedicados e alunos corajosos, para preencher os requisitos de uma escola superior. É verdade que de 1941 a 1945 a situação se transformaria radicalmente. Mas foi nos anos subseqüentes, que a Faculdade sofreu o assédio da sociedade nova, teve os seus limites primitivos explodidos, e viu surgir problemas de estrutura e de crescimento, que as condições sob que se constituíra não estavam aptas a dominar.

Êsses problemas aí estão, em sua maioria, como contradições abertas, dando à vida da escola um sentido de inquietação e de polêmica, em que estudantes e professôres são levados a tomar posição. Muitos, inevitàvelmente, nesse instante, cairão na incompreensão perigosa de não se darem conta do desajuste surgido entre a antiga e modesta estrutura do pequeno centro de estudos, criado para a sociedade pré-industrial, que éramos em 1939, e a avulsão social desordenada dos últimos anos, em que foram descalibradas, ou forçadas a trabalhar acima do seu limite de carga, tôdas as nossas estruturas institucionais. Dessa incompreensão, surgem, em grande parte, o choque e a resistên-

cia. E a melhor maneira de superá-los é situar a crise no quadro da crise mais ampla, que se repete, com as mesmas características, em setores diversos da vida brasileira.

Pois, de fato, o que sucedeu com esta Faculdade, sucedeu, guardadas as proporções da escala, com a nova sociedade brasileira, surgida tumultuosamente nos anos do segundo pós-guerra.

Deve-se ao Prof. W. W. Rostow, no seu livro *The Stages of Economic Growth,* uma classificação das sociedades, segundo as etapas em que se encontram do processo de desenvolvimento. Conforme essa classificação, a 1.ª fase é a da sociedade tradicional, econômicamente dominada pela agricultura, sujeita passivamente à influência de fatôres externos, intelectualmente pré-newtoniana, dividida em segmentos sociais rígidos, difìcilmente comunicáveis. A 2.ª fase é de transição, e nela se formam as condições para o advento da 3.ª, que é a do *take off,* da decolagem, em que se inicia o processo, ao mesmo tempo econômico e social, do desenvolvimento. A 4.ª é a do amadurecimento, e a 5.ª a do consumo em massa, já caracterizada pelo automatismo do processo acumulador de capitais, pela auto-sustentação econômica, pelos níveis médios de consumo individual superiores às necessidades de subsistência.

A experiência do nosso próprio País e dos latino-americanos permite, a meu ver, introduzir nos estágios de Rostow algumas pequenas, porém vantajosas alterações, mas é de utilidade considerarmos através dêles a nossa evolução recente e suas perspectivas imediatas.

Creio que a sociedade brasileira, até o início da década dos 40, configurava nìtidamente o tipo da sociedade tradicional. A economia repousava exclusivamente sôbre a produção de bens primários e sua exportação, o que colocava a formação anual do produto nacional bruto (PNB) na dependência, também exclusiva, dos fatôres físicos, que aumentam ou reduzem o volume das safras, e do comportamento dos compradores estrangeiros, que eleva ou deprime suas cotações internacionais. As atividades básicas para sustentação do País — agricultura ex-

tensiva, exploração de minérios, comércio exportador — não requeriam para seu manejo e organização uma classe dotada de conhecimentos técnicos de nível superior. A população rural, numèricamente muito superior à urbana, não encontrava incentivo à alfabetização nas condições puramente materiais da prestação de trabalho. A pequenez dos estabelecimentos fabris, nas cidades, não ensejava a criação de um operariado compacto, que pudesse dar origem a um proletariado urbano consciente de seus problemas de classe e capaz de organizar-se. O ensino, sob a influência de tradições vindas do século XVII e do século XVIII, sôbre as quais não haviam atuado condições econômicas capazes de reorientá-las noutro rumo, guardava o cunho retórico, falsamente chamado humanista, dirigindo-se mais à ilustração individual do que ao preparo do homem para fornecer uma contribuição social.

As características do sistema educacional, formado dentro dessas circunstâncias, são curiosamente concordantes. A primeira a ser mencionada é a inexistência, até 1931, de um ensino de nível médio, com finalidades verdadeiramente próprias, representando uma etapa conclusiva de formação escolar. A concepção que domina e qualifica o ensino médio está bem contida na expressão "preparatórios". Nela se salienta o caráter conjuntivo, intermediário, do ensino que apenas introduz aos estudos superiores. São êstes que decidem do que se vai exigir de um "preparatoriano", quanto a disciplinas, de que êle prestará provas nos colégios, ou, durante certa fase, exames de Estado.

Outra característica a mencionar é a pobreza do painel universitário, reduzido às três escolas de direito, engenharia e medicina, únicas profissões liberais abertas aos filhos-famílias de uma sociedade econômicamente não diversificada, e marcadas, tôdas três, pela inexistência de qualquer relação de continuidade com ofícios intermediários, profissões menores, em que se pudesse ver um grau menor de desenvolvimento técnico da mesma especialidade.

Outra característica: a rigidez e a incomunicabilidade dos currículos, traço indicativo da desnecessidade de adaptação vo-

cacional dos cursos e também da inexistência, na sociedade, de certas funções técnicas para cujo desempenho são aconselháveis conhecimentos combinados, fornecidos por escolas diferentes.

O sistema universitário, que se construiria no País, não podia deixar de levar a marca dessa estrutura social e cultural rudimentar. Seria uma universidade para uma sociedade que não necessitava de instrução superior para a gestão das atividades econômicas primárias, que a mantinham; que não possuía qualquer organização tècnicamente complexa a exigir profissionais com aptidões refinadas; que não via no aluno o indivíduo a ser treinado para retornar ao meio social e ali desempenhar uma função de interêsse coletivo, mas o indivíduo a ser pessoalmente enriquecido pelo aprimoramento cultural, que a escola se achava em condições de oferecer-lhe.

Era natural que, assim sendo, a universidade tivesse, ainda que de forma puramente nominal, preocupações mais qualitativas que quantitativas. Sua produção anual de diplomados não era comensurada, nem a um índice demográfico, nem à demanda de profissionais formulada pelos setores próprios da economia do País. Era também natural que a criação de universidades e escolas superiores surgisse, algo ao acaso, sem relação com as necessidades do meio, quase por emulação dos centros urbanos ou por aspiração de influência de grupos sociais ou confissões religiosas.

Sôbre êsse esquematismo, começaram a influir, por mimetismo, os exemplos de países estrangeiros, onde a organização universitária já correspondia a formas diversas de cultura e de vida social. Foram sendo, assim, introduzidas escolas novas, como a Escola Nacional de Química em 1934, e afinal, com a reforma Capanema, a de Ciências Econômicas em 1938, esta Faculdade Nacional de Filosofia em 1939, e quase todos os atuais estabelecimentos superiores de ensino. Cada um dêles teve, por seu turno, de fazer face aos desajustamentos específicos entre a sua instituição e o meio social em que se inseria, e que nos anos subseqüentes reagiria sôbre ela, impondo-lhe problemas novos e reclamando as respectivas soluções.

Como se desenvolveu, nas décadas seguintes, o sistema de equilíbrio entre a universidade e o meio social brasileiro?

Ao iniciar-se a transformação da sociedade teria sido possível a universidade desempenhar um papel criador e de vanguarda, não só no equipamento intelectual um papel das novas gerações para a compreensão do momento histórico e para o desempenho das funções sociais tornadas mais diversificadas e complexas, mas também no estudo e sistematização das novas formas de comportamento e de seus reflexos nos quadros institucionais do País. Não foi, porém, o que sucedeu. A universidade, por causas que cabe ao sociólogo averiguar e definir, tomou posição à retaguarda do processo social brasileiro. Dela não veio, até aqui, um esfôrço suficiente de formulação dos nossos problemas, ou de modernização da nossa cultura, nem mesmo uma adequação eficaz de seus cursos profissionais às tarefas de nível superior, reclamadas pela diversificação ocupacional ocorrida na sociedade.

O que sucedeu à universidade não constituiu, entretanto, uma exceção. De um modo geral, é lícito dizer-se que tôdas as instituições canalizadoras da vida política, econômica ou cultural do País, se atrasaram em relação ao processo de transformação histórica, e se apresentaram em crise, ou por insuficiência quantitativa, ou por desajustamento insuperado entre suas antigas finalidades e suas novas funções.

A sociedade brasileira entrou, no espaço de poucos anos, numa fase tumultuária de transição para o *take off* do desenvolvimento econômico. Se me forem relevadas a imprecisão da análise e a enumeração incompleta, direi que os traços característicos dessa fase, responsáveis, a meu ver, pelo desequilíbrio que a assinalou, foram:

1.º) a implantação acelerada, nos anos de guerra e imediato pós-guerra, da industrialização do centro-sul do País;

2.º) a falta de investimentos proporcionais, feitos anteriormente ou paralelamente, em educação, saúde, ciência e organização;

3.º) a ascensão política do proletariado urbano e da classe média, ao terminar, com o fim da guerra, o regime instituído em 37, e restabelecer-se o sistema democrático representativo.

Numa sociedade que pudesse planejar a sua própria transição da fase tradicional ao desenvolvimento, antes de se criarem indústrias, ou pelo menos paralelamente, seria programado um investimento adequado em educação, ciência, saúde pública e organização. Galbraith, nas conferências que pronunciou em universidades indianas, em 1961, sob o título geral *Economic Development in Perspective*, analisa a controvérsia entre os que vêem nos investimentos culturais um *prius* em relação ao desenvolvimento econômico, e os que consideram necessário primeiro criar riqueza para que a sociedade se possa oferecer um sistema de educação verdadeiramente evoluído.

Como quase sempre, a verdade não se pode conter tôda numa só dessas alternativas. Em primeiro lugar, cabe reconhecer que a educação, como as demais atividades culturais e a saúde pública, têm como investimento financeiro, um duplo caráter de produção e de consumo. O investimento é produtivo, na medida em que seus benefícios retornam à sociedade pela melhoria dos padrões de eficiência; e é de consumo, na medida em que enriquece o indivíduo de aptidões novas para o desfrute da existência.

Cabe também observar que as necessidades de educação são diversas nas etapas sucessivas do desenvolvimento. Na primeira, na de transição da sociedade tradicional, a educação é absolutamente prioritária, pois, por falta dela, não se encontrarão no País os quadros técnicos e gerenciais indispensáveis à execução das tarefas de uma sociedade moderna, e o desperdício, a repetição desnecessária e a ineficiência inutilizarão grande parte do esfôrço feito pelo País para acumular capitais e aplicá-los na produção.

Entre nós, a transição inicial da sociedade tradicional para a moderna foi processada sem qualquer investimento conscientemente orientado para a criação de condições culturais capazes

de assegurar o aproveitamento pleno do esfôrço do País. O mesmo sucedeu, é verdade, em tôda a América Latina, e nessa lacuna se originam os planos internacionais de assistência técnica, usados algumas vêzes como derivativos para recusa de formas mais efetivas de cooperação.

O fato de não têrmos preparado engenheiros e técnicos, em escala adequada e com o nível de treinamento necessário, à medida que implantávamos novas indústrias e investíamos recursos na modernização das existentes; de não têrmos criado, para iniciativas econômicas tecnològicamente complexas, condições de auto-sustentação cultural, através dos nossos institutos científicos e escolas superiores; pode ser visto como o responsável por certos resultados insatisfatórios e desequilíbrios de recuperação difícil, que afetam e debilitam o desenvolvimento brasileiro.

Isso não impediu, entretanto, que êsse desenvolvimento se iniciasse, e se firmasse a uma taxa elevada, bem superior, durante tôda a década dos 50, à do crescimento demográfico. Firmou-se, assim, com aspectos positivos e negativos, um processo espontâneo de industrialização, que cedo pôs em evidência a necessidade de um planejamento. A princípio: de um planejamento parcial, reduzido, a bem dizer, a projetos específicos, visando à remoção de "pontos de estrangulamento" do crescimento econômico; foi a fase que se fêz notar pelos trabalhos da Comissão Mista Brasil—E. U. A. (1951-53), pela criação do BNDE, pelo programa de metas (1956-60) e pelos estudos do Conselho de Desenvolvimento. Ao fim de algum tempo: de um planejamento integrado, abrangendo a iniciativa pública, e ainda que sob forma puramente indicativa, a iniciativa privada, e sobretudo passando da fase dos projetos à fase dos programas, em que atendem, ao lado de iniciativas de caráter econômico, a outras de caráter social.

É certo que não é lícito estender a tôda a sociedade brasileira a afirmação de haver ela dado início, nas últimas décadas, à transição para o desenvolvimento. Em inúmeras regiões do País, como sucede em outros de dimensões territoriais con-

tinentais, a sociedade tradicional perdura, e é possível que com ela coexistam áreas em que se processam etapas diversas do desenvolvimento.

Não se compreenderia, porém, o surto de transição das áreas mais dinâmicas, se quiséssemos reduzir os seus desequilíbrios e peculiaridades ao contraste entre o avanço espontâneo do processo de industrialização e a falta de investimentos paralelos, adequadamente feitos em educação, saúde pública, ciência e organização. Êsse desajuste explica muitas dificuldades, que enfrentamos, mas o quadro se completa, sobretudo em seus aspectos positivos, quando lhe acrescentamos o terceiro elemento há pouco enumerado: a ascensão política do proletariado urbano e da classe média.

Na sociedade brasileira tradicional o papel político da classe operária fôra puramente passivo. O sistema de representação popular favorecia o contrôle direto e incontrastado da classe econômicamente dominante, que era a agrária; e da classe média apenas um segmento — a classe militar — fazia sentir sua influência, sem chegar, entretanto, a formas estáveis de dominação política, como as observadas em outros países do hemisfério.

A liquidação do regime político de 37, a volta ao sistema representativo em 46, o voto secreto, criaram as condições superestruturais para que se fizesse presente, no mecanismo de formação do poder, uma nova fôrça, o proletariado urbano, que começava a compactar-se com a criação da grande indústria, e a organizar-se em associações de classe.

A presença de uma nova classe social no esquema de fôrças políticas teve, como era natural, repercussões profundas no comportamento dos dirigentes, que embora continuassem a sair das classes tradicionalmente dominantes, passaram a levar em conta a reação crítica de um eleitorado mais complexo e a ter de dar atendimento a outra gama de reivindicações. No plano do desenvolvimento, a ascensão da classe operária e da classe média haviam de traduzir-se especialmente, por uma permanente tendência a superpor o aspecto social ao aspecto econô-

mico dos problemas, e a procurar obter, sob a forma de melhoria de salários, de suavização das relações de trabalho ou de prestação de assistência, maior participação do trabalhador na renda social.

A efetividade da liderança do proletariado urbano, sobretudo em setores mais preparados para a integração, faria com que essa melhoria de participação se tornasse desigual. A situação do campesinato e do proletariado não qualificado sofreria uma queda relativa, enquanto a vanguarda operária registraria progressos sensíveis. Êsses progressos não poderiam ser alcançados senão num clima de competição e de luta. Êsse clima levou as classes populares a uma evolução rápida, que alargou o âmbito de suas reivindicações, da área dos interêsses puramente classistas à dos problemas políticos e econômicos do País.

Eis como se havia de apresentar, na fase de transição para o desenvolvimento, o panorama da sociedade brasileira:

a) uma componente aceleradora, de ação concentrada sôbre a região centro-sul: a industrialização;

b) uma componente retardadora: a falta de investimentos paralelos adequados em educação, ciência, saúde pública e cultura;

c) uma componente condicionadora: a pressão crescente da classe média e do operariado urbano por uma distribuição que lhes assegure maior participação na renda social.

Aos elementos dêsse quadro deve acrescentar-se um fator de importância crescente, isolado ou associado a outras ideologias: o nacionalismo econômico. Não seria exato apresentar o nacionalismo como tendo sido o único veículo do desenvolvimento econômico brasileiro. Na verdade êle apresenta um dos veículos que objetivam êsse resultado, mas com êle tem competido um desenvolvimento, que põe a tônica nos aspectos quantitativos do crescimento da renda nacional e não vincula diretamente o processo econômico à luta pela emancipação nacional

das sujeições ainda existentes no imperialismo. Mas o papel do nacionalismo tende a acentuar-se cada vez mais, pois não se conhece exemplo histórico de nenhum povo que tenha atingido a fase de desenvolvimento sem antes se afirmar nacionalmente, emancipando-se dos vínculos alienígenas. Por outro lado, se uma autêntica emancipação é pré-condição *sine qua non* do desenvolvimento, ela não é condição suficiente. Assim é que urge imprimir ao projeto brasileiro do desenvolvimento características de racionalidade e eficiência, sem as quais todo o esfôrço exigido do povo será desgastado num emaranhado de soluções contraditórias e autodestrutoras.

Durante a fase de transição que atravessamos, qual foi verdadeiramente o esfôrço do País para adaptar aos seus novos objetivos e problemas o sistema do ensino superior?

Creio não exagerar dizendo que êsse esfôrço foi diminuto, e que não é fácil ler, na expansão ou nas modificações do sistema, o sentido de uma correlação permanente com o processo em início do desenvolvimento.

Não logramos ainda, como sociedade, atingir à fase de *decolagem*, para usar a expressão de Rostow, em que o País se auto-sustenta no impulso de crescimento e diversificação. A fase de transição se vem estendendo excessivamente, expondo-nos freqüentemente a riscos de retrocesso, e cumpre reconhecer que os governos não lograram reduzir à unidade os fatôres que atuam sôbre a sociedade impelindo e condicionando sua transformação. As pressões sociais internas, que se exercem em favor de uma distribuição melhor da renda, não têm sido aproveitadas em benefício do aumento e da melhoria da produção. Por outro lado, o processo de industrialização espontâneo não tem sido disciplinado por um planejamento eficaz.

Se é verdade que o corretivo dêsses desajustes e deficiências há de ser encontrado, em grande parte, na ação governamental, também é certo que não se completarão os pré-requisitos do desenvolvimento continuado sem que se modifiquem adequadamente as condições culturais do meio brasileiro. A suposição de que o desenvolvimento depende apenas de um au-

mento substancial de capitais a investir, e da execução de projetos com que se ampliem as disponibilidades de energia e transporte no País, está hoje ultrapassada pela evidenciação de que o desenvolvimento não é um processo econômico, mas um processo econômico-cultural. Êle pressupõe, por isso, os capitais e projetos aludidos, mas também a existência de uma mentalidade, no País, capaz de compreender as funções de uma sociedade moderna, de refazer a ordem de prioridades sociais de acôrdo com essas funções, de avaliar corretamente os resultados práticos alcançados em determinado empreendimento ou atividade, e sobretudo de fornecer, ao poder público ou à iniciativa privada, os quadros técnicos e gerenciais de que êles necessitam.

Não podemos esquecer que o subdesenvolvimento econômico não é uma simples diferença entre a soma de recursos de que dispõem dois países. É, ao mesmo tempo, uma diferença qualitativa, que modifica o comportamento social. Até o advento da máquina a vapor e dos demais inventos, que integraram a tecnologia da era industrial, a diferença entre um país pobre e um país rico era realmente mais fácil de exprimir-se em dados quantitativos, pois num e noutro as soluções dadas eram baseadas na mesma tecnologia, e a conduta social partia da mesma avaliação de valores. Foi o advento da grande indústria que reorientou a vida social para objetivos novos, e modificou o tipo de conhecimentos e de formação intelectual que permitiriam a certos povos atingi-los. Os povos não industrializados permaneceram culturalmente na fase da educação superior predominantemente retórica e não estenderam a educação elementar à totalidade da sua população. Os industrializados, pelo contrário, caminharam para a educação superior pragmática, de tônica tecnológica, com a versatilidade necessária ao grau de diversificação das ocupações; criaram condições para o surto da pesquisa científica, tanto no campo da ciência pròpriamente dita como no das letras, e alfabetizaram ràpidamente sua população, liquidando dêsse modo o mais importante fator de comportamento estático na sociedade tradicional.

Essa diversidade cultural sustentou e condicionou a diferenciação entre as sociedades desenvolvidas e as subdesenvol-

vidas, integrando os efeitos da diferenciação econômica entre produtores de bens primários e produtores de manufaturas.

Sair do subdesenvolvimento e entrar na fase de desenvolvimento sustentado não é, pois, uma tarefa histórica que possa ser cumprida apenas com a industrialização do País e o aumento da percentagem do produto bruto reservado a investimentos. É paralelamente uma tarefa de transformação cultural. Não o têrmos visto com clareza, desde o início dos anos 50, valeu-nos um enorme desperdício das fôrças que mobilizamos para o desenvolvimento, e foi talvez a causa principal de havermos dilatado por mais de 20 anos a fase de transição (em que ainda nos achamos), da sociedade tradicional para a sociedade moderna.

Que sucedeu, porém, nesse meio tempo?

Quando nossa fase de transição se iniciava, também começava, nos países desenvolvidos, em 1945, uma nova fase da ciência e da tecnologia, que a partir da desintegração do átomo chegaria, em poucos anos, a uma extensa gama de realizações nos mais variados campos do conhecimento e permitiria inclusive que se iniciasse o domínio do espaço sideral. Algo de semelhante ao que se passou no fim do século XVIII, com o advento da grande indústria, parece repetir-se no meado do século XX, criando condições culturais para um novo avanço, que deixará os povos não participantes no limiar do que já denominei um "neo-subdesenvolvimento econômico".

O risco do neo-subdesenvolvimento ainda é maior do que o do subdesenvolvimento, de que ainda não logramos sair. O distanciamento relativo entre os povos detentores da ciência e da tecnologia modernas e os povos não detentores, pode relegar êstes últimos à condição de uma sub-humanidade. E a eliminação do distanciamento, a modernização dos povos pré-einsteinianos, representará, pela necessidade de mobilização de recursos econômicos para investimentos em ciência, um esfôrço superior à capacidade nacional de muitos dêles.

Daí surge, como um imperativo, para os países que se encontram, como o nosso, na fase de transição da sociedade tra-

dicional para a sociedade moderna, a necessidade de reverem corajosamente, ia dizer heròicamente, sua escala de prioridades, para salvar o futuro, dando aos investimentos em educação e ciência uma amplitude, que à ótica dos homens de hoje parecerá talvez desproporcionada.

É que nenhum esfôrço de desenvolvimento será coerente e conclusivo se não assentar no pressuposto da imediata transformação do padrão cultural do País. No campo do ensino primário, a erradicação do analfabetismo e a cobertura total das necessidades de ensino elementar, decorrentes da expansão demográfica, são objetivos inseparáveis da dinamização do comportamento social a ser reclamado de tôda a população. No campo do ensino médio, são tarefas essenciais a expansão da rêde de escolas públicas e a criação de ramos diversificados onde possam alcançar formação completa os que desempenharão na sociedade funções técnicas de nível intermediário, para as quais não se requer formação superior. E no nível do ensino superior o que se impõe é uma reforma universitária capaz de corresponder quantitativamente à demanda de ensino criada pelo crescimento da população, e ajustada como uma superestrutura à variedade de funções características de uma sociedade em processo acelerado do desenvolvimento.

Creio que essas peculiaridades ficarão mais claras se puderem ser fixadas num quadro enumerativo:

1.º) a universidade não deve perder, ao procurar dar resposta à demanda de quadros técnicos e gerenciais do País, o seu caráter de centro de estudos voltados ao aperfeiçoamento do homem e à ampliação de suas possibilidades de explorar a própria liberdade;

2.º) a universidade pode ser apenas centro de ensino, mas, ao mesmo tempo, de pesquisa e de ensino, numa articulação íntima e criadora entre essas duas funções, ou finalidades;

3.º) a universidade não pode ser um órgão cartorial, onde se apura o aproveitamento mínimo necessário à obtenção de títulos que asseguram privilégios profissionais. Ela tem de

ser, pelo contrário, centro de treinamento onde se procura alcançar aproveitamento máximo, tendo em vista o rendimento nas tarefas sociais a que o estudante se destina;

4.º) o privilégio profissional deve desprender-se do diploma universitário e passar às associações e ordens de profissionais, de modo que nenhuma outra finalidade, senão a aquisição de conhecimentos possa condicionar o ensino universitário;

5.º) a universidade deve ser planejada para atender às necessidades de quadros técnicos e administrativos do País, e seus cursos devem sofrer, com essa finalidade, ajustamentos freqüentes, para o que serão mantidos os contatos necessários com os órgãos responsáveis pelo planejamento e a administração;

6.º) na gestão da universidade devem participar professôres e alunos, para que a universidade não tenha qualquer caráter tutelar e represente bem a comunhão de interêsses dos que estudam, traduzindo prontamente e adequadamente suas aspirações;

7.º) os cursos universitários devem ter a flexibilidade curricular necessária para que o estudante possa procurar o tipo exato de preparo reclamado por seu interêsse vocacional ou utilitário. As combinações de disciplinas, os entrelaçamentos de conhecimentos, só devem ser limitados pelas condições práticas de funcionamento das escolas e pela coerência na expedição de certificados;

8.º) a seleção de professôres deve ser flexível, permitindo o aproveitamento dos mais capazes, assegurando a rotatividade, a temporariedade, estimulando a competência, e superando o sistema da cátedra estática e vitalícia;

9.º) deve ser mantido, e desenvolvido, o sistema de divisão das universidades em escolas e institutos, agrupando-se nestes, em tôrno da pesquisa, os estudos de disciplinas que se repetem em currículos diversos;

10.º) a universidade deve abrir-se a tôdas as formas de conhecimento e ser um centro de ampliação contínua de con-

tatos com a experiência de outros povos, tanto no âmbito da ciência e da tecnologia, como no das letras e das técnicas sociais. Nesse sentido, ela funcionará acima das ideologias, dos preconceitos e das divisões de qualquer origem, como um mecanismo de aproximação, de intercâmbio e de entendimento universal.

São êsses os princípios, ou antes, os traços característicos, que podem, a meu ver, situar, nos dias de hoje, uma reforma universitária na linha da transformação social, que se vem cumprindo em nosso País, sem liderança cultural definida, com enorme vitalidade, mas com retardamentos desnecessários e desperdícios evitáveis. Essa transformação é, em resumo, a substituição de uma sociedade tradicional por uma sociedade moderna. Ela não se cumprirá ùtilmente, como procurei demonstrar, se não ficar assegurada a primeira de suas pré-condições: a atualização cultural do País, a concentração de investimentos na educação, na ciência, na saúde pública e na organização, para que seja aproveitado adequadamente o surto de industrialização.

Estou certo de que, dentro do nosso sistema de ensino superior, são as faculdades de filosofia, e portanto, dentro de nossa Universidade esta Faculdade, os instrumentos naturais de reflexão e elaboração dessa reforma essencial e o advento da sociedade moderna, que é a reforma universitária. Aqui existe a variedade de perspectivas necessárias a uma visão integrada do problema. E aqui existe o clima polêmico, sem o qual as idéias não se atritam, e não logram prevalecer seletivamente. Professôres e alunos estão aptos, sob o comando do eminente educador que dirige esta Faculdade, a empreenderem um trabalho criador, que nós, professôres de outras Faculdades dêles esperamos e que poderá representar uma contribuição histórica à transformação do nosso País.

Ao dar por terminada esta aula inaugural, desejo render minhas homenagens a esta Faculdade que completa 25 anos, durante os quais tornou-se, guardadas as limitações do meio, um centro vivo de estudo, de pensamento e de controvérsia. Possa ela continuar a crescer, no correr dos anos, como tem crescido: na autoridade dos seus professôres, no merecimento dos seus alunos e na irradiação do seu pensamento sôbre o nosso País.

SAN TIAGO DANTAS Y LA ARGENTINA

Por Carlos Manuel Muñiz (*)

"La muerte de San Tiago Dantas fue, para Brasil, una pérdida semejante a la de John Kennedy para los Estados Unidos. Ambos representaron "el hombre del futuro", incomprendidos ambos por los hombres del presente. Ambos representaron las clases ricas de la sociedad cuando comprenden el absurdo de la división del mundo entre ricos y pobres". Así comienza Tristán de Athayde su tercer artículo de homenaje a uno de los más grandes brasileros de los últimos tiempos; *"con él desaparece la figura que, tomada en el conjunto de su rica complejidad, era, probablemente, la más importante de mi generación"*, expresa Afonso Arinos de Melo Franco; *"El nació para apartar las cosas de la obscuridad y revelarles los contornos, las formas, la sustancia íntima y las raíces. Su arte de expresar y de formular era de tal manera agudo y cristalino que no era raro alcanzara la pureza. A veces, principalmente en el umbral de sua madurez, daba la impresión de un mágico, pues era capaz de adivinar lo que queríamos decir y trasmitirnos a nosotros mismos lo que pensábamos"*, nos dice Augusto Frederico Schmidt; *"era un humanista en el sentido más vivo de la palabra"*, afirma Marcilio Marques Moreira; *"todos le reconocían el fulgor excepcional de su pensamiento"*, recuerda Josué Montello, en un artículo titulado: *"El inolvidable San Tiago"*; *"el hombre de su generación mejor preparado para el ejercicio de la vida pública"*, dijo por fin, Doutel de Andrade en la Cámara de Diputados.

San Tiago Dantas era una extraña suma de aptitudes como pocas veces tuve ocasión de apreciar en mi vida. Sorprendía

(*) Transcrito de "Comentarios sobre la actualidad nacional e internacional", Buenos Aires, 7 de outubro de 1964, págs. 4-6.

por la claridad y concisión de su pensamiento, por la hondura y solidez de sus argumentaciones, por la brillantez con que las revelaba y, sobre todo, para quienes tuvimos el privilegio de frecuentarlo, por el idealismo, el sincero idealismo que alentaba su acción.

No es esta ocasión para recordar su obra intelectual ni la fecunda labor realizada desde las importantes funciones que desempeñó dentro y fuera de su patria. Solo quiero recordar en estos momentos, como un homenaje de los argentinos que lo conocimos, todo lo que él hizo, con cuánto ardor, con cuánta esperanza, para que desaparecieran los recelos y las suspicacias entre nuestros dos países y se afirmara una estrecha y común acción en defensa de nuestros intereses nacionales y la paz y el progreso de todo el continente.

Como primer postulado, que defendió vigorosamente en su gestión internacional, sostenía que era necesario contribuir a la preservación de la paz a través de la práctica de la coexistencia y del desarme progresivo. Creía que la democracia tenía armas poderosas — que surgen de las bondades del propio sistema — para destruir al comunismo. Comprendía que la tensión que ha venido soportando el mundo no podrá resolverse con una lucha atómica entre los dos bloques. No es necesario exaltar la imaginación para advertir cuál sería el resultado de un conflicto. De ahí que sólo existe un camino: aceptar la realidad y luchar con todos los medios disponibles para preservar la paz. Pero esa paz no importa conformidad con sistemas que contrarían nuestro modo de vivir y de pensar, no significa ninguna abdicación ideológica, como él mismo lo dijo, ninguna pérdida de confianza en nuestra propia filosofía. ¡Con cuánto vigor defendió sus convicciones democráticas, en el memorable debate sobre política exterior de noviembre de 1961 realizado en la Cámara de Diputados del Brasil! Es justo reconocer que, ni aún sus más enconados adversarios, se atrevieron a poner en duda la sinceridad de su posición.

Creyó San Tiago Dantas que era necesario reafirmar en el plano universal y particularmente en el americano, los principios de no intervención y de autodeterminación. Pensaba

que los pueblos debían decidir sus propios destinos y que ninguna transformación política era válida si era impuesta por una fuerza extraña que sustituyera la voluntad propia. En esto no se apartaba de la más estricta ortodoxia del derecho internacional americano.

Con esa profunda pasión nacional, que es tan característica en los brasileros, luchó para ampliar las relaciones comerciales con todos los pueblos. Quiso afirmar su país en el ámbito mundial y lograr mejores condiciones de vida para sus habitantes. ¿Por qué mantenerse aislados de otros países no democráticos cuando hasta los Estados conductores del mundo libre no tienen reparos en comerciar y vincularse con ellos?

Luchó, por fin, por la emancipación de los territorios no autónomos, y la voz del Brasil hizo pesar esa posición en asambleas internacionales, demostrando comprender cabalmente el más irreprimible acontecimiento político de nuestros días.

Estos puntos básicos constituyeron lo que se calificó como "política independiente" del Brasil, que en definitiva no era sino afirmarse, fortalecerse, luchar para tener voz propia, autoridad en el plano internacional. Estos principios fueron la base para la vinculación, casi diríamos la unión con la Argentina, en una causa americana sustancialmente nacional, que tendí a lograr el engrandecimiento y el bien-estar de nuestros países para que la distancia que ya nos separa de los países más adelantados del mundo no se agrandara de un modo irreparable ante el progreso vertiginoso que anticipa la era atómica.

San Tiago Dantas intuyó, comprendió cabalmente todos los beneficios que podría reportarnos ese acercamiento. Proseguía, de êste modo, el esfuerzo inestimable que habían iniciado poco tiempo antes otros dos eminentes cancilleres brasileros: Horacio Lafer y Afonso Arinos de Melo Franco.

Advertía, como sucedió en quienes tenían la responsabilidad del gobierno de la Argentina, que cualquier problema o conflicto en cualquier lugar del mundo, nos afectaba directamente y que

nuestra intervención en ese proceso obedecía más que todo a razones de necesidad y no de simple presencia o prestigio. Se daba cuenta cabal de que si las grandes potencias se unían a través de mercados comunes y alianzas políticas o militares, nosotros, países con excepcionales posibilidades pero sin ningún peso en el concierto mundial, muy poco podíamos hacer aisladamente. Comprendía que de la inteligencia entre nuestros dos pueblos habría de surgir un apoyo y un afianzamiento para los demás países hermanos de América. Por eso había que terminar definitivamente con recelos de otras épocas y realizar una política de puertas abiertas exponiendo nuestras inquietudes y procurando solucionar las divergencias. Pero, sobre todas las cosas, tratar de vincularnos sólidamente y aunar ideas con nuestros vecinos para, todos juntos, proyectarnos con autoridad y fuerza en el plano internacional. Esto estaba bien lejos de un bloque o de un eje, como él se encargó de afirmar solemnemente en ocasiones memorables.

Por eso, hoy más que nunca, hay que recordar la comprensión y el aliento con que una de las grandes figuras de nuestro tiempo, el joven e idealista Presidente Kennedy, acogió la conferencia de Uruguayana, cuna y pivote de la más límpida y generosa política de proyección americana de los últimos años.

San Tiago Dantas afirmó esa política y la ratificó en la declaración conjunta que firmó en Buenos Aires con el canciller argentino Miguel Angel Cárcano. Fue durante ese viaje, cuando en el discurso que pronunció en la Academia Nacional de Derecho, afirmó: "*Ayer, como hoy, nuestros pueblos se hallaban unidos, en defensa de los valores morales y políticos de la civilización occidental y cristiana, a que pertenecemos, y dentro de cuyos cuadros institucionales esperamos encontrar solución para los problemas económicos y sociales de nuestro tiempo, asegurando a nuestros países la entera emancipación económica, y a nuestras poblaciones los niveles más elevados de trabajo, salud, educación, libertad y bienestar*".

Fueron muchas las pruebas que tuve de este empeño durante mi gestión diplomática, e inolvidables las muestras de confianza que recibí de él y de sus colaboradores inmediatos.

Por eso, cuando renuncié a mis funciones de Embajador en Brasil, en circunstancias desgraciadas para nuestra patria, sentí la necesidad de decirle en el discurso de despedida, durante el banquete que él me ofreció como Canciller en los salones de Itamaraty, que nada importaban la incomprensión ni las pasiones sectarias que podían imponerse transitoriamente, porque ambos bien sabíamos cuánto idealismo, cuánta buena fe pusimos en nuestra obra, y que esas acciones, como todo lo que tiene el signo positivo de las realizaciones, habrían de perdurar demostrando que la amistad sincera y la comprensión eran posibles entre nuestros pueblos.

San Tiago Dantas ha muerto. Los argentinos hemos perdido un grande y noble amigo. América ha perdido uno de los hombres que más lúcidamente la comprendió y que con más ardor luchó por su unión y su bienestar. Brasil ha perdido un gran estadista, un gran pensador, quizás su figura contemporánea de mayor volumen intelectual y más aguda inteligencia. Todos hemos perdido un gran hombre, profundamente humano, a quien la razón poderosa no consiguió turbar.

Un hombre que luchó hasta el fin, con el dolor y la muerte que lo perseguían desde hace varios años. Un hombre que se aferraba con pasión a cada pequeño aliento de vida. Que en la cama del hospital, el día antes de una temible operación, comenzaba a estudiar un nuevo método para perfeccionar la fonética inglesa. Que cuando le anunciaban su inminente ceguera decidió aprender el alfabeto Braille y que, al final, ante la inevitable mudez, anunciaba a quienes lo acompañaban que estaba preparado para vivir sin voz.

Un hombre que ya, muriéndose, lanzaba un testamento político — donde volcaba su experiencia de estos largos años de lucha — esbozando un programa de unión entre las distintas figuras políticas del país, como único medio de superar la crisis que hoy atraviesa esa nación. Un programa que bien merece un análisis detenido y que habría de procurarnos — a nosotros los argentinos, todavía distanciados por pequeñas pasiones — motivos de honda meditación.

Quizás por todo esto lo acompañaron en su muerte amigos y adversarios, aquellos que lo vieron crecer por sus propios méritos, empecinado, constante; aquellos que no lo comprendieron en vida — los que difícilmente comprenden a quien dice o hace algo que perturba su cotidiana rutina — y que de repente advirtieron, ya tarde, su exacta dimensión.

Pero nunca es tarde para afirmar una idea. Porque San Tiago Dantas es ya una idea, como Kennedy es ya también una idea, que muchos venimos defendiendo desde hace largo tiempo y que hoy, ante estos muertos ilustres, se nos impone como una obligación para los días que llegan.

SAUDAÇÃO DO DEPUTADO RENATO ARCHER AO CHANCELER SAN TIAGO DANTAS, EM SUA DESPEDIDA AOS FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EM 3 DE JULHO DE 1962

Senhor Ministro San Tiago Dantas

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Cumpro a honrosa tarefa de, em nome desta Casa, expressar os sentimentos que nos animam, no momento em que Vossa Excelência deixa a Pasta das Relações Exteriores. Creio externar êsse estado de espírito, ao dizer que é com pesar que o vemos afastar-se dêsse elevado pôsto. Realizou Vossa Excelência, no Itamaraty, um trabalho que o credenciou a merecer êsse sentimento de estima.

De três tarefas, de natureza distinta, se constituiu o programa de Vossa Excelência à frente do Ministério das Relações Exteriores. A primeira foi a de equipá-lo para que êle se desincumbisse, de forma mais adequada, de suas atribuições. A segunda foi a da plena utilização da política externa no encaminhamento dos problemas de nosso desenvolvimento econômico e na ajuda destinada a corrigir as distorções por êle geradas. A terceira tarefa, a de fazer o Brasil assumir sua parcela de responsabilidade no campo internacional.

A primeira se concretizou com a implantação da reforma da Secretaria de Estado e com a adoção de critérios objetivos na apuração do mérito para as promoções. O Ministério das Relações Exteriores viveu momentos de absoluta confiança no seu chefe, não duvidando do critério de seleção que foi pôsto em

prática. A escolha, Senhor Ministro, dos homens da carreira de que Vossa Excelência se cercou, constituiu parte fundamental dessa fase de aparelhamento do Itamaraty e lhe permitiu, depois, realizar as demais tarefas substantivas.

Quanto à segunda missão, a que me referi, devo dizer que Vossa Excelência desenvolveu o máximo de suas atividades, o máximo de seus esforços para o êxito de importantes iniciativas, como, por exemplo, a de prestígio da área Latino-Americana de Livre Comércio, visando à solução de um dos nossos mais graves problemas, que é a necessidade de aumentarmos nossas exportações. Estabeleceu Vossa Excelência importantes negociações com o Mercado Comum Europeu, para minorar-lhe as conseqüências negativas em nosso intercâmbio. Determinou Vossa Excelência a ampliação e o incentivo de nossas trocas comerciais com países do Leste Europeu, áreas não tradicionais de nosso comércio exterior. As conversações desenvolvidas por Vossa Excelência com o Govêrno Francês, e com os Governos da Alemanha Federal, Polônia e Israel, se destinaram a assegurar melhores condições para nosso intercâmbio comercial e, conseqüentemente, a dar, às relações internacionais do Brasil, um sentido prático e objetivo, na linha do nosso desenvolvimento econômico. Nem seria preciso insistir em que os aspectos positivos dessa orientação foram esquecidos, em meio às críticas levantadas contra a gestão de Vossa Excelência, por motivos de ordem política.

Quanto à terceira tarefa, a de fazer o Brasil assumir sua parcela de responsabilidade no campo internacional, começaria por assinalar o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética. Militaram, em defesa dessa atitude, razões de ordem econômica — expansão de nossas relações econômicas e comerciais — e razões de ordem política, pois o crescimento de nosso País e o prestígio que vem assumindo impõem o alargamento da área de suas relações políticas e diplomáticas, sem preconceitos de natureza ideológica.

Lembraria, também, a atitude firme do Brasil, ao protestar contra a realização de experiências atômicas, tanto da parte da

União Soviética, em fins do ano passado, quanto da parte dos Estados Unidos da América, nos primeiros meses dêste ano. Não poderia deixar, também, de fazer menção à posição de princípio adotada pelo Brasil, quando da presença de navios de guerra nas costas de um país das Caraíbas, no justo momento em que a situação interna daquele país passava por grave crise.

De grande importância foi a posição assumida pelo Brasil, durante a VIII Reunião de Consulta de Chanceleres, em Punta del Este. Essa conferência foi um marco fundamental no quadro da nova linha da política externa desenvolvida por Vossa Excelência. Nem precisaria deter-me sôbre seu sentido fundamental, uma vez que se trata de assunto já amplamente discutido e examinado pela opinião pública brasileira e do Continente. Norteou-se o Brasil, não sòmente pela linha de escrupuloso respeito aos princípios de autodeterminação e não intervenção, como também pela necessidade imperiosa de se assegurar a convivência pacífica e competitiva entre Estados com regimes políticos e econômicos diversos. Citaria, logo a seguir, a atitude do Brasil na Conferência do Desarmamento, em Genebra, no curso da qual, mais uma vez, afirmou Vossa Excelência as responsabilidades que competiam ao Brasil assumir, no encaminhamento da solução do problema mais grave nas relações internacionais de hoje, que é o do desarmamento. Ainda recentemente, o Secretário de Estado norte-americano reconhecia, em reunião com Embaixadores latino-americanos, a extraordinária contribuição oferecida pelo Brasil, ao propor a suspensão parcial dos testes atômicos na atmosfera. Logo após o regresso de Genebra, partiu Vossa Excelência para os Estados Unidos, integrando a comitiva do Presidente da República, quando teve ocasião de reafirmar, de maneira nítida, a posição que norteia sua conduta neste Ministério, tendo tido, nos Estados Unidos, oportunidade de manter longas conversações com o Secretário de Estado norte-americano, não só sôbre problemas dos dois países, como também o exame do panorama internacional, a respeito do qual Vossa Excelência ouviu e emitiu opiniões. No México, participou Vossa Excelência da elaboração do importante comunicado conjunto assinado pelos Presidentes do

Brasil e do México. Pouco depois, Vossa Excelência visitou a Polônia, a Alemanha, Israel e o Vaticano, reafirmando os conceitos de nossa política externa e testemunhando o respeito que ela granjeou entre aquêles Estados.

Após a enunciação sumária dêsses principais pontos da gestão de Vossa Excelência, não poderia deixar de mencionar a moção de censura que foi proposta contra a política seguida pelo Brasil em Punta del Este. O episódio deu a Vossa Excelência a oportunidade de reiterar as linhas de nossa política externa e de receber, por maioria expressiva, o apoio que os representantes do povo brasileiro, no uso de seus direitos e prerrogativas, lhe consagraram. Recordam aquêles que assistiram ao debate sôbre a política externa brasileira, no plenário da Câmara dos Deputados, como um dos melhores espetáculos de funcionamento do nosso regime democrático, na República. Mais recentemente, o nome de Vossa Excelência foi indicado para ocupar o pôsto de Primeiro-Ministro. Nem seria preciso recordar os pontos altos dêsse memorável episódio. As opiniões se polarizaram de tal modo, a respeito de Vossa Excelência, que, enquanto o seu nome estêve em cogitação, nenhum outro pôde ser apreciado pelos meios políticos. Desconheço, em meus oito anos de atividade parlamentar, clima emocional mais intenso, na Câmara dos Deputados, do que o que se registrou quando dos debates que precederam a votação de seu nome. Vossa Excelência disse, numa conferência proferida em 1948, sob o título "Educação para o Desenvolvimento", que o povo brasileiro estava mais amadurecido como povo, para exercer sua missão, do que as elites como elites. Em minha opinião, o episódio da recusa do nome de Vossa Excelência para o cargo de Primeiro-Ministro confirmou plenamente aquela asserção.

Senhor Ministro, interpretando a maioria desta Casa, reitero que é com pesar que vemos Vossa Excelência afastar-se de seu pôsto.

DISCURSO PROFERIDO PELO SUBSECRETÁRIO DE ESTADO, DEPUTADO RENATO ARCHER, EM 23 DE JULHO DE 1962, AO TRANSMITIR O CARGO DE MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO SENADOR AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO

Constitui privilégio para mim, na qualidade de representante da gestão a que tive a honra de pertencer, dar a Vossa Excelência as boas-vindas a esta Casa e, ao mesmo tempo, passar-lhe a direção do Ministério das Relações Exteriores.

Entendo bem o alto significado dêste ato. Vossa Excelência, ao assumir êste pôsto, há cêrca de um ano e meio, lançou as bases de uma política externa, que se poderia chamar de política externa integrada na realidade brasileira. Uma política externa formulada para um País que caminhava rumo ao desenvolvimento. Em assim fazendo, teve que quebrar preconceitos sòlidamente estabelecidos e se viu algo de interminável controvérsia. Substituído pelo Ministro San Tiago Dantas, que, ao tomar posse, afirmou ser sua missão nesta Casa executar e ampliar as diretrizes já adotadas, avolumou-se, contra êsse eminente homem público, a polêmica iniciada quando da gestão de Vossa Excelência. A sua volta hoje, com o apoio das fôrças políticas, expresso na aprovação dada pela Câmara dos Deputados ao Conselho de Ministros, e com o apoio popular, o mesmo que sufragou nas urnas o Govêrno Jânio Quadros e em nome de quem vem sendo executada a política externa, são, por si só, a consagração do seu acêrto e da sua validade. O seu retôrno tem, também, outro significado. Vossa Excelência deixou êste Ministério para representar, com raro brilho, o seu País, na Organização das Nações Unidas. Em seguida, chefiou a Delegação do Brasil na Comissão de Desarmamento. Êsses dois trabalhos, aliados às altas credenciais que possui, o

tornam a figura ímpar do homem mais informado para exercer, neste momento, esta missão.

Na mensagem que o Presidente Jânio Quadros enviou ao Congresso, estão contidas as diretrizes da política externa. Nelas, podemos destacar os pontos que Vossa Excelência teve a oportunidade de executar.

No primeiro plano, apontaria a alta preocupação em utilizar a política externa como um eficaz instrumento de ajuda ao desenvolvimento brasileiro, e citaria, neste capítulo, o reatamento de relações com três países socialistas, numa tentativa de abertura de novos mercados.

No setor do Hemisfério, indicaria a clara posição assumida pelo Govêrno de que Vossa Excelência fazia parte, diante de um dos acontecimentos mais marcantes da História do Continente Americano, ou seja, a Revolução Cubana. Ainda com referência ao Hemisfério, cabe, aqui, assinalar um fato que, pràticamente, tem passado despercebido: o alto significado dos "Acôrdos de Uruguaiana". Pôs-se fim, com os "Acôrdos de Uruguaiana", a um velho comportamento, a uma velha política, e se permitiu o estabelecimento de um clima de perfeita confiança entre os dois maiores países do sul do Continente. Uma nova era de entendimentos se descortinou, acarretando o fortalecimento da área de livre comércio da América Latina e possibilitando, mais tarde, o próprio sucesso da posição brasileira na Conferência de Punta del Este.

Quanto à política internacional no seu aspecto mais amplo, Senhor Ministro, apontaria a posição firme anticolonialista; a aproximação com os novos países africanos; e, mais ainda, superando velhos preconceitos e suscitando ruidosa controvérsia, o envio de um observador à Conferência dos Países Não Alinhados, no Cairo.

Êstes seriam, Senhor Ministro, numa rápida síntese, os pontos capitais do programa de Vossa Excelência, contidos nas diretrizes reveladas à Câmara dos Deputados.

Aqui, como já afirmei, o Ministro San Tiago Dantas não pretendeu outra coisa, senão seguir suas pegadas. E assim o fêz.

No setor externo, reatou relações com a Rússia, sem que, nesse ato, tenha havido a expressão de uma simpatia, mas, tão-sòmente, o reconhecimento de que estava certo Vossa Excelência, quando reatou relações com os outros Estados socialistas, pois todos sabem que êsse reatamento decorria de uma imposição do próprio desenvolvimento brasileiro. A explosão demográfica, que se verifica no Brasil, criou o imperativo da abertura de novas linhas de comércio exterior, sob pena de o País se vir, muito cedo, estrangulado pelo seu próprio crescimento. Êste aumento populacional está a exigir, no Brasil, neste instante, que se intensifiquem as exportações, pois se não encontrar os meios adequados de se aparelhar para manter um ritmo crescente de desenvolvimento, estará condenado a, dentro de cinco anos, ser mais pobre do que é hoje. Foi pensando nesse aspecto, que Vossa Excelência iniciou e o Ministro San Tiago Dantas complementou o reatamento das relações com a União Soviética. Pelo prisma político, êsse ato traduziria o gesto de uma Nação que resolve avocar a si as suas responsabilidades internacionais.

Não esqueçamos a posição assumida pelo Ministro San Tiago Dantas, em Punta del Este, executando tarefa que Vossa Excelência havia enunciado, quando frisou que constituíam pontos fundamentais da política externa brasileira a defesa do direito de autodeterminação dos povos e o respeito ao princípio de não intervenção. Só foi possível ao Brasil assumir o papel que todos conhecem, graças à maioria dos países da América Latina, que, representando dois terços da área geográfica, permaneceu unida na sustentação do mesmo ponto de vista.

No campo da política global, coube ao Ministro San Tiago Dantas assumir uma posição perante o mundo, na memorável Conferência do Desarmamento, episódio que êle próprio definiu como de assunção de nossas responsabilidades no campo internacional. A Delegação que nos representou, chefiada por Vossa Excelência, desempenhou uma missão extraordinária, pois es-

távamos emitindo opinião sôbre assunto que, até então, não se exigia de nós que opinássemos. O sucesso dessa Conferência, que Vossa Excelência poderá atestar melhor do que ninguém, foi devido, em grande parte, à destacada atuação da Delegação Brasileira, o que foi evidenciado pelos chefes das delegações russa e norte-americana. Ambos mencionaram os excelentes subsídios prestados pelos países não alinhados, sendo destacado, expressamente, o nome do Brasil.

Por todos êsses motivos, o retôrno de Vossa Excelência consagra a política inaugurada em sua primeira passagem por esta Casa e que o seu sucessor manteve.

Quero congratular-me com Vossa Excelência pela escolha do Embaixador Carlos Alfredo Bernardes para me substituir. Tenho a honra de ser um dos velhos amigos de Sua Excelência, tendo trabalhado com êle na Agência Internacional de Energia Atômica e posso afirmar-lhe que se trata de um dos homens melhor preparados e dotado da mais alta cultura para o desempenho da função.

Dirigindo-me, agora, aos homens desta Casa, quero apenas lhes lembrar o que disse quando fui empossado — que, para mim, seria uma honra e um motivo de prazer trabalhar nesta Casa. Confirmo plenamente o que afirmei naquela oportunidade.

RESENHA

ENTREVISTA DO CHANCELER VASCO LEITÃO DA CUNHA SÔBRE POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA (*)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Vasco Leitão da Cunha, concedeu no dia 6 de julho a seguinte entrevista sôbre a política exterior brasileira, através de cadeia de rádio e televisão:

I

Alceu Amoroso Lima diz que o atual Govêrno compromete a política externa independente. Que acha?

Não concordo. Se a frase do meu amigo foi concebida por causa do rompimento com o Govêrno de Cuba, cabe dizer o seguinte: 1) Êste não reconheceu o novo Govêrno brasileiro, nem mostrou qualquer disposição de fazê-lo; 2) As relações com o Govêrno de Cuba não serviam a qualquer propósito útil, para dizer o mínimo; 3) Êste intervinha sistemàticamente nos negócios internos brasileiros e fugia ao contato normal e digno entre os Governos para concentrar suas relações em atividades e contatos clandestinos, com o objetivo de conspirar contra a democracia no Brasil; 4) O Brasil rompeu com Havana por essas razões, e não por imposição, recomendação, sugestão, insinuação ou proposta de qualquer outro país. Quando o Brasil rompeu com as Potências do Eixo em 1942, deixou de ter uma política independente? Quando a Venezuela decidiu suspender suas relações com o novo Govêrno brasileiro, deixou ela de ser um país independente? Em ambos os casos a resposta é evidentemente negativa. Um Govêrno rompe relações com outro por imposição de sua soberania e de sua independência política. Êste foi tìpicamente o caso do rompimento do Govêrno brasileiro com o Govêrno cubano.

II

Para onde evolui o regime revolucionário no campo externo?

Evolui para uma política realista de amizade prioritária com o Ocidente que melhor atenda aos

(*) Transcrito de *Itamaraty* de 30 de julho de 1964.

profundos anseios de paz, desenvolvimento econômico e justiça nas relações internacionais. Nossa política externa é um instrumento colocado a serviço do progresso social e do desenvolvimento econômico do Brasil. E esta tarefa, que corresponde no plano interno às reformas de nossas estruturas, será alcançada tanto mais fàcilmente quanto mais se aproximar o País das grandes fontes de suprimento de capitais, de comércio e assistência técnica.

III

Desarmamento. O atual Govêrno mantém as posições?

O atual Govêrno deseja ardentemente, e seria insensato sequer pensar de forma contrária, que o desarmamento se torne uma realidade, para benefício da paz e segurança internacionais. Continuamos a integrar um grupo de oito potências na Comissão de Desarmamento, composta de 18 países, incumbido do papel nobre de mediar entre os dois grandes blocos. Não renunciamos a êsse papel; continuamos a trabalhar interessadamente pelo desarmamento, conforme amplamente já o afirmou nosso Delegado em Genebra, Embaixador Corrêa do Lago.

IV

Que fatos determinaram o rompimento do Brasil com Cuba?

A questão já está respondida, quando da primeira pergunta que me foi apresentada. Mas êste é o momento de explicar nossa posição sôbre a questão cubana, motivada pela queixa da Venezuela, que vai ser apreciada brevemente na Reunião de Chanceleres em Washington. Tenho visto lamentável confusão na imprensa sôbre o assunto e é com prazer que aproveito esta oportunidade para expor a questão nos seus devidos têrmos. Antes de tudo, rejeito categòricamente quaisquer afirmativas que foram feitas em alguns jornais no sentido de que o Brasil terá uma posição vacilante, ou que o Delegado brasileiro na Organização dos Estados Americanos atuou contra as instruções do Itamaraty e neste caso estaria eu culpado de omissão. Nada disso é verdade. O Govêrno brasileiro está resolvido a condenar o regime cubano pelos claros atos de intervenção na política interna da Venezuela com o objetivo de derrubar o regime representativo lá vigente, em favor da revolução de tipo comunista. Por isto, merece ser sancionado, nos têrmos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. O Brasil tem trabalhado ativamente junto aos Governos dos países americanos e no seio do Conselho da Organização dos Estados Americanos em Washington para que essas sanções sejam aceitas por todos os Estados latino-americanos, para que elas sejam eficazes e a condenação do regime cubano seja um ato de todos e venha reforçar ainda mais o sistema interamericano que une tôdas as Nações dêste Continente.

V

O isolamento de Cuba forçou o regime de Fidel Castro a depender cada vez mais da União Soviética?

Essa pergunta era razoável há três anos. Hoje, não há apenas uma "maior dependência" de Cuba ao bloco socialista. Há um engajamento total de Cuba com aquêle bloco, como o tem proclamado orgulhosamente o Sr. Fidel Castro. A pergunta tem interêsse histórico e acadêmico e merecia bom artigo analítico de política internacional. Mas de caráter histórico. No Brasil e em outros países do mundo se sustentou a tese de que tudo se deveria fazer para evitar que Cuba caísse nos braços do comunismo. Hoje êste assunto virou história das relações internacionais. Até novo desenvolvimento que altere o quadro atual, o Govêrno cubano está perdido para a democracia.

VI

Comércio com a "Cortina". Pretendemos ampliá-lo?

Sim. As necessidades de comércio do Brasil são imperiosas. Acredito que não decorrerá muito tempo para que pensemos no lema dos inglêses: exportar ou morrer. Queremos negócios bons e honestos com todos os povos do mundo. Suponho que nenhum dos expectadores pensará que o atual regime francês, suíço, inglês, dinamarquês e outros são pró-comunistas.

No entanto, todos procuram àvidamente mercados no mundo inteiro. E nisto coincidem todos os regimes do mundo, capitalistas, socialistas, marxistas-leninistas, etc. A grande realidade do mundo nos dias de hoje é o comércio. Todos desejam comerciar, vender mais e comprar mais, para atender às necessidades vitais dos povos que querem progredir e consumir mais e melhor. Comercia-se no mundo de hoje por cima de ideologias, de regimes e de outras contingências. O Brasil deseja ampliar seus mercados a fim de atender às imperiosas necessidades de aumentar o volume de nossas exportações. Na área socialista temos algo para vender e para comprar, não que se possa constituir nem de longe a área mais importante para os nossos negócios. Mas não cabe rejeitar as perspectivas que se oferecem naquela área que sejam julgadas pelo Govêrno, como um todo, como de nosso interêsse nacional.

VII

De Gaulle. Visita ao Brasil.

Esperamos que os efeitos sejam os melhores possíveis, no interêsse de ambos os países e no interêsse do incremento das relações entre as duas nações. Poder-se-ia esperar o contrário da visita de um grande estadista de país cuja missão histórica sempre foi de disseminar os benefícios da cultura ocidental pelo mundo?

VIII

O mundo tende para deixar de ser bipolar?

Pergunta muito interessante mas também exigiria um artigo para suplemento especial de domingo num jornal sério. Como não posso ser neste momento um folhetinista, peço licença para não dizer mais. O momento exige mais negócios, mais comércio, mais progresso, mais pragmatismo e menos teorização.

IX

Corrupção no Itamaraty.

Aguardo a conclusão dos trabalhos da Comissão de Investigação do Itamaraty, presidida por um ilustre Embaixador, por um digno Oficial General e por um douto Jurista. Tenho confiança nela e não vejo por que deva prejulgar suas conclusões.

X

Reunião dos neutros.

Estudaremos com seriedade o convite mas é cedo para julgar da conveniência do nosso comparecimento.

XI

Reescalonamento: foi bom para o Brasil?

Foi ótimo para o país e confirmou o crédito que a revolução tem no exterior. Superou nossas expectativas. 70% das dívidas nos próximos dois anos serão reescalonadas para prazos que vão até 1972, e com um período inicial de carência de mais de dois anos. Os principais dez credores do Brasil concordaram com o reescalonamento de nossas dívidas, numa grande ação multilateral que abrangeu desde os Estados Unidos até o Japão, passando pela Europa Ocidental. Achei graça quando li no jornal a notícia de que "apenas 70%" das dívidas foram reescalonadas, e que tal se nós dissermos de outra forma. Muito mais da metade de nossos débitos foram reescalonados e o País respira com desafôgo. Ou então: apenas 30% das dívidas não foram reescalonadas. A estatística às vêzes é um perigoso instrumento de definição das realidades. Podemos colocarmo-nos diante dela, ao lado dela, ou atrás dela. O fato é um só mas a perspectiva é diferente. Estamos muito satisfeitos com o reescalonamento e com a ação do Embaixador Sette Câmara para negociá-lo. Agora me pergunto. Que percentagem das nossas dívidas foi reescalonada pelos mesmos credores no último mês do Govêrno anterior?

XII

Quais os mais importantes problemas internacionais para o atual Govêrno?

São muitos mas resumiria assim. Em primeiro lugar, a recolocação do Brasil num quadro de

relações prioritárias com o Ocidente. Isto significa defender a política tradicional de boa vizinhança na América, a segurança do Continente contra a agressão e a subversão vindas de fora ou de dentro dêle; a consolidação dos laços de tôda ordem com os Estados Unidos, nosso grande vizinho e amigo do norte; ampliação de nossas relações com a Europa Ocidental e com a Comunidade Ocidental de Nações.

Em segundo lugar diria que um dos objetivos fundamentais de nossa política exterior tem de ser o de trabalhar para ampliar o mercado para os produtos de exportação do Brasil.

Não é absolutamente novidade afirmar que, ao invés de acompanharem as necessidades de crescimento mínimo razoável da economia brasileira, as exportações brasileiras acusam estagnação, quando não retrocesso. Representando nosso país mais de 6% da área do globo, sendo nossa população 2,1% da população mundial e a renda nacional do Brasil 1,5% da mundial, nossa presença no comércio internacional é da ordem de 1%. Essa participação insuficiente das exportações brasileiras limita a capacidade de importação dos bens imprescindíveis ao desenvolvimento econômico, sensìvelmente desacelerado nestes últimos anos. Se quisermos retomar o ritmo de crescimento anual de 6% do produto interno, não se apontou ainda alternativa à necessidade de aumentar nossas receitas provenientes da exportação, a uma média de 10% ao ano, de modo que as mesmas duplicassem dentro de um decênio.

Felizmente temos exemplos, de certo modo, animadores. Em poucos anos o Brasil passou a auferir substancial renda de divisas com a exportação de minério de ferro. Abrimos novos mercados. O minério de ferro rendeu ao Brasil no ano passado perto de 70 milhões de dólares e passou a ocupar o terceiro lugar na pauta de nossas exportações, seguindo-se ao café e ao algodão. O problema do aumento das exportações de minério de ferro se encontra agora sob a consideração conjunta de vários Ministérios e a experiência recente aponta para novos progressos nesse terreno. No curso dos últimos cinco anos dobraram as exportações de produtos químicos e farmacêuticos; dobraram as exportações de manufaturas diversas; e aumentaram de 7 vêzes as exportações de maquinaria, veículos e acessórios. Os progressos relativos foram animadores mas, em têrmos absolutos, a realidade não é consoladora.

O Ministério das Relações Exteriores deseja colocar-se inteiramente aos serviços dos demais Ministérios na tarefa gigantesca de criar clara consciência nacional para o problema de aumentar nossas exportações. O Itamaraty é a parte negociadora dos tratados e convênios com os países estrangeiros; estudamos os têrmos do intercâmbio comercial; numa certa medida, fazemos também a promoção de nossos produtos através dos Serviços de Propaganda

Comercial, hoje sob a alçada do Ministério das Relações Exteriores. Mas temos apenas uma parcela na obra de criar a "mentalidade de exportação", que deve refletir-se no aumento da promoção de nossos produtos, no afastamento dos tão falados estorvos burocráticos à exportação, no incremento da produção, na alocação de cotas de exportação, etc. Talvez não estejamos ainda na situação dos inglêses, que se fixaram no *slogan* "exportar ou morrer". Mas me pergunto até quando não estaremos nessa situação. Quando passava em Londres, em 1962, estava montado no Picadilly Circus um enorme anúncio em néon, que dizia, em duas cenas movimentadas, apenas o seguinte: ou as exportações inglêsas vão para cima ou o povo inglês vai para baixo.

Por isso sugeri na última reunião do Conselho de Ministros que fôsse instituído no Brasil um organismo, privado mas com o bafejo, ou não sei que tipo preciso de assistência do Govêrno, para dedicar-se ao estudo dos problemas da promoção de nossos produtos no exterior, da análise da participação de países com produtos análogos aos nossos no mercado internacional, da criação da mentalidade de exportação, do exame das dificuldades burocráticas e da melhor forma de removê-las, etc. Tal organismo poderìa chamar-se, por exemplo, Centro ou Instituto para o Fomento ou Promoção das Exportações e seria criado após audiência com as principais entidades de classe interessadas diretamente na exportação. O Ministério das Relações Exteriores, através de seus organismos no exterior — Embaixadas, Consulados, SEPROs — e através de sua Secretaria Adjunta para Assuntos Econômicos e do Secretariado de Análise e Planejamento, estaria pronto a colaborar em tôdas as fases para a criação de tal entidade privada e de ajudá-la no cumprimento de suas tarefas.

Em terceiro lugar, o Ministério das Relações Exteriores deverá trabalhar incansàvelmente, no plano das relações bilaterais com os grandes clientes de nossos produtos de matérias-primas, e nos grandes foros internacionais onde o problema esteja em discussão, pela melhoria dos preços de nossos produtos de exportação. Não basta apenas vender mais. Queremos vender mais e por melhor preço. A deteriorização dos preços dos produtos básicos das matérias-primas do comércio internacional tem sido uma constante nos últimos dez anos. Um país que vende o maior volume por menor receita cambial sofre um processo de empobrecimento em virtude da má relação de trocas do comércio internacional. Nossa atuação na Conferência Mundial do Comércio e Desenvolvimento em Genebra, onde a posição brasileira foi defendida pelo Embaixador Barbosa da Silva, nosso esfôrço ingente foi no sentido de defender melhores têrmos nas relações de trocas internacionais e nisto estão interessados muitos países da América Latina e de

outros continentes. A conjugação dos esforços em prol dêsse objetivo comum pode aumentar c nosso poder de barganha nas conferências internacionais e nos grandes acôrdos multilaterais de comércio.

O Govêrno brasileiro continuará a defender a necessidade do desarmamento, como garantia e segurança para tôdas as nações; continuará a apoiar a Organização das Nações Unidas, como um grande instrumento de política internacional em favor da paz, da segurança coletiva, do desenvolvimento econômico das nações e da solução dos problemas críticos em certas áreas do mundo; o Brasil continuará a estender suas relações com os países da África e da Ásia e estender-lhes uma mensagem de amizade, de paz e de justiça nas relações internacionais.

XIII

Quais as medidas mais importantes tomadas pelo Itamaraty nestes três meses?

As medidas mais importantes tomadas pelo Itamaraty nos últimos três meses eu poderia resumir assim: em primeiro lugar colaborar no reescalonamento, que significa um grande desafôgo para o Brasil nas suas relações financeiras com os seus mais importantes credores, assunto a que já me referi anteriormente. Menciono a seguir a normalização das relações do Brasil com a França, que haviam sofrido um abalo no último ano do Govêrno anterior. Já temos embaixador nomeado para Paris, com o propósito de elevar o alto nível de nossas relações com a França. O novo embaixador francês já aqui se encontra para iniciar sua missão. Menciono também a retomada do grande diálogo com os Estados Unidos, de que foi expressamente *incumbido o Embaixador Juracy* Magalhães, grande figura nacional e intérprete prestigioso do pensamento da Revolução de 31 de março. No Rio de Janeiro, o diálogo é mantido com o Embaixador Lincoln Gordon, comprovado amigo do Brasil. Nossas relações com Portugal estão passando pela reformulação necessária, a fim de dar a elas o grande conteúdo de amizade e fraternidade que não pode deixar de presidi-las por um só momento. O enviado em Lisboa, o Embaixador Boulitreau Fragoso, já assumiu suas funções com instruções expressas para orientar nesse sentido nossas relações com o querido Portugal. Também com a Itália, o novo Embaixador, Senhor Francisco D'Alamo Louzada, estabelecerá um diálogo fraterno e confiante. Menciono também a visita que em breve fará ao Brasil o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Senhor Zavalla Ortiz, num testemunho da amizade que liga nossos dois países. Menciono também o início de importantes negociações no Rio de Janeiro com o Govêrno da Alemanha Federal, a fim de assentar as bases de um acôrdo que incentive os investimentos alemães no Brasil. O Ita-

maraty dirigiu também negociações importantes com a Suécia, com o objetivo de incrementar os investimentos suecos no Brasil resolvendo complexos problemas de bitributação nos dois países. O Govêrno ratificou recentemente importante acôrdo imigratório com a Espanha. No plano administrativo o Itamaraty elaborou alguns projetos de alto interêsse de sua organização, que, espero, possam ser em breve concluídos e apresentados à opinião pública.

XIV

O mundo já compreendeu e aceitou a revolução brasileira?

A revolução constituiu um golpe sério no movimento comunista mundial, e foi desconhecida ou deturpada pelos órgãos de opinião que se filiam ao comunismo ou a êle são simpáticos. Grandes órgãos de opinião no mundo souberam reconhecer o papel da revolução brasileira de tirar o Brasil do caminho desastrado da subversão e comunização em que se encontrava o nosso País. Outros órgãos de opinião no mundo com base nas críticas surgidas nos próprios jornais brasileiros, que constituem testemunho inegável da liberdade de imprensa existente no País, perfilharam críticas ao atual Govêrno brasileiro. Jornais da Áustria, da Alemanha Ocidental, da Suíça, da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Colômbia, do Equador, da Argentina e de tantos outros países compreenderam claramente a importância do movimento revolucionário brasileiro. Existem pessoas que aqui dentro não querem acreditar na nova realidade brasileira. Por que não admitir que algumas pessoas lá fora também não se convençam da nossa realidade? Mas o saldo do exame da opinião mundial sôbre o Brasil é favorável e será cada vez mais assim.

Antes de encerrar queria fazer referência aos conceitos emitidos numa carta que me dirigiu êsse grande brasileiro, jurista e diplomata, que é o Embaixador Gilberto Amado, a propósito do novo estado de coisas surgido no Brasil, a partir de abril último. Disse êle que "a Revolução fêz renascer esperanças que pareciam mortas em nossos corações".

BRASIL ASSINA ACÔRDOS COM O BANCO DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (*)

O Primeiro Vice-Presidente do Banco de Exportação e Importação, Senhor Walter C. Sauer, e o Embaixador do Brasil em Washington, Senhor Juracy Magalhães, assinaram (no dia 11 de setem-

(*) Transcrito do "Noticiário" da Divisão de Informações do Ministério das Relações Exteriores de 14 de setembro de 1964.

bro) três acôrdos reescalonando US$ 66.5, US$ 19.4 e US$ 6.6 milhões respectivamente, em obrigações privadas e governamentais, devidas ao Banco de Importação e Exportação e que deveriam vencer em 1964 e 1965. O primeiro dêsses acôrdos prevê a implementação, com o Eximbank, do Acôrdo de reescalonamento acordado, em Paris, em julho passado, na reunião do Clube de Haia, entre o Govêrno do Brasil e os Governos dos Estados Unidos da América, Japão e de diversos outros países.

COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E A GRÉCIA (*)

O Acôrdo Provisório de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a Grécia, assinado em 30 de julho de 1960, com a duração de seis meses, que tem sido prorrogado, desde então, por igual período, foi objeto de nova prorrogação a partir de 31 de julho de 1964 para continuar em vigor até 31 de janeiro de 1965.

A propósito dessa nova prorrogação o Ministério do Comércio da Grécia enviou a tôdas as Câmaras de Comércio e Indústria do País um Ofício-Circular conclamando os exportadores gregos a tentar colocar seus produtos no Brasil. Com base nas exportações precedentes, êles ponderam, na Circular, que diversos produtos helênicos têm encontrado colocação no mercado brasileiro, tais como: uvas frescas, colofônio, terebintina, passas, figos, vinhos, azeite de oliveira, óleo de caroço de algodão, bebidas alcoólicas, frutas frescas, cebolas, avelãs, conservas de peixe, intestinos em salmoura, extratos de tanino, esponjas, fios de algodão, esmeril, mármores, minerais, chumbo, fôlhas de aço, máquinas diesel, arame farpado, etc. Termina a circular afirmando que o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Grécia têm sempre favorecido ao Brasil, uma vez que a exportação grega vem decaindo de ano para ano e limita-se ao colofônio e mais algumas parcas mercadorias de pouca significação econômica.

Com efeito, as exportações gregas para o Brasil têm diminuído em quantidade e valor enquanto que as exportações brasileiras para a Grécia têm aumentado razoàvelmente nos últimos anos.

Por outro lado, o Brasil, além do café, que representa quase a totalidade de suas exportações para a Grécia, não tem aproveitado as possibilidades de colocar outros produtos no mercado grego.

Embora o Brasil ocupe uma posição de relêvo entre os países que fornecem café à Grécia, as suas exportações dêsse produto que

(*) Transcrito do "Noticiário" da Divisão de Informações do Ministério das Relações Exteriores de 25 de setembro de 1964.

passaram de 69.200 sacas em 1960 a 109.200 sacas em 1963 são, naturalmente, condicionadas às possibilidades de troca e, por conseguinte, podem vir a sofrer a concorrência de outros exportadores que, porventura, se tornem capazes de absorver, em contrapartida, maior quantidade de mercadorias gregas. É claro que a Grécia preferirá orientar as suas compras de café para os países em que puder colocar seus produtos exportáveis, a fim de utilizar meios de pagamentos decorrentes de *clearing* e não moeda livremente conversível.

Se bem que, atualmente, uma troca de país fornecedor de café seja pouco provável, em futuro não muito distante essa hipótese é perfeitamente viável.

O mercado grego, porém, poderia ser melhor explorado pelo Brasil. Outras mercadorias como cacau, madeiras, carne, açúcar, alguns minerais e, principalmente, alguns produtos manufaturados, que poderiam figurar nas exportações do Brasil para a Grécia, não têm constituído objeto de ofertas sistemáticas por parte de exportadores brasileiros. No entanto, a Grécia as importa de outros países, alguns tão longínquos quanto o Brasil.

Seria conveniente que os exportadores e importadores brasileiros ficassem mais atentos ao mercado grego, pois há boas oportunidades. Com isso, ambos os países lucrariam, já que se elevariam os níveis das transações comerciais e fortalecer-se-ia o intercâmbio.

DECLARAÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL U THANT AO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (*)

Após ser aprovada, por unanimidade, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a resolução que prorroga por três meses a operação de paz em Chipre, o Secretário-Geral U Thant fêz a seguinte declaração: "Estou habilitado a informar ao Conselho que designei o Embaixador Carlos Alfredo Bernardes, do Brasil, para substituir como meu representante especial em Chipre o Senhor Galo Plaza, que assume as funções de mediador naquela ilha. Desejo expressar minha profunda gratidão ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil e, por seu intermédio, ao Govêrno brasileiro, por haver acedido rápida e favoràvelmente à requisição que lhe fiz dos serviços do Embaixador Bernardes, para preencher êsse pôsto delicado. Não me é necessário apresentar o Embaixador Bernardes aos membros dêsse Conselho de cujos trabalhos, até

(*) Transcrito do "Noticiário" da Divisão de Informações do Ministério das Relações Exteriores de 26 de setembro de 1964.

recentemente, êle participou. A sua fôlha de serviços é bem conhecida nas Nações Unidas. Na qualidade de representante permanente do Brasil, pôsto que ocupou até recentemente, o Embaixador Bernardes representou seu País no Conselho de Segurança e, na verdade, desempenhou um papel importante nas deliberações dêste órgão quando do estabelecimento, em março de 1964, da Fôrça das Nações Unidas em Chipre. Acredito que podemos nos considerar felizes por haver êle aceitado servir como meu representante especial e estou certo que os membros do Conselho se unem a mim na expressão dêsse sentimento. O Embaixador Bernardes chegará a Nova York no dia 27 de setembro, e espero que poderá seguir logo após para Nicósia."

ACÔRDO DO TRIGO BRASIL—ARGENTINA (*)

O Acôrdo do Trigo com a Argentina, firmado em 1961, foi hoje denunciado de mútuo acôrdo por notas trocadas em Buenos Aires e expirará portanto em 31 de dezembro próximo.

As negociações para a conclusão do novo instrumento que deverá reger as transações de trigo entre os dois países terão início em 13 de outubro, em Buenos Aires. Durante as negociações será examinada a possibilidade de incrementar o intercâmbio entre os dois países, dentro do espírito que presidiu às conversações mantidas pelos Ministros Leitão da Cunha e Zavalla Ortiz por ocasião da visita dêste último ao Brasil em agôsto passado, e conforme expresso no comunicado conjunto de imprensa então emitido.

INAUGURAÇÃO DO INSTITUTO CULTURAL BRASIL—ESTADOS UNIDOS EM WASHINGTON (**)

O Embaixador do Brasil em Washington, Senador Juracy Magalhães, inaugurou no dia 8 de setembro, na capital norte-americana, o Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos. É o seguinte o texto do discurso pronunciado na cerimônia:

"Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Estados Uni-

(**) Transcrito de *Itamaraty* de 30 de setembro de 1964.
(*) Transcrito do "Noticiário" da Divisão de Informações do Ministério das Relações Exteriores de 29 de setembro de 1964.

dos da América, Senhor Dean Rusk,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, Charles Fenwick,

Senhoras e Senhores:

É com especial agrado que aqui vejo reunidos, esta noite, o Senhor Secretário de Estado Dean Rusk, compatriotas e amigos do Brasil, para comemorar mais um aniversário da independência de meu País, ontem transcrito. Em verdade, muito poucas vêzes terá a comemoração desta data, em Washington, revestido significado mais completo e mais expressivo das relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Êste ano, que assinala o 142.º aniversário de nossa independência, registra também o transcurso do 140.º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre os nossos dois países. A simples proximidade no tempo, entre essas duas efemérides já revela, por si, a presença amiga dos Estados Unidos, ao lado do Brasil, desde os primeiros instantes do seu aparecimento na comunidade das nações. De fato, uma vez proclamada a independência, rompendo definitivamente os últimos liames que uniam o Brasil a Portugal, necessário se fazia obter o reconhecimento dêsse fato, por parte das demais potências soberanas. Para a grande e difícil tarefa de negociar êsse reconhecimento, o Govêrno imperial enviou agentes diplomáticos a Paris, Londres e Washington. O negociador brasileiro designado para Washington, Luiz Moutinho Lima Álvares e Silva, não chegou a assumir o seu pôsto. Assim sendo, em 21 de janeiro de 1824 um novo representante foi nomeado: José Silvestre Rabelo. A tarefa de que fôra incumbido requeria, por sua magnitude e complexidade, um negociador experimentado, apoiado por uma organização administrativa eficiente, coisas que o Brasil ainda não possuía. Não obstante, soube Silvestre Rabelo superar, com seus dotes pessoais, essas desvantagens com que se defrontava. Mas, por isso mesmo, foi especialmente árduo o trabalho por êle desenvolvido, desde sua chegada a Washington, em 3 de abril de 1824, até a obtenção do reconhecimento de nossa independência por parte do Govêrno norte-americano, em 25 de maio do mesmo ano.

Eram os Estados Unidos da América o primeiro País a reconhecer o Brasil como Nação soberana. Não poderiam, portanto, nascer sob signo mais auspicioso as relações de amizade que, desde então, têm unido os dois países. Aliás, já em 1787, Thomas Jefferson antevira um destino comum de amizade e cooperação, ao afirmar que "como americano do norte, acredito que meu País não só deseja, mas necessita um Brasil independente, forte e amigo, para levar a cabo na parte Sul do Hemisfério a missão que a nós cabe no Norte."

Ao longo dos anos, a História só tem feito confirmar as palavras de Luiz José de Carvalho e

Melo, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, ao dizer que "o Govêrno brasileiro terá sempre em lembrança a Nação ilustrada e conterrânea que não hesitou em tomar a si a prioridade do reconhecimento do Império do Brasil." Em verdade, têm tido os dois países, desde então, destinos paralelos, caminhando, ombro a ombro, em direção a um futuro comum. Salvo divergências ocasionais que não quebraram o clima de cooperação existente entre as duas nações estivemos sempre lado a lado. Fomos juntos a duas guerras. Ajudamos sempre os Estados Unidos: em Lima, em 1938; no Panamá, em 1940; no Rio de Janeiro, em 1942; na Carta de Bogotá e, finalmente, na recente reunião da OEA, nesta mesma capital. Existe, portanto, tôda uma longa seqüência de fatos históricos que explicam e justificam nossa confiança na perenidade das boas relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Mais do que nunca, podemos ter a certeza da durabilidade dessas relações, não porque temos, no Brasil, um Govêrno honrado, que se impõe aos governados pelo exemplo, mas também e sobretudo, pela existência de uma convicção mútua de que comungamos de ideais e interêsses comuns.

Aqui em Washington, por sua vez, estamos criando um novo instrumento, de inestimável valia na tarefa de defender e incrementar êste clima de amizade e cooperação existente entre os dois grandes países. O Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, que hoje se inaugura possibilitando ao público norte-americano conhecer mais ampla e profundamente a realidade cultural brasileira, através de um contato mais imediato com as expressões mais legítimas de sua música, de sua arte e de sua literatura, êste Instituto não pode deixar de contribuir, poderosamente, para estreitar, ainda mais, os tradicionais laços de amizade que unem o Brasil e os Estados Unidos da América.

Agradecendo a aquiescência de tantas eminentes figuras americanas para integrar a Comissão Consultiva do Instituto e bem assim o comparecimento de todos, a esta festa, peço ao Senhor Secretário de Estado Dean Rusk que considere inaugurada esta casa, que é tanto brasileira quanto americana".

DOCUMENTOS

IX REUNIÃO DE CONSULTA DOS CHANCELERES AMERICANOS (*)

Foi o seguinte o discurso pronunciado a 26 de julho corrente pelo Chanceler Vasco Leitão da Cunha, na Sessão de Encerramento da IX Reunião de Consulta da OEA:

"Senhores Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, pela nona vez em vinte e cinco anos, reuniram-se os Chanceleres das Américas para apreciar questões que os deveres da solidariedade entre as nações dêste Continente impõem sejam resolvidas em comum. Ao longo de mais de setenta anos, através de esforços conjugados, sôbre sólidas bases geográficas, históricas, culturais e políticas, construímos um sistema político e jurídico que nos une, um mecanismo em processo de contínuo aperfeiçoamento, um conjunto de normas que nos cumpre salvaguardar e enriquecer. O sistema interamericano estabelece regras próprias de procedimento comum para um grupo de países decididos a alcançar seus objetivos nacionais dentro das tradições de democracia e liberdade que caracterizam o sentimento majoritário dos povos dêste Continente. Solenemente declaramos que somos parte integrante e consciente da cultura e civilização ocidental e cristã. A maioria de nossos povos tem repudiado claramente os totalitarismos, venham êles de fora ou de dentro do Continente. O homem comum das Américas deseja paz e progresso social da democracia representativa. Ninguém poderá negar-lhe estas aspirações comuns mínimas, a despeito de exemplos dolorosos no passado ou no presente, em que povos do Continente foram submetidos a regimes infensos aos ideais americanos. Se não houvesse essa causa comum, não precisaríamos estar aqui reunidos para deliberarmos em conjunto. Livre de qualquer obrigação coletiva expressa, cada um de nossos países tomaria a atitude que seus interêsses nacionais ditassem, diante de problemas graves que afetassem a paz e a segurança das Américas. Mas é que optamos por um sistema de convivência próprio e criamos uma associação de Nações, podendo, mesmo, afirmar com orgulho que fomos nós, povos das Américas, os pioneiros das modernas formas de associação

(*) Transcrito de *Itamaraty* de 30 de julho de 1964.

econômica e política dos Estados. À imposição egoísta da vontade do mais forte, ou à lei exclusiva da autodefesa, preferimos de forma inequívoca — e a essa preferência demos o caráter de tratados — o princípio da segurança coletiva. Unimo-nos todos, 21 países, por um sistema de tratados, resoluções e recomendações que significam a aplicação entre nossos países do princípio de um por todos e todos por um. À agressão de dentro ou de fora, temos de responder como um só: unidos. Nossa segurança estará sempre mais bem atendida, como formalmente reconhecemos, enquanto estivermos ligados por um conjunto de obrigações contratuais, no interêsse de todos, pelas quais por um respondem todos. Sòmente assim, à base de um sistema de assistência recíproca, se podem conjurar da forma mais eficaz os perigos decorrentes da convivência das nações, já que entre estas não pode haver, como entre os indivíduos organizados num Estado, subordinações a um supremo poder de império. Senhores Chanceleres, se me permitis dizer estas palavras, simples em sua forma e conceito, e de certo por todos tão sabidas, é porque desejo ver bem claramente enunciada a premissa básica de nossos trabalhos: a preservação e o fortalecimento do sistema interamericano. E a tanto aspiramos, não por um ideal isolado ou abstrato, mas no próprio interêsse de nossa segurança, e não digo apenas segurança de nossos Governos, mas segurança de nossos povos, de nossas instituições, segurança de que haveremos de progredir e conviver harmônicamente no gôzo das liberdades democráticas. Estivemos, pois, reunidos para deliberar sôbre a aplicação de tratados, declarações, resoluções, recomendações. E no caso dos tratados, como é o caso do Tratado do Rio de Janeiro, que diretamente ora nos interessa, o compromisso está solenemente endossado e ratificado por Governos e parlamentos de todos os países.

Em várias conferências anteriores, o papel de representantes e delegados de nossos países foi o de legislar tendo em vista as situações futuras que poderiam surgir. Ao ser firmado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, em 2 de setembro de 1947, o alcance dos compromissos assumidos pelas Repúblicas Americanas foi definido, com clarividente e alto espírito jurídico, pelo plenipotenciário brasileiro, Doutor Raul Fernandes, atual Presidente da Comissão Jurídica Interamericana. Disse, então, o preclaro mestre do Direito Internacional: "Julgo necessário dar o merecido relêvo às estipulações de tratado segundo as quais as decisões do órgão de Consulta, tomadas pela maioria de dois terços dos Estados signatários, que o tenham ratificado, serão obrigatórias para todos, mesmo quando apliquem sanções diplomáticas, econômicas, comerciais ou financeiras, com a única exceção de que nenhum Estado será obrigado a empregar a fôrça armada sem o seu consentimento.

"Admiro-me como, na onda de comentários suscitados pela Conferência, ninguém, até agora, tenha salientado o alcance revolucionário dêste preceito. Com êle abre-se uma brecha no reduto das soberanias nacionais ilimitadas, e, pôsto que sua aplicação se restrinja a um caso determinado, é manifesto que aí se estabelece uma regra democrática cujos corolários estão à vista e nos deixam entrever, entre outras possibilidades, a de uma legislatura que, definindo o lícito e o ilícito nas relações entre os Estados, substitua na vida internacional o princípio de potência pela da ordem baseada na lei propiciando liberdade e justiça".

O problema com que nos defrontamos não teria sido tão difícil se a aplicação dos compromissos não suscitasse divergências, por vêzes sérias, entre os Estados membros da organização. Por isso disse, no pronunciamento que fiz ao aceitar a Presidência da IX Reunião de Consulta, que não deveríamos atentar apenas para a letra dos tratados, mas buscar, também, uma conciliação. Nem sòmente aos tratados, nem só à conciliação, mas um esfôrço dentro dos tratados. Se aplicar os tratados é às vêzes difícil e gera problemas, não aplicá-los gera ainda maiores problemas e conflitos. Pior, sua não aplicação seria um golpe no sistema de segurança coletiva.

Senhores Chanceleres, tivemos diante de nós o relatório da Comissão Investigadora do Conselho da Organização dos Estados Americanos sôbre os fatos que motivaram nossa presença aqui. As conclusões do relatório não deixam dúvidas no espírito de quem as lê: desde 1959, o atual Govêrno cubano tem desenvolvido, auspiciado e dirigido em formas diversas uma política de intervenção no Continente, com processos de propaganda, suprimento de fundos, treinamento em operações de guerrilha e sabotagem, fornecimento de armas em apoio a movimentos tendentes a subverter as instituições democráticas nacionais por meio da fôrça, a fim de implantar regimes comunistas.

Êsse apoio à subversão, que reveste em geral a forma de uma agressão política, tem tido aplicação evidente na Venezuela, país que tem sido o alvo principal da política de expansão e penetração ideológica de Cuba no Hemisfério. Êsses atos patrocinados e dirigidos pelo Govêrno cubano na Venezuela — afirma o relatório — destinam-se a subverter as instituições por meio de terrorismo, sabotagem, assaltos e guerrilhas. Após a citação concreta de atos atentatórios à segurança do Govêrno venezuelano, afirma o relatório que tais atos configuram uma "política de agressão do atual Govêrno cubano contra a integridade territorial, a soberania política e a estabilidade das instituições democráticas da Venezuela". Desde que se instalou o atual Govêrno cubano, em 1959, os Chanceleres americanos já celebraram cinco reuniões de consulta. O caso cubano veio sendo tratado

com sucessiva e crescente preocupação, à medida que as violações de Cuba às suas obrigações continentais se foram revestindo de formas cada vez mais graves. Não foi da noite para o dia que por motivos ideológicos, o Govêrno cubano passou a adotar uma política agressiva com relação aos países do Hemisfério. Posso dar meu testemunho pessoal de quem presenciou de perto a revolução cubana. Via-a msmo em suas primeiras efervescências até sua explosão vitoriosa em 1959. Quando o povo cubano recebia a promessa da democracia das mãos dos vitoriosos líderes de Sierra Maestra. E vi-a também progressivamente tomar um rumo inesperado e decepcionante, tenho a certeza, para a maioria do povo cubano.

O Govêrno e o povo do Brasil saudaram, com a maioria do Continente, a revolução cubana vitoriosa, e continuamos no Brasil apesar dos seus erros iniciais e dos maus prenúncios que no primeiro ano já se desenhavam, a abrir-lhe um crédito de confiança. Na realidade, o que vimos foi o deslizamento acelerado de Cuba para um regime totalitário de esquerda. Cuba afastou-se da democracia e do convívio com os países do Continente. Vários países americanos, dentre os quais o Brasil, tentaram um entendimento amistoso de Cuba com as demais Nações do Hemisfério, a fim de evitar seu afastamento da convivência fraterna com as Repúblicas Americanas. E, com o tempo, as Nações do Continente despertaram para os riscos dessa política agressiva do Govêrno cubano. Hoje, não é apenas através do relatório da Organização dos Estados Americanos, ou por informação direta de Governos das Repúblicas irmãs que o Brasil conhece a política intervencionista do Govêrno cubano. Conhecemo-la em nossa própria carne. Em meu País, o Govêrno cubano também praticou sua política de intervenção e subversão de cumplicidade com uma situação já irreversìvelmente passada.

Desmascarada a intervenção cubana nos assuntos internos do Brasil, o novo Govêrno instalado em meu País há quatro meses tomou as medidas acautelatórias que se impunham para nossa segurança. Mas nosso dever, tal como capitulado nos tratados que regem o sistema interamericano, não se esgota aí. A segurança dos demais Estados e do Continente como um todo deve constituir preocupação de cada Govêrno, dentro do sistema continental. Eis por que, ratificando no plano da ação coletiva a decisão que tomáramos isoladamente, agora nos comprometemos a não manter relações com o Govêrno de Cuba e, pois, sòmente a reatá-las também em virtude de uma decisão coletiva. O Govêrno brasileiro não nutre qualquer ressentimento de vingança ao examinar a queixa de um nosso vizinho contra Cuba.

E desnecessário é dizer que tampouco nos animou qualquer propósito de constranger países irmãos a tomar medidas que, de nossa parte, já havíamos tomado.

E, em se falando de tratados, o mínimo que se pode esperar é que sejam cumpridos. O relatório da Comissão Investigadora comprovou uma série de atos praticados pelo Govêrno de Cuba, os quais, a seu ver, "configuram uma política de agressão por parte do atual Govêrno de Cuba contra a integridade territorial, a soberania política e a estabilidade das instituições democráticas da Venezuela".

O Brasil, como as demais Repúblicas do Continente, está solidário com o povo e o Govêrno do nobre País irmão, vítimas dêsses intoleráveis atentados. E esta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, com o voto afirmativo do Brasil e por maioria superior aos dois terços exigidos pelo Tratado do Rio de Janeiro, acaba de caracterizar tais atos do Govêrno de Cuba como agressão que não é ataque armado. Baseados nos fatos apurados pela Comissão Investigadora, os Ministros das Relações Exteriores agiram rigorosamente dentro da competência que lhes é conferida por fôrça do art. 9.º do Tratado de Assistência Recíproca. E, no entender do Govêrno brasileiro, como no da maioria dos Governos aqui representados, o Tratado do Rio de Janeiro foi legìtimamente invocado, está sendo legìtimamente aplicado com estreiteza jurídica, tudo fizemos para que sua aplicação fôsse fonte de conciliação e não de divergência. Mas estaríamos invertendo a própria essência das coisas se a maioria renunciasse aos seus deveres por considerações estranhas ao espírito do Tratado, como se os autores do pacto do Rio de Janeiro não tivessem previsto a forma de votação por maioria. É evidente que a unanimidade nunca deixou de ser o nosso objetivo e unanimidade não apenas na votação, mas também na aplicação da matéria votada. Os plenipotenciários que em 1947, no Rio de Janeiro, aprovaram o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca inovaram com relação a outros sistemas de segurança precisamente quando previram a adoção de medidas cominatórias por maioria de dois terços, e não apenas por unanimidade ou pela introdução do instituto do veto de um grupo de países privilegiados. Isto o dizemos com todo o respeito que nos merecem opiniões diferentes.

Esta reunião representa uma vitória do permanente sôbre o transitório, vitória tanto maior quanto mais perfeita é a aplicação dos tratados, os quais transcendem nossas pessoas, nossos Governos, e se projetam sôbre a existência mesma de nossas nacionalidades.

Senhores Chanceleres, meu País esperava desta Reunião de Consulta uma decisão orientada no interêsse da segurança de nossas instituições, do cumprimento dos tratados e da conciliação da família americana. Foi êsse o sentido de nosso voto nas resoluções aprovadas. Também foi êsse o sentido de nosso esfôrço amistoso, fora das sessões públicas. Tudo fizemos para obter a adesão de todos ao principal projeto de resolução aprovado, o que estabelece

medidas acautelatórias de nossa segurança. Com verdadeira pena não o vimos aprovado por unanimidade. Não havendo a unanimidade, o sistema se impõe, tal como previsto no Tratado do Rio de Janeiro. Diante do impasse, que sem dúvida lamentamos e queremos ver muito breve superado, é a maioria e não a minoria que deve prevalecer. O contrário seria violar a essência mesma das coisas, como antes já assinalei. Saibamos cumprir nossos compromissos, pois que êles serão para nós fonte de segurança e não de desunião.

Também o Govêrno brasileiro não deixou de manter por um só momento sua solidariedade com o próprio povo cubano, digno de melhor sorte. Para isso, tive a honra de apresentar à consulta o projeto de Declaração ao Povo Cubano, para que os Chanceleres americanos expressassem sua simpatia para com aquêle povo irmão, nesta dolorosa vigília pela liberdade. O voto expressivo em favor dessa declaração é confortador para o povo cubano, cujo sacrifício nos preocupa tanto quanto a segurança dos demais Estados americanos. Senhores, nossos povos querem progredir ràpidamente no império da democracia e no gôzo das liberdades públicas.

Temos em nosso Hemisfério uma imensa tarefa a realizar. Não somos conformistas com o estado de coisas reinante em várias partes de nosso grande território, onde o atraso ainda predomina sôbre o progresso. Mas não haja dúvidas de que estamos empenhados numa dramática batalha para vencer essa situação, e dentro mesmo de nosso País temos exemplos altamente alentadores de como progredir socialmente. Essa luta nós a levamos a todos os foros internacionais onde a defesa dos interêsses de nossos povos se faça necessária. Lutamos no Brasil de hoje pelo progresso rápido, pela reforma e modernização de nossa sociedade, e pela afirmação da democracia.

O povo brasileiro, como o tem afirmado o Presidente Castello Branco, quer segurança para evoluir pacìficamente através de reformas políticas, econômicas e sociais, dentro do regime democrático. Não se inventou ainda melhor sistema para governar do que o regime democrático, a mais perfeita forma de autodeterminação dos povos. Se queremos defender verdadeiramente a autodeterminação, protejamos, pois, antes de tudo, a democracia e coloquemo-la ao abrigo da subversão destrutiva que visa à instalação de regimes liberticidas e antiprogressistas nas Américas. Tampouco há forma melhor do que a democracia para servir aos interêsses da paz e da harmonia das Repúblicas Americanas.

O Govêrno brasileiro faz veemente apêlo para que o desencontro de opiniões evidenciado nesta reunião de consulta seja vencido na meditação serena que se seguir a esta Conferência, na consideração de que aquilo que resolvemos

se destina não a agravar um ou alguns de nossos países, mas a reforçar a segurança de todos através do cumprimento dos compromissos que livremente assumimos e livremente queremos preservar."

DECLARAÇÃO DE WASHINGTON (*)

É o seguinte, na íntegra, o texto do projeto da "Declaração de Washington" apresentado pela Delegação brasileira:

"A IX Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, atuando como órgão de Consulta nos têrmos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, considerando:

Que, segundo reza o preâmbulo da Carta da Organização dos Estados Americanos, a "missão histórica da América é oferecer ao homem uma terra de liberdade e um ambiente favorável ao desenvolvimento de sua personalidade e à realização de suas justas aspirações";

Que o "verdadeiro sentido da solidariedade americana e da Boa Vizinhança não pode ser outro senão o de consolidar neste Continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade individual e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem";

Que a solidariedade dos Estados Americanos e os altos fins a que ela visa requerem a organização política dos mesmos com base no exercício efetivo da democracia representativa;

Que a Carta da Organização dos Estados Americanos proclama os direitos fundamentais da pessoa humana e reafirma que a educação dos povos deve orientar-se para a justiça, a liberdade e a paz;

Que a Declaração de Santiago do Chile, aprovada pela V Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores e assinada pelo atual Govêrno cubano, proclamou que a fé dos Povos da América no exercício efetivo da Democracia Representativa é o melhor meio de promover o seu progresso político e social (Resolução XCV da X Conferência Interamericana) da mesma maneira que o desenvolvimento racional e intensivo da economia dos países americanos e a melhoria do nível de vida de seus povos representa o melhor e mais sólido fundamento sôbre o qual pode estabelecer-se a prática do regime democrático e a estabilidade de suas instituições;

Que a referida Declaração condenou os métodos de todo sistema que tenda a suprimir os direitos e as liberdades políticas e civis, especialmente a ação do comunismo internacional ou de qualquer totalitarismo;

(*) Transcrito de *Itamaraty* de 30 de junho de 1964.

Que o atual Govêrno de Cuba, identificando-se com os princípios da ideologia marxista-leninista, instaurou um regime político, econômico e social alheio às tradições democráticas e cristãs da família de nações americanas e contrário aos princípios da organização jurídica em que repousam a segurança e a convivência pacífica dos povos do Continente;

Que a exclusão do atual Govêrno de Cuba da participação do sistema interamericano, em virtude do disposto na Resolução VI da VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, jamais poderia significar a intenção de negar ao povo cubano o direito de ser restituído ao seio da comunidade dos povos americanos, proclama:

Que os povos livres da América estão convictos de que o sistema interamericano oferece ao povo cubano inigualáveis condições para a concretização de seus ideais de paz, de liberdade e de progresso social e econômico;

Que os povos integrados no sistema interamericano estão solidários com o povo cubano em todos os seus sofrimentos, ante a perda total de sua liberdade tanto no domínio espiritual como no campo social e econômico, na privação de seus direitos humanos elementares, no suportar de suas perseguições, e na destruição de uma ordem jurídica suscetível de aperfeiçoamento e que oferecia possibilidade de estabilidade;

Que, dentro dêsse espírito de solidariedade, os povos livres da América não podem nem devem manter-se indiferentes, alheios à sorte do nobre povo cubano, oprimido por uma ditadura que renega as tradições cristãs e democráticas dos povos americanos; e, em conseqüência, exprime:

a) sua profunda preocupação com a sorte do povo irmão de Cuba;

b) sua alentada esperança de que o povo cubano, fortalecido pela confiança na solidariedade dos demais povos e dos Governos Americanos, possa, por seus próprios meios, em futuro muito próximo, libertar-se da tirania do regime comunista que o oprime e instaurar no País um govêrno livremente eleito pela vontade popular e que assegure o respeito dos direitos humanos fundamentais;

c) sua firme convicção de que a condenação enérgica à política de agressão e intervenção do atual Govêrno cubano contra a Venezuela será acolhida pelo povo de Cuba como um estimulo renovador de suas esperanças de que venha a reinar no País um clima de liberdade que ofereça ao homem cubano ambiente favorável ao desenvolvimento de sua personalidade e à realização de suas justas aspirações".

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL—ARGENTINA (*)

O Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, Embaixador Vasco T. Leitão da Cunha e o Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, Doutor Miguel Angel Zavalla Ortiz,

Animados do desejo de reafirmar a perfeita solidariedade e coincidência de ideais existentes entre as duas Nações,

Convencidos de que as nações latino-americanas são chamadas a participar cada vez mais da solução dos grandes problemas que afligem a humanidade,

Conscientes de que os países da América Latina deverão desenvolver ao máximo os esforços em defesa da democracia e de suas tradições cristãs,

Persuadidos de que a cooperação regional reforça a unidade continental que por sua vez contribui para a paz universal,

Considerando que a IX Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas reconheceu que a permanência de uma situação em que o mundo está dividido em regiões de pobreza e de fartura prejudica sèriamente as possibilidades que se apresentam ao Continente americano para conseguir uma sociedade econômicamente mais justa,

Considerando que a Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento constituiu uma etapa inicial de um programa a longo prazo de reestruturação do comércio internacional vinculado às necessidades urgentes do desenvolvimento econômico de grandes setores da humanidade,

Tendo em conta que a unidade dos países latino-americanos é essencial para os interêsses do Continente e dos países em desenvolvimento de outras regiões, como ficou demonstrado na Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento,

Convencidos, finalmente, de que a integração econômica regional é um dos meios mais adequados de assegurar aos povos latino-americanos a elevação de seus níveis de vida e promover o desenvolvimento econômico,

Declaram:

1) Que os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina reafirmam seu propósito de intensificar, por todos os meios, suas relações bilaterais nos campos político, econômico e cultural, a bem da aproximação cada vez maior entre os dois povos irmãos;

2) Que os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina estão firmemente decididos a defender, nos planos nacional, continental e universal, a liberdade, a democracia, a autodeterminação, a soberania das nações e a independência e desenvolvimento econômico dos povos;

(*) Transcrito de *Itamaraty* de 31 de agôsto de 1964.

3) Que ambos os países realizarão todos os esforços a seu alcance para promover e fortalecer a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, organismo capaz de dinamizar e diversificar o comércio regional e facilitar o desenvolvimento harmônico das economias dos países membros. Para tal fim, consideram oportuna a realização de uma reunião de Ministros das Relações Exteriores, assim como a intensificação dos estudos referentes à harmonização dos instrumentos de política comercial exterior e à coordenação das políticas econômicas dos países membros;

4) Que os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Argentina se propõem a contribuir, por todos os meios possíveis, para o incremento da coordenação dos países latino-americanos, especialmente através da institucionalização do Grupo Informal Latino-Americano, criado por ocasião da Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento, assim como para a implementação da Carta de Alta Gracia, documento que deve constituir o modêlo das reivindicações futuras da América Latina;

5) Que os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Argentina, compenetrados da necessidade de uma unidade cada vez mais efetiva em tôrno de ideais comuns, continuarão colaborando amplamente entre si e com todos os países irmãos do Continente, de forma permanente e em especial através dos organismos e reuniões internacionais, na procura de fórmulas que contribuam para o desenvolvimento econômico, social e cultural e para o fortalecimento da democracia nos países da América e do Mundo.

Rio de Janeiro, em 5 de agôsto de 1964.

CONVERSAÇÕES BRASILEIRO-ARGENTINAS

Na data de 7 de agôsto de 1964, o Ministério das Relações Exteriores expediu o seguinte comunicado de imprensa:

"Por ocasião das conversações realizadas entre os Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Vasco Leitão da Cunha, e da República Argentina, Doutor Miguel Angel Zavalla Ortiz e que tiveram prosseguimento entre representantes de ambos os Governos, após o regresso do Chanceler argentino, foram tratados temas de interêsse político, cultural e econômico da maior relevância nas relações entre os dois países.

Além dos aspectos políticos, econômicos e culturais principais, objeto das Declarações Conjuntas divulgadas pela imprensa, foram ainda tratados os seguintes tópicos:

a) O propósito de ambos os Governos de concertarem um novo Acôrdo de trigo, antes de 30 de dezembro próximo, quando expira o atualmente em vigor. O Govêrno argentino manifestou o desejo de ver ampliado o volume de

compras previsto no atual Acôrdo, tendo o Govêrno do Brasil concordado em examinar essa possibilidade. Por sua parte, o Govêrno brasileiro manifestou o desejo de que se estudem os meios tendentes ao equilíbrio da balança comercial entre ambos os países, sôbre o que o Govêrno argentino declarou sua conformidade em realizar, de comum acôrdo, os pertinentes estudos. No novo Acôrdo serão observadas, com a devida antecedência, as normas e procedimentos que em cada país regulam essas operações, assim como a possibilidade, quanto à Argentina, de que participem na exportação os exportadores privados e ou a Junta Nacional de Grãos. Para tal fim, ambos os Governos concordam em realizar uma reunião, em setembro próximo, em Buenos Aires.

b) É propósito de ambos os Governos coordenar a ação para controlar a importação e a exportação de café e de conciliar as legislações internas de cada país para assegurar os interêsses legítimos de cada parte, em particular da zona do Rio Uruguai.

c) As dificuldades que se apresentam na aplicação das normas em vigor para o transporte marítimo em navios de bandeira de ambos os países, especialmente no que se refere ao trigo, que já foram anteriormente tratadas em reuniões de armadores argentinos e brasileiros, constituem, também, nesta oportunidade, matéria de um intercâmbio de informações que permitirá, em curto prazo, chegar a Acôrdos tendentes à sua solução.

d) Trocaram-se impressões sôbre os aspectos de interêsse comum face à próxima rodada geral de negociações tarifárias no seio do GATT — a chamada "Kennedy round" — manifestando-se o propósito de que os dois Governos procurariam articular, tanto quanto possível, uma ação conjunta nas referidas negociações, em defesa da política de comércio exterior regional. Para tanto, procurarão manter entendimentos entre si, e com os demais países latino-americanos membros do Acôrdo Geral.

e) O Govêrno da República Argentina expressa sua disposição de prestar seu concurso à celebração do IV Centenário da Fundação da cidade do Rio de Janeiro a realizar-se no próximo ano.

TROCA DE MENSAGENS ENTRE OS PRESIDENTES DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS SÔBRE A AGRESSÃO DO VIETNAME DO NORTE (*)

O Presidente Castello Branco enviou na data de 10 de agôsto de 1964 a seguinte resposta à mensagem que recebeu do Presidente dos Estados Unidos, Senhor Lyndon Johnson, sôbre ata-

(*) Transcrito de *Itamaraty* de 30 de setembro de 1964.

ques armados do Vietname do Norte a navios de guerra norte-americanos:

"Meu caro Senhor Presidente. Recebi, por intermédio de seu Embaixador, a mensagem de Vossa Excelência, relativa aos ataques armados do Vietname do Norte contra navios de guerra norte-americanos em alto mar. Vossa Excelência tem razão ao imaginar que sua profunda preocupação ante êsse ataque é por mim partilhada. Considero êsse recurso à fôrça, contrário aos princípios da Carta das Nações Unidas, e entendo que êle justifica plenamente o exercício do direito de legítima defesa, como praticado pelos Estados Unidos da América. Dei instruções ao representante do Brasil no Conselho de Segurança para que ali atue de acôrdo com o que precede, manifestando ainda nossa esperança de que as autoridades do Vietname do Norte modifiquem sua atitude e de que todos os Governos se esforcem no sentido de impedir o agravamento das tensões no sudeste da Ásia. Ao manifestar a Vossa Excelência minha solidariedade, faço-o na certeza de que o Brasil e os Estados Unidos estão unidos no mesmo desejo de paz e no mesmo sentimento de repulsa às soluções violentas das contendas internacionais. Com a segurança de meu alto aprêço e amizade. (a) *Humberto de Alencar Castello Branco,* Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil."

Ao receber a mensagem do Presidente Castello Branco, o Presidente Lyndon Johnson enviou na data de 25 de agôsto de 1964 a seguinte carta ao Presidente do Brasil:

"Caro Senhor Presidente:

Envio a Vossa Excelência os meus calorosos agradecimentos pela sua mensagem de solidariedade pelos ataques sofridos por navios da Marinha Americana pelo Vietname do Norte. Verificamos, na crise de Cuba, em 1962, e novamente na Reunião de Ministros do Exterior em Washington, em julho de 1964, que os nossos adversários se acautelam quando o mundo livre se une sòlidamente e se recusa a ser intimidado por agressões arbitrárias ou ameaças de agressão. É com especial agrado que acolho a fôrça renovada que o Brasil traz à causa da paz e da união aliada. O Brasil tem uma orgulhosa tradição de serviços em duas guerras mundiais e nas suas contribuições atuais aos esforços da paz das Nações Unidas em Gaza e no Congo. A sua carta amiga e oportuna é uma reafirmação dessa tradição.

Compartilho a sua convicção de que o Brasil e os Estados Unidos estão ligados num desejo comum de paz. Não queremos uma guerra mais extensa, como eu já disse repetidamente. Mas, como sugere Vossa Excelência, chega-se a um ponto no qual países como os Estados Unidos e o Brasil, firmemente dedicados à solução pacífica de problemas, devem exercer o seu direito básico de autodefesa.

A luta pela liberdade no Vietname do Sul está ìntimamente re-

lacionada à luta pela liberdade em tôdas as partes. Defrontamo-nos com a luta armada não só nos campos de arroz do Vietname do Sul, mas também — como Vossa Excelência disse no recente telegrama pelo aniversário de Punta del Este — na "luta dos povos" por um futuro que deverá permitir ao homem "alcançar as justas aspirações num clima de liberdade".

Estamos unidos nessa luta na Aliança para o Progresso. A Carta de Punta del Este não foi só um compromisso, mas um desafio para realizarmos aquela missão histórica.

Nós nos Estados Unidos sentimo-nos encorajados — e creio que todo o Hemisfério olha o futuro com maior otimismo — pela maneira vigorosa com que o Govêrno de Vossa Excelência aceitou êsse desafio. Acompanhamos com grande interêsse os esforços iniciais de seu Govêrno de inverter a séria deterioração econômica com que se defrontou Vossa Excelência ao assumir o Govêrno e a caminhar firmemente na estrada da prosperidade econômica e do bem-estar. Sabemos que uma ação decisiva da vida econômica do Brasil pode e deve vir essencialmente do povo e do Govêrno brasileiros. Mas quero assegurar a Vossa Excelência que, no seu empenho a favor de programas construtivos pelo bem-estar do Brasil, o meu País está pronto a dar o seu sincero apoio através da Aliança para o Progresso.

O compromisso fraterno que sentimos para com o Brasil — e o senso de responsabilidade que emana da política de boa vizinhança — é sòmente uma parte da causa comum maior que compartilhamos com tôdas as Repúblicas Americanas e com os nossos aliados em todo o mundo. Eu sei, pelo seu discurso aos graduandos do Instituto Rio Branco, que Vossa Excelência sente o mesmo compromisso. Vossa Excelência falou do compromisso do Brasil com o sistema democrático ocidental, de apoio do Brasil à livre emprêsa e do encorajamento ordenado do capital privado, da tradição de solidariedade interamericana, e da sua confiança de que as nossas duas nações "podem unir os seus interêsses econômicos e comerciais no plano de uma digna política e de uma amizade recíproca".

O Brasil e os Estados Unidos, acredito, entraram numa nova era de entendimento e compreensão. Os povos de nossas duas grandes nações compreendem êsse fato; a História não nos perdoaria se nós não o compreendêssemos e agíssemos de acôrdo. Nos meses e anos à nossa frente, antecipo uma relação sempre mais estreita entre os nossos países; uma cooperação pelo benefício econômico e social de nossos povos; e a realização de nossos solenes compromissos assumidos com a liberdade e a paz. Sinceramente, (a) *Lyndon Johnson*, Presidente dos Estados Unidos da América."

VISITA DO PRESIDENTE DO SENEGAL

DISCURSO DO PRESIDENTE CASTELLO BRANCO EM SAUDAÇÃO AO PRESIDENTE LÉOPOLD SENGHOR, DO SENEGAL (*)

A visita oficial de Vossa Excelência ao Brasil, em sua qualidade de Presidente da República do Senegal, é para a Nação brasileira uma dupla honra. Sente-se, o Brasil, profundamente honrado em receber o Chefe de Estado de um país ao qual se acha ligado pelos laços de uma amizade sòlidamente enraizada. Ao saudar seu mais alto magistrado, saudamos com êle tôda a nação senegalesa.

Mas a honra que nos faz, Senhor Presidente, ao visitar o Brasil, é ainda outra: Chefe de Estado de um país amigo, é, também, Vossa Excelência, um dos mais ilustres e prestigiosos líderes políticos da África. Estamos vivendo um acontecimento histórico, por ser esta visita a primeira de um Chefe de Estado das novas nações africanas ao Brasil. Com esta viagem, são dois continentes, a América Latina e a África, que se aproximam mais estreitamente. E a corrente de amizade que os liga passa pelo Brasil, juntamente com o Senegal, um dos elos desta corrente, para cujo fortalecimento, sempre maior, formulamos os mais sinceros votos.

A amizade que une o povo brasileiro ao povo senegalês é mais antiga do que se pensa, geralmente, e antecede de algumas décadas o momento histórico de 4 de abril de 1960, quando o Senegal celebrou sua independência. Com efeito, desde 1920, data em que foi aberto o Consulado do Brasil em Dacar, um dos primeiros a serem criados nessa capital, manifestou-se a presença brasileira no seio do povo senegalês. As missões diplomáticas, em nível de embaixadas, que foram trocadas, mais recentemente, entre o Brasil e o Senegal, constituíram a afirmação do desejo mútuo de manterem relações mais estreitas, relações que não são obra de um acaso político, mas que se fundamentam numa comunidade de ideais e de interêsses. Situados quase face a face de cada lado do Atlântico Sul, os dois países têm os braços abertos um para o outro. Não é a península do Cabo Verde, onde está situada a bela metrópole de Dacar e, mais especialmente, a Ponta dos Almadies, perto da qual — por feliz coincidência — encontra-se a embaixada brasileira, o local do Continente africano mais próximo do Brasil?

Sentem-se o povo e o Govêrno brasileiros tanto mais desvanecidos com a presença de V. Ex.ª no Brasil visto que o Chefe de Estado que ora recebemos é reputado filósofo, poeta e humanista. São internacionalmente conhecidos o pensamento e a obra de Vossa

(*) Transcrito do *Correio da Manhã* de 23 de setembro de 1964.

Excelência como teórico e apóstolo da "negritude", expressão da Renascença do homem africano e dos seus valores morais, intelectuais e sócio-culturais em todos os planos: político e econômico, artístico e literário; em suma, o pleno desenvolvimento do "gênio africano", cujo *substratum* é formado por um sentimento de fraternidade universal que almeja a uma simbiose viva de todos os povos, de tôdas as raças e de todos os continentes, isto é, à "civilização do universal". É esta a contribuição da civilização negro-africana à humanidade. Neste mundo de paz e progresso, que se constrói, lenta mas seguramente, com o auxílio da ciência e da cultura, as nações africanas estão chamadas a ocupar uma posição de crescente importância. Entre elas, o Senegal, país de contrastes, mas de harmoniosa convivência étnica e religiosa entre os homens, terra do "diálogo" por excelência, tem um papel relevante a desempenhar na difícil tarefa de edificação do mundo de amanhã, do qual estarão banidas para sempre a miséria, a ignorância e a discórdia.

Existe, Senhor Presidente, entre o Brasil e o Senegal, uma comunhão de ideais, uma similitude de métodos de conduta e de ação internacional. Inspirada nos valores da civilização ocidental e cristã, que moldaram a feição nacional do Brasil, e orientada pelas normas de respeito mútuo e de diálogo pacífico entre as nações, a política externa brasileira permaneceu e permanecerá sempre fiel a certos princípios fundamentais, que têm raízes em tradições históricas firmemente estabelecidas. Entre tais princípios, devem ser lembrados, em face da gravidade das crises sucessivas que vêm abalando o mundo contemporâneo: a defesa da paz, a solução das controvérsias por meios pacíficos e a proscrição do uso de tôda espécie de violência nas relações internacionais, a não intervenção dos povos e o respeito aos direitos humanos, princípios que foram formalmente consubstanciados na Carta das Nações Unidas e na declaração universal dos direitos do homem. A paz internacional e o progresso da civilização estão condicionados ao respeito a êsses princípids básicos.

É dentro dêsse quadro que o Brasil compreende o fenômeno da descolonização, nêle identificando um propósito irresistível do nosso tempo e um anseio legítimo de todos os povos. Para o problema colonial, cuja persistência dificulta, sem dúvida, a convivência entre as nações, o Brasil propõe a busca de solução ordenada e pacífica, que anule as tutelas e proporcione o diálogo de iguais, mas que assegure, por outro lado, a livre manifestação dos povos, evitando que, a pretexto da libertação, apenas se produza uma troca de submissões. Acreditamos que no mundo de hoje existe um dever iniludível de colaboração entre as nações, colaboração essa dirigida para a superação do subdesenvolvimento e na qual são insustentáveis as relações do tipo co-

lonial. Não se trata mais de confrontar metrópole e colônia: a época é de povos iguais, cuja expressão independente devemos preservar. O anticolonialismo encontra a sua justificativa e recebe a nossa adesão quando nêle predomina a preocupação de elevar o homem e quando nêle se reconhece um meio de desenvolvimento e de preservação da paz mundial. A formação de grandes comunidades vale sòmente por atender a êsse imperativo do Século Vinte.

Estou firmemente convencido, Senhor Presidente, de que o Brasil e o Senegal, inspirados pelos mesmos ideais de paz e de cooperação internacional, devem perseverar incansàvelmente em seus esforços para promover, pelo diálogo, tanto no âmbito das Nações Unidas quanto no plano das relações bilaterais entre Estados, uma compreensão maior entre os povos, único caminho verdadeiro para se chegar à "civilização do universal", a que tende o espírito africano.

Senhor Presidente, em nome do povo brasileiro, desejo brindar à prosperidade da nação senegalesa, à felicidade pessoal de Vossa Excelência e de sua família e aos laços de amizade que unem o Senegal ao Brasil".

RESPOSTA DO PRESIDENTE SENGHOR (*)

"Senhor Presidente:

Tanto mais sensível sou eu às palavras que Vossa Excelência acaba de pronunciar quanto elas, mais do que à minha pessoa, se dirigem ao meu País: o Senegal.

Nos quatro dias durante os quais já tivemos a alegria de pisar — ou de sobrevoar — a terra de vosso País, havemos sido, a delegação senegalesa e eu, acolhidos por tôda parte, no Recife, na Bahia, como no Rio de Janeiro, com essa delicadeza tão característica, e que eu pessoalmente conheço por havê-la sempre experimentado no contato dos meus amigos brasileiros. E nenhuma dificuldade tivemos, tão fraternal era a acolhida, em nos sentir brasileiros com os brasileiros.

O que nos emocionou foi o matiz particular de que, nesta circunstância, se coloriu a "delicadeza" brasileira. Não é de ontem, com efeito, que data o interêsse do Brasil pelo meu País. Fomos, desde 1960, uma das primeiras nações recém-independentes da África que viram estabelecer-se uma Embaixada brasileira em sua capital. A primeira, sem dúvida, a receber, em sua Universidade, um professor brasileiro. A primeira, seguramente, que introduziu o Português no ensino secundário e no superior — e, se o fizemos, Vossa Excelência o adivinha, foi por causa do Brasil, e não de Portugal, cujo povo e cultura, aliás, respeitamos, mas sem deixar de combater-lhe a política colonial. Assim, ao interêsse do Brasil pelo

(*) Transcrito do *Correio da Manhã* de 23 de setembro de 1964.

Senegal, responde um igual interêsse do Senegal pelo Brasil, expresso, no mais alto grau, pela presença do nosso embaixador em Brasília.

A primeira razão dessas afinidades brasílio-senegalesas reside em nossas respectivas situações geográficas. Estais no extremo-leste da América, e nós no extremo-oeste da África. De sorte que o eixo Dacar-Recife, a velha rota dos pioneiros do ar, ainda é o caminho mais breve entre os nossos continentes — caminho, aliás, de que nos servimos.

Existe, porém, Sr. Presidente, um laço mais precioso, senão mais forte, porque laço cultural, a unir os nossos países. É a herança da "Latinidade". A língua oficial do Brasil é o "português". A nossa língua oficial é o "francês". Êste fato, por si só, nos aproxima e a êle voltarei. Sucede que, em nossas costas, foram os portuguêses dos primeiros a construir fortificações e a deixar nomes no sul, com o seu sangue e a sua fala. O nome de minha capital natal — Joal — é português, e dezenas de milhares de senegaleses temos nomes de origem portuguêsa — ou mesmo brasileira. Da parte do Brasil, mais que por ocasião das aventuras de Binot Paulmier de Geneville e dos outros capitães franceses, a França deixou aqui, bem o sei, desde D. Pedro II, algo do melhor de si mesma: a sua cultura.

O que aproxima, pois, Senhor Presidente, os nossos países, é a "cultura latina"; certa vontade de lucidez, certo método de organização e de ação, que põe cada coisa em seu lugar e o "homem" no primeiro plano. Daí a importância dada às letras e às artes, que constituem a expressão mais autêntica do homem, e de que tive ocasião de falar na Bahia, como no Rio de Janeiro. Daí a vossa política de integração racial na linha das grandes civilizações, que foram, tôdas, sem exceção, civilizações de mestiçagem biológica e cultural. Tal como vós, sob o fermento da latinidade, nós levamos avante uma experiência, multi-racial e multi-religiosa, que nos ajudará, assim o esperamos, a levar a nossa modesta contribuição para a civilização universal".

A terceira razão de nossas afinidades, Senhor Presidente, é o pertencermos em comum à situação de antigas colônias — não digo ao mundo subdesenvolvido. Com os seus 230 dólares de renda anual por habitante, a imensidade como a variedade das suas terras e dos seus recursos fazem, do Brasil, mais do que um país por desenvolver: um continente que entrou "numa era de desenvolvimento constante e progressivo". Ao lado dêle, o Senegal é uma "província", com os seus 200.000 quilômetros quadrados, seus três milhões e 300.000 habitantes e seus 175 dólares de renda *per capita*.

Não obstante, a despeito de nossas diferenças econômicas, pertencemos ao mesmo "mundo da es-

perança". Dizia Vossa Excelência, Senhor Presidente, a 8 de junho de 1964, no Recife, voltado para a África: "O meu Govêrno tem três grandes preocupações: lutar contra a inflação, impulsionar o desenvolvimento e realizar as reformas". E Vossa Excelência acrescentava que "a existência de dois Brasis, um subdesenvolvido e outro em plena expansão, não era tolerável". Senhor Presidente, desde que me acho à frente do Govêrno senegalês, não uso de outra linguagem.

Mas não se trata de mim: trata-se de Vossa Excelência, Senhor Presidente. Brasileiros, exilados na Europa, fizeram-me o elogio de Vossa Excelência. É a mais bela homenagem que a Vossa Excelência pode ser prestada. Sabemos, os senegaleses, do amor de Vossa Excelência à liberdade, pela qual foi combater na Europa. Sabemos do apêgo de Vossa Excelência à democracia. E, se é verdade que o desenvolvimento de nossos países exige uma democracia *forte*, pretende Vossa Excelência, como disse, voltado para a África, servir-se da fôrça para criar uma nova ordem mais eficaz no país: para lutar contra a inflação, condição *sine qua non* de qualquer reforma de estrutura com vista ao desenvolvimento a serviço do homem.

Senhor Presidente, pelas suas dimensões, pelas suas riquezas, e — por que não dizê-lo? — pelo florescer das suas letras e das suas artes, pela reforma de suas mentalidades e de suas estruturas, marcha o Brasil entre as vanguardas do Mundo da Esperança. Desempenhou êle o consabido papel na constituição do "Grupo dos 75", em Genebra. Seguro estou de que êsse papel êle há de continuar a mantê-lo com firmeza, cônscio dos deveres que lhe impõe a sua situação, há pouco por mim esboçada.

Se, há dois anos, projetei visitar a América Latina e, em primeiro lugar, o Brasil, é porque estamos conscientes, no Senegal, das profundas mudanças que ora abalam o mundo, e dos perigos mortais que corre a humanidade. Perigo provindo não só dos engenhos termonucleares, mas ainda, mas sobretudo, do orgulho egoístico dos grandes.

Temo-lo sentido, não raro, nas conferências internacionais e recentemente, em Genebra, no decurso da Conferência do Comércio e do Desenvolvimento: a divisão atual do mundo não é tanto entre as ideologias, entre o Leste e o Oeste, como entre Norte e o Sul, entre os antigos colonizadores e os antigos colonizados. O perigo, sem sombra de dúvida, está em que, tornando-se os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, aquêles que têm fome — os dois terços da humanidade — um dia venham a sublevar-se numa imensa — imensa *jacquerie*, que utilizará em seu proveito o partido da subversão.

Mas, quanto a nós, os senegaleses, o perigo mais grave de ordem cultural é que, nesta civilização do Universal, que se erige, apesar

de tudo, a nossos olhos, os valores não estritamente europeus sejam rechaçados; é que os grandes nos construam, à nossa revelia, uma civilização de robôs. Eu creio, por exemplo, que as letras e as artes da América Latina se incluem, atualmente, entre as mais fecundas: as mais carregadas de sentido. Penso em vossos poetas, em vossos pintores, em vossos arquitetos. Uma civilização do Universal que os não integrasse, seria, fatalmente, mutilada. Como o seria se rejeitasse as imensas riquezas de símbolos, de formas e de ritmos que sobem da África negra, e que vós, precisamente, integrastes.

Destas verdades, de que depende o futuro do homem, nenhum Estado tem mais consciência do que o Brasil, êle próprio imagem do mundo; nenhum Chefe de Estado mais do que aquêle que preside aos destinos desta maravilhosa terra. Nelas estão as razões dos acôrdos comerciais e culturais que vamos assinar e que só podem fortificar a solidariedade que nos une.

Eis aí por que eu vos convido, Excelências, Senhoras, Senhores, a erguer a vossa taça para beber à saúde do Marechal Castello Branco, Presidente dos Estados Unidos do Brasil, e à grandeza e prosperidade dêste povo amigo".

ACÔRDOS FIRMADOS PELO BRASIL E SENEGAL (*)

Os Presidentes Léopold Senghor e Castello Branco assinaram, no dia 23 de setembro de 1964, no Palácio do Planalto, dois Acôrdos, sendo um cultural e outro comercial.

Os documentos foram firmados pelos Ministros das Relações Exteriores dos dois países, devidamente credenciados pelos Presidentes do Brasil e do Senegal, ambos presentes ao ato.

Acôrdo Comercial — O Acôrdo Comercial assinado pelo Brasil e Senegal está assim redigido:

"O Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da República do Senegal,

Conscientes da dependência existente entre o comércio internacional e o desenvolvimento dos povos;

Desejosos de expandir e de fortalecer as relações comerciais entre os dois países em bases de igualdade e de interêsse recíproco,

Resolveram concluir um acôrdo comercial e, para êsse fim, nomearam seus plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Sr. Vasco Tristão Leitão da Cunha, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente da República do Senegal, Sua Excelência o Sr. Doudou Thiam, Ministro das Relações Exteriores,

Os quais, após haverem trocado seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

(*) Transcrito de *Itamaraty* de 30 de setembro de 1964.

Art. I — As partes contratantes se *comprometem a adotar tôdas* as medidas necessárias para incentivar e desenvolver ao máximo o intercâmbio comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Senegal.

Art. II — As partes contratantes concedem-se mùtuamente o tratamento mais favorável possível em matéria comercial e aduaneira, em particular no que se refere à concessão recíproca de licenças de importação e de exportação pelas autoridades competentes de cada Estado.

As disposições do presente artigo não se aplicarão ao tratamento preferencial, vantagens, concessões e isenções que cada parte contratante conceda ou possa conceder aos países limítrofes no comércio fronteiriço ou aos países com os quais formem uniões aduaneiras, zonas de livre comércio ou grupos econômicos regionais, já criados ou a serem criados no futuro.

Art. III — O intercâmbio comercial entre os dois países terá por objetivo, na medida do possível, o equilíbrio das importações e das exportações.

Art. IV — O intercâmbio de mercadorias entre as partes contratantes se efetuará segundo as listas "A" e "B", anexas ao presente acôrdo, e cujo caráter não é restritivo ou limitativo.

Art. V — As mercadorias exportadas por uma das partes contratantes para a outra não poderão ser reexportadas para um terceiro país. Essa proibição não *abrange os produtos obtidos* pela transformação das matérias-primas importadas.

Qualquer derrogação das disposições acima deverá ser objeto de acôrdo prévio entre as partes contratantes.

Art. VI — Cada parte contratante deverá, de acôrdo com as leis e regulamentos vigentes em seu País, isentar de direitos aduaneiros as amostras de mercadorias diversas, sem valor comercial, originárias da outra parte contratante.

Art. VII — Com a finalidade de incentivar o intercâmbio comercial entre os dois países, cada uma das partes contratantes poderá promover feiras e exposições comerciais no território da outra parte, de conformidade com a legislação desta última.

As partes contratantes poderão conceder-se mùtuamente, de acôrdo com suas respectivas leis e regulamentos, a suspensão de direitos aduaneiros para as mercadorias importadas em caráter temporário em seu País e destinadas às feiras e exposições comerciais acima referidas.

Art. VIII — As partes contratantes tomarão tôdas as medidas cabíveis para permitir e facilitar, tanto quanto possível, o desenvolvimento do comércio de trânsito concernente aos dois países através de seus respectivos territórios, de acôrdo com as leis e regulamentos em vigor em cada Estado;

Art. IX — Os pagamentos entre as partes contratantes serão efetuados em tôda divisa conversível, segundo o regime monetário em vigor em seus respectivos países.

Art. X — Com vistas a facilitar o intercâmbio comercial mútuo, cada uma das partes contratantes fornecerá, a pedido da outra, tôdas as informações necessárias sôbre a concessão de licenças de importação e de exportação e sôbre as possibilidades de fornecimento e de compra das mercadorias originárias de cada País, especialmente aquelas que constam das listas "A" e "B" anexas.

Art. XI — As pessoas físicas e jurídicas constituídas segundo as leis e regulamentos de uma das partes contratantes poderão exercer atividades econômicas no território da outra parte contratante, em conformidade com a legislação vigente nesse último.

Art. XII — A fim de assegurar a perfeita execução das disposições do presente acôrdo, é instituída entre os dois países uma Comissão Mista.

Essa Comissão, que deverá reunir-se, alternativamente, na capital de um e outro Estado, ao menos uma vez por ano ou a pedido de uma das partes contratantes, será composta por representantes dos dois Governos.

Poderá ela propor qualquer medida suscetível de favorecer o desenvolvimento do intercâmbio entre os dois países, principalmente com relação a tôda dificuldade que possa surgir em suas relações econômicas. Em particular, poderá completar ou modificar as listas "A" e "B", anexas ao presente acôrdo.

As recomendações ou conclusões da Comissão Mista serão submetidas à aprovação dos dois Governos.

Art. XIII — O presente acôrdo é concluído por um período de um ano, sendo renovável por recondução tácita de ano em ano, enquanto uma ou outra parte contratante não o houver denunciado por escrito, e com notificação prévia de três meses antes da data de sua expiração.

O presente acôrdo será submetido à aprovação das autoridades competentes de cada parte contratante, em conformidade com as disposições constitucionais de seus Estados respectivos, e entrará em vigor após haver cada parte contratante notificado à outra essa aprovação.

Art. XIV — As disposições do presente acôrdo continuarão igualmente aplicáveis após a denúncia do mesmo para todos os contratos concluídos sob sua vigência mas não executados ou parcialmente executados no momento da denúncia.

Lista A — Produtos senegaleses exportáveis para o Brasil — peixes defumados e salgados, amendoim, óleos de amendoim, fosfatos, pequenas aves, peles, instrumentos geodésicos, zircon, ilmenita,

artigos de artesanato senegalês, inclusive jóias, farinha de trigo, adubos fosfáticos e cimento.

Lista B — Produtos brasileiros exportáveis para a República do Senegal — mandioca, frutas frescas, especialmente laranjas, chá-mate, pimenta, arroz, carnes em conserva, legumes em conserva, vermutes, licores, runs e aguardentes, charutos, álcoois cíclicos, cosméticos, misturas de substâncias odoríficas, artigos de borracha, madeiras em geral (comuns e finas) e artigos de madeira, algodão em bruto, sisal, roupa de cama e mesa, tecidos sintéticos, artificiais e de algodão (salvo aquêles de importação proibida), pedras semipreciosas, jóias de fantasia, artigos de caça, pesca e esporte, armas e munições, móveis de escritório.

Acôrdo Cultural — O Acôrdo Cultural está redigido nos seguintes têrmos:

"O Govêrno da República dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da República do Senegal, fiéis aos altos ideais da Carta das Nações Unidas; desejosos de reforçar e de estreitar as relações culturais entre seus países, de modo a realizarem uma cooperação plena e integral nos domínios literários, artísticos, científicos, técnico e universitário; animados do desejo de ver prosseguir a obra de aproximação entre o Brasil e o Senegal, decidiram concluir um acôrdo cultural e, para êsse fim, designaram como seus plenipotenciários:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Vasco Tristão Leitão da Cunha, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente do Senegal, Sua Excelência o Senhor Doudou Thiam, Ministro das Relações Exteriores, os quais, após haverem trocado seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

Art. I — As partes contratantes se comprometem a estimular e a desenvolver, na medida de suas possibilidades, as relações entre os dois países no plano científico, técnico, universitário, esportivo e, particularmente, no campo artístico e cultural, de modo a contribuir para melhor conhecimento das respectivas culturas e atividades naqueles setores.

Art. II — Cada parte contratante se esforçará por tornar melhor conhecida a sua cultura aos nacionais da outra parte, através da organização de conferências, concertos, exposições e manifestações artísticas; de representações teatrais, exibições cinematográficas de caráter educativo, bem como de programas de rádio e de televisão.

Art. III — As partes contratantes favorecerão os contatos diretos entre Universidades e outras instituições de alta cultura, para o que estudarão a possibilidade de organizar: a) intercâmbio de professôres de diversos níveis, pesquisadores, estudantes e estagiários, especialistas, técnicos, conferencistas, bem como de outras

pessoas que exerçam atividades em um dos campos previstos no presente acôrdo; b) cursos de férias destinados a estudantes e professôres; c) viagens coletivas; d) permuta de publicações oficiais ou originárias de Universidades e organismos culturais em geral; e) bôlsas de aperfeiçoamento a estudantes, pesquisadores e artistas.

Art. IV — O Govêrno dos Estados Unidos do Brasil encorajará a criação no âmbito de suas Universidades, de Institutos de pesquisas e de centros onde sejam ministrados cursos de línguas e culturas africanas.

Art. V — O Govêrno da República do Senegal facilitará a criação, em sua Universidade, de uma cátedra de língua portuguêsa e literatura brasileira, bem como a organização de cursos sôbre diferentes aspectos da cultura brasileira. Outrossim, introduzirá o estudo da língua portuguêsa nos programas do ensino secundário.

Art. VI — Cada parte contratante poderá estudar as condições segundo as quais os diplomas e títulos para exercício profissional expedidos pelas escolas oficiais de uma das partes em favor de cidadãos da outra poderão ser reconhecidos como válidos no País de origem do interessado.

Em se tratando de estudos empreendidos por estudantes de um dos países em estabelecimentos de ensino superior da outra parte, a Comissão Mista prevista no artigo XII do presente acôrdo poderá estudar os problemas concernentes à gratuidade de inscrição nos exames, bem como a isenção de quaisquer taxas de expedição de certificados ou de diplomas universitários. Outrossim, a Comissão poderá considerar a concessão de facilidades que permitam aos cidadãos dos dois países de beneficiaram-se de uma prorrogação dos prazos de inscrição nos cursos universitários, tendo em vista a diferença da data do início e término do ano letivo nos dois países.

Art. VII — As partes contratantes encorajarão o intercâmbio de programas culturais e artísticos em suas emissoras de rádio e de televisão.

Art. VIII — As partes contratantes conceder-se-ão mùtuamente, segundo processo a ser determinado, e sob reserva da segurança nacional, tôdas as facilidades para a entrada, nos respectivos territórios, de livros, jornais, revistas, publicações musicais, reproduções artísticas, discos fonográficos, fitas magnetofônicas e filmes cinematográficos, destinados a estabelecimentos de caráter educativo ou cultural.

Art. IX — As partes contratantes facilitarão aos nacionais da outra parte o acesso a seus monumentos, instituições científicas, centros de pesquisas, bibliotecas, coleções de arquivos públicos e outras instituições culturais controladas pelo Estado.

Art. X — Cada parte contratante se compromete a facilitar a criação, no respectivo território,

de centros e associações destinados à difusão dos valores culturais da outra parte.

Art. XI — As partes contratantes considerarão o intercâmbio de grupos artísticos e esportivos, a realização de competições esportivas entre equipes dos dois países e facilitarão, no limite de suas disponibilidades, a estada e o deslocamento dos mesmos em seu território.

Art. XII — Para facilitar a aplicação do presente acôrdo e a fim de propor a ambos os Governos quaisquer medidas destinadas a adaptar o acôrdo ao ulterior desenvolvimento das relações entre os dois países, será constituída uma comissão mista senegalo-brasileira, a qual se reunirá pelo menos uma vez por ano, alternativamente em Brasília e em Dacar. Nela far-se-ão representar, em cada País, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Educação Nacional e a Embaixada do País co-signatário, e será presidida por um dos representantes do País em que se reunir.

Em caso de necessidade, a Comissão poderá convidar peritos e especialistas como assessôres técnicos.

Art. XIII — O presente Acôrdo entrará em vigor trinta dias após a troca dos instrumentos de ratificação, a qual terá lugar em Dacar, no mais breve prazo possível.

Art. XIV — O presente Acôrdo é concluído sem limitação de tempo. Em caso de denúncia, por uma das partes contratantes, o acôrdo permanecerá em vigor, seis meses após a competente notificação. A situação de que gozarem os beneficiários se estenderá até o fim do ano em curso, e, no que se refere aos bolsistas, até o fim do ano acadêmico respectivo".

COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES CASTELLO BRANCO E LÉOPOLD SENGHOR

É o seguinte o texto do Comucado Conjunto dos Presidentes Castello Branco e Léopold Senghor:

"A convite do Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, o Presidente da República do Senegal, Senhor Léopold Sédar Senghor, está realizando uma visita oficial ao Brasil, de 19 a 25 de setembro de 1964.

O Presidente Léopold Sédar Senghor se fêz acompanhar pelo Ministro de Estado Encarregado dos Negócios Estrangeiros, Senhor Doudou Thiam, pelo Presidente da Comissão de Finanças da Assembléia Nacional, Senhor Denib Dip, pelo Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas, Coronel Jean Alfred Diallo, e de várias personalidades, entre outras, dos meios artísticos senegaleses.

No decorrer da visita, o Presidente Castello Branco e o Presidente Senghor, assistidos pelos respectivos Ministros das Relações Exteriores, Senhores Vasco Leitão da Cunha e Doudou Thiam, bem como pelos Embaixadores do Brasil em Dacar e do Senegal em Brasília, Senhores Frederico de Chermont-Lisboa e Henri Arphang Senghor, tiveram a oportunidade de debater amplamente problemas de interêsse comum do Brasil e do Senegal.

As conversações entre os Chefes de Estado dos dois países, que se desenrolaram num ambiente de expressiva cordialidade e de profunda compreensão mútua, permitiram pôr em relêvo a posição de crescente importância que o Senegal e os demais Estados independentes da África ocupam no concêrto das Nações, bem como o vivo interêsse e a simpatia ativa do Brasil pelos grandes problemas do Continente Africano.

Os dois Presidentes afirmaram seu inabalável apêgo aos princípios da autodeterminação dos povos e da solução pacífica das controvérsias pelo diálogo construtivo, únicos meios verdadeiros para o estabelecimento de duradoura paz e segurança internacional, com a criação de um clima de cooperação fraternal entre os povos.

Após haverem examinado a conjuntura internacional, os dois Presidentes se detiveram mais particularmente sôbre questões relativas ao estreitamento das relações entre o Brasil e o Senegal. Cabe ressaltar a importância dos acôrdos de cooperação cultural e econômica entre os dois países assinados pelos respectivos Ministros das Relações Exteriores. Êsses acôrdos prevêem, entre outras medidas, a constituição de comissões mistas brasileiro-senegalesas, encarregadas de tomar iniciativas para a organização e o desenvolvimento do intercâmbio cultural e comercial entre os dois países. Salientou-se, por outro lado, a necessidade de ampliar sua cooperação técnica em matéria de energia hidráulica, agricultura e pecuária.

O Presidente Castello Branco e o Presidente Senghor examinaram o projeto de um Festival Mundial de Arte Negra e Negro-Africana, a realizar-se em Dacar em fins de 1965, e reconheceram a importância da participação brasileira nessa grande manifestação cultural, que constituirá uma etapa marcante no caminho para a "Civilização do Universal", a que aspiram os povos africanos.

O Presidente Senghor transmitiu ao Govêrno brasileiro seus agradecimentos pela acolhida calorosa e fraternal que foi dispensada à sua pessoa, o que vale dizer ao próprio povo senegalês. Dirigiu, ainda, um convite ao Presidente Castello Branco para visitar, oficialmente, o Senegal, convite que foi recebido com grande satisfação, devendo a data da visita ser ulteriormente".

VISITA DO CHANCELER DO URUGUAI AO BRASIL (*)

Discurso pronunciado pelo Chanceler Vasco Leitão da Cunha no jantar realizado no Itamaraty, no dia 10 de setembro de 1964, em homenagem ao Chanceler Zorrilla de San Martin, do Uruguai:

"Senhor Ministro,

É, para nós, motivo de particular satisfação acolher Vossa Excelência nessa ocasião que, esperamos, nos proporcionará meios de promover a perene continuidade dos sentimentos de perfeita compreensão que sempre foram a tônica de nossas relações e de estreitar mais ainda os laços fraternos que unem os nossos povos.

A tarefa que nos toca não tem escolhos, pois Uruguai e Brasil são irmãos ao longo da História e irmãos nos ideais que alimentam de mútuo respeito, de fiel cumprimento à palavra empenhada e de amor à democracia na sua acepção mais autêntica.

Vossa Excelência é o herdeiro e o legítimo representante de um patrimônio espiritual reconhecido em todo o continente e que inclui o amor acendrado à democracia e ao convívio pacífico entre os povos, baseado nos ideais de justiça e de respeito aos compromissos internacionais.

Ainda agora, em sábia decisão, o Conselho Nacional de Govêrno acatou a resolução tomada pela maioria continental e que condenou o Govêrno marxista-leninista de Cuba. O gesto do Uruguai ratifica a decisão da OEA, torna mais eficaz e definitiva a medida tomada contra o regime de Fidel Castro e terá influência transcendental no fortalecimento daquele organismo.

Transmito a Vossa Excelência, e peço-lhe ser intérprete dêsse sentimento junto ao Senhor Presidente do Conselho, o irrestrito aplauso do povo e Govêrno brasileiros por aquêle ato, evidência para tôda a América de como cumpre o Uruguai os compromissos assumidos.

Senhor Ministro, por meio da implementação de programas já iniciados, da dinamização da Comissão Mista da Lagoa Mirim, entidade que estuda o aproveitamento integrado da zona, de que advirão incalculáveis benefícios para ambos os países; pela realização de obras como a ponte que liga Artigas a Quaraí e outros projetos de interêsse comum, poderemos contribuir poderosamente para um entendimento sempre mais amplo entre nossas Nações.

Além disso, temos diante de nós tarefa inadiável e que constitui preocupação constante da América Latina. Urge criar para todos, sem distinções de classe, de côr ou de credo, a possibilidade de existência mais digna mediante a execução de programas de reformas sociais e econômicas, mediante uma frente coesa face aos problemas do comércio internacional, mediante apoio entusiástico e crescente à ALALC, — iniciativa em boa hora acolhida — e, sobretudo,

(*) Transcrito de *Itamaraty* de 30 de setembro de 1964.

mediante colaboração impregnada de boa fé, idealismo e sentido prático.

O Govêrno brasileiro, no campo internacional, tem como objetivo essencial o fortalecimento dos laços que o ligam aos demais povos do Continente. Executar programa de tal natureza com o Uruguai, asseguro-lhe, Senhor Ministro, constitui emprêsa fácil e agradável. Lancemo-nos a ela, Senhor Chanceler, busquemos o meio de propiciar a nossos povos o contato feliz e permanente que sempre existiu, e que, forçosamente, sempre existirá. Facilitemos o trabalho dos Embaixadores que acabamos de trocar, permitindo que os seus dotes de inteligência e de inventiva sejam aplicados ùnicamente para adicionar. Criemos condições favoráveis para que o intercâmbio comercial se torne mais vigoroso e fecundo.

Êstes são os propósitos que alimenta o Govêrno brasileiro. Para sua boa realização, necessitaremos da colaboração constante do Uruguai, com quem esperamos poder continuar a trabalhar para a consecução do grande ideal de paz e *justiça social para o continente* americano e tôda a humanidade.

Ao agradecer-lhe a honra que nos concedeu aceitando o convite que lhe fêz o Govêrno brasileiro, ergo a minha taça pela felicidade pessoal do Presidente do Conselho e de Vossa Excelência e pela contínua grandeza e prosperidade da nobre Nação uruguaia."

BRASIL—URUGUAI

O Itamaraty distribuiu no dia 12 de setembro de 1964 o seguinte comunicado à Imprensa:

"Durante sua visita ao Brasil, o Chanceler do Uruguai, Senhor Alejandro Zorrilla de San Martin, examinou com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Vasco Leitão da Cunha, temas de várias naturezas, da maior relevância não sòmente para as relações entre os dois países mas também para o Continente americano.

Os dois Ministros concordaram em que a coincidência de posições do Uruguai e do Brasil, no tocante à fidelidade aos princípios da democracia representativa, aos esforços pelo progresso social e econômico de seus povos e ao desejo de convívio pacífico com tôdas as nações, tem como decorrência um estreitamento sempre maior de suas relações.

Estudaram a situação dos asilados brasileiros, aos quais foi concedido asilo diplomático ou territorial, concordando ambos os Chanceleres em que os problemas levantados sejam resolvidos dentro das normas e princípios do Direito Internacional e da legislação interna de cada país.

Fizeram ainda extensa análise de outros aspectos das relações entre os dois países, fixando-se, entre outros, nos seguintes pontos:

a) *Lagoa Mirim*: Os dois Governos estão unânimes no *propósito de impulsionar as*

atividades da Comissão Mista da Lagoa Mirim no sentido de permitir, no prazo mais curto possível, o início dos estudos que serão realizados com a colaboração do Fundo Especial das Nações Unidas para o aproveitamento total da Bacia. A Comissão Mista deverá reunir-se ainda êste mês em Montevidéu, a fim de aprovar a redação final do seu Regulamento e propor as medidas necessárias para acelerar os trabalhos previstos.

b) *Ponte Internacional Quaraí-Artigas*: Os dois Chanceleres examinaram também todos os aspectos ligados à construção da Ponte Internacional, iniciativa que virá atender aos justificados anseios da população daquela região e que contribuirá de maneira eficaz para o aumento do intercâmbio comercial entre os dois países, idéia que constitui um dos motivos essenciais do atual encontro.

c) Foram abordadas questões relativas ao tráfego rodoviário e ferroviário entre os dois países, tanto nos seus aspectos bilaterais, quanto nos de competência da Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

d) Analisaram ainda os Chanceleres a atual situação da ALALC, coincidindo na idéia de que é necessário realizar uma avaliação técnica dos resultados obtidos e, com base nos estudos e nas conclusões a que se chegue, efetuar uma reunião de Ministros para dar à Associação o apoio político que requer para alcançar os objetivos que se têm em mente.

e) Finalmente os Ministros concordaram na conveniência de fortalecer a ação da Organização dos Estados Americanos, mediante a realização regular das Conferências Interamericanas e de freqüentes Reuniões dos Chanceleres do Continente".

DISCURSO PRONUNCIADO EM 16 DE DEZEMBRO DE 1964 PELO CHEFE DA DELEGAÇÃO DO BRASIL, EMBAIXADOR JOSÉ SETTE CÂMARA FILHO, NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SÔBRE A QUESTÃO DO CONGO (*)

"Sr. Presidente,

Há algumas semanas o mundo inteiro tomou conhecimento de atrocidades cometidas em Stanleyville contra reféns inocentes e desprotegidos. Os responsáveis por tais crimes foram os rebeldes que lutam pela implantação no

(*) Transcrito do "Noticiário" da Divisão de Informações do Ministério das Relações Exteriores de 21 de dezembro de 1964.

Congo da chamada "República Popular Congolesa". No curso de nossos debates no Conselho de Segurança, em tôrno da queixa apresentada por vários Estados africanos contra a Bélgica, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha em virtude da operação humanitária executada para a libertação dos reféns que escaparam à crueldade dos rebeldes, nenhum fato nôvo foi aduzido, nenhuma prova foi apresentada, que possa justificar os atos praticados em Stanleyville. Os fatos criminosos, amplamente divulgados, inclusive por documentário fotográfico, não foram desmentidos, continuam de pé, em tôda a extensão de sua desumanidade. Mais ainda, êste debate só serviu para acrescentar novas evidências e informações adicionais, que vêm reforçar o sentimento geral de repulsa diante de tão insólitas práticas, levadas a efeito com requintes de perversidade.

O Brasil não pode deixar de reprovar tais ações. A opinião da Delegação brasileira se reveste aqui de um sentido todo especial, pois seria impossível alegação de parcialidade. Desde os albores das Nações Unidas o Brasil tem sido dos mais constantes e ferrenhos adversários do colonialismo. Os anseios dos povos africanos de emergir do limbo da sujeição às soberanias alheias para o pleno exercício de sua independência sempre encontraram simpatia e apoio entusiástico por parte de meu País. Assim foi no passado, assim é no presente. Continuamos a favorecer todos os esforços feitos no seio das Nações Unidas em prol da descolonização e da supressão completa dos últimos exemplos de domínio político e material de um povo sôbre outro. Essa posição tradicional coloca-nos à vontade para nos pronunciarmos objetivamente sôbre os crimes praticados.

Mais ainda, o meu País considera injustas e distantes da realidade as alegações aqui feitas de que a ação militar para o salvamento dos reféns ameaçados demonstrou a existência de uma conspiração organizada para a perseguição da raça negra. Pela parte que toca ao Brasil, a minha Delegação não pode deixar de formular a mais formal reserva à opinião segundo a qual condenar as barbaridades cometidas em Stanleyville seria participar numa conspiração racista mundial contra os povos neutros. No meu País não existe a situação de permanente humilhação e vexame para a população negra que o Representante do Congo alegou ser a sina de sua raça em todo o mundo. No Brasil os negros são brasileiros como quaisquer outros, no pleno uso de seus direitos e garantias. O nosso povo se orgulha da participação dessa raça na formação de nossa nacionalidade. Anticolonialista por tradição e anti-racista pela prática de uma constante e verdadeira democracia racial, não podemos entretanto aprovar o pesadelo de Stanleyville.

Senhores, a operação de liberação dos reféns em mãos dos re-

beldes de Stanleyville foi solicitada, no exercício de suas prerrogativas soberanas, pelo Govêrno constitucional da República Democrática do Congo, o único Govêrno legalmente instalado naquele país e que é reconhecido como tal pelas Nações Unidas. E vale assinalar que a legitimidade do Govêrno de Leopoldville foi demonstrada aqui, quando da primeira reunião dedicada ao assunto que ora nos ocupa, pelo Representante do bloco africano no Conselho de Segurança, o distinto Delegado da Costa do Marfim. Por outro lado, a maioria dos países africanos que participa dos trabalhos do Conselho, ao que estou informado, reconhece o Govêrno da República Democrática do Congo e com êle mantém relações diplomáticas normais. Por conseguinte, sob o ponto de vista jurídico-formal, a operação de salvamento foi plenamente legítima, por isto que solicitada pelo próprio Govêrno congolês no uso de seus poderes. Tal operação encontra, por outro lado, justificativa no próprio objetivo que a inspirou, isto é, coibir a prática de um crime reconhecido como tal pelo Direito Internacional, pelos costumes vigentes nas relações entre os povos, qual seja o uso de utilizar civis e inocentes como reféns para margem de barganha em atividades de guerra. No caso, há agravante de que os reféns — entre os quais mulheres, crianças e religiosos — não pertenciam a nenhuma das partes em conflito, mas eram nacionais de outros países. A prática da tomada de reféns é condenada pelo Direito e pelas Convenções Internacionais sôbre a Guerra, que visam a limitar as conseqüências da guerra às pessoas diretamente envolvidas em atividades militares. Ao espírito do Direito Internacional da guerra, inspirador das Convenções de Genebra, repugna a prisão de civis não participantes, de ação bélica e mais ainda, seu uso para forçar o adversário a fazer concessões de qualquer ordem.

É evidente que não se poderia alegar a vigência das Convenções de guerra em atividades decorrentes de uma campanha como a que teve lugar no Congo, com seus característicos de insurreição interna, mas os princípios gerais que estatuem um mínimo de respeito à personalidade humana não podem deixar de aplicar-se mesmo na triste e lamentável guerra civil em que está o Congo engolfado. Assim, tanto na forma quanto no fundo, a ação humanitária para salvar a vida dos reféns parece legítima à Delegação do Brasil.

Os sólidos laços de amizade sincera e autêntica que unem o Brasil aos países irmãos da África e a nossa clara e sempre vigorosa disposição de lutar pela continuação do processo de liquidação do colonialismo e de encorajamento ao desenvolvimento e a plena participação das jovens nações africanas na vida internacional só reforçam a obrigação moral que temos em condenar os feitos das tropas rebeldes congolesas em Stanleyville. Os agravos aos princípios básicos do Direito e da

moralidade internacional perpetrados em Stanleyville foram de autoria de tropas irregulares, de insurretos e não de responsabilidade de qualquer Govêrno africano legalmente reconhecido. Êsse fato, contudo, não os faria menos condenáveis. Ao deplorar os sinistros episódios havidos em Stanleyville e em outras localidades do Congo, minha Delegação deseja acentuar a importância de se explorarem todos os meios possíveis para se encontrar uma solução pacífica e eficaz para os problemas congoleses. Apoiando plenamente a sugestão de estabelecer uma comissão de investigação que deverá relatar a êste Conselho o mais breve possível. Além disso, minha Delegação julga apropriado que o Conselho reafirme os princípios que serviram de diretrizes a suas decisões anteriores sôbre a questão.

Em conseqüência, deve o Conselho de Segurança deixar claro que em última análise a solução para os problemas do Congo se encontra exclusivamente nas mãos do povo congolês. Face a tanto, não podemos aceitar quaisquer justificativas para as várias formas de assistência que, segundo alegado, estão sendo prestadas por certos governos ao movimento rebelde. São elas contrárias às disposições da Carta das Nações Unidas e constituem uma intervenção nos negócios internos de um Estado soberano. A unidade do Congo bem como sua integridade territorial devem ser plenamente respeitadas e fortalecidas por todos os Estados, individual e coletivamente, como assinalaram alguns dos oradores que me precederam, o episódio de Stanleyville já é parte do passado. Devemos concentrar-nos doravante no futuro do Congo e do seu povo. Com o auxílio valioso e a cooperação eficaz da Organização da Unidade Africana, uma solução pacífica há de ser encontrada, assim consolidando-se o caminho para a reconciliação nacional.

Êstes são, Senhor Presidente, a juízo da Delegação do Brasil, os princípios básicos que devem ser respeitados e implementados, a fim de que possam ser atendidas as legítimas aspirações do povo congolês e do continente africano em sua totalidade".

LIVROS

LIVROS RECENTES SÔBRE PROBLEMAS POLÍTICOS REGIONAIS E INTERNACIONAIS

1. POLÍTICA GERAL

BRZEZINSKI, Zbigniew K. — *Ideologia e Poder na Política Soviética* — Rio de Janeiro, GRD, 1963. 150 p.

KOLARZ, Walter — *Anatomia do comunismo* — Rio de Janeiro, GRD, 1963. 94 p.

SETON-WATSON, Hugh — *Prospetto storico della rivoluzione comunista* — Roma, Opere nuove, 1964. 586 p.

MARTIN, Alexis — *Technique de la guerre occulte* — Paris, Flammarion, 1963. 218 p., 8.75 Fr.

BOWIE, Robert R. — *Shaping the future: foreign policy in an age of transition* — New York, Columbia Univ. press, 1964. 118 p., $ 3.50.

BROWN, Constantine — *The coming of the whirlwind* — Chicago, Regnery, 1964. 381 p., $ 4.95.

BRZEZINSKI, Zbigniew K. & HUNTINGTON, Samuel P. — *Political power: USA/USSR* — New York, Viking, 1964. 461 p., $ 7.50.

COTTRELL, Alvin J. & DOUDHERTY, James E. — *The politics of the Atlantic Alliance* — New York, Praeger, 1964. 264 p., $ 5.00.

DALIN, Alexander et alii (ed.) — *Diversity in international communism: a documentary record, 1961-1963* — New York, Columbia Univ. press, 1963. 867 p.

EYERS, James (ed.) — *The Commonwealth and Suez: a documentary survey* — London, Oxford Univ. press, 1964. 483 p., 63 s.

FRIEDRICH, Carl Joachim — *Man and his government* — New York, McGraw-Hill, 1963. 737 p.

FULBRIGHT, Benjamin — *Prospects for the West* — London, Oxford Univ. press, 1964. 132 p., 26 s.

HASKINS, Caryl P. — *The scientific revolution and world politics* — New York, Harper and Row, 1964. 115 p., $ 3.50.

HYDE, Douglas — *The peaceful assault; the pattern of subversion* — London, The Bodley Head, 1963. 127 p.

JOUVENEL, Bertrand de — *The pure theory of politics* — New Haven, Yale Univ. press, 1963, 221 p. $ 6.00.

KLEIMEN, Robert — *Atlantic crisis: american diplomacy confronts a resurgent Europe* — New York, Norton, 1964. 158 p., $ 2.95.

KOLARZ, Walter — *Communism and colonialism* — New York, St. Martin's press, 1964. 147 p., $ 4.95.

LUARD, Evan — *Nationality and wealth* — London, Oxford Univ. press, 1964. 370 p., 42 s.

MALLORY, Walter H. (ed.) — *Political handbook and atlas of the world* — New York, Council on foreign relations, 1964. 334 p.

NEWMAN, William J. — *Liberalism and the retreat from politics* — New York, George Braziller, 1964. 190 p., $ 5.00.

NOMAD, Max — *Political heretics: from Plato to Mao Tse-Tung* — Michigan, Univ. press, 1963. $ 5.95.

OVERSTREET, Harry — *The war called peace* — New York, W. W. Norton, 1961. 368 p.

ROSECHANCE, Richard N. — *Action and reaction in world politics* — Boston, Little, Brown, 1963. 314 p., $ 6.00.

SILVERT, K. H. (ed.) — *Expectant peoples: nationalism and development* — New York, Random House, 1963. 489 p., $ 6.95.

STRAUSZ-HUPÉ, Robert et alii — *Building the Atlantic World* — New York, Harper & Row, 1963. 400 p., $ 6.00.

STRAUSZ-HUPÉ et alii — *Protracted conflict: a challenging study of communist strategy* — New York, Harper & Row, 1963. 229 p., $ 1.50.

WILCOX, Francis & HAVILLAND JR., H. Field (eds.) — *The Atlantic Community: progress and prospects* — New York, Praeger, 1963. 294 p., $ 6.00.

STUDIEN zur aktivitat des Ostblocks in den Entwicklungslandern — Bonn, Fondation Friedrich-Ebert, 1963. 131 p.

2. ASSUNTOS JURÍDICOS E DIPLOMACIA

DEGAN, V. D. — *L'interprétation des accords en droit international* — La Haye, Nijhoff, 1963. 176 p., Fl. 16.20.

LAVROFF, Dmitri-Georges — *Les libertés publiques en Union Soviétique* — Paris, Pedone, 1963. 265 p., 35 Fr.

VERDOODT, Albert — *Naissance et signification de la Déclaration Universelle des Droits de l'Homme* — Lovanio, E. Warny, 1964. 356 p.

DE CONDE, Alexander — *A History of american foreign policy* — New York, Scribner, 1963. 911 p., $ 12.00.

ELERT, Robert B. — *NATO "fair trial" safeguards: precursor to an international bill on procedural rights* — The Hague, Nijhoff, 1963. 89 p., Fl. 9.40.

FAWCETT, J. E. S. — *The British Commonwealth in international law* — London, Stevens, 1963. 243 p., 57 s. 6 d.

HIGGINS, Rosalyn — *The development of international law through the political organs of the United Nations* — New York, Oxford Univ. press, 1963. 402 p., $ 8.80.

LAPENNA, Ivo — *State and law: soviet and yugoslav theory* — New Haven, Yale Univ. press, 1964. 135 p., $ 5.00.

ROBERT, Henry L. et alii — *Foreign affairs bibliography* — New York, Bowker, 1964. 752 p., $ 20.00.

SEABURY, Paul — *Power, freedom and diplomacy* — New York, Random House, 1963. 424 p., $ 6.25.

3. ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

FEDENKO, Panas et alii — *Teorias do colonialismo* — Rio de Janeiro, GRD, 1964. 280 p.

PREBISCH, Raúl — *Nueva politica comercial para el desarrollo* — México, Fondo de cultura económica, 1964. 148 p.

BERQUE, Jacques — *Dépossession du monde* — Paris, Editions du Seuil, 1964. 219 p.

CEPEDE & GROND — *Nourrir les hommes* — Paris, Office général du livre, 1963. 432 p.

CUSENIER, J. — *L'Ansarine. Contribution a la sociologie du développement* — Paris, Presses universitaires de France, 1964. 199 p.

DESROCHE, H. — *Coopération et développement. 1. Mouvement coopératif et stratégie du développement* — Paris, Presses universitaires de France, 1964. 336 p.

L'EUROPE et l'économie mondiale — Paris, Organisation Européenne de Coopération Économique, 1960. 145 p.

HIRSCHMAN, Albert O. — *Stratégie du développement économique* — Trad. de l'anglais par Françoise Pons. Paris, Editions ouvrières. 1964. 246 p.

JARDILLIER, Pierre — *La psychologie industrielle* — Paris, Presses universitaires de France, 1964. 128 p.

LOUFTY, Aly — *La téchnique élevée a la supréme puissance: la planification de l'économie* — Genève, Droz, 1964. 521 p.

MERIGOT, Jean & FROMENT, Roland — *Notions essentielles de géographie économique* — Paris, Sirey, 1963. 556 p.

NEF, John U. — *Les fondements culturels de la civilisation industrielle* — Trad. de l'anglais par R. Sailey. Paris, Payot, 1964. 238 p.

PONS, Françoise — *Un cas de développement sans inflation: le Japon* — Paris, Presses universitaires de France, 1963. 134 p., 12 Fr.

PROU — *Établissement des programmes en économies sous-développée* — Paris, Dunod, 1963. 294 p.

TIANO, André — *La politique économique et financière du Maroc indépendant* — Paris, Presses universitaires de France, 1963. 292 p.

VIAU, Pierre (comp.) — *Démocratie, planification, aménagement* — Paris, Editions ouvrières, 1964. 216 p.

WOLF, Jacques — *La prévision, domaine, méthodes, résultats* — Paris, Berger-Levrault, 1963. 246 p.

ALBERT, J. & LOTT, Berenice E. — *Negro and white youth: a psychological study in a border-state community* — New York, Holt, Rinehart and Winston, 1963. 236 p., $ 5.00.

AMERICAN Assembly — *The population dilemma* — Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1963. 187 p., $ 1.95.

AUBREY, Henry G. — *The dollar in world affairs: an essay in international financial policy* — New York, Harper and Row, 1964. 295 p., $ 5.50.

CROZIER, Brian — *Neo-colonialism* — London, The Bodley Head, 1964. 112 p., 10 s. 6 d.

GREEP, Roy O. (ed.) — *Human fertility and population problems* — Cambridge, Schenkman publishing co., 1963. 278 p., $ 7.45.

HAQ, Mahbub ul — *The strategy of economic planning: a case study of Pakistan* — New York, Oxford Univ. press, 1964. 266 p., $ 3.15.

HARBISON, Frederick & MYERS, Charles — *Education, manpower and economic growth: strategies of human resource development* — New York, McGraw-Hill, 1964. 229 p.

JUNCKERSTORFF, Alfred Kurt (ed.) — *International manual on the European Economic Community* — St. Louis, Univ. press, 1963. 521 p., $ 12.50.

KASSALOW, Everett M. (ed.) — *National labor movements in the postwar world* — Evanston, Northwestern Univ. press, 1963. 256 p., $ 6.95.

MAIR, Lucy — *New nations* — London, Weidenfeld & Nicolson, 1963. 235 p., 25 s.

MARSHALL, T. H. — *Class, citizenship and social development* — Garden City, Doubleday, 1964. 334 p., $ 4.95.

MASON, Edward S. — *Foreign aid and foreign policy* — New York, Harper & Row, 1964. 118 p., $ 3.50.

MILLEN, Bruce H. — *The political role of labor in developing countries* — Washington, Brookings Institutions, 1963. 148 p., $ 3.50.

MUDD, Stuart (ed.) — *The population crisis and the use of world resources* — The Hague, W. Junk, 1964. 562 p., $ 7.95.

PETERSEN, William (ed.) — *The realities of world communism* — Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1963. 222 p., $ 3.95.

PRYOR, Frederic L. — *The communist foreign trade system* — Cambridge, M. I. T. press, 1963. 296 p., $ 7.50.

SMELSER, Neil J. — *The sociology of economic life* — Englewood-Cliffs, Prentice-Hall, 1963. 120 p., $ 3.95.

WALINSKY, Louis J. — *The planning and execution of economic development: a nontechnical guide for policy-makers and administrators* — New York, McGraw-Hill, 1963. 248 p., $ 7.50.

WRAITH, Ronald & SIMPKINS, Edgar — *Corruption in developing countries* — London, Allen & Unwin, 1963. 211 p., 30 s.

GAITANIDES, Johannes (ed.) — *Die Zukunft des Kommunimus* — Munich, Paul List Verlag, 1963. 190 p., DM. 8.80.

4. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

LANGENHOVE, Fernand Van — *Le rôle proéminent du Secrétaire Général dans l'opération des Nations Unies au Congo* — Bruxelles, Institut Royal des relations internationales, 1964. 260 p.

BOWETT, D. W. — *The law of international institutions* — New York, Praeger, 1963. 347 p., $ 11.00.

BURNS, Arthur Lee & HEATHCOTE, Nina — *Peace-keeping by United Nations forces: from Suez to the Congo* — New York, Praeger, 1963. 256 p., $ 6.00.

FRANCO Nogueira — *The United Nations and Portugal: a study of anti-colonialism* — London, Sidgwick and Jackson, 1963. 188 p.

GARDINIER, David E. — *Cameroon: United Nations challenge of French policy* — London, Oxford Univ. press, 1963. 142 p., 10 s. 6 d.

HOVET, Jr., Thomas — *Africa in the United Nations* — London, Faber & Faber, 1963. 336 p., 52 s. 6 d.

JACOBSON, Harold Karan — *The URSS and the UN's economic and social activities* — Notre Dame, Univ. press, 1963. 309 p., $ 6.95.

LADOR-LEDERER, J. J. — *International non-governmental organizations and economic entities* — Leyden, Sijthoff, 1963. 403 p., Gldrs. 38.50.

TAYLOR, George E. — *The Philippines and the United Nations* — New York, Praeger, 325 p.

5. ASSUNTOS MILITARES, ESTRATÉGIA E DESARMAMENTO

ARON, Raymond — *Le grand débate: initiation à la stratégie atomique* — Paris, Calmann-Lévy, 1963. 274 p., 12 Fr.

BARGHOORN, Frederick C. — *Soviet foreign propaganda* — Princeton, Univ. press, 1964. 329 p., $ 6.00.

BENOIT, Emile & BOULDING, Kenneth E. — *Disarmament and the economy* — New York, Harper & Row, 1963. 310 p., $ 5.75.

BLACK, Cyril E. & THORNTON, Thomas P. (eds.) — *Communism and revolution: the strategic uses of political violence* — Princeton, Univ. press, 1964. 467 p., $ 10.00.

BOUTHOUL, Gaston — *War* — New York, Walker, 1962. 150 p.

BROWN, Neville — *Strategic mobility* — London, Chatto & Windus, 1963. 256 p., 21 s.

BUCHAN, Alastair & WINDSOR, Philip — *Arms and stability in Europe* — New York, Praeger, 1963. 236 p., $ 5.00.

ECKSTEIN, Harry (ed.) — *Internal war: problems and approaches* — New York, Free press of Glencoe, 1964. 339 p., $ 6.50.

LEVINE, Robert A. — *The arms debate* — Cambridge, Mass., Harvard Univ. press, 1963. 347 p., 52 s.

MARTIN, Andrew — *Legal aspects of disarmament* — London, Stevens, 1963. 133 p., 21 s.

SOKOLOVSKY, V. D. — *Military strategy: soviet doctrine and concepts* — London, Pall Mall, 1963. 366 p., 40 s.

STAMBUCK, George — *American military forces abroad* — Columbia, Ohio State Univ. press, 1963. 252 p., $ 6.75.

WHITTON, John Boardman (ed.) — *Propaganda and the cold war: a Princeton University symposium* — Washington, Public affairs press, 1963. 119 p., $ 3.50.

WHITTON, John Boardman & LARSON, Arthur — *Propaganda: towards disarmament in the war of words* — New York, Oceana, 1964. 305 p., $ 8.50.

RUGE, Friedrich — *Politik, militär, bündnis* — Stuttgart, Deutsche Verlags-Anstald, 1963. 159 p., DM. 7.80.

6. ASSUNTOS REGIONAIS

I. África

BRUNSCHWIG, Henri — *L'avènement de l'Afrique noire du XIXe siècle a nos jours* — Paris, Colin, 1963. 247 p., Fr. 18.

CHAMOUN, Camille — *Crise au Moyen-Orient* — Paris, Gallimard, 1963. 436 p., Fr. 16.

MEERSCH, M. J. Ganshof van der — *Fin de la souveraineté belge au Congo* — La Haye, M. Nyjhoff, 1963. 684 p.

PERROUX, François (pref.) — *Problèmes de l'Algérie indépendante* — Paris, Presses universitaires de France, 1963. 207 p., Fr. 12.

THIAM, Doudou — *La politique étrangère des Etats Africains* — Paris, Presses universitaires de France, 1963. 168 p., Fr. 10.

WAGRET, Jean-Michel — *Histoire et sociologie politiques de la République du Congo (Brazzaville)* — Paris, Librairie générale de droit, 1963. 250 p., Fr. 30.25.

CARTER, Gwendolen M. (ed.) — *Five african states: responses to diversity: the Congo, Dahomey, the Cameroun Federal Republic, the Rhodesias and South Africa* — Ithaca, Cornell Univ. press, 1963. 643 p., $ 10.00.

CHURCH, R. J. Harrison — *Environment and policies in West Africa* — Princeton, Van Nostrand, 1963. 135 p., $ 1.45.

DRYSDALE, John — *The Somali dispute* — New York, Praeger, 1964. 183 p., $ 4.95.

GALLAGHER, Charles F. — *The United States and North Africa: Morocco, Algeria and Tunisia* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1963. 275 p., $ 5.50.

HALPERN, Manfred — *The politics of social change in the Middle East and North Africa* — London, Oxford Univ. press, 1963. 431 p., 68 s.

HUGHES, A. J. — *East Africa: the search for unity — Kenya, Tanganyika, Uganda and Zanzibar* — Baltimore, Penguin, 1963. 277 p., $ 1.25.

ISSAWI, Charles — *Egypt in revolution: an economic analysis* — New York, Oxford Univ. press, 1963. 343 p.

JESMAN, Czeslaw — *The ethiopian paradox* — London, Oxford Univ. press, 1963. 83 p., 7 s. 6 d.

KURZMAN, Dan — *Subversion of the innocents: patterns of communist penetrattion in Africa, the Middle East and Asia* — New York, Random House, 1963.

LEWIS, Bernard — *The Middle East and the West* — Bloomington, Indiana Univ. press, 1964. 160 p., $ 3.75.

NEUMARK, Daniel — *Foreign trade and economic development in Africa: a historical perspective* — Stanford, Univ. press, 1964. 222 p., $ 6.95.

PHILLIPS, Jr., Claude S. — *The development of nigerian foreign policy* — Evanston, Northwestern Univ. press, 1964. 154 p., $ 5.00.

QUIGG, Philip (ed.) — *Africa; a foreign affairs reader* — New York, Praeger, 1964. 346 p.

SENGHOR, Léopold Sédar — *On african socialism* — New York, Praeger, 1964. 173 p., $ 4.95.

SKLAR, Richard L. — *Nigerian political parties* — London, Oxford Univ. press, 1964. 578 p., 100 s.

STEVENS, Georgiana G. — *Egypt: yesterday and today* — New York, Rinehart & Winston, 1963.

THORNBURG, Max Weston — *People and policy in the Middle East* — New York, Norton, 1964. 249 p., $ 5.00.

WRAITH, Ronald — *Local government in West Africa* — New York, Praeger, 1964. 184 p., $ 4.50.

YUDELMAN, Montague — *Africans on the land* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1964. 288 p., $ 6.50.

ZARTMAN, I. William — *Government and politics in Northern Africa* — New York, Praeger, 1963. 205 p., $ 5.00.

ZARTMAN, I. William — *Morocco: problems of new power* — New York, Atherton press, 1964. 276 p., $ 7.95.

ZOLBERG, Aristide R. — *One-party government in the Ivory Coast* — Princeton, Univ. press, 1964. 374 p., $ 7.50.

TULATZ, Herbert — *Die Gewerkschaftsentwicklung Nigerias* — Bonn, Fondation Friedrich-Ebert, 1963. 160 p.

II. América

BANCO Nacional do Desenvolvimento Econômico, Rio de Janeiro — *Exposição sôbre o programa de reaparelhamento econômico; exercício de 1963* — Rio de Janeiro, 1964. 250 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Economia — *Exposição geral da situação econômica do Brasil, 1962* — Rio de Janeiro, IBGE, 1963. 312 p.

DIAZ, José R. Alvarez — *As condições de trabalho em Cuba* — Rio de Janeiro, GRD, 1964. 204 p.

ALBA, Victor — *Los subamericanos* — Mexico, Costa Amic, 1964. 324 p.

HECHEN, Santiago — *Projección internacional de Brasil* — Santa Fe, Castellvi, 1964. 76 p.

BAUDIN, Louis — *Les Incas* — Paris, Sirey, 1964. 226 p.

RODRIGUEZ, Raul Soza — *Les problèmes structurels des relations économiques internationales de l'Amérique Latine* — Genève, Droz, 1963. 252 p.

BEALS, Carleton — *Latin America: world in revolution* — New York, Abelard-Schuman, 1963. 352 p., $ 5.95.

BRANDENBURG, Frank — *The development of Latin American private enterprise* — Washington, National planning association, 1964. 136 p.

BUSEY, James L. — *Latin America; political institutions and process* — New York, Random House, 1964. 184 p.

COHEN, Bernard C. — *The press and foreign policy* — London, Oxford Univ. press, 1964. 288 p., 48 s.

DONELAN, Michael — *The ideas of american foreign policy* — London, Chapman, 1963. 272 p., 30/

GUERRA Y SÁNCHEZ, Ramiro — *Sugar and society in the Caribbean* — New Haven, Yale Univ. press, 1964. 218 p., $ 5.00.

HAUER, Raymond A. et alii — *American business and public policy* — New York, Atherton press, 1963. 499 p., $ 8.95.

HIRSCHMANN, Albert O. — *Journeys toward progress: studies of economic policy-making in Latin American* — New York, The Twentieth Century Fund, 1963. 308 p., $ 4.

JOHNSON, John J. — *The military and society in Latin America* — Stanford, Univ. press, 1964. 308 p., $ 7.00.

PETERSON, Harold F. — *Argentina and the United States, 1810-1960* — New York, State Univ. press, 1964. 627 p., $ 10.00.

PIKE, Frederick B. — *Chile and the United States, 1880-1962* — Notre Dame, Univ. press, 1963. 466 p., $ 7.50.

PIKE, Fredrick B. (ed.) — *The conflict between church and state in Latin America* — New York, Knopf, 1964. 239 p., $ 2.50.

POWELSON, John P. — *Latin America: today's economic and social revolution* — New York, McGraw-Hill, 1964. 303 p., $ 9.00.

RANSOM, Harry Howe — *Can american democracy survive cold war?* — Garden City, Doubleday, 1963. 270 p., $ 4.50.

ROSE, Arnold M. (ed.) — *Assuring freedom to the free: a century of emancipation in the USA* — Detroit, Wayne State Univ. press, 1964. 306 p., $ 6.95.

SCHMITT, Karl M. & BURKS, David D. — *Evolution or chaos: dynamics of Latin-American government and politics* — New York, Praeger, 1963. 308 p., $ 6.50.

STEBBINS, Richard P. — *The United States in world affairs, 1963* — New York, Harper and Row, 1964. 400 p., $ 6.95.

WAGLEY, Charles — *An introduction to Brazil* — New York, Columbia Univ. press, 1963. 332 p., $ 5.95.

STOETZNER, O. C. — *Panamerika: Idee und Wirklichkeit* — Hamburg, Ubersee-Verlag, 1964. 176 p.

III. Ásia

BARNETT, A. Doak — *A China comunista em perspectiva* — Rio de Janeiro, GRD, 1963. 102 p.

CENTRO studi per i popoli extre-europei dell'Università di Pavia — *Lo stato d'Israel* — Milan, Edizioni di Communità, 1963. 226 p., 1700 lire.

BERQUE, Jacques — *Los arabes de ayer y de mañana* — Mexico, Fundo de cultura económica, 1964. 451 p.

FISTIÉ, Pierre — *La Thailande* — Paris, Presses universitaires de France, 1963. 126 p.

MENDE, Tibor — *Un monde possible* — Trad. par Magdeleine Paz — Paris, Editions du Seuil, 1963. 147 p.

MINH, Trad Van — *Réflexions sur l'altération de la démocratie libérale en Asie* — Paris, Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1964.

SCHRAM, Stuart — *Mao Tse-Toung* — Paris, A. Colin, 1963. 415 p.

AZIZ, K. K. — *British and Muslim India* — London, Heinemann, 1963. 278 p., 42 s.

BADI, Joseph — *The government of the state of Israel* — New York, Twayne, 1963. 307 p., $ 5.00.

BAER, Gabriel — *Population and society in the Arab East* — New York, Praeger, 1964. 275 p., $ 7.50.

BOWLES, Chester — *The makings of a just society* — Delhi, Univ. of Delhi, 1963. 120 p.

BRECHER, Michael — *The new states of Asia: a political analysis* — London, Oxford Univ. press, 1963. 226 p.

CHI, Hoang Van — *From colonialism to communism* — New York, Praeger. 1964. 252 p., $ 6.50.

COWAN, C. D. (ed.) — *The economic development of Southeast Asia.* New York, Praeger, 1964. 192 p., $ 8.50.

EDWARDES, Michael — *The last years of British India* — London, Cassell, 1963. 250 p., 25 s.

EREN, Nuri — *Turkey today — and tomorrow: an experiment in westernization* — London, Pall Mall, 1964. 276 p., 45 s.

FALL, Bernard B. — *The two Viet-Nams* — London, Pall Mall, 1964. 493 p., 50 s.

FIFIELD, Russell H. — *Southeast Asia in United States policy* — London, Pall Mall, 1963. 488 p., 45 s.

FITZGERALD, C. P. — *The chinese view of their place in the world* — London, Oxford Univ. press, 1963. 72 p., 6 s.

FLOYD, David — *Mao against Khrushchev* — London, Pall Mall, 1964. 456 p., 50 s.

HEVI, Emmanuel John — *An african student in China* — New York, Praeger, 1963. 220 p., $ 4.95.

HONEY, P. J. — *Communism in North Vietnam* — Cambridge, M.I.T. press, 1963. 207 p., $ 4.95.

KELLY, J. B. — *Eastern arabian frontiers* — New York, Praeger, 1964. 319 p., $ 8.50.

KENNAN, George F. — *On dealing with the communist world* — New York, Harper and Row, 1964. 57 p., $ 3.00.

KIRBY, E. Stuart (ed.) — *Contemporary China (1961-1962)* — New York, Oxford Univ. press, 1963. 350 p., $ 6.00.

KUO, Ping-chia — *China* — London, Oxford Univ. press, 1963. 128 p., 6 s. 6 d.

LAMBERT, Richard D. — *Workers, factories and social change in India* — Princeton, Univ. press, 1963. 247 p., $ 5.50.

LAWRENCE, Leo — *Nehru seizes Goa* — New York, Pageant press, 1963. 226 p., $ 2.

MANCALL, Mark (ed.) — *Formosa today* — New York, Praeger, 1964. 171 p., $ 5.75.

MASAO, Maruyama — *Thought and behaviour in modern japonese politics* — Oxford, Univ. press, 1963. A£ 3/8/0.

PATTERSON, George N. — *Peking versus Delhi* — New York, Praeger, 1964. 310 p., $ 7.50.

RAO, R. P. — *Portuguese rule in Goa, 1510-1961* — London, Asia publishing house, 1963. 242 p., 45 s.

REES, David — *Korea: the limited war* — New York, St. Martin's press, 1964. 511 p., $ 10.00.

REEVE, W. D. — *The Republic of Korea: a political and economic study* — New York, Oxford Univ. press, 1963. 197 p., $ 4.80.

ROBINSON, Richard D. — *The first Turkish Republic: a case study in national development* — London, Oxford Univ. press, 1964. 367 p., 48 s.

SCALAPINO, Robert A. — *North Korea today* — London, Pall Mall, 1964. 141 p., 27 s. 6 d.

SCIGLIANO, Robert — *South Vietnam: nation under stress* — Boston, Houghton, 1963. 227 p., $ 3.50.

STEVENS, Georgiana G. (ed.) — *The United States and the Middle East* — Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1964. 182 p., $ 3.95.

IV. Europa

ANTOINE, P. et alii — *Démocratie aujourd'hui* — Paris, Editions Spes, 1963. 188 p., 12 F.

BATAILLER, Francine et alii — *Analyses de presse* — Paris, Presses universitaires de France, 1963. 236 p., 15 F.

CHARNAY, Jean-Paul — *Société militaire et suffrage politique en France* — Paris, S.E.V.P.E.N., 1964. 319 p.

FABRE-LUCE, Alfred — *Vingt-cinq annés de liberté* — Paris, Julliard, 1963. 2 v. 25,50 F.

BRITAIN: an official handbook 1963 — London, Central office of informations, 1964. 590 p.

CHOPARD, Théo (ed.) — *Switzerland present and future: a small country reexamines itself* — Berne, New Helvetic Society, 1963. 216 p.

FABRE-LUCE, Alfred — *The trial of Charles De Gaulle* — Trans. by Antonia White — London, Methuen, 1963. 270 p., 30 s.

FISCHER-GALATI, Stephen (ed.) — *Eastern Europe in the sixties* — New York, Praeger, 1963. 239 p., $ 6.00.

GORCE, Paul Marie de la — *The french army* — Trans. by Kenneth Douglas — London, Weidenfeld & Nicolson, 1963. 568 p., 50 s.

HEIDELMEYER, Wolfgang — *Documents on Berlin 1943-1963* — München, R. Oldenbourg, 1963. 373 p.

HISCOCKS, Richard — *Poland: bridge for the abyss? An interpretation of developments in postwar Poland* — New York, Oxford Univ. press, 1963. 359 p., No price.

HOLBORN, Hajo — *A History of modern Germany, vol. II: 1648-1840* — New York, A. Knopf, 1964. 531 p., $ 10.75.

HOPKINS, Harry — *The New Look: a social history of the forties and the fifties in Britain* — Boston, Houghton, 1964. 512 p., $ 7.50.

LINDBERG, Leon N. — *The political dynamics of european economic integration* — London, Oxford Univ. press, 1964. 367 p., 50 s.

LIVINGSTON, William S. (ed.) — *Federalism in the Commonwealth* — New York, Oxford Univ. press, 1963. 237 p., $ 4.80.

MERKL, Peter H. — *The origin of the West German Republic* — London, Oxford Univ. press, 1963. 269 p., 38 s. 6 d.

SÁNCHEZ, José M. — *Reforms and reaction: the politico-religious background of the Spanish civil war* — Chapel Hill, Univ. of North Carolina press, 1964. 241 p., $ 6.00.

SMITH, Jean Edward — *The defense of Berlin* — London, Oxford Univ. press, 1964. 431 p., 45 s.

STÓRING, James — *Norwegian democracy* — Boston, Houghton, Mifflin, 1963. 246 p., $ 1.95.

WIGHTON, Charles — *Adenauer: a critical biography* — New York, Coward-McCann, 1964. 389 p., $ 5.75.

WRIGHT, Gordon — *Rural revolution in France: the peasantry in the twentieth century* — Stanford, Univ. press, 1964. 271 p., $ 6.00.

XYDIS, Stephen — *Greece and the great powers: prelude to the "Truman Doctrine"* — Thessaloniki, Institute for Balkan studies, 1963. 758 p., $ 10.00.

JACOBSON, Hans-Adolf — *Deutschland und die welt* — München, Deutscher Taschenbuch Verlag, 1964. 453 p.

KAISER, Karl — *EWG und Freihandelszone: England und der Kontinent in der europaïschen integration* — Leyden, Sythoff, 1964. 270 p., Fl. 27.90.

MAMPEL, Siegfried — *Der Sowjetsektor von Berlin* — Frankfurt am Main, A. Metzner Verlag, 1963. 496 p., DM. 38.

SCHUSTER, Rudolf — *Deutschlands staatliche existenz im widerstreit politischer und recht-litchter gesichtspunkte 1945-1963* — München, R. Oldenbourg, 1963. 308 p.

STUDNITZ, Hans-Georg von — *Als Berlin Brannte: Diarium der Jahre 1943-1945* — Stuttgart Kohlhammer Verlag, 1963. 299 p., DM. 19.50.

V. Oceânia

GRATTAN, C. Hartley — *The South West Pacific to 1900: a modern history* — Ann Arbor, Univ. of Michigan press, 1963. 575 p., $ 7.50.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

EDITADA SOB OS AUSPÍCIOS DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS





PREÇO DE CADA NÚMERO	Cr$ 1.500
ASSINATURA ANUAL	Cr$ 3.000



PUBLICA-SE SEMESTRALMENTE

REDAÇÃO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS * BELO HORIZONTE * MINAS GERAIS * BRASIL

Revista Brasileira de Política Internacional

Assinatura anual: Cr$ 6.000. Número avulso: Cr$ 1.500.
Para o exterior: US$ 6.00. (Dois anos: US$ 10.00).

Distribuição da

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 — Caixa Postal 4081 — ZC 05
Telefone: 46-4010 — Ramal 15
Rio de Janeiro — GB



Esta Obra foi Confeccionada pela
Gráfica Editôra Livro S. A.
R. Tapirapé, 74 - Tel.: 49-4758-Rio
no Ano do IV Centenário da Cidade
do Rio de Janeiro